

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NASSER AHMAD ALLAN

DEUS, DIABO E TRABALHO:

**doutrina social católica, anticomunismo e cultura jurídica trabalhista brasileira
(1910-1945)**

CURITIBA

2015

NASSER AHMAD ALLAN

**DEUS, DIABO E TRABALHO:
doutrina social católica, anticomunismo e cultura jurídica trabalhista brasileira
(1910-1945)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, na área de concentração do Direito das Relações Sociais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ramos Filho

**Curitiba
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

NASSER AHMAD ALLAN

DEUS, DIABO E TRABALHO: DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA, ANTICOMUNISMO
E CULTURA JURÍDICA TRABALHISTA BRASILEIRA (1910-1945)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Wilson Ramos Filho
Direito, UFPR


Prof.ª Dr.ª Aldacy Rachid Coutinho
Direito, UFPR


Prof.ª Dr.ª Daniela Muradas Reis
Direito, UFMG


Prof. Dr. Luis Fernando Lopes Pereira
Direito, UFPR

 
Prof.ª Dr.ª Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva
Direito, UFRJ

Curitiba, 7 de agosto de 2015.

À Luciana e ao Fauzi,
porque tudo é para eles.

RESUMO

A doutrina social católica e o anticomunismo impactaram na formação da cultura jurídica trabalhista no Brasil. Nesta pesquisa demonstra-se como o princípio cristão da colaboração entre as classes sociais e o combate ao ideário comunista e à luta de classes contribuíram ao juslaboralismo brasileiro. Trata-se de um estudo da história cultural do direito do trabalho no Brasil, com foco entre 1910 a 1945. Analisaram-se as encíclicas sociais da Igreja Católica possibilitando identificar a essência do discurso de conciliação entre classes sociais, de exaltação do trabalho e de defesa da propriedade privada e da ordem estabelecida com enfrentamento da ideologia socialista e comunista. A doutrina da Cúria Romana foi assimilada e difundida no Brasil pelo episcopado nacional. As cartas pastorais elaboradas pelos bispos permitem vislumbrar a reprodução da linha argumentativa do Vaticano, de conceber o ato de trabalhar como expiação de pecados, de aproximação com Deus e de santificação do trabalhador católico. Possibilitam apreender a exortação à conciliação e concórdia entre as classes sociais ao passo que se detrata o conflito, a luta de classes, além de se verificar a preocupação em disputar com os comunistas o imaginário social, sendo estes associados à imagem do Diabo. O discurso anticomunista pode ser, igualmente, constatado entre intelectuais católicos e na imprensa brasileira, incitando no leitor a ideia de que comunistas e socialistas pretendiam o fim da civilização cristã. No Brasil, a Ação Católica Brasileira foi instituída para recristianizar a sociedade, levando a fé e a moral católicas aos lugares profanos. Formou-se uma gama de intelectuais católicos a fim de cristianizar os filhos das elites nas universidades, mas principalmente para aparelhar a burocracia estatal. A Ação Católica permitiu à Igreja intervir no meio operário, por meio dos Círculos Operários, para propagar sua mensagem de união e concórdia entre capital e trabalho, objetivando incutir entre os trabalhadores os sentimentos de conformação social ao capital e de resignação pessoal ao capitalista. A doutrina social católica defendia o corporativismo por pregar a conciliação e harmonia entre as classes sociais e assim permitir ao Estado subjugar a classe trabalhadora pelo controle dos sindicatos. A análise dos textos jurídicos do período estudado, com ênfase nos Anais do Primeiro Congresso de Direito Social, de 1941, uma das fontes materiais da CLT, permite identificar forte influência católica sobre os juristas. Apreende-se o princípio de colaboração entre as classes sociais norteador das teses apresentadas, negando a luta de classes e o conflito e instigando a solução harmoniosa e pacificadora. Isso se percebe em âmbito coletivo, a partir da defesa do corporativismo; como no individual, pela tentativa de fundamentar a subordinação a partir do princípio da colaboração. A perspectiva dos juristas se refletiu, no ordenamento jurídico brasileiro, na estrutura sindical, na proibição das greves e na solução jurisdicional dos conflitos, assim como na incessante busca pela conciliação no direito processual do trabalho.

Palavras-chave: História do direito do trabalho brasileiro. Doutrina social católica. Anticomunismo. Corporativismo. Cultura jurídica trabalhista.

RESUMEN

La doctrina social de la Iglesia y el anti comunismo han impactado la formación de la cultura jurídica laboral en Brasil. En esta investigación se demuestra cómo el principio cristiano de la colaboración entre las clases sociales, la lucha contra la ideología comunista y la lucha de clases ha contribuido al derecho laboral brasileño. Se trata de un estudio de la historia cultural de la legislación laboral en Brasil, centrándose entre 1910 y 1945. Se analizaron las jerarquías sociales de la Iglesia Católica haciendo posible identificar la esencia del discurso de reconciliación entre las clases sociales, el trabajo, la exaltación de la defensa de la propiedad privada y el orden establecido para hacer frente a la ideología socialista y comunista. La doctrina de la Curia Romana fue asimilada y difundida en Brasil por el Episcopado Nacional. Las cartas pastorales elaboradas por los obispos permiten vislumbrar la reproducción de la línea argumentativa del Vaticano de concebir el acto de trabajar como expiación de los pecados, para estar más cerca de Dios y la santificación de los trabajadores católicos. Ellos hacen posible captar la exhortación a la reconciliación y la armonía entre las clases sociales, mientras que si le quita el conflicto, la lucha de clases, además de la evaluación de la preocupación en disputa del imaginario social con los comunistas, que se asocian a la imagen del diablo. El discurso anticomunista se encontró también entre los intelectuales católicos y prensa brasileña instando al lector la idea de que los comunistas y los socialistas querían el fin de la civilización cristiana. En Brasil, la Acción Católica brasileña fue establecida para recristianizar la sociedad, trayendo la fe de moral católica a los lugares profanos. Se graduó de una serie de intelectuales católicos con el fin de cristianizar a los hijos de las elites en las universidades, pero sobre todo para equipar a la burocracia estatal. La Acción Católica permitió a la Iglesia a intervenir entre los trabajadores a través de los círculos de los trabajadores para difundir su mensaje de unidad y concordia entre el capital de trabajo, con el objetivo de inculcar entre los trabajadores sentimientos de conformidad social a el capital y resignación personal a el capitalista. La doctrina social católica abogó corporativismo por predicar la reconciliación y la armonía entre las clases sociales y así permitir que el Estado pueda someter a la clase obrera al control de los sindicatos. El análisis de los textos legales de la época estudiada, con énfasis en los Primeros Anales del Congreso de Derecho Social, de 1941, una de las fuentes materias de CLT, identifica fuerte influencia católica sobre los juristas. Se apodera hasta el principio de la colaboración entre las clases sociales que guían las tesis presentadas por negar la lucha y el conflicto de clases, que provocó la solución pacificadora. Esto se puede ver en una base de la comunidad, desde la defensa del corporativismo; como en el individuo, al tratar de justificar la subordinación del principio de colaboración. La perspectiva de los juristas se reflejó en el ordenamiento jurídico brasileño en la estructura sindical, la prohibición de la huelga y el arreglo judicial de las controversias, así como implacable en la búsqueda de la reconciliación en el derecho procesal del trabajo.

Palabras-clave: Historia del derecho laboral brasileño. Doctrina social católica. Anti comunismo. Corporativismo. Cultura jurídica laboral.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	FERRAMENTAS DA HISTÓRIA DO DIREITO: UM POUCO SOBRE MÉTODOS E TEORIAS.....	11
2.1	MÉTODOS DE PESQUISA.....	18
2.1.1	A temporalidade do direito	20
2.1.2	Algumas notas sobre cultura jurídica	24
2.2	FONTES HISTÓRICAS E O IMAGINÁRIO SOCIAL.....	28
2.2.1	Algumas notas sobre o imaginário social.....	29
2.2.2	Fontes históricas adotadas	33
3	A CULTURA DA DOUTRINA SOCIAL CATÓLICA.....	39
3.1	A QUESTÃO SOCIAL E A CRISE MORAL DA SOCIEDADE BURGUESA	46
3.1.1	A questão social e a questão moral	48
3.1.2	A ética de salvação pelo trabalho	56
3.2	O DISCURSO ANTISOCIALISTA E ANTICOMUNISTA.....	62
3.2.1	A defesa do direito de propriedade privada e da desigualdade entre os homens	64
3.2.2	A “verdade” sobre os comunistas	71
3.3	HARMONIA E CONCÓRDIA ENTRE AS CLASSES SOCIAIS.....	83
3.3.1	A colaboração entre as classes sociais	83
3.3.2	As funções do Estado	89
4	A DIFUSÃO DA DOUTRINA SOCIAL CATÓLICA NO BRASIL.....	94
4.1	A AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA	100
4.1.1	Fundação, finalidade e valores	101
4.1.2	A Ação Católica no meio operário: os círculos operários.....	106
4.2	O DISCURSO ANTICOMUNISTA.....	117
4.2.1	O discurso anticomunista do episcopado brasileiro	123
4.2.2	O discurso anticomunista por intelectuais católicos.....	134
4.2.3	O discurso anticomunista na imprensa	141
4.3	O DISCURSO DE NEGAÇÃO À LUTA DE CLASSES E DE HARMONIA SOCIAL	148

4.3.1 A obediência do trabalhador: resignação pessoal	149
4.3.2 A obediência da classe trabalhadora: conformação social	155
5 A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO	162
5.1 A DOCTRINA CORPORATIVISTA	168
5.1.1 Algumas notas sobre o corporativismo de Estado	170
5.1.2 Algumas notas sobre o corporativismo católico	178
5.2 O PRINCÍPIO DA COLABORAÇÃO ENTRE AS CLASSES NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO.....	180
5.2.1 O princípio da colaboração entre as classes sociais no pensamento jurídico brasileiro.....	184
5.2.2 O corporativismo dos juristas brasileiros	195
5.2.3 Algumas notas sobre os reflexos do princípio da colaboração entre as classes sociais no ordenamento jurídico trabalhista	206
6 CONCLUSÃO	225
FONTES.....	232
REFERÊNCIAS.....	241

1 INTRODUÇÃO

“A conciliação é o melhor caminho para a paz”. Esta frase epigrafa parte das atas de audiência e de sentenças publicadas nos últimos anos pela Justiça do Trabalho no Paraná. Representa o sintoma de uma cultura jurídica forjada nos preceitos de harmonia entre as classes sociais que transcende o direito positivo do trabalho.

A hipótese desta tese reside em estabelecer a relação entre doutrina social católica – entendida como o conjunto de encíclicas papais e demais mensagens da hierarquia romana, tendo por objeto os problemas sociais ocasionados pelas relações de trabalho – e, por consequência, o anticomunismo a ela associado, e a cultura jurídica trabalhista brasileira constituída nos anos 1930 e 1940.

Não deve restar dúvida de que esta pesquisa insere-se no campo da história do direito do trabalho no Brasil, ao concentrar seu estudo no período abrangido entre 1910 e 1945. Este corte temporal se inicia com o primeiro registro documental da hierarquia da Igreja Católica sobre as condições de trabalho do operariado brasileiro e tem seu final na queda do primeiro governo de Getúlio Vargas. Deve-se observar, contudo, que, por relevância temática e histórica, a maior parte das fontes consultadas data das décadas de 1930 e 1940.

Há que se advertir que, independentemente do recorte histórico proposto, seria impensável um trabalho abordando essa temática sem aludir à encíclica *Rerum Novarum*, diante de sua importância à formação da doutrina social católica. Em razão disso, a despeito de sua divulgação, que se deu em 1891, seus principais aspectos serão analisados nesta pesquisa, até porque foram reproduzidos pelo episcopado brasileiro a partir de 1910.

Parece conveniente, ainda, mencionar outras duas advertências.

Evidentemente que a hipótese formulada nesta pesquisa poderia ser mais abrangente se a pretensão do pesquisador consistisse em estudar a conformação social gerada no operariado pelas doutrinas da fé. Talvez fosse possível investigar o

impacto das religiões evangélicas na consciência de classe de seus fiéis trabalhadores. Não se pode, no entanto, perder de vista o recorte histórico proposto, que envolve um período de supremacia da Igreja Católica no Brasil, quando outras religiões e seitas pouca relevância possuíam à população. Também não se deve desprezar o fato de que, nessa época, somente a Igreja Romana havia formulado uma doutrina abordando a questão social que foi difundida no Brasil e assimilada pela cultura jurídica trabalhista.

Em sentido complementar deve-se avisar que o discurso, prática e sentimentos que caracterizam o anticomunismo de modo algum restringem-se ao campo da doutrina social católica, eis que, constata-se, trata-se de um fenômeno partilhado praticamente por todas as forças conservadoras naquele período. Evidentemente que nesta pesquisa procura-se trazer a lume algumas formas de enfrentamento dos católicos aos comunistas e socialistas, não ingressando, contudo, nos métodos adotados por outros adversários dessas ideologias, por absoluta inexistência de pertinência temática com este trabalho.

O caminho para se atingir o propósito desejado será percorrido em quatro capítulos. O primeiro restará dedicado a retratar as opções metodológicas tomadas nesta pesquisa, assim como discorrerá sobre as fontes históricas consultadas.

O segundo capítulo se proporá à análise da doutrina social católica, formada pelas encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris*. A partir dos contextos históricos pretende-se desvelar a natureza conservadora dos documentos papais, demonstrando como se estruturou o discurso religioso de defesa da ordem vigente e de combate aos movimentos oriundos das classes subalternas.

Discutir sobre como foi apropriada e difundida a doutrina social católica no Brasil será o cerne do terceiro capítulo. Para tanto, será abordada a organização do laicato católico no movimento conhecido como Ação Católica, em especial para discorrer acerca de sua propagação, no proletariado, por intercessão em favor dos círculos operários. Também será objeto de análise nesse capítulo a maneira com que se disseminou o discurso anticomunista e o princípio da colaboração entre

capital e trabalho na sociedade brasileira, tendo por interlocutores o episcopado, intelectuais católicos e a imprensa leiga.

No último capítulo objetiva-se demonstrar como o princípio da colaboração entre as classes sociais e suas derivações, como o princípio do respeito à autoridade constituída e a ética da salvação pelo trabalho, foram incorporados e reproduzidos nos textos jurídicos elaborados na época, além de referir seus possíveis reflexos no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente em relação à sua opção pelo corporativismo.

Enfim, pretende-se comprovar como a doutrina social católica e o anticomunismo contribuíram na formação de uma cultura juslaboralista brasileira no período e, por que não afirmar, do direito do trabalho, pautado no princípio da colaboração entre as classes sociais e na negação da luta de classes e dos conflitos dela decorrentes.

2 FERRAMENTAS DA HISTÓRIA DO DIREITO: UM POUCO SOBRE MÉTODOS E TEORIAS

O direito do trabalho é algo recente, não sendo possível identificá-lo como segmento autônomo do direito, composto por regras e princípios próprios, antes da criação da Organização Internacional do Trabalho, pelo Tratado de Versalhes, em 1919. No contexto brasileiro surgiu ainda mais tarde, sendo notado a partir da década de 1930, a despeito de, antes disso, contextualizar-se uma fase embrionária, constituindo sua pré-história.

A despeito de sua juventude, esse ramo do direito se cerca de alguns mitos, que o acompanham desde seu aparecimento. Um deles é que o direito do trabalho foi elaborado para proteger, do capital, a classe trabalhadora. Trata-se, sem dúvida, de sintoma de uma ideologia comprometida com a ordem dominante, que omite a história das classes subalternas, daqueles que foram submetidos pelas regras jurídicas que teoricamente vieram em seu proveito, e que revela apenas o fundamental à dominação capitalista, pois oculta a principal função do direito do trabalho: a pacificação das relações de produção e a estabilidade no capitalismo.

Parece indiscutível a importância do direito do trabalho para a minoração da exploração da classe trabalhadora. Suas regras cuidam de estipular parâmetros mínimos de civilidade, ao inibir a ação das leis do mercado sobre a contratação de mão de obra, permitindo assim condições menos gravosas aos vendedores da força de trabalho. No entanto, como contrapartida às garantias concedidas, esse ramo do direito disciplina a classe trabalhadora, subordinando-a aos interesses do capital; refreia nela qualquer ímpeto transformador, acomodando-a à condição de classe dominada. Se os trabalhadores são subjugados pelo empregador no âmbito do contrato, o fenômeno se repete, quando organizados em seus sindicatos, em relação ao Estado.

O direito do trabalho tem verdadeira obsessão pela pacificação social. Esta ocorrerá com a estabilização das relações de produção, propiciada pela inibição de conturbações nesta esfera mediante a resignação da classe trabalhadora ao poder do capital.

A subjugação da classe trabalhadora às classes dominantes, identificada no modo de produção capitalista, não ocorreu simplesmente pelo uso de coerção. A despeito de jamais se subestimar a eficácia da violência desferida por aparatos do Estado contra os movimentos insurgentes de trabalhadores, ela, isoladamente, não justifica a conformação social, que restou engendrada também com auxílio dos mecanismos de legitimação da ordem estabelecida, isto é, pelos aparelhos privados de hegemonia.

A pretensa pacificação social não se conforma aos ímpetus insurrecionais do proletariado que, ao imporem empecilhos à maior acumulação de capital, ocasionam efeitos não desejados nas relações de produção.

No século XIX, especialmente na segunda metade, constatou-se na Europa o desenvolvimento da doutrina socialista no meio dos trabalhadores. A essa altura, o movimento operário apresentava-se relativamente organizado e formulava críticas anticapitalistas. Tais críticas sociais – que desnudavam o partilhar de interesses entre Igreja Católica, burguesia industrial e oligarquias agrárias, representadas nos Estados nacionais – paulatinamente conquistavam mais adeptos entre os vendedores de sua força de trabalho.

O fortalecimento das lutas operárias por melhores condições de vida, por intermédio de estratégias de ação direta (por parte dos anarquistas) ou de sua participação parlamentar (por parte dos partidos socialistas), passa a preocupar os detentores dos meios de produção e seus aliados.

Em contraposição ao socialismo, que desmascarava a luta de classes sociais entre proletários e burgueses, e também em relação aos postulados liberais, que acentuavam as desigualdades econômicas e sociais, a Igreja Católica articulava, por intermédio de encíclicas papais, o discurso da harmonia, da conciliação entre as classes sociais.

A doutrina social da Igreja Católica Romana, composta pelas encíclicas que tratam da questão operária e do combate ao socialismo (e também ao comunismo), foi engendrada a partir da *Rerum Novarum*, em 1891, pelo Papa Leão XIII. Decididamente, a comiseração cristã não consistiu no principal motivo da inflexão da

Santa Sé em favor das classes subalternas, mas sim, tratou-se de uma reação conservadora que almejou apresentar um “contraponto ideológico às propostas de transformação social, visando à manutenção do *status quo*”.¹

Construiu-se a imagem, no entanto, de que a doutrina social católica veio em socorro das classes subalternas para minorar os sofrimentos resultantes do trabalho. Em relação à *Rerum Novarum*, especialmente, forjou-se a concepção de tratar-se de algo inovador, vanguardista, propulsor do direito do trabalho, servindo de fonte material deste ramo, além de auxiliar no processo de humanização do capitalismo, ao influenciar a regulamentação das relações de trabalho subordinado no mundo, como se pode apreender de rápida análise das obras dos juslaboralistas pátrios.

Os manuais jurídicos produzidos pelos autores dedicados ao estudo do direito do trabalho mostram-se úteis a demonstrar a importância por eles conferida à doutrina social católica para o desenvolvimento desse ramo do direito no País e no mundo.

Em uma perspectiva laudatória, os juslaboralistas brasileiros sustentam que para conter as chagas sociais resultantes do adoecimento das relações de trabalho interveio a Igreja Católica com a encíclica *Rerum Novarum*.

A idealização da referida encíclica, assim como o enaltecimento da intervenção da Igreja Católica sobre a questão social, foi difundida a partir da própria hierarquia eclesiástica por outras encíclicas, por mensagens comemorativas de seu aniversário ou pela propagação ao clero e aos fiéis por meio das cartas pastorais; enfim, em todas as oportunidades de manifestação pública sobre a questão social.

Pode-se perceber a memorização idealizada da doutrina social católica pelos textos jurídicos. Os autores de direito do trabalho, dos mais variados matizes e de diferentes épocas, foram prodigiosos em ressaltar e engrandecer o papel

¹ RAMOS FILHO, W.; ALLAN, N. A. A doutrina social da Igreja Católica, o direito do trabalho e os movimentos sociais insurgentes contemporâneos: a paz como resultado de um processo de lutas. In: RAMOS FILHO, W; WANDELLI, L. V. ALLAN, N. A. (Coord.). **Trabalho e Regulação no Estado Constitucional (v.4)**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 316-317.

cumprido pela Igreja Católica, mediante sua doutrina social, no surgimento e desenvolvimento do direito do trabalho.

É o que retratam as palavras de Evaristo de MORAES FILHO ao asseverar, depois de reproduzir trechos de algumas encíclicas sociais, que por “esses princípios coloca-se a doutrina social da Igreja como um dos fundamentos ideológicos e racionais mais fortes e atuantes do Direito do Trabalho”.²

Em igual sentido, Arnaldo SÜSSEKIND discorreu sobre a importância da encíclica papal *Rerum Novarum*, atribuindo-lhe a função de acelerar a multiplicação das leis, assim como de estabelecer “mudança na diretriz então predominante no trato das questões pertinentes ao trabalho, a fim de preservar a dignidade humana do trabalhador e implantar a justiça social”.³

Outros autores, de gerações recentes, têm assimilado e difundido esse discurso, sempre destacando a importância da *Rerum Novarum*, que inaugurou a doutrina social da Cúria Romana, quando o papa Leão XIII teria defendido, “para escândalo dos pensantes da época”, uma “tese revolucionária do direito dos operários de se associar para a defesa de suas reivindicações”.⁴

Seguindo essa linha de raciocínio, em texto alusivo ao septuagésimo aniversário da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Gabriela Neves DELGADO destacou a contribuição da doutrina social católica “no âmbito individual trabalhista”, especialmente com a *Rerum Novarum*, que teria “forte matiz social e humanitário”.⁵

Essa percepção da referida encíclica, assim como da doutrina social católica, não destoia daquela de inúmeros autores contemporâneos de direito do

² MORAES FILHO, E. Suplemento. *In: Tratado elementar de direito do trabalho (v.1)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1965. p. VII.

³ SÜSSEKIND, A. **Curso de direito do trabalho**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. p. 22.

⁴ MARTINEZ, L. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 63.

⁵ DELGADO, G. N. A CLT aos 70 anos – Rumo a um direito do trabalho constitucionalizado. *In: Revista TST*, Brasília, v. 79, abr./jun. 2013. p. 268-294. p. 273.

trabalho⁶, que seguem, sem reflexões mais elaboradas sobre o tema, reproduzindo o discurso contido nos antigos manuais,⁷ notadamente acerca de sua influência sobre o direito do trabalho.

De igual modo, alguns autores atribuem à contribuição da doutrina social católica a modificação de postura do Estado frente aos problemas diagnosticados nas relações de produção, notadamente no que concerne às condições de trabalho do operariado. Para um antigo ministro do Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo, o papa Leão XIII havia emprestado “fundamento moral à intervenção do Estado nas relações de trabalho”.⁸

Outro ponto de destaque nas obras dos juslaboralistas repousa na exaltação do papel pacificador do direito e da Justiça do Trabalho, o qual teria, por finalidade, contribuir para a harmonia e concórdia na sociedade – mais precisamente, estabilizando as relações entre as classes sociais.

É o que se reflete nas palavras de Arnaldo SÜSSEKIND, para quem a legislação do trabalho brasileira teria por característica a harmonia social, sendo

⁶ Para exemplificar: MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2003; MOURA, M. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014; PINTO, J. A. R. **Curso de direito individual do trabalho**: noções fundamentais de direito do trabalho, sujeitos e institutos do direito individual. 4. ed. São Paulo: LTr, 2000; MANUS, P. P. T. **Direito do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

⁷ São exemplos, além dos já citados: BARROS, A. M. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009. GOMES, O.; GOTTSCHALK, E. **Curso de direito do trabalho**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007; PRADO, R. B. **Direito do trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963; LAMARCA, A. **Curso normativo de direito do trabalho**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. SÜSSEKIND, A.; MARANHÃO, D.; SEGADAS VIANNA, J.; LIMA TEIXEIRA, J. **Instituições de direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 1996.

⁸ MENEZES, G. B. **Dissídios Coletivos do Trabalho**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950. p. 35. Mais contemporaneamente com idêntico viés podem ser citados: FARIAS, L. P. Uma conversa com Leão XIII: a encíclica *Rerum Novarum* e o direito contemporâneo. **Revista JurES**, v. 4, n. 6, 2012; RUSSOMANO, M. V. **Curso de direito do trabalho**. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2000; além dos artigos de: AZEVEDO, A. J. A encíclica *Rerum Novarum*; SCHIO, A. C. S. A questão social e o trabalho na encíclica *Rerum Novarum* e seus reflexos; GUNTHER, L. E. A encíclica *Rerum Novarum* e o princípio da subsidiariedade; todos extraídos da obra coletiva: GUNTHER, L. E. (Coord.); VILLATORE, M. A. C. (Coord.). **Rerum Novarum**: estudos em homenagem aos 120 anos de encíclica papal. Curitiba: Juruá, 2011.

finalidade do sistema jurídico “compor interesses aparentemente antagônicos dos trabalhadores e empregadores” em benefício da concórdia social.⁹

O discurso do direito como instrumento para pacificação das relações de produção e da sociedade foi reproduzido, de modo mais amplo, ao longo das décadas. Mais contemporaneamente, autores e operadores jurídicos do direito material e processual do trabalho têm difundido essa concepção, especialmente quando se trata de enaltecer as vantagens da conciliação judicial, tanto nos dissídios individuais quanto nos coletivos.

De acordo com Wagner GIGLIO, o direito processual do trabalho confere “grande ênfase à conciliação, como forma de se atingir o objetivo da paz social”. Na concepção do autor, importa “ao Estado que as próprias facções em litígio encontrem, elas mesmas, a fórmula capaz de compor suas divergências”.¹⁰

Constata-se, assim, a formação de uma “cultura conciliatória”, que teria por meta “romper com a cultura demandista produzindo o fruto da pacificação social e resultando em efetividade da Justiça do Trabalho”, como ressaltaram dois desembargadores do Trabalho no Paraná.¹¹

Desse modo, a conciliação em demandas individuais ou coletivas submetidas ao crivo da Justiça Especializada do Trabalho teria por finalidade contribuir para o apaziguamento da sociedade, auxiliando na redução dos seus “elevados níveis de conflitualidade”¹², isto é, minorando as controvérsias e resistências, típicas dos dissensos.

⁹ SÜSSEKIND, A. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho e à legislação complementar (v. I). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960. p. 32.

¹⁰ GIGLIO, W. D.; CORRÊA, C. G. V. **Direito processual do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 205.

¹¹ GUNTHER, L. E.; PIMPÃO, R. D.; SANTOS, W. F. L. Conciliação na Justiça do Trabalho: acesso e efetividade, direito e dever. *In*: _____. (Coord.); _____. (Coord.). **Conciliação um caminho para a paz social**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 357-375. p. 373.

¹² GEMIGNANI, T. A. A. A conciliação e a função promocional do direito: uma leitura constitucional. *In*: GUNTHER, L. E.; PIMPÃO, R. D. **Conciliação um caminho para a paz social**. Curitiba: Juruá, 2013. p.130.

Sem ignorar a importância da promoção da conciliação como política de administração judiciária, interessa ressaltar a ênfase concedida pelo Poder Judiciário do Trabalho a essa forma de solução dos conflitos.

O Conselho Nacional de Justiça vem recorrentemente patrocinando campanhas publicitárias com o objetivo de enaltecer a importância da conciliação judicial como ato de boa vontade entre os litigantes, envolvendo a Justiça do Trabalho e também outros segmentos do Poder Judiciário.

Chama atenção, no entanto, como os Magistrados do Trabalho posicionam-se como integrantes de uma esfera que é conciliadora por excelência, que tem na pacificação social sua razão de existir. É o que se infere de trecho de matéria publicada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no qual se noticia a instituição da *Semana Nacional de Conciliação Trabalhista* para o ano de 2015:

Um dos objetivos dessa Semana é ressaltar a importância da conciliação, um dos pilares do processo do trabalho, e contribuir com a cultura da solução consensual dos litígios.

A campanha, que ressalta a Justiça do Trabalho como célere e acessível, está embasada no conceito de que a conciliação é fruto de um gesto de boa vontade das pessoas envolvidas, o que está sintetizado no slogan “Outra forma de estender a mão é conciliar”.¹³

A referida matéria foi acompanhada de um histórico dos índices de conciliação judicial nos dissídios individuais entre 1980 e 2013. De sua análise percebe-se que a média geral de conciliação ao longo desse período atingiu expressivos 45,37%. Vale ainda ressaltar que no ano de 1985 se constatou o percentual mais elevado de conciliações, envolvendo 55,3% das ações ajuizadas. Já o menor índice foi registrado em 2013, quando 40,9% das reclamações trabalhistas foram solucionadas por acordo.¹⁴

Os números mostram-se úteis a demonstrar o caráter conciliador da Justiça do Trabalho e, porque não dizer, do direito material e processual do trabalho. De outro lado, a exposição festiva desses resultados demonstra a forma irreflexiva

¹³ Disponível em: <<http://www.csjt.jus.br/conciliacao-na-jt>>. Acesso em: 18 maio 2015.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.csjt.jus.br/conciliacao-na-jt>>. Acesso em: 18 maio 2015.

como a conciliação é compreendida pelos operadores jurídicos, que pouco questionam as razões indutoras do Judiciário a cancelar a transação de direitos que seriam irrenunciáveis ao trabalhador.

Pode-se afirmar que os discursos jurídicos da importância da doutrina social católica para o direito do trabalho e de exaltação da conciliação no âmbito individual e coletivo, com ênfase na ideia de colaboração entre as classes sociais em prol da estabilidade política, econômica e social do País, formam, juntamente com outros elementos, aquele “emaranhado de costumes intelectuais que são aceitos como verdades de princípios para ocultar o componente político da investigação das verdades”. Como observou WARAT, são utilizadas “imagens e crenças para preservar o segredo que as verdades escondem”, tratando-se do que ele denominou como “senso comum teórico” ou “lugar do secreto”.¹⁵

Sem refutar-se a importância da doutrina social da Igreja Católica para o desenvolvimento do direito do trabalho no País, pretende-se descortinar os objetivos políticos e os valores expostos nas encíclicas papais, demonstrando de que maneira contribuíram para alicerçar o espírito conciliador entre as classes sociais constatado no direito individual e coletivo do trabalho brasileiro.

Intenciona-se identificar e compreender a contribuição da doutrina social católica na formação de uma cultura jurídica trabalhista que exalta a harmonia social e detrata o conflito.

2.1 MÉTODOS DE PESQUISA

Nos manuais de direito do trabalho, as referências à doutrina social católica normalmente encontram-se nos trechos introdutórios destinados ao retrospecto da história desse ramo do direito. Nas seções intituladas “esboço” ou “esborço” histórico se constata um discurso linear, sem preocupação metodológica, sobre a história do trabalho, apresentando sua “evolução” desde a expulsão de Adão e Eva do Éden até os dias atuais. A partir disso passa-se a retroceder ao passado remotíssimo na

¹⁵ WARAT, L. A. **Introdução geral ao direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994. p. 15.

busca por iniciativas legislativas de origem estatal ou algo similar para sustentá-las como primeiras leis trabalhistas.¹⁶

Essa forma anacrônica de interpretar o passado jurídico induz, certamente, a deformações.

O objeto desta pesquisa a aproxima do campo da história do direito. Independentemente da dificuldade (ou até da inutilidade) de classificar uma pesquisa científica como *de história do direito*, pode-se indicar como possível critério o fato de o estudo dedicar sua hipótese ou objeto ao passado de questões notadamente jurídicas. Outra possibilidade é de que a pesquisa se destine de modo não instrumental à análise do passado de institutos jurídicos, debruçando-se sobre fontes como lei, doutrina, jurisprudência, costumes.

Pode-se compreender a história do direito como “o ramo do saber que se ocupa do passado jurídico”, tendo por finalidade desmitificar o formalismo jurídico que pretende isolar o direito contemporâneo, ignorando as diferenças existentes entre as experiências jurídicas atuais e as do passado, isto é, a própria historicidade do direito. Age, assim, como “consciência crítica” dos juristas.¹⁷

Para trilhar-se o arenoso terreno da história do direito há vários métodos possíveis, conduzindo a diferentes fontes de pesquisas e resultados. Algumas advertências metodológicas devem ser apresentadas, no entanto, a fim de se esclarecer quais são as lentes adotadas, nesta pesquisa, na busca ao passado jurídico.

¹⁶ Apenas para citar alguns exemplos: MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2003; MOURA, M. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014. BARROS, A. M. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009. RUSSOMANO, M. V. **Curso de direito do trabalho**. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2000.

¹⁷ FONSECA, R. M. **Introdução teórica à história do direito**. 1. ed. 3. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012. p. 34-36.

2.1.1 A temporalidade do direito

O direito não deve ser compreendido como resultado de um processo evolutivo, como se fosse tocado por uma continuidade histórica, resultando numa linha progressiva que importaria superação dos institutos, dos conceitos, do pensamento de outrora pelos atuais. Se assim fosse, o direito contemporâneo passaria a ser notado como fruto do progresso, do aprimoramento do passado, constituindo-se no “ápice de todas as elaborações jurídicas de todas as civilizações precedentes, já que é a única ungida com a água benta da ‘racionalidade’”¹⁸. Essa visão triunfalista deforma o passado e impede o desvelar da historicidade do direito, da temporalidade de seus conceitos, de seus institutos, enfim, da temporalidade do pensamento jurídico.

Além disso, essa concepção se instrumentaliza como legitimadora da atual ordem jurídica, prestando-se a justificar o presente. Nas irretocáveis palavras de António Manuel HESPANHA, “a história progressista promove a sacralização do presente, glorificado como meta, como o único horizonte possível da evolução humana...”¹⁹.

Trata-se de típico método da historiografia positivista, que toma os fatos históricos na tentativa de tecer nexos causais entre eles, como se a história fosse constituída de um desencadear de fatos indutores do progresso. Essa linha historiográfica apresenta uma deficiência teórica importante, na medida em que justifica o passado a partir do presente, sem conseguir apreender dos fatos históricos sua dimensão, não lhes conferindo autonomia em relação à contemporaneidade.

De outra parte, esse método – nada ingênuo e distante de possuir a autoproclamada neutralidade axiológica – tem, ao apresentar a história dos vencedores, uma funcionalidade política, pois aqueles “que num dado momento

¹⁸ FONSECA, *op. cit.*, p. 23.

¹⁹ HESPANHA, A. M. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Mem Martins-Por: Publicações Europa-América, 2003. p. 21.

dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores”. O método mostra-se compromissado com os interesses das classes dominantes à medida que narra a história dos grandes acontecimentos e personagens sempre na perspectiva dos vencedores, negligenciando os vencidos. Como alternativa a esse falso conhecimento, atrelado ao projeto dos dominadores, Walter BENJAMIN propôs “escovar a história a contrapelo”, o que representa compreendê-la em sua temporalidade, fazendo emergir a versão dos vencidos.²⁰

Outra ressalva importante do método, também relacionada com a temporalidade, reside em não compreender o direito como linearidade histórica, buscando identidade nos institutos jurídicos do passado, analisando-os e os interpretando com os olhos do presente, quando na verdade possuem nenhuma ou pouca similaridade entre si²¹, tal qual a história é contada pelos autores dos manuais de direito do trabalho.

Marc BLOCH refere-se a equívocos corriqueiramente cometidos pelo historiador no uso anacrônico de alguns conceitos. Recorda que os homens não modificam seu vocabulário a cada alteração de seus costumes, havendo assim mutação de significado, mas não de nome. Em sentido oposto, identifica situações de variação de nomenclatura no tempo e no espaço sem, no entanto, a correspondente mudança da coisa, assim como na Idade Média era comum instituições idênticas serem denominadas distintamente a depender do lugar.²²

Por sua vez, Paolo GROSSI formula advertência ao mencionar que conceitos jurídicos modernos como “‘Estado’, ‘soberania’, ‘lei’, ‘legalidade’,

²⁰ BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 225-232.

²¹ FONSECA, *op. cit.*, p. 113.

²² BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 59; p. 136-137.

‘interpretação’” não podem ser simplesmente transportados para o período medieval como se fossem ligados por uma irremediável continuidade.²³

Também cabe mencionar que, ao se mencionar conceitos como capitalismo, classe trabalhadora, sindicato ou igreja (para citar apenas alguns exemplos), não se deve tomá-los por suas noções contemporâneas, interpretando-os com os valores do pesquisador, mas pelo seu significado na época analisada. Cometer esse equívoco resultaria em anacronismo que deformaria a interpretação das fontes históricas, induzindo a conclusões equivocadas.

De igual modo, não se deve compreender nomes, conceitos, institutos do passado como antecessores menos evoluídos de seus atuais sinônimos, atribuindo-lhes conteúdos contemporâneos. Deve-se entender o pensamento e as práticas jurídicas do período aqui estudado como algo temporal, relacionados com a forma de pensar, de viver, com a cultura da época. Se agir-se de maneira distinta, o passado restará aprisionado pelo presente.²⁴

Tanto a história quanto o direito devem ser compreendidos em sua descontinuidade, isto é, nas suas cesuras, nas mudanças de rota, nos pensamentos dissonantes, nas suas contradições, nas suas idas e vindas, enfim, em sua genuína temporalidade. Se antes a descontinuidade era considerada pelo historiador como algo accidental a ser suprimido, nessa abordagem ela terá dupla função, consistindo em instrumental metodológico, ao passo que será critério para delimitar o campo e individualizar os domínios, mas também será objeto de estudo, pois servirá como parâmetro para comparação desses mesmos domínios.²⁵

Nessa linha de raciocínio, ao contrário das teses sustentadas pela historiografia positivista, não se deve tomar a história do direito com pretensões de

²³ GROSSI, P. **A ordem jurídica medieval**. Tradução Denise Rossato Agostinetti. Revisão Técnica Ricardo Marcelo Fonseca. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. p. 13.

²⁴ HESPANHA, *op. cit.*, p. 22.

²⁵ FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 5-10.

universalidade ou atribuir-lhe estatuto de verdade sobre os fatos históricos, buscando-se a narrativa fiel, exatamente como aconteceu, de grandes acontecimentos, sendo “os eventos políticos, militares e diplomáticos aqueles considerados com efetiva ‘dignidade histórica’”²⁶. Tampouco se mostra factível pensar-se na produção de um conhecimento do passado que seja objetivo e axiologicamente neutro, como ilusoriamente assevera essa escola historiográfica.

Parece evidente que o sujeito jamais poderá ser neutro, assim como o conhecimento obtido em sua pesquisa não será objetivo, pois qualquer que seja a tarefa a que se propõe o historiador implicará uma série de escolhas pessoais e arbitrárias, tais como: objeto estudado, fontes pesquisadas, metodologia adotada, teoria aplicada na interpretação dos resultados, entre outras.²⁷ Mostra-se válido salientar que o historiador é um sujeito histórico, dotado de valores, que influencia o saber produzido. Não se restringe, portanto, à tarefa de mero observador contemplativo, traçando conexões objetivas entre os fenômenos por ele analisados.

Considera-se o passado como uma realidade que não se modificará; contudo, o conhecimento sobre ele está em contínua mutação, cabendo interrogar sobre as formas de viver, de pensar, sobre a cultura de dada época. Melhor dizendo, deve-se compreender o passado como uma realidade truncada, não passível de reconstituição integral, devendo alcançá-lo por “conjecturas e aproximações”. Ele não revela “sinal de uma linha clara ou de várias linhas contínuas e claras; apresenta-se muito mais como um emaranhado de segmentos que se entrecruzam, perdem-se, recomeçam, interrompem-se”; trata-se de um “labirinto”, como conclui Pietro COSTA.²⁸

Assim, a história apresentada é a que se deixa emergir pelas fontes existentes, sendo que ao interpretá-las não se elabora um relato do que “realmente

²⁶ FONSECA, *op.cit.*, p. 57.

²⁷ BLOCH, *op. cit.*, p. 46.

²⁸ COSTA, P. **O conhecimento do passado**: dilemas e instrumentos da historiografia. Curitiba: Juruá, 2007. p. 17.

aconteceu”. Como advertiu HESPANHA, o historiador pode apenas conferir as “sequências cronológicas entre acontecimentos, tudo o resto são inferências suas”. Nesta ótica, cabe ao historiador conscientizar-se de que produzirá uma realidade artificial, permeada e moldada por seus “processos mentais”, isto é, por sua atividade intelectual.²⁹

Formular a história dos grandes acontecimentos e das grandes personalidades e dedicar-se a contar os fatos sob a ótica dos vencedores, desprezando a perspectiva dos vencidos, tornando o saber produzido parcial e comprometido com a lógica das classes dominantes, significaria ignorar inúmeros fatores, tais como “os impulsos íntimos dos destinos humanos, as vicissitudes da mentalidade ou da sensibilidade, das técnicas, da estrutura social ou econômica”, todos ocultados na narrativa do grande fato.³⁰

Explicitados os possíveis equívocos quanto ao método na produção do saber historiográfico, alcança-se o momento de indicar os critérios adotados, nesta pesquisa, para investigar e interpretar as fontes históricas.

2.1.2 Algumas notas sobre cultura jurídica

No decorrer da elaboração desta tese constatou-se que a perspectiva do pesquisador e os métodos por ele empregados melhor se conformariam com os postulados da chamada história cultural do que propriamente com a história das mentalidades, que, em primeira vista, poderia ter maior afinidade temática.³¹

²⁹ HESPANHA, *op. cit.*, p. 24-25.

³⁰ BLOCH, *op. cit.*, p. 105.

³¹ Não parece útil ingressar no debate historiográfico sobre as críticas formuladas sobre a vagueza e ambiguidade do termo “mentalidade”. Sobre o desgaste do uso do conceito de mentalidade para historiografia francesa e sobre características da história cultural ver: VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. *In*: CARDOSO, C. F. (Org.); _____ (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 117-151. SOUZA, A. P. Uma historiografia para a cultura jurídica brasileira. *In*: FONSECA, R. M. (Org.) **Nova história brasileira do direito**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 55-82.

Isso não quer significar que serão assimilados rigorosamente todos os métodos apresentados por alguma escola historiográfica. Quanto a isso vale recordar que o objeto desta pesquisa é mais específico, isto é, centra-se na história do direito, além de que há várias vertentes da história cultural apontando para caminhos desencontrados e muitas vezes contraditórios, tornando-se impossível, mesmo que desejado, a fidelidade extrema aos seus preceitos.

A opção metodológica adotada na pesquisa a aproxima da história cultural, em razão de a tese verter-se ao regaste e interpretação de conflitos sociais em que afloram os antagonismos entre classes, afastando-a de objetos típicos da história das mentalidades, “pelo menos daquelas versões limitadas a descrever a vida cotidiana ou a apregoar que a mentalidade é algo comum ao conjunto da sociedade, não importando o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social”.³²

Outro ponto a embasar o enfoque mais voltado à história cultural reside na afeição dessa corrente historiográfica pelo “informal e, sobretudo, pelo *popular*”, sem, no entanto, abdicar de analisar “as expressões culturais das elites”³³. Esta perspectiva contribui à construção de uma concepção de cultura que implique relação dialética entre o pensamento e as práticas das elites com as crenças e modos de viver das classes subalternas, o que se mostra plenamente válido à proposta desta pesquisa de identificar a contribuição da doutrina social católica na formação da cultura jurídica trabalhista no Brasil.

Nesse sentido, vale citar o trabalho de Carlo GINZBURG. Confessadamente influenciado pelo estudo de Mikhail BAKHTIN³⁴ sobre a obra de François Rabelais, o historiador italiano desenvolveu notável pesquisa, concluindo pela existência de uma cultura popular pertencente às classes subalternas. Com inspiração em MARX, mas ao mesmo tempo discordando da perspectiva da historiografia marxista encontrada

³² VAINFAS, *op. cit.*, p. 138-139.

³³ VAINFAS, *op. cit.*, p. 138.

³⁴ BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1987.

até aquele momento sobre o assunto, assumiu posição de que a cultura popular não pode ser compreendida como algo imposto pelas classes dominantes às classes dominadas e tampouco deve ser entendida como uma cultura genuína. Na sua visão, a cultura popular seria “o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico...” e firmaria uma relação de reciprocidade com a cultura hegemônica. Sendo assim, os elementos da cultura das classes dominantes seriam tomados pelas classes subalternas tanto de forma mais ou menos consentida quanto de maneira inconsciente, com deformações decorrentes das naturais acomodações à sua realidade cotidiana.³⁵

Concepção similar pode ser apreendida em trabalho de Edward P. THOMPSON sobre a formação do operariado na Inglaterra.³⁶ Nela o autor demonstra não somente a existência de uma cultura própria das classes subalternas inglesas, como também assevera que a defesa de seus valores e de sua visão de mundo contra as modificações exigidas pelo desenvolvimento do capitalismo foi constitutiva da consciência de classe operária.

De mais a mais, também o direito se mostra exemplar em relação à transmissão de valores entre as gerações, pela repetição de condutas, ritos, mitos, etc., impondo a força da tradição aos seus institutos, pelo que se pode falar tranquilamente sobre uma cultura própria a esse ramo do saber.

Nesse sentido, André Peixoto de SOUZA, destacando a importância do conceito para a compreensão do pensamento jurídico no País, define cultura jurídica como o “conjunto de ideias e práticas no âmbito do direito”.³⁷ Essa definição não contempla o relacionamento das condutas, saberes e ritos jurídicos com os demais

³⁵ GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso. Revisão técnica Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 12 *et seq.*

³⁶ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. 3. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 3v.

³⁷ SOUZA, A. P., *op. cit.*, p. 79.

setores da sociedade, isolando o direito de outros segmentos do conhecimento, assim como dos componentes culturais propriamente ditos.

Considerando essas observações, pode-se definir como cultura jurídica o “conjunto de práticas, saberes, ritos, crenças, imaginários e técnicas de configuração jurídica”, constituído não somente por operadores do direito, mas por técnicos de outras configurações sociais. Dessa definição apreende-se a interação das práticas consideradas tipicamente jurídicas com os demais comportamentos verificados na sociedade, permitindo a “interpretação (aberta, complexa e provisória) do fenômeno jurídico como fenômeno cultural”.³⁸

Cabe agora formular uma indagação: no período histórico abordado pode-se falar em uma cultura jurídica brasileira? Ricardo Marcelo FONSECA assevera que desde a segunda metade do século XIX foi-se forjando uma cultura jurídica brasileira, a partir das contradições entre os resquícios da estrutura oligárquica e escravocrata, com a remanência da legislação da monarquia corporativa (“ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções”), com aplicação dos preceitos jurídicos instaurados, por influência das ideias liberais burguesas, principalmente na Constituição do Império, de 1824³⁹. Para o referido autor, a cultura jurídica brasileira deve ser investigada, nesse período, a partir de três perspectivas: (i) como ocorre a circulação do direito e como seus efeitos repercutem na sociedade; (ii) de que maneira o direito dialoga com os demais componentes culturais; e (iii) como o direito se relaciona com as demais esferas da sociedade.⁴⁰

Evidentemente, essa cultura jurídica brasileira sofreu modificações com o passar do tempo, sem, entretanto, deixar de existir. Sendo assim, pode-se asseverar sua existência no período histórico abrangido pela pesquisa.

³⁸ PEREIRA, **op. cit.**, p. 42 et seq.

³⁹ FONSECA, R. M. Os juristas e a cultura jurídica na segunda metade do século XIX. In: **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Milano, Giuffrè editore, n. 35, a. 2006, p. 344-346.

⁴⁰ FONSECA, R. M. Os juristas e a cultura jurídica..., p. 371.

Alguns estudos de história do direito, centrados nas questões relacionadas à cultura jurídica, costumam focar as elites jurídicas, os grandes juristas e doutrinadores do passado com perspectiva laudatória. Isso porque encaram a cultura sob o viés hierárquico, utilizando-a para classificar os que detêm mais ou menos cultura.⁴¹

Não se olvide que a cultura jurídica de uma época se forma pela relação dialética estabelecida entre esses representantes da “alta cultura” e as contribuições dos grandes eruditos, dos privilegiados expoentes do pensamento jurídico, e os membros dotados de “baixa cultura”, que se manifestam nos manuais jurídicos e demais obras elaborados por autores menos prestigiados, textos literários e de outros ramos do saber, autos de ações judiciais. Tais fontes importam por permitir ao historiador do direito verificar a circularidade da cultura jurídica em certa localidade e período.⁴²

Do conceito de cultura jurídica denota-se a importância conferida ao simbólico e ao imaginário social para a formação cultural de uma comunidade em determinada época, assim como se salienta a relevância das fontes históricas.

2.2 FONTES HISTÓRICAS E O IMAGINÁRIO SOCIAL

Nesta pesquisa deve-se compreender a importância de descortinar o processo de solidificação do espírito de conciliação entre classes sociais e de condenação do socialismo e do comunismo, difundido no imaginário social pela doutrina da Igreja Católica e seus seguidores. Além disso, cabe identificar de que modo isso contaminou a cultura jurídica trabalhista.

O intento esposado somente se tornará possível com a correta interpretação das fontes disponíveis que constituem o material investigado. Para tanto, mostra-se

⁴¹ BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 23.

⁴² PEREIRA, *op. cit.*, p. 39.

necessário estabelecer um diálogo com o passado, aproximando-se de sua linguagem, o que enfatiza a importância das fontes históricas pesquisadas.

Antes, porém, de explicitar as fontes históricas consultadas cabem algumas observações sobre o imaginário social, como etapa necessária à melhor compreensão dos capítulos seguintes.

2.2.1 Algumas notas sobre o imaginário social

Restou evidenciado que a formação de uma cultura jurídica tem no imaginário da sociedade um relevante componente. Gibert DURAND define imaginário como os “processos de produção, transmissão e recepção, o ‘museu’ [...] de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas”⁴³.

Já Cornelius CASTORIADIS compreende imaginário como “afastamento do real”:

falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa ‘inventada’ – quer se trate de uma invenção ‘absoluta’ (‘uma história imaginada em todas as suas partes’), ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações ‘normais’ ou ‘canônicas’”. Em ambas as situações há um afastamento do real⁴⁴.

Apreende-se do conceito de referido autor o distanciamento do real propiciado pelo imaginário a partir da invenção ou dos deslizes da realidade com estreita conexão com o simbólico. Este significaria “a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um ‘representa’ o outro”. O simbólico apresenta um componente ‘racional-real’, numa relação ambivalente entre aquilo que é real – indispensável para pensar ou agir – imbricado com o componente imaginário⁴⁵.

⁴³ DURAND, G. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução René Eve Levié. 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

⁴⁴ CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynaud. Revisão técnica Luis Roberto Salinas Fortes. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 154.

⁴⁵ CASTORIADIS, *op. cit.*, p. 155.

O simbolismo não pode ser tido como neutro e tampouco como adequado ao funcionamento dos processos racionais, porque se estrutura sobre os resquícios dos símbolos precedentes, podendo conduzir ao imprevisível, pois não se pode prever por onde passará a fronteira entre o simbólico e o real ou onde eles se entrelaçarão.

Assim, para que um símbolo se consolide no imaginário popular mostra-se fundamental que exista um ambiente propício, isto é, resulta necessário que existam raízes desses novos símbolos no imaginário preexistente. Se isso não ocorrer o novo símbolo cairá no vazio ou no ridículo⁴⁶.

Esse simbolismo se incrustará no natural e no histórico da sociedade, influenciando no racional ao determinar aspectos sociais. Para isso, a imagem funcionará como símbolo, não na consciência individual onde se assemelharia a um fantasma, mas coletivamente. A significação imaginária social – a que não está relacionada a uma percepção nem a um pensamento – somente será capturada indiretamente, como uma “‘deformação coerente’ do sistema dos sujeitos, dos objetos e de suas relações;” e se estruturará a partir de significantes coletivamente preexistentes.⁴⁷

Atingir o imaginário social é forma eficiente de inculcar valores ideológicos e políticos na população, pois por meio dele se alcançam “as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”.⁴⁸

O imaginário social se constitui e se manifesta por ideologias e utopias, mas também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Nesse sentido, símbolos e mitos, por permitirem uma leitura mais simplificada, tornam-se importantes fatores para “projeção de interesses, aspirações e medos coletivos”. Se forem assimilados pelo imaginário social podem contribuir a formar concepções de mundo e modelar

⁴⁶ CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13.

⁴⁷ CASTORIADIS, *op. cit.*, p. 173.

⁴⁸ CARVALHO, *op. cit.*, p.10.

comportamentos.⁴⁹ Afinal, o fato de se falar em imaginário não deve conduzir à falsa impressão de que não há implicações reais. Na esteira do que afirmou Ricardo Marcelo FONSECA, não se deve descuidar de que todos os sistemas mentais engendrados pelos homens, dentre eles o sistema jurídico, existem concretamente, operando na realidade.⁵⁰

A historiografia mostra alguns estudos exemplares sobre como o imaginário forjou a visão de mundo de dada sociedade em determinada época, com a assimilação de valores políticos ou ideológicos. A pesquisa de Ernst H. KANTOROWICZ apresenta-se como emblemática. Nela o autor consegue demonstrar como se disseminou no imaginário popular europeu da Idade Média a compreensão da coexistência de dois corpos do rei, sendo um seu corpo físico, natural, sujeito às vicissitudes humanas e, portanto, também à morte; e outro, místico, constituindo seu corpo político, santificado, em evidente alusão a Jesus Cristo; ambos compondo a mesma pessoa e, logo, sendo indivisíveis. Nesse passo, o corpo político ou místico, ao unir-se ao corpo natural, aperfeiçoa-o, ao eliminar as imperfeições típicas da falibilidade humana.⁵¹

Em âmbito nacional podem ser citados alguns trabalhos envolvendo temática semelhante. A historiadora Lilia Moritz SCHWARCZ conseguiu esclarecer a maneira como a imagem de Dom Pedro II, difundida por pinturas e principalmente pela fotografia, introduziu no imaginário popular a representação simbólica de sua figura como sábio, austero, paternal, que transcendia a própria monarquia⁵².

Outro ótimo exemplo de pesquisa é a de José Murilo de CARVALHO. Nela o historiador comprovou como o imaginário social pode ser objeto de manipulação,

⁴⁹ CARVALHO, *op. cit.*, p.10-11.

⁵⁰ FONSECA, R. M. A noção de imaginário jurídico e a história do direito. *In*: _____. (Org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012.

⁵¹ KANTOROWICZ, E. H. **Los dos cuerpos del Rey**: un estudio de teoría política medieval. Tradução Susana Aikin Araluce; Rafael Blázquez Godoy. Madri-Espanha: AKAL, 2012.

⁵² SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

exitosa, em algumas vezes, em outras nem tanto. Sua obra evidencia a tentativa frustrada, no início da República brasileira, de incutir valores republicanos à população em substituição aos remanescentes do período imperial, o que enfatiza a observação anterior de que para a manipulação do imaginário tornar-se factível é fundamental existir um campo propício, no imaginário preexistente, para assimilação dos novos símbolos. Do contrário, eles quedarão no vazio ou no ridículo.⁵³

No âmbito do direito do trabalho brasileiro mitificou-se a figura paternal de Getúlio Vargas como estadista visionário que criou “a mais avançada legislação social do mundo” – como na época a propaganda estatal e os entusiastas do regime repetiam à exaustão –, concedendo direitos à classe trabalhadora que nem sequer eram por ela desejados. Eis o mito da outorga com a fala dos trabalhadores silenciada, muito bem explicitado na obra de Adalberto PARANHOS⁵⁴.

Sem a pretensão de alcançar o impossível, ou seja, de resgatar o fato histórico exatamente como ocorreu, mas com a expectativa de impor “filtros adequados” a fim de eliminar “dos olhos lentes deformadoras que nunca permitirão descobrir o aspecto essencial da experiência histórica”⁵⁵, ressalta-se a importância das fontes históricas para a pesquisa em história do direito, notadamente na investigação da cultura jurídica da época.

Para tanto, a abordagem se dará a partir do instrumental linguístico que atualmente é disponível, ocasionando o confronto de duas linguagens: uma que constitui o instrumento de trabalho do pesquisador; e a outra, a do passado, que será objeto da pesquisa. Sobre esta deve incidir a tarefa hermenêutica do historiador do direito, como ressaltou Pietro COSTA⁵⁶.

⁵³ CARVALHO, *op. cit.*, *passim*.

⁵⁴ PARANHOS, A. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

⁵⁵ GROSSI, *op. cit.*, p. 12.

⁵⁶ COSTA, *op. cit.*, p. 11 *et seq.*

2.2.2 Fontes históricas adotadas

As fontes históricas utilizadas numa pesquisa científica estão estreitamente ligadas ao método e à teoria adotados pelo historiador. Se seguidos os métodos da história positivista se deveria – no desejo de produzir um conhecimento que represente o real, narrando a verdade sobre os grandes acontecimentos e sobre as personagens de maior relevo histórico – recorrer unicamente a fontes oficiais, por serem mais seguras.⁵⁷

Não é o caso desta pesquisa científica, que demanda a busca por outras fontes históricas. A proposta consiste em demonstrar de que modo a doutrina social da Igreja Católica influenciou o direito do trabalho no Brasil. Torna-se, logo, necessária a retomada dos valores e objetivos políticos incutidos nos discursos da Igreja e de quem os difundiu.

Como se depara com a realidade passada somente indiretamente – o que propicia a produção de um conhecimento historiográfico de segundo grau, nas palavras de Pietro COSTA –, procura-se nos filtros dos “textos, dos discursos, dos sinais” a aproximação necessária com estes momentos perdidos na história⁵⁸. Afinal, o saber produzido sobre o passado deverá ser obtido por meio de vestígios, isto é, uma “marca, perceptível aos sentidos”, legada por um acontecimento impossível de ser captado. Nessa direção, Marc BLOCH assevera que o passado tiraniza o historiador à medida que impede o conhecimento sobre si, a não ser pelas pistas que ele próprio fornece.⁵⁹

A aproximação com esse tempo histórico dar-se-á pelos textos escritos que constituem fontes determinantes ao historiador do direito, nos dizeres de Pietro COSTA.⁶⁰ Serão objeto de análise, portanto, as encíclicas papais *Rerum Novarum*

⁵⁷ FONSECA, Introdução teórica à história do direito..., *op. cit.*, p. 55.

⁵⁸ COSTA, *op. cit.*, p. 14.

⁵⁹ BLOCH, *op. cit.*, p. 73-75.

⁶⁰ COSTA, *op. cit.*, p. 11.

(1891)⁶¹, *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divini Redemptoris* (1937), tripé de sustentação da doutrina social católica no período abrangido por este estudo.

Decorrido mais de um século da publicação da *Rerum Novarum*, não se mostra possível ouvirem-se as personagens envolvidas na trama histórica; senão, pelo acesso aos seus testemunhos escritos, como são concebidos os documentos eclesiásticos consultados.

Tais documentos retratam emblematicamente os valores sociais e políticos da hierarquia da Igreja Católica naquele contexto histórico, propiciando uma interpretação suficientemente clara de sua finalidade. De outra parte, cabe anotar que não se mostra adequado simplesmente transportá-los à realidade brasileira, pois, dadas as peculiaridades da cultura local, foram objeto de inferência de interesses de representantes da Igreja e das classes dominantes⁶². Em razão disso, transparece ser pertinente o ingresso no ambiente nacional a fim de efetuar uma leitura que permita interpretar a forma como a doutrina social da Igreja Católica foi assimilada e depois difundida no País. Para tanto, as cartas pastorais do episcopado, tanto as coletivas como as individuais, elaboradas no período, podem ser úteis a demonstrar a visão da hierarquia eclesiástica brasileira sobre o tema.

A denominação dessas interlocuções como *cartas pastorais* retoma ao tempo da igreja primitiva, nos primórdios do cristianismo, pois o termo remonta às

⁶¹ A despeito de a encíclica de Leão XIII anteceder o marco temporal estabelecido para esta pesquisa, sua análise mostra-se necessária em razão de ser impossível realizar um trabalho acadêmico envolvendo a matéria sem estudá-la, dada sua importância para a constituição da doutrina social católica. Embora editada em 1891, seu impacto no Brasil pode ser notado a partir de 1910, quando a questão social passa a ser objeto de preocupação da hierarquia da igreja brasileira, o que também se presta a justificar sua inclusão como objeto de análise.

⁶² Não se trata de particularidade desta matéria. Há alguns trabalhos na área da história do direito que acentuam a simbiose entre o direito europeu e sua aplicação no cenário brasileiro, demonstrando a existência de uma cultura jurídica própria, influenciada pela europeia, mas não sendo sua mera reprodução. Nesse aspecto, apenas para ilustrar: HESPANHA, A. M. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 7-41. PEREIRA, L. F. L. Súditos del-Rey na América Portuguesa: monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Villa de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, no século XVIII. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro*, a. 172, n. 452, jul./set. 2011. p. 51-86. FONSECA, R. M. Os juristas e a cultura jurídica na segunda metade do século XIX. *In: Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, Milano, Giuffrè editore, n. 35, a. 2006, p. 339-371.

epístolas de Paulo que continham mensagens para orientação, exortação e advertência às primeiras comunidades cristãs. O termo, carta pastoral, também transmite um caráter paternalista ao referir-se ao pastoreio de ovelhas – atividade econômica predominante na Palestina daquele período –, em que o pastor detém a função de guiar seu rebanho pelos caminhos apropriados, afastando-o de perigos e auxiliando-o a sobreviver.⁶³

As cartas pastorais pretendiam apontar ao clero e aos fiéis, destinatários por excelência desses documentos, os caminhos da fé, corrigindo erros e indicando soluções aos problemas contemporâneos, sempre observando os preceitos morais e religiosos da Igreja Católica.

Esta pesquisa envolveu consulta aos documentos elaborados por dez diferentes bispos ou arcebispos (entre 1911 e 1948), além das cartas pastorais coletivas de 1910 e de 1937, do manifesto do episcopado sobre o momento nacional e internacional de 1945, e da circular apostólica do cardeal D. Leme de 1931.

Essas cartas pastorais constituem-se, sem sombra de dúvida, em registros históricos essenciais à compreensão da mentalidade da Igreja Católica brasileira no período pesquisado.

A despeito de sua relevância, tais registros são insuficientes a permitir identificar a circularidade cultural da época, pelo que se faz necessária a imersão no restante da sociedade. Para suprir essa lacuna se recorrerá aos fatos do cotidiano ou às opiniões expressadas por setores da imprensa.

Há de se ter clareza de que a imprensa comumente vê-se envolvida com a ordem dominante, ressonando “valores, interesses e discursos ideológicos” dos representantes das elites⁶⁴. Tal situação, no entanto, em nada afeta o trabalho, tendo em vista a proposta de se verificar a maneira com que se espalhou a doutrina social da Igreja Católica no Brasil. Nesse aspecto, não se deve olvidar que a

⁶³ ARAÚJO, J. C. S. **Igreja Católica no Brasil**: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 27.

⁶⁴ DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 116.

ideologia se materializa na linguagem, o que justifica a opção dos conservadores em manifestar sua visão de mundo por meio de seus representantes na imprensa.

Os meios de comunicação cristalizam-se no modo mais adequado e eficiente para que a classe dominante transmita às classes dominadas seus valores “a fim de apresentar seu interesse como o interesse geral”⁶⁵ e assim obter hegemonia. Ou, nas palavras de GRAMSCI, a “parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente [ideológica] é o setor editorial em geral: editoras [...], jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais”.⁶⁶

Com esse propósito, as fontes de pesquisa utilizadas foram os acervos históricos dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Paiz*, do Rio de Janeiro. A opção por ambos resultou do fato de serem os periódicos de maior tiragem na época, além de permitirem o desenvolvimento do trabalho por quase todo o período estudado. O jornal paulistano mantém as atividades iniciadas em 1875, enquanto o tabloide carioca permaneceu ativo entre 1884 e 18 de novembro de 1934, quando suas atividades foram encerradas por determinação do Governo Vargas.

Além de jornais e revistas, o pensamento social católico pode ser investigado nas obras dos intelectuais que contribuíram para sua difusão no País. Data desse período histórico o surgimento no Brasil do movimento de leigos denominado de Ação Católica, que desenvolveu ramificações para interferir em variados segmentos da sociedade brasileira, assim como deixou rastros na burocracia estatal. Algumas obras de Alceu Amoroso Lima constituirão objeto de análise, sendo este autor tomado como exemplo do movimento de intelectuais leigos, diante do vigor de sua obra e em razão de suas excelentes relações com a alta hierarquia da igreja brasileira.

⁶⁵ MARX, K. Ideologia Alemã. In: **O leitor de Marx** (organização José Paulo Netto). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 144.

⁶⁶ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere (v. 2)**. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho *et al.* 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 78.

Interessa relacionar o discurso da doutrina social da Igreja Católica, formulado diretamente pela Santa Sé ou difundido por autoridades eclesásticas e por leigos, com uma doutrina autoritária que teve seu apogeu nas primeiras décadas do século passado. Trata-se do corporativismo. Nessa temática, doutrina social católica e corporativismo “se apresentam como autoimplicados, uma doutrina alimentando a outra”⁶⁷, sendo necessária a investigação das fontes que permitem essa aproximação, também a partir da análise do discurso corporativista.

Para melhor compreensão dos postulados teóricos do corporativismo foram utilizadas obras de juristas estrangeiros, elaboradas, principalmente, entre as décadas de 1920 e 1930. Cumpre mencionar que, ao contrário da doutrina brasileira, que não se preocupou em desenvolver teoricamente o corporativismo no País, os juristas italianos dedicaram-se à construção teórica, especialmente em relação ao princípio jurídico corporativo. A obra de Mihail MANOÏLESCO, traduzida no Brasil por Azevedo Amaral em edição de 1938, também foi utilizada como fonte de pesquisa, diante de sua propagação entre os juristas e demais pensadores da época.

Percorrido esse caminho não há que se esquecer de traçar a relação entre doutrina social católica, corporativismo e o direito do trabalho, procurando demonstrar de que modo este ramo do direito se justifica, fundamenta-se e alicerça-se nos preceitos da conciliação e da harmonia entre as classes sociais, ao passo que condena a luta de classes e as conturbações que dela decorrem.

Vislumbra-se, portanto, a necessidade de investigar os textos jurídicos da época, assim como o próprio ordenamento jurídico trabalhista, a fim de identificar em que medida foram influenciados pelos preceitos católicos, a ponto de se formar uma cultura jurídica trabalhista que privilegia a conciliação em detrimento do conflito.

Os manuais jurídicos e demais textos jurídicos da época pesquisada permitem identificar a doutrina social católica sendo festejada como uma das principais fontes materiais do direito do trabalho e verificar como os juristas

⁶⁷ RAMOS FILHO, W.; ALLAN, N. A. A doutrina social da igreja e o corporativismo: a Encíclica Rerum Novarum e a regulação do trabalho no Brasil. *In*: GUNTHER, L. E.; VILLATORE, M. A. C.; ALMEIDA, R. S.; SANTOS, W. F. L. (Orgs.). **RERUM NOVARUM**: estudos em homenagem aos 120 de encíclica papal. Curitiba: Juruá, 2011. p. 49.

reivindicam ao direito do trabalho os princípios cristãos de solidariedade e da harmonia social.

Nessa perspectiva também se mostra fundamental a análise dos anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, realizado em maio de 1941, em homenagem ao quinquagésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum*. A importância desse evento foi referendada, décadas mais tarde, por Arnaldo SÜSSEKIND, ao reputá-lo como uma das fontes materiais da nova legislação.⁶⁸

Com essas considerações resta concluído este capítulo, voltado às ferramentas que serão adotadas na interpretação das fontes históricas selecionadas. Dessas observações pode-se antecipar que o conjunto dos textos analisados permite identificar que se entrelaçam por professar a fé cristã, por possuir objetivos políticos afins ou por serem dotados da mesma visão de mundo.

O próximo capítulo será dedicado à análise e interpretação do tripé de interpretação da doutrina social católica no período, isto é, das encíclicas papais *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris*.

⁶⁸ BIAVASCHI, M. B. **O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

3 A CULTURA DA DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA

As encíclicas da Igreja Católica são documentos oficiais produzidos pelos papas que pretendem externar ao episcopado, ao clero e aos fiéis sua posição sobre determinado tema, especialmente sobre questões em voga na sociedade.⁶⁹

A proliferação de encíclicas a partir da segunda metade do século XIX deve ser concebida como parte do movimento de romanização ou de reforma da Igreja, que tinha por finalidade a europeização do catolicismo e o fortalecimento da autoridade papal.⁷⁰

Também nessa perspectiva, o Concílio Vaticano I declarou, em 1870, a infalibilidade do papa em relação a afirmações solenes sobre assuntos relacionados à fé e à moral (os costumes), isto é, nessas circunstâncias a determinação papal deveria ser considerada como um dogma, não sendo passível de erros e, por consequência, não devendo ser objeto de questionamento.⁷¹ Isso almejou restabelecer sua autoridade e também conferir maior legitimidade à hierarquia eclesiástica, com o reforço da origem divina à função exercida pelos religiosos. Ao mesmo tempo, para que “a concepção religiosa pudesse pelo menos parecer

⁶⁹ VIEIRA, M. M. A mulher e a família nas práticas discursivas de Dom Antônio Mazzarotto: primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-PR. **HORIZONTE: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 11, n. 30, 2013. p. 764.

⁷⁰ ARAÚJO, J. C. S. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 23.

⁷¹ Apreende-se do parágrafo 1839 da declaração do Concílio Vaticano I: “Por isso Nós, apegando-nos à Tradição recebida desde o início da fé cristã, para a glória de Deus, nosso Salvador, para exaltação da religião católica, e para a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do Sagrado Concílio, ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando, no desempenho do ministério de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica alguma doutrina referente à fé e à moral para toda a Igreja, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual Cristo quis munir a sua Igreja quando define alguma doutrina sobre a fé e a moral; e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são por si mesmas, e não apenas em virtude do consenso da Igreja, irreformáveis. (cf. IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Concílio Vaticano I, 1870. Disponível em: <<http://www.universocatolico.com.br/index.php/?concilio-vaticano-i-1869-1870.html>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

absoluta e objetivamente universal, seria necessário que ela se apresentasse monolítica”.⁷²

Embora a noção de infalibilidade papal, por definição, não pudesse ser aplicada às bulas, encíclicas e outros documentos, tal fato não era explicitado de forma suficientemente clara pela hierarquia eclesiástica. Ao contrário, em muitos casos enfatizava-se o caráter coercitivo dos pronunciamentos papais. O trecho abaixo transcrito foi extraído da carta pastoral de autoria de um bispo brasileiro, em 1938, dirigida aos fiéis e ao clero de sua diocese, e se presta a ilustrar o valor conferido às falas dos papas:

O Papa é infalível. Quando define uma verdade de fé ou uma regra de costumes, o Papa não erra. [...] Entretanto, Irmãos e Irmãs, o católico não espera que o Papa defina um dogma, acontecimento excepcionalíssimo na história da Igreja, para, só então, prestar assenso à sua palavra. E nem todas as questões sobre que o Papa fala, por mais palpitantes e atuais, são objeto de definição dogmática. Não será digno, porém, de um filho da Igreja, não já por em dúvida a palavra do Papa, mas recebê-la com alheamento ou indiferença ou, o que é mais grave opor-lhe ressalvas.⁷³

Nesse mesmo período a Cúria Romana resistia às alterações sociais por ela classificadas como “modernismos”, especialmente as resultantes do progressivo processo de laicização das sociedades, presenciado em diversos países, que acarretou a perda acentuada de sua influência.

Tal fato era por ela assimilado como efeito do racionalismo e da consequente descristianização da sociedade, sendo tratado como crise moral, pois predominaria naquele contexto histórico uma moral pagã, em detrimento da cristã, prevalente no Antigo Regime.

Para a Santa Sé a sociedade burguesa representava a derrocada da humanidade e servia como instrumento para impulsionar algo ainda pior e que seria a sua sucessora natural – a sociedade comunista. Assim, a Igreja Católicaurgia recuperar a condição de centro da humanidade e, para tanto, apresentava inflexão

⁷² GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere (v. 4)**. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53.

⁷³ VILAS-BÔAS, M. M. 1ª **Carta Pastoral**: da Ação Católica. Salvador-BA: Escola Tipográfica Salesiana, 1938. p. 27.

3 A CULTURA DA DOUTRINA SOCIAL CATÓLICA

As encíclicas da Igreja Católica são documentos oficiais produzidos pelos papas que pretendem externar ao episcopado, ao clero e aos fiéis sua posição sobre determinado tema, especialmente sobre questões em voga na sociedade.⁶⁹

A proliferação de encíclicas a partir da segunda metade do século XIX deve ser concebida como parte do movimento de romanização ou de reforma da Igreja, que tinha por finalidade a europeização do catolicismo e o fortalecimento da autoridade papal.⁷⁰

Também nessa perspectiva, o Concílio Vaticano I declarou, em 1870, a infalibilidade do papa em relação a afirmações solenes sobre assuntos relacionados à fé e à moral (os costumes), isto é, nessas circunstâncias a determinação papal deveria ser considerada como um dogma, não sendo passível de erros e, por consequência, não devendo ser objeto de questionamento.⁷¹ Isso almejou restabelecer sua autoridade e também conferir maior legitimidade à hierarquia eclesiástica, com o reforço da origem divina à função exercida pelos religiosos. Ao mesmo tempo, para que “a concepção religiosa pudesse pelo menos parecer

⁶⁹ VIEIRA, M. M. A mulher e a família nas práticas discursivas de Dom Antônio Mazzarotto: primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-PR. **HORIZONTE: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 11, n. 30, 2013. p. 764.

⁷⁰ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 23.

⁷¹ Apreende-se do parágrafo 1839 da declaração do Concílio Vaticano I: “Por isso Nós, apegando-nos à Tradição recebida desde o início da fé cristã, para a glória de Deus, nosso Salvador, para exaltação da religião católica, e para a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do Sagrado Concílio, ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando, no desempenho do ministério de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica alguma doutrina referente à fé e à moral para toda a Igreja, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual Cristo quis munir a sua Igreja quando define alguma doutrina sobre a fé e a moral; e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são por si mesmas, e não apenas em virtude do consenso da Igreja, irreformáveis. (cf. IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Concílio Vaticano I, 1870. Disponível em: <<http://www.universocatolico.com.br/index.php?/concilio-vaticano-i-1869-1870.html>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

absoluta e objetivamente universal, seria necessário que ela se apresentasse monolítica”.⁷²

Embora a noção de infalibilidade papal, por definição, não pudesse ser aplicada às bulas, encíclicas e outros documentos, tal fato não era explicitado de forma suficientemente clara pela hierarquia eclesiástica. Ao contrário, em muitos casos enfatizava-se o caráter coercitivo dos pronunciamentos papais. O trecho abaixo transcrito foi extraído da carta pastoral de autoria de um bispo brasileiro, em 1938, dirigida aos fiéis e ao clero de sua diocese, e se presta a ilustrar o valor conferido às falas dos papas:

O Papa é infalível. Quando define uma verdade de fé ou uma regra de costumes, o Papa não erra. (...) Entretanto, Irmãos e Irmãs, o católico não espera que o Papa defina um dogma, acontecimento excepcionalíssimo na história da Igreja, para, só então, prestar assenso a sua palavra. E nem todas as questões sobre que o Papa fala, por mais palpitantes e atuais, são objeto de definição dogmática. Não será digno, porém, de um filho da Igreja, não já por em dúvida a palavra do Papa, mas recebê-la com alheamento ou indiferença ou, o que é mais grave opor-lhe ressalvas.⁷³

Nesse mesmo período a Cúria Romana resistia às alterações sociais por ela classificadas como “modernismos”, especialmente as resultantes do progressivo processo de laicização das sociedades, presenciado em diversos países, que acarretou a perda acentuada de sua influência.

Tal fato era por ela assimilado como efeito do racionalismo e da consequente descristianização da sociedade, sendo tratado como crise moral, pois predominaria naquele contexto histórico uma moral pagã, em detrimento da cristã, prevalente no Antigo Regime.

Para a Santa Sé a sociedade burguesa representava a derrocada da humanidade e servia como instrumento para impulsionar algo ainda pior e que seria a sua sucessora natural – a sociedade comunista. Assim, a Igreja Católica urgia recuperar a condição de centro da humanidade e, para tanto, apresentava inflexão

⁷² GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere (v. 4)**. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho *et al.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53.

⁷³ VILAS-BÔAS, M. M. **1ª Carta Pastoral**: da Ação Católica. Salvador-BA: Escola Tipográfica Salesiana, 1938. p. 27.

não no sentido de enfrentar os desafios futuros, mas a partir da perspectiva de retomar valores e modelos do passado.⁷⁴ Esse medo do futuro, característico de sua ação e de seu pensamento, torna a Igreja Católica “uma instituição conservadora por excelência”⁷⁵.

Em 1864, o Papa Pio IX externou sua visão sobre a Igreja, o mundo e os “erros de seu tempo” num documento anexo à encíclica *Quanta cura*. No *Syllabus* de erros restou catalogada a condenação a oitenta heresias modernas.⁷⁶ Ao passo que condenava as mudanças, a Igreja Católica apresentava-se como exclusiva guardiã de uma verdade imutável⁷⁷ e como sociedade juridicamente perfeita.

Assim, as encíclicas papais, além de procurar interpretar o mundo moderno, alertando os católicos para os males contemporâneos, também lhes serviam como “um guia de conduta pessoal”.⁷⁸ Os Pontífices Romanos pretendiam impor, por meio delas, uma maneira de agir ao clero e aos fiéis em relação aos problemas derivados das “heresias modernistas”, notadamente para que não se desviassem da única verdade existente, corrompendo-se pelas novas ideologias.

Nessa linha de raciocínio pode-se asseverar que as características marcantes do discurso religioso são sua persuasão e seu autoritarismo. Para ORLANDI um discurso é autoritário quando a polissemia é contida, havendo predomínio da paráfrase. A primeira seria responsável pela “ruptura dos processos de significação do discurso”, enquanto à segunda caberia a responsabilidade pela

⁷⁴ MANOEL, I. A. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 21, p. 207-215, 2008. p. 208-209.

⁷⁵ SOUZA, J. J. V. **Círculos operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 54-55.

⁷⁶ BRUNEAU, T. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. p. 58.

⁷⁷ VIEIRA, M. M, *op. cit.*, p. 759.

⁷⁸ MANOEL, *op. cit.*, p. 210.

estabilização do discurso, impondo sempre o retorno, pela repetição, aos mesmos “espaços de dizer”.⁷⁹

Evidencia-se, portanto, a tendência autoritária do discurso religioso, pois, afinal, não permite sua reelaboração e ressignificação mediante deslizes de seu conteúdo, mas, ao contrário, caracteriza-se pela estabilidade propiciada pelo processo de repetição.

Não se deve descurar que os Pontífices Romanos são reputados como sucessores de Pedro, a quem os cristãos consideram fundador da Igreja, sendo representantes de Cristo na terra. De igual modo, segundo a teologia católica, bispos e padres no ministério de suas funções religiosas falam aos fiéis com a autoridade concedida por Deus e inspirados pelo Espírito Santo. Nesse sentido, vale reproduzir o item 1826 da declaração do Concílio Vaticano I, realizado entre 1869-1870:

1826. Por isso, apoiados no testemunho manifesto da Sagrada Escritura, e concordes com os decretos formais e evidentes, tanto dos Romanos Pontífices, nossos predecessores, como dos Concílios gerais, renovamos a definição do Concílio Ecumênico de Florença, que obriga todos os fiéis cristãos a crerem que a Santa Sé Apostólica e o Pontífice Romano têm o primado sobre todo o mundo, e que o mesmo Pontífice Romano é o sucessor de S. Pedro, o príncipe dos Apóstolos, é o verdadeiro vigário de Cristo, o chefe de toda a Igreja e o pai e doutor de todos os cristãos; e que a ele entregou Nosso Senhor Jesus Cristo todo o poder de apascentar, reger e governar a Igreja universal, conforme também se lê nas atas dos Concílios Ecumênicos e nos sagrados cânones.⁸⁰

O discurso religioso funda-se na autoridade exatamente porque sua assimilação pelos fiéis resulta “não pelo exame de conformidade do enunciado com as próprias coisas, mas em função da fonte e do canal pelos quais a informação foi recebida”. A obediência às ordens emanadas pelos representantes eclesiásticos, especialmente o papa, prescinde de justificativa, porque decorre da autoridade de sua origem. Para evitar questionamentos por parte do receptor o discurso pode-se

⁷⁹ ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios & procedimentos. 11. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2013. p. 36; p. 86.

⁸⁰ IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Concílio Vaticano I, 1870. Disponível em: <<http://www.universocatolico.com.br/index.php?/concilio-vaticano-i-1869-1870.html>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

apoiar numa fonte de legitimação, citada pelo emissor.⁸¹ No caso da Igreja Católica será Deus o fundamento último do qual resultará a autoridade dos representantes do clero, sendo mencionado sempre que preciso.

Isso permitirá à Igreja Católica formular seu discurso político aos fiéis dirigindo-se ao que for de seu interesse, sem necessidade de justificar sua pertinência ou justeza. A legitimação desse discurso será forjada na religião, ou melhor, na autoridade de origem divina,⁸² o que se aplica à sua doutrina social, como demonstra o trecho extraído da encíclica *Rerum Novarum*:

33. Todavia a Igreja, instruída e dirigida por Jesus Cristo, eleva as suas vidas ainda mais alto; propõe um corpo de preceitos mais completo, porque ambiciona estreitar a união das duas classes até as unir uma à outra por laços de verdadeira amizade. Ninguém pode ter verdadeira inteligência da vida mortal, nem estimá-la no seu justo valor, se não se eleva à consideração da outra vida que é imortal.⁸³

No período histórico abordado nesta pesquisa a doutrina social da Igreja Católica constitui-se por três encíclicas papais: *Rerum Novarum* (1891), elaborada por Leão XIII; *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divini Redemptoris* (1937), de autoria de Pio XI. Esses documentos constituem a base da doutrina social católica e contribuíram ao desenvolvimento de uma cultura social católica brasileira.

Em maio de 1891 foi editada pelo Papa Leão XIII a encíclica *Rerum Novarum*. Nessa época, o movimento social europeu já se encontrava razoavelmente estruturado, articulando críticas anticapitalistas e engendrando grandes avanços, proporcionados pela instituição da Segunda Internacional dos Trabalhadores. Basta mencionar que era perceptível na Europa a proliferação de partidos socialistas em diversos países, com conquistas de posições parlamentares,

⁸¹ CHARAUDEAU, P.; MANIGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014. p. 86-87.

⁸² ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado** (crítica ao populismo católico). 1. ed. São Paulo: Kairós, 1979. p. 42-43.

⁸³ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé e a ordem social**: encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII; e *Quadragesimo anno* de Pio XI. Brasília: Coordenação de Publicações, 1981. p. 19-20.

como na Alemanha, onde o Partido Social Democrata (SPD) dobrou sua representação entre 1887 e 1893 (de 10,1% a 23,3%)⁸⁴.

O recrudescimento da organização operária e de suas lutas por melhores condições de vida, por intermédio de estratégias de ação direta (por parte dos anarquistas) ou de sua participação parlamentar (por parte dos partidos socialistas) passa a preocupar não apenas os governos liberais, mas também as elites econômicas e a Igreja Católica.

É nesse contexto que deve ser compreendida a encíclica *Rerum Novarum*. Objetivamente, não foi o espírito caridoso do cristianismo – invocado no documento como fundamento para proteção aos mais pobres – o motivo determinante na inflexão do Vaticano em direção às classes populares (afinal aquela Instituição havia se calado durante todo o século XIX, período em que as condições de trabalho e de vida das classes subalternas haviam se degradado e se tornado ultrajantes), mas uma reação conservadora que visava estabelecer um contraponto ideológico às propostas de transformação social, almejando à manutenção do *status quo*.

Embora não se possa deixar de reconhecer a importância da encíclica de Leão XIII, que na época representou um avanço na postura tradicionalmente conservadora da Igreja Católica, em especial no que se refere aos membros da alta hierarquia, a verdade é que a chamada de atenção dos governos e da sociedade à “questão social” ocorreu com um século de atraso. Mesmo as medidas defendidas em favor dos operários o foram timidamente, dentro de padrões paulatinamente assimilados pelas classes dominantes e aquém dos patamares (há muito) reivindicados pelos movimentos de trabalhadores. Vale recordar que exigências de regulamentação de salário mínimo, de limitação do número diário de horas de trabalho, de melhores condições de trabalho em geral, constavam na pauta de movimentos de trabalhadores desde o início do século XIX, como na Inglaterra, onde

⁸⁴ HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios**: 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. p. 176 *et seq.*

os operários e tecelões lutavam por essas melhorias, com maior desenvoltura, a partir da década de 1830.⁸⁵

Se, em 1891, Leão XIII condenara o socialismo basicamente por pregar o materialismo – por representar o ateísmo e ausência de espiritualidade – e a coletivização da propriedade privada, além de “disseminar no operariado a ilusão da possibilidade de obter-se a igualdade entre os homens”⁸⁶, depois da Revolução Russa em 1917 e da frustrada Revolução Alemã em 1919 o inimigo mostrava-se mais perigoso.

Tão ameaçador que mereceu atenção especial da Igreja Católica na encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931. Visando preservar a manutenção das relações entre as classes sociais, doze parágrafos desse documento destinaram-se a abordar os males propiciados pelo comunismo e pelo socialismo à fé cristã, apresentando-os como indesejáveis por pregar a destruição da propriedade privada, fomentar a desarmonia entre as classes sociais e pregar o ódio contra a Igreja e contra Deus.⁸⁷

No plano econômico, a despeito do desenvolvimento do capitalismo, o mundo passava por uma grave crise impulsionada pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929, que ajudava a desgastar ainda mais o combalido liberalismo econômico e induzia a crescente intervenção estatal na economia.

De outra parte, uma fração dos países ocidentais firmara o Tratado de Versalhes, em 1919, que criou a Organização Internacional do Trabalho, com o compromisso de os países produzirem, nos seus ordenamentos jurídicos internos, leis para regulamentação do trabalho.

No plano político, em linhas gerais, pode-se afirmar que a encíclica *Quadragesimo Anno* corroborou, com maior profundidade em alguns temas, os preceitos preconizados na *Rerum Novarum*. Nesta havia mera menção ao papel do

⁸⁵ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores (v.3). 3. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 435.

⁸⁶ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 10 *et seq.*

⁸⁷ Ibidem, p. 76.

Estado na defesa e “proteção dos pobres”, pois naquele período ainda permeava o ideário liberal, o que não ocorria em 1931, quando aquele modelo entrava em declínio, com crescente recrudescimento de regimes autoritários na Europa⁸⁸ e a construção do intervencionismo estatal capitalista.

Pouco mais tarde, no contexto de eclosão do fascismo e do nazismo na Europa, o Vaticano, enquanto calava em relação a ambos, editou, em 1937, encíclica específica, a *Divini Redemptoris*, ainda durante o papado de Pio XI, na qual o “comunismo ateu” era apresentado como “intrinsecamente perverso” e como inimigo capital da civilização cristã.⁸⁹

Explicitado brevemente o contexto histórico em que foram editadas as referidas encíclicas, alcança-se o momento de abordar alguns dos temas centrais nelas tratados pela Cúria Romana, que serviram de suporte à constituição da cultura social católica no Brasil, especialmente a questão social e a crise moral da sociedade burguesa; o combate ao socialismo e ao comunismo; por fim, a colaboração entre as classes sociais e a defesa do corporativismo.

3.1 A QUESTÃO SOCIAL E A CRISE MORAL DA SOCIEDADE BURGUESA

A laicização da sociedade civil e do Estado, difundida com maior intensidade no século XIX, era preocupante à Igreja Católica, que constatava o deslocamento da religião no centro da sociedade. Isso era vislumbrado como mal decorrente da Revolução Burguesa, que propiciara o desenvolvimento do racionalismo materialista, adversário por excelência da espiritualidade.

Os católicos refutavam as teorias contratualistas sobre a origem da autoridade civil, pois mantinham sua crença de que o poder secular originara-se de

⁸⁸ Eric HOBSEBAWM demonstra que em 1920 havia, ao menos, trinta e cinco governos democráticos no mundo, enquanto em 1938 existiam dezessete e, em 1944, apenas, sete (cf. HOBSEBAWM, E. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.115).

⁸⁹ PIO XI, [Papa]. *Divini Redemptoris*: carta encíclica de sua santidade o Papa Pio XI sobre o comunismo ateu. São Paulo: Edições Paulinas, 1937. p. 39.

Deus. Desde santo Agostinho a Igreja adotava como modelo de sociedade a *Civitas Dei*, em que sustentava ter recebido de Deus os dois gládios do poder (o temporal e o espiritual), decidindo ceder o poder temporal aos soberanos do mundo, o que os subordinaria à Igreja. Assim, o Estado só poderia ser imperfeito, cabendo à Igreja Católica “aproximar o mundo da instituição ideal”.⁹⁰

Com Leão XIII há uma modificação na concepção católica sobre o poder secular, manifestada, sobretudo, na encíclica *Immortale Dei* (1885)⁹¹. A despeito de ainda se sustentar a origem divina do poder civil, este seria, no entanto, uma concessão de Deus diretamente aos governantes, estabelecendo-se uma clara dissociação entre os poderes espiritual e secular, sem subordinar a autoridade civil à eclesiástica.

O catolicismo social desenvolveu-se na Europa principalmente na segunda metade do século XIX, sendo formado majoritariamente por uma ala conservadora da Igreja Católica que se opunha ao liberalismo econômico, combatendo o seu caráter pagão e anticlerical, assim como reagia à proposta socialista⁹². Os representantes dessa vertente provinham da aristocracia rural e suas “preocupações sociais eram geralmente inspiradas por um ideal nostálgico de volta ao passado patriarcal e corporativo”.⁹³

Tratava-se de uma corrente de pensamento saudosista em relação aos valores do Antigo Regime e de sua sociedade estamental, época em que a divisão existente entre classes não implicava luta entre si, diante da consciência do papel exercido dentro da hierarquia social, já que cada estamento teria clara noção sobre qual seria sua função dentro de uma sociedade orgânica.

⁹⁰ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p.61.

⁹¹ LEÃO XIII, [Papa]. *Immortale Dei*: carta encíclica de sua santidade o Papa Leão XIII sobre a constituição dos Estados. São Paulo: Paulinas, 1946.

⁹² BEJA, F, [monsenhor]. *A igreja, o operário e o corporativismo*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [1940?]. p. 137.

⁹³ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 75.

Por outro lado, os católicos imputavam ao liberalismo a responsabilidade por excluir a moral da relação entre capital e trabalho, tornando-a uma troca meramente mercantil e, portanto, pagã. Este fato seria determinante para o mesquinho enriquecimento da burguesia enquanto eram impostas péssimas condições de vida ao proletariado, já que os sentimentos de justiça e de caridade em relação ao próximo teriam se esvanecido juntamente com a moral cristã.

Para a Cúria Romana a origem dos problemas econômicos e sociais vivenciados naquele momento decorria da descristianização da sociedade, sendo que o caminho para a solução necessariamente passava por trilhar o sentido inverso.

3.1.1 A questão social e a questão moral

Em um contexto histórico em que predominava a ortodoxia do princípio liberal do individualismo – que recusava qualquer interferência estatal no mercado e na economia, incluindo as relações contratuais de trabalho – o ingresso da Igreja Católica no debate carecia de justificativa.

A Cúria Romana buscou sua legitimação para se colocar na discussão sobre os problemas sociais tratando-os não como resultantes de erros ou excessos cometidos na economia, mas sim, relacionando-os à moral, campo em que a palavra da Igreja deteria a autoridade concedida por Deus, conforme se depreende da assertiva de Leão XIII:

24. É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do Nosso direito; porque de que se trata é de tal natureza, que, a não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair Nosso dever.⁹⁴

Encontra-se subentendido no trecho acima que o conteúdo da manifestação do papa, mais do que simplesmente expressar sua opinião, representaria o cumprimento de um dever atribuído por Deus.

⁹⁴ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 16.

Ao abordar o tema na *Quadragesimo Anno* Pio XI retoma a encíclica homenageada, inclusive com citação do texto anterior; no entanto, dotando de mais ênfase o caráter moral da questão social, assim como a origem divina de sua autoridade:

41. Mas, antes de entrarmos nesse assunto, devemos pressupor, o que já provou abundantemente Leão XIII, que julgar das questões sociais e econômicas é dever e direito da Nossa suprema autoridade (cf. RN 24-25). Não foi, é certo, confiada à Igreja a missão de encaminhar os homens à conquista da felicidade transitória e caduca, mas na eterna; antes “a Igreja crê não dever intrometer-se sem motivos nos negócios terrenos” (Enc. *Ubi arcano*, DP 19). O que não pode é renunciar ao ofício de que Deus a investiu de interpor a sua autoridade, não em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral. Dentro deste campo, o depósito da verdade que Deus nos confiou e o gravíssimo encargo de divulgar a lei moral, interpretá-la e urgir o seu cumprimento oportuna e importunamente, sujeitam e subordinam ao Nosso juízo a ordem social as mesmas questões econômicas.⁹⁵

Tratar a questão social como algo relacionado à moral servia não somente a legitimar a admissão da Igreja no debate, mas também a auxiliava na apresentação do problema e na sua proposta para solução. Afinal, para doenças morais haveria remédios religiosos.⁹⁶ Procurava-se, assim, deslocar a discussão do campo da ciência (econômica ou política) para a religião, onde o papa, na qualidade de sumo sacerdote, herdeiro da cátedra de Pedro e, portanto, inspirado pelo Espírito Santo, seria a autoridade máxima. Mais do que isso. Tratando-se de um discurso religioso, dispensava-se a necessidade de realização de um juízo de verdade, eis que a Igreja seria a guardiã da verdade eterna.

Os males sociais constatados na época eram mencionados não como produtos da inadequação política econômica adotada no período, mas como resultado da descristianização da sociedade. Aliás, Leão XIII, no primeiro parágrafo de sua encíclica, aponta o responsável pelos problemas sociais:

1. A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os

⁹⁵ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 56.

⁹⁶ GOMES, A. M. C. Silêncio e orações: as relações Estado, Igreja e classe trabalhadora no pós-34. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 2, p. 89-110, 1987. p. 99.

progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a fluência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.⁹⁷

Resta subentendida a condenação ao liberalismo, por ter disseminado o racionalismo e o sentimento de antirreligiosidade na sociedade, sendo o responsável pelas “inovações” que implicaram enriquecimento dos capitalistas e, de outra parte, empobreceram as classes subalternas. Este fato não passou despercebido por Pio XI, ao afirmar a relevância do texto de seu antecessor “enquanto vacilavam os princípios do liberalismo, que havia muito paralisavam a obra eficaz dos governos”.⁹⁸

Para esses papas “o caos social em que vivia a modernidade” resultava do adoecimento das almas, que seria fruto da “liberação das paixões (reprimidas desde o paraíso) com o liberalismo”, que instigou a busca incansável pelos lucros, o egoísmo e a avidez causadores dos conflitos sociais.⁹⁹

Nessa perspectiva, a revolução burguesa seria a responsável pela segregação do “corpo social em duas classes” opondo capitalistas – os detentores da riqueza e de parte do poder político – aos trabalhadores que em sua indigência estariam “prontos para a desordem”.¹⁰⁰

Isso somente teria ocorrido em razão da laicização da sociedade, pois em um mundo sem religião haveria degeneração dos costumes, a iniciar pelo desrespeito à autoridade civil. Leão XIII mencionou na *Rerum Novarum* que o homem seria anterior ao Estado e teria recebido da natureza (de Deus) o direito de

⁹⁷ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 9.

⁹⁸ Ibidem, p. 52.

⁹⁹ FARIAS, D. D. **Em defesa da ordem**: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 177.

¹⁰⁰ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 33.

viver¹⁰¹. Sendo assim, a origem da autoridade não poderia basear-se na vontade explícita ou implícita dos homens, originando-se deste mundo, mas sim, decorreria do plano sobrenatural, isto é, o poder civil se derivaria de Deus.¹⁰²

Pio XI foi mais incisivo ao abordar o assunto:

118. Com efeito, segundo a doutrina cristã, o homem sociável por natureza é colocado nesta terra, para que, vivendo em sociedade e sob a autoridade ordenada por Deus (Rom. 13,1), cultive e desenvolva plenamente todas as suas faculdades.... esta [autoridade social] não pode fundar-se nos interesses materiais, mas provem somente de Deus Criador e fim último de todas as coisas (Enc. *Diuturnum*, DP 12).¹⁰³

Na concepção da Cúria Romana, crer na origem divina do poder civil serviria a inibir qualquer sublevação contra a ordem constituída, exatamente porque isso representaria um atentado contra a vontade de Deus, sendo algo condenável no viés religioso, tratando-se de uma transgressão.

O pensamento social católico trazia uma distinção entre “função da autoridade”, que se constituiria como fundamental à sobrevivência da sociedade por impor uma ordem, e a “pessoa” que exerceria diretamente o poder, sendo que os católicos deveriam se subordinar à função e não necessariamente à pessoa,¹⁰⁴ refletindo, igualmente, a teoria do corpo místico de Cristo, pois a função seria dotada de autoridade divina, sendo a pessoa sujeita às vicissitudes da vida e à falibilidade humana.¹⁰⁵

Outra questão fundamental relacionada à substituição da moral cristã pela moral pagã foi o sustentado apego excessivo ao materialismo e a ausência de espiritualidade. Numa sociedade religiosa, sujeita à moral católica, a finalidade do

¹⁰¹ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 13.

¹⁰² VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 168.

¹⁰³ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 78-79.

¹⁰⁴ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere (v. 4)...** (op. cit.), p. 196-197.

¹⁰⁵ KANTOROVICZ, **op. cit.**

cristão seria alcançar a vida eterna. Desse modo, de nada valeriam as benesses materiais adquiridas na terra, pois elas não garantiriam o ingresso no paraíso. Ao contrário disso, conforme se apreende das palavras de Leão XIII, “os afortunados deste mundo são advertidos de que as riquezas não os isentam de dor; que elas não são de nenhuma utilidade para a vida eterna, mas antes um obstáculo (Mt. 19, 23-24); que eles devem tremer diante das ameaças severas que Jesus Cristo profere contra os ricos (Lc. 6, 24-25)...”¹⁰⁶

Vislumbra-se a utilização de textos bíblicos como recurso à busca pela autoridade divina na condenação à riqueza. Nesse aspecto, o papa, em outro trecho da encíclica, mostra-se mais enfático ao condenar a exploração da pobreza e da miséria, tratando-a como algo reprovado “pelas leis divinas e humanas”.¹⁰⁷

De outra parte, parece emblemático que na *Rerum Novarum* Leão XIII principie seus apontamentos para solução da questão social pela necessidade de conformação dos mais pobres com sua condição. Esta restou mencionada não como fruto de um modelo econômico excludente e injusto, mas como resultado das naturais desigualdades entre os homens:

26. O primeiro princípio a por em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos estejam elevados ao mesmo nível. [...] Foi ela [a natureza], realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força. Diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições.¹⁰⁸

Deve-se perceber que a busca pela salvação da alma e pelos benefícios da vida eterna seria responsável por impor a capitalistas e a operários um comportamento cristão, em conformidade com a religião. Assim, de um lado, não haveria a pretensão de enriquecimento material ao preço da exploração da mão de obra, e de outro, haveria a assimilação da condição de inferioridade econômica e social.

¹⁰⁶ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 20.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 19.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 17.

Segundo essa linha de raciocínio, em uma perspectiva apologética, não haveria solução à questão social fora da religião católica e sem a intervenção da Igreja, pois, de acordo com Leão XIII, “É a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes ou de por termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo ou áspero”.¹⁰⁹

A solução aos problemas sociais na visão de Leão XIII, referendada por Pio XI quarenta anos depois, repousaria na evangelização da sociedade, com a retomada dos valores cristãos ou, mais precisamente, com o retorno à moral cristã, uma vez que “[...] só a religião” seria “capaz de arrancar o mal pela raiz”, sendo primordial “a restauração dos costumes cristãos...”.¹¹⁰

Para a Cúria Romana a retomada dos valores cristãos faria surgir o amor fraternal nas duas classes sociais, a ponto de acomodar o proletariado e de gerar nos capitalistas o sentimento de justiça (distributiva para Leão XIII e social para Pio XI) para fixação dos salários àqueles que lhes vendiam a força de trabalho em valores suficientes à subsistência. Mais do que isso. Em várias passagens das encíclicas referidas vislumbra-se o recurso à autoridade divina, com a citação de trechos bíblicos para sustentar a caridade como uma virtude, mas também como um dever dos cristãos.

A esse respeito pronunciou-se Leão XIII:

[...] Mas, desde que haja suficientemente satisfeito à necessidade e ao decoro, é um dever lançar o supérfluo no seio dos pobres: “Do supérfluo daí esmolas” (Lc. 11, 41). É um dever, não de estrita justiça, exceto nos casos de extrema necessidade, mas de caridade cristã, um dever, por consequência, cujo cumprimento se não pode conseguir pelas vias da justiça humana. Mas, acima dos juízos do homem e das leis, há a lei e o juízo de Jesus Cristo nosso Deus, que nos persuade de todas as maneiras a dar habitualmente esmola...¹¹¹

¹⁰⁹ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 17.

¹¹⁰ Ibidem, p. 40.

¹¹¹ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 21.

Passados quarenta anos, o espírito paternalista em relação à classe operária não desaparecera, sendo fortalecido pelas palavras de Pio XI a quem “à lei da justiça deve juntar-se a da caridade, ‘que é vínculo da perfeição’ (Col. 3, 14). [...] Contudo, ainda que o homem alcance enfim o que lhe é devido, restará sempre um campo imenso aberto à caridade...”.¹¹²

Os conflitos sociais entre capitalistas e proletários seriam solucionados ou atenuados pelo retorno à ética cristã que estimularia o desenvolvimento de condutas pautadas no evangelho, devendo prevalecer o amor ao próximo, à caridade e o sentido de justiça. Essa perspectiva demonstra o paternalismo destinado pela Cúria Romana à classe proletária, que era tratada como representantes de uma pobreza que sempre existiu e a quem as classes privilegiadas deveriam dispensar alguma atenção.¹¹³

Em momento algum o Vaticano almejou conduzir o proletariado à sua emancipação social e política. Bem ao contrário disso. Os instrumentos destinados por Jesus Cristo à Igreja Católica, nos dizeres da Igreja, para “tocar as almas”,¹¹⁴ contribuíram para acomodar e tutelar a classe trabalhadora. Importaria, sim, a salvação das almas com a conquista de um lugar no paraíso, conforme se apreende com clareza deste trecho escrito por Leão XIII:

‘Que vale ao homem possuir o universo inteiro, se vier a perde a sua alma?’ (Mt. 16, 26). Eis o caráter com que Nosso Senhor Jesus Cristo quis que se distinguisse o cristão do pagão: ‘Os pagãos procuram todas essas coisas... procurai primeiro o reino de Deus, e todas estas coisas vos serão dadas por acréscimos’ (Mt. 6, 32-33). Assim, pois, tomando a Deus por ponto de partida, dê-se amplo lugar a instrução religiosa a fim de que todos conheçam os seus deveres para com Ele; o que é necessário crer, o que é necessário esperar, o que é necessário fazer para obter a salvação eterna, tudo isto lhe deve ser cuidadosamente recomendado... . Guie-se o operário ao culto de Deus, incite-se nele o espírito de piedade, faça-se principalmente fiel a observância dos domingos e dias festivos.’¹¹⁵

¹¹² Ibidem, p. 84-85.

¹¹³ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 83.

¹¹⁴ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 23.

¹¹⁵ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 38.

No final do século XIX, quando da edição da *Rerum Novarum*, a crise da sociedade capitalista transparecia gravidade. Depois de quatro décadas, Pio XI reconhecia alguns avanços sociais, especialmente com a legislação do trabalho, creditados à tomada de consciência gerada pela encíclica de Leão XIII. Não obstante isso, também anotava que os problemas antes referidos remanesciam, sendo necessária uma verdadeira restauração da ordem social para alcançar-se sua resolução.

Na visão do pontífice seria necessária uma reforma social cristã, com o retorno à cristandade, tendo por finalidade última conter o desenvolvimento do comunismo a partir da reforma da consciência moral com avanço do catolicismo sobre os espaços profanos, isto é, sobre a sociedade civil laica.¹¹⁶

No século XIX houvera uma “radical separação entre o sagrado e o profano” indutora da restrição do espaço da atividade religiosa “ao recesso do lar e à consciência individual” restando em contrapartida o “campo social, político, econômico e científico” sem influência da religião.¹¹⁷ Para romper com esse quadro, Pio XI instituiu a Ação Católica, que consistia na criação de um apostolado leigo com o escopo de construir uma nova cristandade pela propagação dos valores cristãos por todas as esferas, como se abordará adiante.

De outra parte, a restauração da ordem social também passava pela elaboração de uma ética de exaltação do trabalho.

¹¹⁶ LUSTOSA, O. F. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 120.

¹¹⁷ BEOZZO, J. O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: PIERUCCI, A. F. O. *et al.* **História geral da civilização brasileira (t. 3, v.11)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 11v, p. 337-421. p. 397.

3.1.2 A ética de salvação pelo trabalho

O catolicismo social se aproximava do pensamento liberal quando o assunto era a pobreza, que para ambos seria algo natural, reflexo das desigualdades existentes entre os homens desde seu nascimento.

As elites estigmatizaram as classes populares. Tratavam-nas com preconceito e desprezo. A condição social e econômica não seria definida no nascimento, dada a impossibilidade de ascensão pelo trabalho em decorrência dos salários miseráveis pagos,¹¹⁸ mas sim, resultaria da preguiça e da ausência de ânimo para o trabalho. Frequentemente a miséria era atribuída à deficiência do próprio trabalhador, considerado indolente e imprevidente,¹¹⁹ sendo no mais das vezes rotulado de preguiçoso, indisciplinado e marginal. Nada mais equivocado.

O trabalho nem sempre foi visto como algo que dignificasse o homem. Ao contrário, era tido como cansativo e fútil. A atividade humana não despertava em seu executor a sensação de trabalho bem feito ou de “dignidade, mérito e honra”.¹²⁰

Na modernidade houve a ruptura das formas de produção pré-capitalista que atrelavam o homem à terra e ao trabalho artesanal. Os trabalhadores foram obrigados a sair de suas casas para as fábricas. Ocorreu “a separação entre os negócios e lar – o que significou ao mesmo tempo a separação entre os produtores e as fontes de sobrevivência”,¹²¹ como afirmou BAUMAN. Buscava-se a dissociação

¹¹⁸ CISCATI, M. R. **Malandros da terra do trabalho**: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950). São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 2001. p. 102.

¹¹⁹ TANNENBAUM, F. **A filosofia do trabalho**. Tradução de Guido Coaracy. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [19--]. p. 42.

¹²⁰ BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 32.

¹²¹ BAUMAN, *op. cit.*, p. 32 *et seq.*

dos vínculos comunitários do trabalhador que para isso era colocado em outro ambiente, frio e inóspito, onde sua submissão pela rotina seria mais eficaz.¹²²

A revolução industrial significou para maior parte dos trabalhadores mudança no modo e na intensidade da exploração sofrida, ao mesmo tempo que impunha transformação no jeito de viver.¹²³ Não mais importava o estilo de vida rígido e lento levado no medievo, em um cotidiano “regulado pela natureza, da lavoura, e a rotina, regulada pela tradição, da vida do artesão”, sendo substituído por uma “rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada”. Os trabalhadores tiveram de se sujeitar ao ritmo penoso das máquinas para produzirem algo que não tinham condições econômicas de consumir e que nem sequer poderiam contemplar. Isso lhes retirava o sentimento de utilidade em relação ao esforço despendido. Ou, nas palavras de BAUMAN, “não era claro para os artífices e artesãos de ontem o sentido do ‘trabalho bem-feito’, e não havia mais ‘dignidade, mérito e honra’ que decorressem dele. Seguir a rotina sem alma do chão de fábrica, sem ser observado pelo companheiro ou vizinho, mas apenas pelo desconfiado capataz [...] tornava o esforço ‘fútil’”.¹²⁴

A Igreja Católica reformulou sua visão sobre o trabalho, adaptando-a à necessidade da modernidade capitalista, para incutir nos homens o ânimo para o trabalho e o sentimento de dignidade no ato de trabalhar. Com Tomás de Aquino o trabalho era moralmente indiferente, sendo necessário por razões naturais, ou seja, para suprir a subsistência individual e coletiva.

Isso não se aplicaria àqueles que detivessem tantas posses a ponto de não serem obrigados ao trabalho. Essa compreensão se conformava ao modo de produção feudal, vigente na época, em que a aristocracia se mantinha como classe privilegiada, sendo mantida pelos demais estamentos sociais.

¹²² SENNET, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 37.

¹²³ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores (v.2). 4. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 23.

¹²⁴ BAUMAN, *op. cit.*, p. 32 *et seq.*

A Reforma de Martinho Lutero permitirá a formulação de uma nova ética do trabalho. Para um bom segmento das religiões protestantes, com ênfase no calvinismo ou sob sua influência, a salvação das almas, a graça de Deus, não repousaria em todas as pessoas, pois somente uma casta de predestinados, escolhida desde o nascimento, teria direito à vida eterna.

A vida terrena, no entanto, deveria ser levada com rigor, sobriedade, sacrifícios e austeridade, sendo que “o cumprimento dos deveres intramundanos” constituía a “única via de agradar a Deus em todas as situações”; em razão disso, “toda profissão lícita” lhe teria grande valia.¹²⁵

Para WEBER, o “feito propriamente dito da Reforma consistiu simplesmente em ter já no primeiro momento inflado fortemente, em contraste com a concepção católica, a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho intramundano no quadro das profissões”.¹²⁶

Se a graça de Deus atingiria a poucos, o ato de trabalhar e os rendimentos do trabalho se prestariam à confiança do crente em sua eleição entre os predestinados. Em sentido contrário, a falta de disposição para o trabalho era vislumbrada como ausência da graça divina sobre a pessoa.¹²⁷

Diferentemente da concepção católica medieval sobre a riqueza, os calvinistas a reconheciam como benção divina somente se resultasse do trabalho e, ainda assim, se não induzisse “ao ócio, à preguiça, ao pecaminoso gozo da vida”,¹²⁸ o que colidia com o modo de vida aristocrata.

Enfim, o protestantismo conseguiu difundir a noção de que o trabalho seria uma vocação profissional, para a qual o homem recebera o chamado divino, sendo

¹²⁵ WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Edição de Antônio Flávio Pierucci. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 73.

¹²⁶ Ibidem, p. 75.

¹²⁷ Ibidem, p. 144.

¹²⁸ WEBER, *op. cit.*, p. 148.

“o único meio [...] de uma pessoa se certificar do estado de graça”. Essa visão foi assimilada fortemente pelo trabalhador moderno, a ponto de fazer “o trabalho como ‘vocação profissional’” tornar-se tão natural quanto o lucro ao capitalista.¹²⁹

Com o passar do tempo, a Igreja Católica, principalmente pela emergência do capitalismo e do modo de vida burguês, modificará sua compreensão sobre o trabalho, formulando uma nova ética a esse respeito, a qual terá alguns pontos de contato com a perspectiva protestante.

De início, o trabalho será apontado, juntamente com a expulsão do paraíso, como castigo aplicado por Deus ao homem, em razão do pecado original. Segundo essa concepção, a partir da “queda” o homem deveria utilizar a natureza para obtenção dos alimentos necessários à subsistência, o que se viabilizaria pelo trabalho. Assim, sobressai-se a noção do trabalho como expiação, restando assinalada por Leão XIII na *Rerum Novarum*, inclusive com citação da respectiva passagem bíblica:

27. Pelo que diz respeito ao trabalho em particular, o homem, mesmo no estado de inocência, não era destinado a viver na ociosidade, mas ao que a vontade teria abraçado livremente como exercício agradável, a necessidade lhe acrescentou, depois do pecado, o sentimento da dor e o impôs como uma expiação: ‘A terra será maldita por sua causa; é pelo trabalho que tirarás com que alimentar-se todos os dias da vida’ (Gn. 3, 17).¹³⁰

Do trecho acima salta aos olhos a pretensão da Cúria Romana em induzir conformação social ao abordar a dor e o sofrimento gerados pelo trabalho como fruto do pecado original, como resultado do castigo divino. De certa forma, essa concepção permitiria resignar os membros das classes subalternas com as condições inadequadas de trabalho.

Os conflitos sociais, no entanto, demonstravam a resistência da classe operária, contrária a simplesmente se resignar com a expiação eterna imposta pelos sacrifícios causados pela dor e pelo sofrimento, provenientes do trabalho. Nesse

¹²⁹ Ibidem, p. 163.

¹³⁰ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 17.

aspecto o plano ético ainda carecia de uma complementação que residiria na compensação ao cristão por ele se conformar aos infortúnios do trabalho.

Mostra-se compreensível que a fundamentação teológica da Cúria Romana para premiar o bom cristão, o homem trabalhador, não tenha se restringido ao terreno meramente religioso, isto é, à proposta no plano da vida eterna. Afinal, parecia imprescindível também justificar a manutenção da propriedade privada incitando nos trabalhadores o anseio a conquistá-la por meio das economias de seus salários propiciados, é claro, pelo trabalho.¹³¹ Assim, o trabalho, além de se constituir em fonte de subsistência do trabalhador e de sua família, também facilitaria sua ascensão social.

Leão XIII, na *Rerum Novarum*, deixa transparecer a concepção da nova visão da Igreja sobre o trabalho, ao considerá-lo como “a fonte fecunda e necessária de todos estes bens”, ou, de forma mais incisiva, como “a fonte única de onde procede a riqueza das nações”.¹³²

Seguindo esse raciocínio, nada seria mais adequado do que se falar em dever de trabalhar. Não somente porque por meio dele o homem cumpriria a sentença fatal proferida por Deus ao expulsá-lo do paraíso, mas também porque seu exercício enobreceria sua passagem pela terra. Assim, o trabalho era demonstrado como fonte de dignidade, de honra, pois “pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objeto de vergonha, faz honra ao homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida”.¹³³ Ou, poderia ser pensado como algo absolutamente natural e necessário, conforme assentou Pio XI ao asseverar “que o homem nasceu para trabalhar como a ave para voar”¹³⁴.

¹³¹ Nas palavras de Leão XIII: “Portanto, se reduzindo as suas despesas, chegou a fazer algumas economias, e se, para assegurar a sua conservação, as emprega, por exemplo num campo, torna-se evidente que esse campo não é outra coisa senão o salário transformado”. (cf. BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 11).

¹³² Ibidem, p. 27.

¹³³ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 19.

¹³⁴ Ibidem, p. 64.

Sendo a Igreja uma instituição que se utiliza, por excelência, de rituais e símbolos para alcançar o imaginário social, esses elementos não haveriam de faltar na construção da ética católica do trabalho. Nesse sentido, a importância do trabalho e o dever de trabalhar são defendidos com citações de passagens bíblicas sobre o exemplo de Jesus Cristo, pois, afinal, mesmo tendo poderes divinos, ele teria mantido sua subsistência com o esforço de seu trabalho como carpinteiro.¹³⁵

Na simbologia católica o trabalho seria elevado à condição divina, tendo origem em Deus, mas também porque fora executado por Cristo durante sua vida. Sendo assim, seria constitutivo do ser humano, sobre quem repousaria um dever de trabalhar. Em sentido complementar o trabalho serviria ao “aperfeiçoamento do homem e da própria natureza”, convertendo-se “no verdadeiro eixo da santificação humana, na nova aliança estabelecida por Jesus”, local de exercício da fé e da efetivação da felicidade coletiva.¹³⁶

Na perspectiva da teologia católica o trabalho exerceria dupla função no plano religioso, pois, de um lado, prestaria à expiação ao significar o pagamento do eterno castigo imposto por Deus aos homens após o pecado original; de outro, em sentido contrário, serviria à redenção da alma, já que, por intermédio dele, os homens se santificariam. Seria, assim, concomitantemente, castigo e salvação.

Pode-se asseverar que essa “dimensão, operada por diferentes construções metafóricas, sacralizou o trabalho e aproximou a Igreja Católica do Estado”, tendo em vista existirem interesses convergentes no tocante à manutenção da ordem social com o disciplinamento das classes subalternas.¹³⁷

Vislumbrou-se também idêntica colaboração e coincidência de interesses entre a Cúria Romana e os Estados capitalistas quanto ao combate ao socialismo e ao comunismo.

¹³⁵ Ibidem, p. 21.

¹³⁶ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 70-71.

¹³⁷ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 73.

3.2 O DISCURSO ANTISOCIALISTA E ANTICOMUNISTA

Mesmo um rápido olhar para a história da Igreja Católica faz transparecer ao longo dos séculos os diversos inimigos por ela eleitos e combatidos, cada um no seu respectivo tempo histórico, podendo ser citados, entre tantos: o paganismo do Império Romano e, posteriormente, dos povos “bárbaros”; o islamismo nas Cruzadas; o esoterismo e a bruxaria; a reforma e o protestantismo; o desenvolvimento do racionalismo com a modernidade; a maçonaria; o positivismo; o espiritismo; o liberalismo; o socialismo e o comunismo.

Apreende-se desse contexto que a cada período histórico, de modo deliberado ou não, sempre se elegeu, ao menos, um grande adversário, que, segundo os católicos, objetivava a destruição da civilização cristã. A nomeação de inimigos é uma característica dos discursos religiosos que com isso buscam, pelos seus enunciados, a aproximação dos indivíduos, estreitando os vínculos entre eles pelo combate ao adversário, assim como proibir o contato com outros discursos.¹³⁸

Em outro aspecto, o discurso religioso mostra-se permeado de ritos, símbolos e mitos, sendo que, para a construção de mitos, além da necessária repetição, a fim de inscrevê-lo no imaginário social, o inimigo desempenha função primordial, pois “em qualquer projeção imaginária, há uma convivência dos contrários, uma cumplicidade onde um elemento existe pelo outro.” Assim, a importância do herói resulta do grande perigo ocasionado pelo inimigo por ele combatido. Em sentido oposto, se o inimigo não for tão forte e ameaçador a tarefa do herói não será tão importante ou necessária.¹³⁹

Esse aspecto demonstra a relevância dos inimigos da Igreja Católica, especialmente a do socialismo e do comunismo, para a difusão de seus preceitos religiosos na tentativa de atingir sua finalidade de cristianização da sociedade.

¹³⁸ AMARAL, D. G. Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 56-74, jun. 2007. p. 65.

¹³⁹ DURAND, *op. cit.*, p. 83.

O discurso antissocialista e anticomunista da Igreja Católica elaborado na sua doutrina social retornou ao passado. Desde o século XVIII a Igreja Católica combatia o anticlericalismo e a antirreligiosidade liberal forjando uma linha discursiva constituída por ideias antiliberais, adaptadas entre o final do século XIX e início do seguinte para combater os avanços do anarquismo, do socialismo e do comunismo.¹⁴⁰

No século XIX, liberalismo e socialismo restaram condenados pelos papas (Pio IX, no *Syllabus* e na encíclica *Quanta cura*; Leão XIII, na encíclica *Quod apostolici muneris*)¹⁴¹ por difundirem o materialismo e por serem responsáveis pela perda da espiritualidade e consequente laicização da sociedade. Evidentemente que as tintas eram carregadas quando o assunto se relacionava ao socialismo, sendo considerado um mal maior que o liberalismo.

Em 1891, Leão XIII, na *Rerum Novarum*, retomou os discursos anteriores, condenando o socialismo por ser uma doutrina inimiga da religião católica e de Deus. Com a instauração do regime comunista pela Revolução Russa de 1917 o inimigo mostrava-se mais perigoso, pois transcendia o campo abstrato das teorias, servindo como modelo alternativo ao capitalismo e representando um grupo de modificações sociais importantes que atemorizavam a Igreja.

O receio pairava no ar diante da força do inimigo, demonstrada pela rapidez com que suas ideias se espalhavam pelo mundo. Tão ameaçador que mereceu atenção especial da Igreja Católica na *Quadragesimo Anno*, de 1931, assim como motivou o Vaticano a formular encíclica específica, a *Divini Redemptoris*, em 1937. Ambas editadas durante o papado de Pio XI, mostraram-se fundamentais para a consolidação do anticomunismo.

Na encíclica *Quadragesimo Anno*, doze de seus parágrafos destinaram-se a abordar os males propiciados pelo comunismo e pelo socialismo à fé cristã,

¹⁴⁰ PEREIRA, M. A. M. L. O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade privada e a desconstrução do “paraíso soviético”. **Cadernos de História**, p. 203-217, 2008. p. 206.

¹⁴¹ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p.76.

apresentando-os como indesejáveis por pregar a destruição da propriedade privada, fomentar a desarmonia entre as classes sociais e pregar o ódio contra a Igreja e contra Deus.¹⁴²

O discurso anticomunista notabiliza-se por uma “postura de oposição sistemática ao comunismo e àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas...”¹⁴³. Distante de ser uma realidade exclusivamente da Igreja Católica, o combate aos ideais comunistas e socialistas fazia parte da agenda de todos os segmentos conservadores e reacionários da sociedade, que não serão aqui abordados por absoluta ausência de pertinência temática.

Pode-se asseverar que a tática do discurso antissocialista e anticomunista da Igreja Católica pode ser melhor vislumbrada em duas etapas: em um primeiro momento, os papas, por meio das encíclicas, opõem os preceitos da doutrina social católica a questões relevantes ao socialismo e ao comunismo, especialmente ao formularem a defesa do direito de propriedade privada, da desigualdade natural entre os homens e da colaboração entre as classes sociais. Em sentido complementar apreende-se uma linha argumentativa apoiada no discurso que enfatiza “a verdade sobre os socialistas e comunistas”, buscando fazer emergir ao conhecimento do episcopado, clero e fiéis, as supostas consequências do comunismo, especialmente em relação à perseguição aos católicos, com menções à “realidade” encoberta pela ditadura do regime.

3.2.1 A defesa do direito de propriedade privada e da desigualdade entre os homens

Merece destaque o fato de a primeira seção da encíclica *Rerum Novarum* ter por título “a questão social e o socialismo”, em que o papa Leão XIII opôs os valores

¹⁴² BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p.76.

¹⁴³ RODEGHERO, C. S. Viva o Comunismo X Viva Cristo Rei: um estudo de recepção do anticomunismo católico a partir de fontes orais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, n. 1, p. 157-173, 2006. p. 157.

cristãos aos argumentos socialistas, sendo que seus dezessete parágrafos restaram utilizados para refutar o que, na sua visão, seria a proposta socialista de coletivização da propriedade.

Leão XIII iniciou a condenação ao socialismo acusando-o de instigar “nos pobres o ódio invejoso” contra os proprietários.¹⁴⁴ A referência à inveja, um dos pecados capitais, reforçou-se posteriormente com a citação de um texto bíblico com objetivo de assentar que o desrespeito à propriedade representaria violação a uma lei divina. O papa é bastante explícito nesse aspecto, ao afirmar que “a autoridade das leis divinas vem por-lhes o seu selo, proibindo, sob pena gravíssima, até mesmo o desejo do que pertence aos outros: ‘Não desejarás a mulher do teu próximo, nem a sua casa, nem o seu campo [...] nem coisa alguma que lhe pertença’ (Deut. 5, 21).”¹⁴⁵

O recurso à autoridade divina também se adotou para justificar a origem da propriedade privada individual. Assim, ela seria para o homem um direito natural que decorreria da supremacia conferida por Deus em relação aos animais e à natureza, pois não seria “das leis humanas, mas da natureza” que emanaria o “direito da propriedade individual”¹⁴⁶. Disso resultaria o direito “estável e perpétuo” do homem a possuir e usufruir as coisas.¹⁴⁷

No entanto, poder-se-ia objetar que o direito natural à propriedade abrangeria a todos, sem existir distinção entre detentores e não detentores. Para não deixar dúvida sobre o alcance da posição manifestada na encíclica, Leão XIII abordou o tema, conferindo autoridade divina à distinção mundana entre proprietários e não proprietários:

14. Não se oponha também a legitimidade da propriedade particular o fato de que Deus concedeu a terra a todo o gênero humano para a gozar,

¹⁴⁴ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 11.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 14.

¹⁴⁶ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 33.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 12.

porque Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos. Tal não é o sentido dessa verdade. Ela significa, unicamente, que Deus não assinou uma parte a nenhum homem em particular, mas quis deixar a limitação das propriedades à indústria humana e às instituições dos povos.¹⁴⁸

Na visão de Leão XIII, o direito de herança seria corolário do direito de propriedade, tendo em vista o dever atribuído por Deus aos pais de cuidarem do futuro de seus filhos.¹⁴⁹ Dessa maneira, chancela-se o direito de propriedade dos “bem nascidos”, representantes da aristocracia que jamais despenderam esforço para serem proprietários, contradizendo outra passagem da encíclica, na qual o papa se refere à propriedade como fruto do trabalho humano.¹⁵⁰

Essa concepção restou confirmada por Pio XI ao asseverar, na encíclica *Quadragesimo Anno*, que “devem sempre permanecer intactos o direito natural de propriedade e o que tem o proprietário de legar os seus bens”.¹⁵¹

Como se mencionou anteriormente, a propriedade privada individual também foi apresentada por Leão XIII como resultado das economias provenientes dos salários. Assim, os despossuídos teriam na contrapartida pela venda de sua força de trabalho a oportunidade de adquirirem futuramente alguma propriedade.¹⁵² Tal fato também restou observado por Pio XI, a quem a socialização da propriedade seria a “ruína da classe operária”.¹⁵³

Nessa linha de raciocínio, caberia ao Estado zelar para que os salários fossem suficientes a gerar acumulação aos operários, da mesma maneira que

¹⁴⁸ Ibidem, p. 13.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 15.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 14.

¹⁵¹ Ibidem, p. 59.

¹⁵² BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 11.

¹⁵³ Ibidem, p. 57.

deveria “assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias”¹⁵⁴ e não onerá-la demasiadamente mediante impostos.

De outra parte, Leão XIII retomou linha argumentativa, encontrada na Antiguidade, que preconizava a santificação do lar. Isso se apreende claramente da observação: “Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família é um erro grave e funesto”¹⁵⁵.

O texto demonstra a condenação da Igreja à supressão, pelo Estado, do direito individual de propriedade, por poder afetar o lar, sendo este um local sagrado. Não se deve descuidar que mesmos os povos primitivos consideravam a moradia “um espaço existencial e sagrado, que apresenta uma estrutura diferente”, sendo “susceptível de uma infinidade de roturas e, portanto, de comunicações com o transcendente”.¹⁵⁶ Resta evidente que a utilização do vocábulo “santuário” para qualificar a propriedade pretendeu revesti-la de simbolismo, a fim de permitir sua sacralização.

A doutrina social da Igreja condena veementemente o socialismo e o comunismo por defenderem a supressão da propriedade individual privada e, ao mesmo tempo, sustenta que a propriedade deveria “servir à utilidade comum de todos”¹⁵⁷, reconhecendo nela existir uma função social¹⁵⁸.

A visão externada pelos papas Leão XIII e Pio XI em relação à propriedade privada faz transparecer uma mentalidade proprietária individualista, que não se consolidou antes do século XIX. Não se deve olvidar que a propriedade nem sempre foi entendida nesta perspectiva individualista, já que essa noção indica “um mínimo

¹⁵⁴ Ibidem, p. 29.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 15.

¹⁵⁶ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução Rogério Fernandes. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 54.

¹⁵⁷ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 13.

¹⁵⁸ SOUZA, J. J. V., **op. cit.**, p. 64.

de pertencimento, de poderes exclusivos e dispositivos conferidos a um determinado sujeito pela ordem jurídica.”¹⁵⁹

Algumas pesquisas histórico-sociológicas sobre outras civilizações (asiáticas, africanas e americanas) comprovaram existir culturas em que “não é tanto a terra que pertence ao homem mas antes o homem à terra, onde a apropriação individual parece invenção desconhecida”. Tal fenômeno também pode ser vislumbrado no continente europeu, onde a história medieval indica “formas de organização comunitária de uma terra, nas quais não é somente o espírito individualista que falta, mas até mesmo o próprio espírito proprietário”, tendo Paolo GROSSI a denominado como “propriedade coletiva.”¹⁶⁰

Vislumbra-se, portanto, a concepção, professada pela Igreja em relação à propriedade privada individual, como anacrônica, eis que contaminada pelas lentes do individualismo, deformando sua interpretação histórica. Ao contrário disso, a propriedade deve ser compreendida dentro de sua historicidade, isto é, sujeita às modificações advindas da cultura jurídica das épocas.

Mostra-se temerário (para não dizer equivocado), portanto, sustentar a existência de um direito natural à propriedade individual quando se compreende que nem sempre o homem tivera uma mentalidade proprietária que lhe gerasse sentimento de poder em relação a um pedaço de terra.

Como restou referido, o combate da Igreja Católica ao socialismo e ao comunismo não se restringiu à refutação dos preceitos destas doutrinas acerca da propriedade, mas também se verificou em outros pontos de enfrentamento. Uma dessas questões centrou-se na oposição do discurso católico à formulação socialista da igualdade material, defendendo, o discurso, que as desigualdades seriam naturais.

¹⁵⁹ GROSSI, P. **História da propriedade e outros ensaios**. Tradução Luiz Ernani Fritoli; Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 6.

¹⁶⁰ GROSSI, P. **História da propriedade...** (*op. cit.*), p. 7.

Segundo a concepção católica da época, a Revolução Francesa teria difundido no ocidente o ideal da igualdade formal entre os homens. Este princípio teria sido apropriado e recriado pelo socialismo ao pregar a igualdade material, que consistiria na proposta burguesa levada às últimas consequências. Nesse aspecto, para Leão XIII liberalismo e socialismo seriam duas tragédias, sendo este um mal maior à civilização cristã.¹⁶¹

No pensamento social católico todo homem nasceria com qualidades que o diferenciariam dos outros homens. Essas distinções induziriam a características pessoais, tais como habilidade, inteligência, força, saúde, que seriam, portanto, a causa natural das diferenças na condição social e econômica existentes.

Seguindo essa linha de raciocínio as desigualdades seriam, além de naturais, absolutamente necessárias, tendo em vista as diferentes carências apresentadas pelo corpo social. A natureza, assim, permitiria ao menos à parte da sociedade acumular riquezas, enquanto a igualdade absoluta seria indutora de miséria a todos.¹⁶²

Em outra passagem da encíclica *Rerum Novarum*, Leão XIII retorna ao assunto, opondo com mais clareza o que na concepção católica seria a desigualdade natural entre os homens à igualdade pretendida pelos socialistas, ao sustentar que o “homem deve aceitar com paciência a sua condição”, sendo “impossível que na sociedade civil todos estejam elevados ao mesmo nível”. E acrescenta ser “isto o que desejam os socialistas; mas, contra a natureza todos os esforços são vãos”.¹⁶³

A desigualdade de virtudes entre os homens não se resumiria a motivar as distinções sociais e econômicas existentes entre eles, mas também auxiliaria a

¹⁶¹ MANOEL, *op. cit.*, p. 208.

¹⁶² BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 16.

¹⁶³ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 17.

explicar a segregação entre governantes e governados, sendo mais um fator a acarretar obediência civil pelo proletariado.¹⁶⁴

Em relação a esse tema, pode-se dizer que as encíclicas *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris* pouco acrescentaram às observações de Leão XIII, prestando-se a reforçar a origem divina da desigualdade.

Apreende-se desse contexto que a doutrina social da Igreja Católica em momento algum pretendeu extirpar as diferenças sociais existentes entre pobres e ricos, capitalistas e operários. Muito ao contrário. Como resta evidente, na concepção dos papas a riqueza e a pobreza resultariam das diferentes habilidades natas dos homens; sendo assim, provinham de Deus, o que importaria aos pobres conformarem-se com sua condição.

A doutrina social católica se prestaria a atenuar essas diferenças a partir do retorno da sociedade aos valores cristãos, especialmente por meio da justiça e da caridade, a fim de garantir-se, ao proletariado, ao menos sua subsistência. Em contrapartida, as classes subalternas deveriam resignar-se à sua inferioridade econômica e respeitar a propriedade dos capitalistas.

GRAMSCI, ao se referir à visão da Igreja Católica sobre a pobreza e às soluções por ela defendidas para enfrentar a “apostasia das massas”, resumiu-a em quatro eixos: (i) defesa da propriedade privada como direito natural; (ii) resignação dos pobres com sua condição, “já que as diferenças de classe e a distribuição da riqueza são disposições de Deus e seria ímpio tentar eliminá-las”; (iii) a esmola como um dever cristão que pressupõe existir a pobreza; (iv) a questão social seria moral e religiosa, devendo ser solucionada pela caridade cristã e pela religião.¹⁶⁵

A Cúria Romana procurou, com sua doutrina social, hierarquizar as desigualdades, acomodando-as ao direito natural, com vistas à manutenção da

¹⁶⁴ Ibidem, p. 26.

¹⁶⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere (v.4)... (op. cit.)*, p. 153.

ordem social¹⁶⁶, como retratam as palavras de Leão XIII, de forma que “a desigualdade não prejudique a concórdia”.¹⁶⁷

Da análise da doutrina social da Igreja Católica também se depreende o ataque ao socialismo e ao comunismo a partir da construção de uma imagem negativa a eles associada.

3.2.2 A “verdade” sobre os comunistas

Na luta contra o socialismo e comunismo adotaram-se várias estratégias. Em uma delas, a Igreja Católica procurou, pelo discurso, obter hegemonia na sociedade com a difusão dos valores cristãos, ao passo que simultaneamente almejou inscrever no imaginário social a associação de socialistas e de comunistas a algo negativo, a algo catastrófico. Assim, forjou-se a imagem do “anjo decaído”, pois, na visão católica, comunistas e socialistas seriam contrários aos principais valores da sociedade “criada por Deus: a família, a Pátria, o Estado, a religião”.¹⁶⁸

O combate discursivo ao socialismo e ao comunismo travado pela Igreja em sua doutrina social pode ser mais bem identificado em duas vertentes. Na primeira, especialmente na encíclica *Rerum Novarum*, eis que se percebe essa linha argumentativa nas demais, mas em menor intensidade, a preocupação da Cúria Romana centrou-se em opor os fundamentos cristãos à teoria socialista, a fim de demonstrar como ela seria falaciosa e ofenderia as leis divinas e a Deus.

Em razão da Revolução Russa de 1917, com a instauração do comunismo, as encíclicas *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris* também apresentam uma segunda vertente do discurso antissocialista e anticomunista, ao mencionar “verdades” desconhecidas do público em geral sobre os comunistas, especialmente no que se refere à crueldade do regime daquele país e à perseguição a clérigos e a

¹⁶⁶ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 69.

¹⁶⁷ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 38.

¹⁶⁸ FARIAS, *op. cit.*, 74 *et seq.*

fiéis católicos por comunistas em todo mundo. A pretensão era de forjar no leitor ou no ouvinte um sentimento de “desaprovação, repulsa e ódio a tudo que se relacionasse à ideia de socialismo.”¹⁶⁹

Mostra-se emblemático que a primeira seção da encíclica *Rerum Novarum* tenha sido destinada a refutar o pensamento socialista relacionado à socialização da propriedade privada e à adoção do princípio da igualdade material. Parece razoável recordar que a encíclica tinha por finalidade abordar “a condição dos operários” que naquele momento, de acordo com Leão XIII, encontravam-se na miséria em razão das péssimas condições de trabalho a que eram submetidos. Isso faz transparecer como a Cúria Romana preocupava-se mais com o recrudescimento do socialismo do que propriamente com a solução da questão social.

O socialismo restou apresentado como uma doutrina que instigaria o ódio e a inveja no operariado ao formular críticas anticapitalistas pautadas na luta de classes e no fim da propriedade privada e da desigualdade social e econômica. Em sua proposta de igualdade entre os homens a doutrina socialista estaria plantando uma ilusão nos operários, tendo em vista se tratar de uma pretensão antinatural e, portanto, contrária às leis divinas, conforme se vislumbra nas palavras de Leão XIII:

Se há quem, atribuindo-se o poder fazê-lo, prometa ao pobre uma vida isenta de sofrimentos e de trabalhos, toda de repouso e de perpétuos gozos, certamente engana o povo e lhe prepara laços onde se ocultam, para o futuro, calamidades mais terríveis que as do presente. O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar os nossos males.¹⁷⁰

Resta evidenciado que a dor e o sofrimento são relacionados como algo típico da vida terrena e, portanto, seriam naturais. Em sentido oposto, a proposta socialista tentaria ludibriar o proletariado buscando sua adesão, mas ocultando as consequências, isto é, horrores piores do que os decorrentes do liberalismo, referidos como miséria e servidão:

¹⁶⁹ FARIAS, *op. cit.*, p. 77.

¹⁷⁰ BRASIL. Congresso Nacional. *A Santa Sé (op. cit.)*, p. 18.

22. Mas, além da injustiça do seu sistema, veem-se bem todas as suas funestas consequências, a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias; o talento e a habilidade privados dos seus estímulos, e, como consequência necessária, as riquezas estancadas na sua fonte; enfim, em lugar dessa igualdade tão sonhada, a igualdade na nudez, na indigência e na miséria.¹⁷¹

Essa realidade seria vivenciada pelos operários que aderiram na Europa às organizações sindicais de inspiração socialista que incitavam a luta de classes, conforme ressalta Leão XIII, ao asseverar que “quanto às sociedades que os aliciaram, veem eles que, em lugar da caridade e do amor, não encontram nelas senão discórdias intestinas, companheiras inseparáveis da pobreza insolente e incrédula.”¹⁷²

Na *Rerum Novarum* o discurso de combate ao socialismo também se alastra com a finalidade de apresentar as consequências desta doutrina à família cristã. De acordo com o papa, a proposta socialista implicaria substituir a autoridade paterna pela estatal, induzindo o fim das relações familiares, pois “substituindo a providência paterna pela providência do Estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços de família.”¹⁷³

Evidencia-se dos enunciados da referida encíclica a constituição de uma linha argumentativa de condenação ao socialismo por ele instigar a luta de classes, proporcionando conturbação social ao atacar os valores centrais à ordem constituída: a propriedade, a família e Deus.

Decorridos quarenta anos, Pio XI recuperou o tema na encíclica *Quadragesimo Anno*; no entanto, com a intenção de contemplar as alterações vislumbradas no espaço de tempo entre as duas encíclicas, destinou uma seção para abordar a evolução do socialismo.

¹⁷¹ Ibidem, p. 16.

¹⁷² Ibidem, p. 40.

¹⁷³ Ibidem, p. 16.

Em 1931, a realidade social mostrava-se ainda mais complexa que a analisada anteriormente por Leão XIII. Na visão de Pio XI o socialismo se apresentava segregado em duas facções, uma mantendo o nome tradicional, e a outra denominada por comunismo.

O socialismo era exposto como uma forma menos radical e violenta, mas igualmente condenável, porque propugnaria a luta de classes e seria contrária à fé cristã.

O papa reconheceu que naquele contexto histórico havia alguns pontos de contato entre o socialismo e a doutrina social católica, notadamente no enfrentamento aos males provenientes do liberalismo econômico, o que teria induzido inadvertidamente muitos operários a se filiarem a sindicatos ou a partidos de inspiração socialista. No entanto, isso seria inaceitável na perspectiva católica, pois o “socialismo, quer se considere como doutrina, quer como fato histórico, ou como ‘ação’, se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, não pode conciliar-se com a doutrina católica, pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à fé cristã.”¹⁷⁴

Na concepção do papa, o socialismo, por pregar o materialismo e ser contrário à religiosidade, levaria à negação da dignidade humana e renegaria a autoridade de Deus; sendo assim, não poderia se admitir a conciliação de interesses entre católicos e socialistas, pois, como asseverou Leão XIII, “ninguém pode ser ao mesmo tempo católico e verdadeiro socialista.”¹⁷⁵

Segundo a visão católica, a apresentação do socialismo como algo mais “brando” seria fruto da mentira e da astúcia (predicados do demônio) do inimigo, de modo que jamais os católicos deveriam convergir com seus interesses. Ou, na síntese do maniqueísmo católico do período: “a humanidade se acha dividida em dois campos, em dois mundos: o cristianismo e o marxismo”, a ponto de ser

¹⁷⁴ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 78.

¹⁷⁵ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 78-79.

atribuído o caráter de traidor ao católico que envergasse esforços em favor dos sindicatos ou de partidos políticos de inspiração marxista.¹⁷⁶

Na linha argumentativa do papa haveria uma continuidade histórica progressiva iniciada com o liberalismo, compreendendo-o como indutor do socialismo que, por sua vez, levaria necessariamente ao comunismo, a maior das pragas.¹⁷⁷

No combate ao comunismo (o socialismo mais violento, nos dizeres de Pio XI¹⁷⁸), as encíclicas abusaram do uso de símbolos e imagens para conferir um acento pejorativo àquela doutrina. Naquele momento histórico a Igreja Católica travava uma disputa ideológica em torno de valores “como ordem, disciplina, unidade, moralidade e respeito à autoridade, subjacentes ao catolicismo”¹⁷⁹ e que eram ameaçados pelo comunismo, eleito inimigo de todas as forças conservadoras. Com essa intenção engendrou-se um processo de construção de imagem negativa e preconceituosa do comunismo e dos comunistas, sendo repetido incessantemente pelo aparato institucional eclesiástico em todas as instâncias de contato com o público.¹⁸⁰

Na encíclica *Quadragesimo Anno* Pio XI foi bastante explícito em suas referências ao comunismo. Esta doutrina seria o modo mais violento de socialismo, por pregar “a guerra de classes sem tréguas” e a “completa destruição da

¹⁷⁶ CABRAL, J. [padre]. **A Igreja e o marxismo**. São Paulo: Companhia Editora Panorama, 1949. p. 13.

¹⁷⁷ Constou no parágrafo 121 da encíclica *Quadragesimo Anno*: “Parecem, porém, ignorar ou não ter na devida conta os gravíssimos e funestos perigos deste socialismo os que não tratam de lhe resistir forte e energicamente, como pede a gravidade das circunstâncias. É dever do Nosso múnus pastoral chamar a atenção para a gravidade e iminência do perigo: lembrem-se todos que deste socialismo educador foi pai o liberalismo, e será herdeiro legítimo o bolchevismo.” (cf. BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 79.)

¹⁷⁸ Ibidem, p. 76.

¹⁷⁹ PEREIRA, M. A. M. L., **op. cit.**, p. 215.

¹⁸⁰ FARIAS, **op. cit.**, p. 83.

propriedade particular”. Além disso, seria um regime desumano, que incitaria o ódio contra a Igreja Católica e contra Deus.¹⁸¹

Na parte final da encíclica, Pio XI aludiu ao inimigo como se este representasse “as portas do inferno”. Nesse aspecto, houve evidente recurso à simbologia cristã, notadamente ao retornar-se ao discurso dualista de oposição entre o bem e o mal; luz e trevas; Deus e Diabo. Assim, o combate ao comunismo não seria somente uma disputa política, mas uma guerra em defesa da fé cristã, da família e da propriedade privada.¹⁸²

Em 1937, o continente europeu encontrava-se mergulhado em conflitos em vários países, elevando as tensões que desencadearam pouco tempo depois a Segunda Guerra Mundial. A Espanha se deparava com uma guerra civil entre republicanos anticlericais e monarquistas católicos. O comunismo se difundia rapidamente no mundo, especialmente por formular críticas anticapitalistas e por representar um modelo alternativo ao modo de produção vigente.

A encíclica *Divini Redemptoris*, Divino Salvador, foi editada em meio a um ambiente em que os setores conservadores da sociedade haviam elegido o comunismo como inimigo central a ser vencido.

Nesse documento, Pio XI recuperou o discurso anticomunista e antissocialista formulado por seus antecessores, ao recordar as encíclicas *Qui Pluribus* (1846), de Pio IX, e *Quo Apostolici muneris* (1878), de Leão XIII. Também rememorizou discursos anteriores em que se condenou a ideologia comunista e a perseguição instaurada pelos seus seguidores aos cristãos da Espanha e da Rússia.

A despeito de todos os esforços despendidos pela Cúria Romana, o papa reconheceu o crescimento do comunismo no mundo, ao afirmar que “ainda assim este perigo, com o impulso de hábeis agitadores, mais e mais se vai agravando de dia para dia”. Desse modo, a edição de encíclica específica se justificaria a fim de

¹⁸¹ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 76.

¹⁸² Ibidem, p. 88.

combater “os princípios e métodos da ação do bolchevismo”, que seriam “sofismas, todos falsidade e ilusão”; para tanto, contrapondo a doutrina social católica.¹⁸³

Na introdução dessa encíclica referiu-se aos males causados à sociedade pelo comunismo: a estatolatria, o paganismo e ateísmo, representando, juntamente com a doutrina comunista, as forças do mal que deveriam ser combatidas pelos católicos. Esta seria uma reedição da eterna disputa entre bem e mal que assolaria a humanidade desde a queda de Adão e Eva, como punição após o pecado original.¹⁸⁴

A encíclica principiou classificando o comunismo como algo relacionado às forças do mal, retomando visão amplamente difundida no mundo ocidental ao relacioná-la com o Diabo.

Mais do que isso. Ao assim proceder intentou que os fiéis associassem objetivamente a imagem do comunismo e dos comunistas à de representantes do Diabo, que para o cristianismo simboliza o antagonismo ao bem, e assim induziu o cristão a dois comportamentos: (i) de interdição do discurso comunista junto aos fiéis, a fim de não permitir que dele se aproximassem; (ii) de combate ao mal pelas forças do bem que estariam representadas na Ação Católica, a qual se abordará adiante.

A preocupação com a disseminação das ideias comunistas junto ao proletariado mostrou-se recorrente na encíclica de Pio XI. Num primeiro momento, ele atribuiu o sucesso na conquista de novos adeptos ao fato de os comunistas possuírem uma propaganda organizada, “emanada duma fonte única”, adaptando-se às diferentes realidades dos povos, além de dispor de “grandes meios financeiros, de inúmeras organizações, de congressos internacionais concorridíssimos...”¹⁸⁵.

¹⁸³ PIO XI, [papa], *op. cit.*, p. 7.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 4.

¹⁸⁵ PIO XI, [papa], *op. cit.*, p. 14.

Em outro trecho da encíclica atribuiu-se o rápido crescimento do comunismo às mentiras formuladas pelos comunistas, que procurariam “atrair as multidões com vários enganos, ocultando os seus desígnios sob a máscara de ideais, em si bons e atraentes”. Com essa estratégia ainda falseariam associações, sindicatos e veículos de comunicação para difundir dissimuladamente seus ideais.¹⁸⁶

O discurso comunista de crítica anticapitalista e de proposta de melhoria na distribuição da riqueza na sociedade, formulado pelos partidos comunistas e socialistas, restou classificado pelo papa como resultado da astúcia e da mentira – predados atribuídos biblicamente ao Diabo – do inimigo. Na verdade, esse discurso serviria para aproximar as massas descontentes com as mazelas do capitalismo, ocultando e dissimulando “aquela odiosa e desumana brutalidade dos princípios e dos métodos do comunismo”.¹⁸⁷

Diante desse quadro, no modo de pensar do papa, competiria à Igreja Católica o papel central de alertar aos católicos a realidade sobre o comunismo. Assim, para não restar dúvida a respeito dos propósitos dessa doutrina, a encíclica *Divini Redemptoris* alude que a primeira consequência da instauração do regime seria a expulsão de Deus da terra¹⁸⁸ ou, nas palavras emblemáticas de Pio XI, “pela primeira vez na história estamos assistindo a uma insurreição, cuidadosamente preparada e calculadamente dirigida contra ‘tudo o que se chama ‘Deus’.”¹⁸⁹

Interessa ressaltar que a menção à “expulsão de Deus da terra” relaciona-se, no contexto interdiscursivo, à passagem bíblica do livro de Apocalipse, notadamente ao capítulo 13, que versa sobre o período de dominação da “besta” na

¹⁸⁶ Ibidem, p. 38.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 13.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 11.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 17.

terra antes da chegada do juízo final¹⁹⁰. Assim, o comunismo seria, segundo esse raciocínio, a precipitação dos eventos indutores do “fim do mundo”.

A Cúria Romana não se restringiu a adotar os símbolos religiosos para combater o comunismo, sendo também direcionada a desacreditar o regime comunista. Tratava-se de atacar esse modelo, alternativo ao modo de produção capitalista, demonstrando suas mazelas e barbáries. Para atender a essa finalidade era imprescindível desmitificar as condições de trabalho e de vida do operariado na Rússia, fazendo emergir uma realidade ocultada do proletariado.¹⁹¹ Além disso, pretendia-se comprovar os riscos proporcionados à fé cristã com a instauração de um regime implacável na perseguição de católicos em outros países.

Nesse aspecto, duas subseções da encíclica foram destinadas a abordar a perseguição aos católicos na Rússia, no México e na Espanha. O texto elaborado por Pio XI foi incisivo no que se refere aos horrores sofridos pelos fiéis nesses países, merecendo a longa citação:

19. Entretanto, aí estão à vista os deploráveis frutos dessa propaganda fanática. Porque, onde quer que os comunistas conseguiram radicar-se e dominar, – e aqui pensamos com particular afeto paterno nos povos da Rússia e do México, – aí, como eles próprios abertamente o proclamam, por todos os meios se esforçaram por destruir radicalmente os fundamentos da religião e da civilização cristãs, e extinguir completamente a sua memória do coração dos homens, especialmente da juventude. Bispos e sacerdotes foram desterrados, condenados a trabalhos forçados, fuzilados, ou trucidados de modo desumano; simples leigos, tornados suspeitos por terem defendido a religião, foram vexados, tratados como inimigos, e arrastados aos tribunais e às prisões.¹⁹²

Idêntica violência teria sido desferida pelos comunistas na Espanha, onde, além do assassinato de bispos, padres e freiras, haveria “um número muito maior de

¹⁹⁰ APOCALIPSE. *In*: BÍBLIA. Cap. 13. 180. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008. p. 1.567-1.568.

¹⁹¹ PEREIRA, M. A. M. L., *op. cit.*, p. 210.

¹⁹² PIO XI, [papa], *op. cit.*, p. 15-16.

vítimas em leigos de todas as classes, que ainda agora vão sendo imolados em carnificinas coletivas, unicamente por professarem a fé cristã”.¹⁹³

Sem pretender rebater os exageros contidos no pronunciamento do papa, parece emblemático o fato de que não se instaurou no México um Estado socialista e tampouco comunista, sendo a perseguição sofrida por membros do clero, que incluiu a proibição de ministrarem os sacramentos católicos pela Lei de *Calles* (1926), resultado do anticlericalismo liberal dos governantes no período da chamada Revolução Constitucionalista.¹⁹⁴

Resta latente a intenção de se difundir que a implantação do regime comunista em qualquer território seria um grande perigo à fé cristã e aos cristãos, porque a violência desfechada contra ambos seria fisicamente cruel a ponto de levar à morte. Assim, procurava-se associar qualquer espécie de barbárie e violência contra membros do clero católico à prática comunista.

O discurso anticomunista também se dirigia aos danos que poderia acarretar na família, devendo, portanto, ser combatido e derrotado pelas forças da sociedade, pois “repudia os contratos matrimoniais formados” meramente por vínculos morais, porque para ele não existiria “laço algum da mulher com a família e com o lar”. Por fim, e ainda mais grave sob a ótica católica, o regime comunista retiraria dos “pais o direito que lhes compete de educar os filhos”, outorgando-o ao Estado.¹⁹⁵ Assim, o comunismo representaria o fim da família como constituída no mundo ocidental, ou melhor, representaria a ruína da instituição familiar da civilização judaico-cristã.

O comunismo atrairia uma catástrofe no plano econômico e social. Pio XI foi enfático ao referir-se ao regime comunista, que explorava as riquezas naturais com enormes lucros, “sem o menor respeito dos direitos humanos, o emprego enfim da coação brutal que dura e cruelmente força os operários a pesadíssimos trabalhos

¹⁹³ PIO XI, [papa], *op. cit.*, p. 16.

¹⁹⁴ RODEGHERO, *op. cit.*, p. 165.

¹⁹⁵ PIO XI, [papa], *op. cit.*, p. 10-11.

com um salário de miséria.”¹⁹⁶ Em outro trecho o papa mostrou-se ainda mais incisivo a respeito das condições de trabalho na Rússia, remetendo seu conhecimento a fontes provenientes de “testemunhos insuspeitos”, e asseverou que o regime, “aquela ditadura, todo terrorismo e crueldade, impôs a inumeráveis cidadãos o jugo da escravidão”.¹⁹⁷

Fez-se alusão notável à noção clássica de escravidão, que naquele período julgava-se abolida do mundo ocidental, conforme se depreende de outro trecho da encíclica, no qual o papa mencionou que o regime comunista obrigaria o trabalhador à prestação de trabalho contra sua vontade e “até pela violência”.¹⁹⁸

Não se deve ainda descurar que a encíclica restabeleceu o discurso em defesa da propriedade privada condenando a doutrina comunista por propugnar sua extinção, o que contrariaria as leis divinas.¹⁹⁹

No plano econômico, na forma de pensar da Santa Sé, o resultado do comunismo, distante da prometida igualdade e melhoria de condição de vida, seria a opressão à classe trabalhadora, a quem seriam pagos salários miseráveis para realização de trabalhos penosos, quando não sujeitada à escravidão.

Ao Estado caberia auxiliar a Igreja Católica no combate ao comunismo, sem, no entanto, restringir-lhe as ações, deixando-a, nas palavras de Pio XI, “cumprir a sua missão divina e espiritual, para contribuir assim poderosamente para salvar os povos da terrível tormenta da hora presente”. Afinal, para o papa, o comunismo não se tratava de um problema político ou econômico, mas sim, de “um mal de natureza espiritual”.²⁰⁰

¹⁹⁶ PIO XI, [papa], *op. cit.*, p. 8.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 18.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 11.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 10.

²⁰⁰ PIO XI, [papa], *op. cit.*, p. 49.

Na ótica de Pio XI esse mal somente poderia ser derrotado “com uma santa cruzada universal de oração e penitência”, recomendando-se “as Ordens contemplativas masculinas e femininas, que redobrem as suas súplicas e sacrifícios”.²⁰¹ Percebe-se, aqui, mais um recurso ao imaginário social, buscando a memória das cruzadas e as lembranças do combate entre os fiéis católicos e os infiéis islâmicos.

O pedido de orações direcionado aos leigos e ao clero de todo mundo, para obtenção de alguma graça ou em favor de alguém, era prática rotineira do Vaticano. Importa ressaltar que, de acordo com pesquisa de Damião Duque de FARIAS, dentre as intenções do mês repassadas pela Santa Sé, entre os anos de 1933 e 1937, uma das mais recomendadas era a “repressão ao comunismo”.²⁰²

Tudo isso demonstra que a Igreja Católica disputou acirradamente com o comunismo pelo espaço do imaginário social²⁰³, conseguindo, de certa maneira, inscrever por meio da repetição dos discursos – difundidos pela estrutura eclesiástica (arquidiocese, diocese e paróquia), pela imprensa católica e leiga, assim como pelo aparato estatal – a construção da imagem negativa do comunismo e de seus adeptos.

Ainda, a Cúria Romana e suas ramificações institucionais preocuparam-se em contrapor aos preceitos comunistas e socialistas os valores morais do catolicismo, externados pelas encíclicas que compõem sua doutrina social, propugnando pela caridade com justiça, pela defesa da propriedade privada e da desigualdade, mas, principalmente, negando a luta de classes para pregar harmonia no corpo social.

²⁰¹ Ibidem, p. 40.

²⁰² FARIAS, *op. cit.*, p. 82.

²⁰³ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 208-209.

3.3. HARMONIA E CONCÓRDIA ENTRE AS CLASSES SOCIAIS

O discurso anticomunista e antissocialista formulado pela Cúria Romana também se estruturava na condenação da luta de classes, defendida por essas doutrinas, e na elaboração de um discurso de valorização da harmonia social, com a instituição de uma sociedade orgânica, pautada no espírito de colaboração entre as classes sociais.

3.3.1 A colaboração entre as classes sociais

Para a Cúria Romana, o socialismo, o comunismo e, de forma mais abrangente, o marxismo seriam os responsáveis pela desestabilização da sociedade na medida em que incitariam a conturbação social ao propugnam abertamente a luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Essa concepção contrariava o “pensamento organicista católico” exatamente por impedir na sociedade a “mútua colaboração dos seus membros para a boa realização da obra de Deus.”²⁰⁴

A Igreja Católica apresentava a solução cristã para conduzir a sociedade ao seu ponto de equilíbrio, buscando a recristianização por meio da difusão do catolicismo social. Sendo assim, incutir-se-ia nos pobres o ânimo de conformar-se à sua condição econômica e social, porque esta derivaria da vontade de Deus, impedindo-os de desejar a riqueza e as propriedades dos capitalistas.

O espírito cristão traria ao coração dos ricos os sentimentos de caridade e de justiça dispensados aos operários, proporcionando a estes um salário digno, como retratou Leão XIII, ao mencionar que “acima da sua livre vontade está uma lei de justiça natural, mais elevada e mais antiga; a saber, que o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado.”²⁰⁵

²⁰⁴ FARIAS, *op. cit.*, p. 76.

²⁰⁵ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 32.

Diante desse quadro não haveria por que se falar em luta de classes, pois capitalistas e proletários estariam irmanados nos princípios cristãos. Isso se apreende claramente das palavras de Leão XIII quando asseverou que “toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é a guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça.”²⁰⁶

Com o contentamento do proletariado, gerado por condições dignas de trabalho e de vida, não haveria razão para insurgências ou irrupções revolucionárias, tendo em vista que a desigualdade econômica e social entre essa classe e a burguesia seria assimilada como fruto da vontade divina. Mostra-se emblemática a menção de Leão XIII aos deveres dos operários:

30. Entre estes deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integralmente e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências, e nunca revestir a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéréis e à ruína das fortunas.

Em igual sentido, a encíclica *Rerum Novarum* referiu-se a alguns deveres dos patrões, podendo ser citados: (i) não tratar o operário como seu escravo, devendo nele reconhecer a condição humana e em especial a de cristão; (ii) não utilizar os homens como “vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção de seus braços”; (iii) zelar para que o operário não se entregue ao socialismo; (iv) não exigir do empregado trabalho superior às suas forças; (v) pagar ao operário “a justa medida do salário”.²⁰⁷

Apreende-se que na concepção da Cúria Romana haveria, ao contrário de luta de classes, um natural conagraçamento entre elas, já que a obediência aos valores do cristianismo induziria sua união pelo amor fraterno. Afinal, os homens

²⁰⁶ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 18.

²⁰⁷ Ibidem, p. 19.

seriam “todos absolutamente nascidos de Deus, seu pai comum; que Deus é o único e comum fim, que Ele só é capaz de comunicar aos anjos e aos homens uma felicidade perfeita e absoluta”. Nesse passo, todas as riquezas materiais pertenceriam ao “gênero humano e que só os indignos é que são deserdados dos bens celestes”.²⁰⁸

A almejada concórdia cristã nas relações entre capitalistas e operários também foi mencionada por Pio XI. Na encíclica *Quadragesimo Anno* ele se referiu à necessidade de conciliação de interesses entre “operários e patrões para vencer as dificuldades e obstáculos”, pois seria primordial nessa relação “entre operários e patrões a união e concórdia cristã.”²⁰⁹

O espírito beligerante da luta de classes difundido pelo socialismo e pelo comunismo deveria ser combatido com vigor pelos católicos, porque era necessário compreender-se que as classes sociais não sobreviveriam uma sem a outra, já que entre capital e trabalho haveria dependência mútua.²¹⁰ Não foi por outro motivo que a adoção da greve como instrumento de pressão do proletariado contra o patronato restou condenada por Leão XIII, sendo sugerida a utilização de árbitros para conciliação de interesses.²¹¹

No entanto, a experiência apresentava sérias dificuldades a engendrar esse espírito de concórdia entre capitalistas e proletários, tão desejado pela Igreja Católica. Os papas reconheciam a premência de se partir do plano religioso à ação, especialmente porque naquele momento histórico proliferavam na maior parte do mundo ocidental sindicatos de orientação socialista (revolucionários, reformistas ou anarcossindicalistas) conquistando rapidamente a simpatia do proletariado.

²⁰⁸ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 22.

²⁰⁹ Ibidem, p. 66.

²¹⁰ Ibidem, p. 18.

²¹¹ Ibidem, p. 29; p. 39.

Para inibir a profusão do sindicalismo socialista no meio operário, especialmente entre os católicos, além dos alertas sobre os perigos e sedições do socialismo, como referido anteriormente, mostrava-se necessário propor e organizar corporações que confessassem a ideologia católica de concórdia entre as classes sociais.²¹² Para a Santa Sé a existência de sindicatos que representassem exclusivamente aos interesses dos operários instigaria neles sentimentos egoísticos de classe, servindo mais a incitar o acirramento de ânimos em relação ao capital do que propriamente pacificar os conflitos.²¹³

Na perspectiva de Leão XIII, expressa na *Rerum Novarum*, o prognóstico dos problemas vivenciados seria a instituição de corporações católicas tendo por finalidade primeira “o aperfeiçoamento moral e religioso”, além da manutenção da “concórdia e a harmonia mais perfeita”, a fim de permitir “que os direitos e os deveres dos patrões sejam perfeitamente conciliados com os direitos e deveres dos operários.” No entanto, tais corporações não deveriam sofrer interferência do Estado na sua administração.²¹⁴

Se Leão XIII, em 1891, compreendia as corporações confessionais como melhor forma de organização para operários e capitalistas católicos resolverem os conflitos nas relações de trabalho, sendo elas de associações mistas e inspiradas na fé cristã,²¹⁵ Pio XI – que quarenta anos mais tarde presenciava um contexto em que Estados autoritários intervinham nos sindicatos para combater o avanço socialista e comunista – não vislumbra as corporações como necessariamente católicas, aceitando o controle do movimento operário exercido pelo aparato estatal.²¹⁶

²¹² BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 36.

²¹³ SOUZA, J. J. V., **op. cit.**, p. 169.

²¹⁴ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 37-38.

²¹⁵ SOUZA, J. J. V., **op. cit.**, p. 82-83.

²¹⁶ FARIAS, **op. cit.**, p. 179.

Pio XI reconhecia os esforços despendidos desde a edição da *Rerum Novarum* na criação, na Europa, de inúmeros sindicatos católicos, agrupando milhares de sócios; no entanto, não refutava o fato de que eles ainda eram em número bem inferior às entidades vinculadas aos socialistas e aos comunistas.²¹⁷

Para esse papa, a solução para a restauração da ordem passava pela instituição de corporações, formadas por patrões e operários e que, para permitir a ordenação social, deveriam ser constituídas a partir do ofício, sendo este o elo entre as duas classes sociais. Estes organismos teriam por função atingir “os interesses comuns à profissão, entre os quais o mais importante é vigiar para que a atividade coletiva se oriente sempre para o bem comum da sociedade”.²¹⁸

As corporações seriam um “corpo de instituições profissionais e interprofissionais sobre bases solidamente cristãs, coligadas entre si” e que se constituiriam “sob formas diversas e adaptadas aos lugares e circunstâncias”.²¹⁹ Sua finalidade última seria a de exterminar a luta de classes na sociedade, com o restabelecimento do equilíbrio no corpo social propiciado pela manutenção da ordem a partir do funcionamento desses organismos, como bem expressou Pio XI ao asseverar que a “grave desordem leva a sociedade à ruína, se não lhe dá pronto e eficaz remédio”. Nesse sentido, “a cura só será perfeita, quando a estas classes opostas se substituírem organismos bem constituídos, ordens ou profissões que agrupem os indivíduos não segundo a sua categoria no mercado do trabalho, mas segundo as funções sociais que desempenham”.²²⁰

Essas organizações, segundo a ótica católica, serviriam a aproximar os “agentes produtivos, patrões e empregados, em colégios ou corporações”, representando uma visão orgânica da sociedade que deveria transpor as mazelas

²¹⁷ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 55.

²¹⁸ Ibidem, p. 69.

²¹⁹ PIO XI, [papa], **op. cit.**, p. 37.

²²⁰ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 69.

proporcionadas pelo liberalismo e pelo socialismo com a luta de classes. Para isso, a Cúria Romana opunha uma alternativa, uma terceira via, com o princípio da harmonia entre as classes sociais.²²¹

Assim, o discurso católico de colaboração entre as classes sociais retomou preceitos da Idade Média, aludindo a um momento da história em que as distinções entre os homens eram assimiladas como naturais e, portanto, imperava a ordem no corpo social. Também significava o retorno aos “valores perdidos”, após a influência iluminista que acarretou a superação do período histórico em que o poder da Igreja confundia-se com o do Estado.²²²

Naquele momento histórico a Cúria Romana vivenciava mais proximamente o corporativismo implantado na Itália pelo partido fascista de Benito Mussolini. Este regime apresentava nítidas virtudes à Santa Sé. As palavras do papa demonstram sua empolgação com o “Estado corporativo fascista”, pois, na sua visão, uma rápida análise seria suficiente “para ver as vantagens desta organização”, eis que trazia: “a pacífica colaboração das classes, repressão das organizações e violências socialistas, a ação moderada de uma magistratura especial, e em harmonia com os princípios gerais recordados...”²²³

Percebe-se que a preocupação central externada no pensamento de Pio XI, assim como de Leão XIII, residia na adoção de um modelo de organização que, de um lado, suprisse os excessos de individualismo ocasionados pelo liberalismo; e, de outro, sufocasse o desenvolvimento de doutrinas e movimentos revolucionários, mantendo-se a ordem pública. No entanto, depois da crise de 1929, com a quebra da bola de Nova York, os regimes políticos que se instauraram no mundo ocidental afastaram o liberalismo econômico da cena política. Em razão disso, o adversário,

²²¹ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 88.

²²² STORNI, H. J. **El parlamentarismo y la representacion corporativa**. Buenos Aires: Valerio Abeledo, 1943. p. 109.

²²³ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 72.

bem dizer único, era o comunismo, motivo que induziu a aliança entre Estados nacionais e Igreja Católica no seu combate.²²⁴

O indisfarçado entusiasmo de Pio XI com o modelo estatal corporativo fascista de Mussolini mostra-se útil a compreender a concepção nutrida pela Cúria Romana a respeito do papel que deveria ser exercido pelo Estado.

3.3.2 As funções do Estado

Os quarenta anos que distanciam as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo anno* mostram-se decisivos para a mudança na concepção católica sobre o papel do Estado.

Leão XIII, na encíclica *Immortale Dei* (1885), demonstrava recuo da Igreja Católica em relação à posição consolidada de que a autoridade estatal se submeteria à autoridade eclesiástica, especificamente ao papa, porque o poder temporal se subordinaria ao poder espiritual. Com a encíclica, a Santa Sé apresentou certa resignação com as transformações impulsionadas pela modernidade nas relações entre Estado e Igreja Católica.

A concepção romana passou a assimilar a existência de um poder secular, desvinculado nos assuntos temporais de sua influência; e ainda dispôs que a Igreja se relacionaria com qualquer forma de regime político estatal, não cabendo sua interferência nesses assuntos, excetuadas situações de abusos e injustiças.

Em 1891, quando da edição da *Rerum Novarum*, ainda predominavam no cenário político ocidental os regimes democrático-liberais, com a consequente adoção, no plano econômico, dos princípios que impediam a intervenção estatal na economia, especialmente no tocante à disciplina das relações de trabalho.

Esse contexto mostra-se relevante à compreensão da timidez com que as tarefas relacionadas ao Estado restaram abordadas por Leão XIII, também servindo a entender o porquê da modificação de postura de Pio XI, quarenta anos depois.

²²⁴ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 173-174.

Embora na *Rerum Novarum* a Igreja tenha tecido críticas ao Estado, as propostas por ela formuladas eram acanhadas e não extrapolavam o horizonte do liberalismo da época.

Muito distante de representar uma reforma no Estado, a concepção externada por Leão XIII demonstra sua preocupação com a preservação da ordem social. Parece emblemático que sua encíclica aponte para a necessidade de o Estado proteger a propriedade privada por intermédio de leis²²⁵ quando o direito vigente à época, de caráter liberal e individualista, ocupava-se com desenvoltura dessa tarefa.

De igual modo, o referido papa também mencionou a necessidade de se controlar os trabalhadores, pois seria “preciso que o Estado” solucionasse o que o papa chamou de “desordem grave e frequente”, já que para ele as greves causariam “dano não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns”; enfim, os movimentos paredistas, por ocasionarem “violências e tumultos”, colocariam em risco “a tranquilidade pública.”²²⁶

Segundo a ótica de Leão XIII, competiria ao Estado o dever de proibir por meio da “autoridade das leis” a realização de greves, agitações populares, entre outros movimentos de trabalhadores que viessem a promover a desordem no corpo social.²²⁷

Em sentido complementar, com a finalidade de cumprir a missão cristã de aplicar a caridade e a justiça, também competiria ao Estado conter alguns abusos por parte dos compradores de força de trabalho. Para tanto, seria necessário que a autoridade civil se voltasse à concretização do bem comum, que nas palavras de Leão XIII seria alcançado da seguinte maneira:

Ora, o que torna uma nação próspera são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o

²²⁵ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 28.

²²⁶ Ibidem, p. 29.

²²⁷ Ibidem, p. 28-29.

respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo gênero: todas coisas que se não podem aperfeiçoar, sem fazer subir outro tanto a vida e a felicidade dos cidadãos. Assim como, pois, por todos estes mesmos, o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, [...] porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum.²²⁸

Apreende-se dessa perspectiva que o bem comum, que seria a finalidade do Estado, somente seria atingido pela legislação estatal, especialmente no tocante à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores²²⁹. Nesse sentido, reputa-se mais uma vez como acanhada a proposta da Igreja se comparada às reivindicações formuladas há muito tempo pelo movimento sindical europeu.

A Cúria Romana restringiu-se a apontar algumas questões básicas com nítido interesse moral incutido nas propostas. Nessa linha, a Igreja propugnou como dever do Estado regulamentar as relações entre operários e capitalistas a fim de: (i) inibir o trabalho das mulheres e das crianças, já que isso desestruturaria a família cristã, base da sociedade²³⁰; (ii) conferir um descanso semanal aos domingos para permitir ao operário dedicação ao culto da religião²³¹; (iii) limitar a jornada diária de trabalho dos operários.²³²

Não se verifica entre os deveres elencados por Leão XIII a regulamentação estatal do salário a ser pago ao operário. Na ótica do pontífice não caberia ao Estado interferir na negociação salarial entre operário e capitalista, sendo esta uma das tarefas das corporações.

²²⁸ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 25-26.

²²⁹ SOUZA, J. J. V., **op. cit.**, p. 69.

²³⁰ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé (op. cit.)**, p. 27.

²³¹ *Ibidem*, p. 30.

²³² *Idem*.

Apreende-se que a *Rerum Novarum* “reserva ao Estado o papel de um regulador social geral, garantidor da paz e da ordem social, da prosperidade pública e particular”. Por sua vez, a encíclica *Quadragesimo Anno* apresenta uma concepção de Estado “organicista e corporativa”, imputando-lhe um papel mais incisivo, notadamente em relação à direção da economia.²³³

Se Leão XIII, em que pesem suas propostas, não conseguira ultrapassar o horizonte liberal na concepção de Estado, Pio XI, que testemunhava o ocaso do liberalismo político e econômico, introduzia a discussão apontando para a necessidade de reforma das instituições, “sobretudo o Estado”. Seria preciso livrar-se do “vício” do “individualismo”.²³⁴

Ao mesmo tempo que condenava a luta de classes ressaltava que o corpo social não poderia se pautar no princípio da livre concorrência, pois dela teriam resultado “para a economia universal todos os erros da ciência econômica ‘individualista’”.²³⁵

Desse modo, para evitar o desenvolvimento do socialismo e para corrigir os excessos do “individualismo” competiria ao Estado a função primordial de regular as relações entre capital, trabalho e a propriedade “segundo as leis de rigorosa justiça comutativa, apoiada na caridade cristã”. Assim, restaria a “livre concorrência contida dentro de justos e razoáveis limites”, devendo ainda ser sujeitado o poderio econômico à autoridade pública.²³⁶

Em contrapartida, na ótica de Pio XI, haveria inúmeros afazeres que por possuírem menor relevância não deveriam ser executados pelo Estado, que deveria relegá-los às corporações, que assim exerceriam uma função supletiva.²³⁷

²³³ FARIAS, *op. cit.*, p. 173.

²³⁴ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 68.

²³⁵ *Ibidem*, p. 70.

²³⁶ *Ibidem*, p. 75.

²³⁷ *Ibidem*, p. 68.

Tanto na encíclica *Quadragesimo Anno* quanto na *Divini Redemptoris* a Cúria Romana exteriorizou uma concepção de Estado cuja finalidade última seria preservar a sociedade orgânica, centrada na colaboração entre as classes sociais, em que prevaleceria a harmonia de um corpo social submetido aos princípios de justiça e de caridade cristãos, mas também à autoridade estatal.²³⁸

Os regimes autoritários que ascenderam ao poder em diversos países, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, e a Igreja Católica vislumbravam no comunismo uma ameaça concreta e imediata.²³⁹ Buscaram combatê-lo com o princípio da colaboração entre as classes sociais e a instauração do corporativismo.

Os católicos ainda intencionavam retomar os espaços que haviam perdido com o advento da modernidade, recuperando sua influência perante o Estado e difundindo o sentimento de religiosidade e a moral cristã nos locais profanos. Para tanto, o papa Pio XI incentivou um movimento denominado Ação Católica, que tinha por tarefa espalhar os valores católicos, notadamente o espírito colaborativo do proletariado em relação ao capital, e propugnar o corporativismo nos aparatos estatais e em toda a sociedade.

No próximo capítulo se abordará a propagação da doutrina social católica no Brasil, a qual foi estruturada na Ação Católica que auxiliou a hierarquia da Igreja brasileira no combate ao comunismo e na difusão do discurso de negação da luta de classes e pacificação social.

²³⁸ FARIAS, *op. cit.*, p. 173.

²³⁹ HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos...* (*op. cit.*), p. 127.

4 A DIFUSÃO DA DOUTRINA SOCIAL CATÓLICA NO BRASIL

Pouco mais de um mês depois de divulgada na Europa, a encíclica *Rerum Novarum* foi publicada pela primeira vez no País, pelo periódico “O Brasil”, contando com tradução do intelectual Carlos de Laet.²⁴⁰

A rápida divulgação do conteúdo do documento de Leão XIII não quis significar sua imediata assimilação por parte dos membros da hierarquia eclesiástica brasileira, que na época detinham outras preocupações. A Igreja Católica vivenciava um momento de conturbação. Nos primeiros dias da República brasileira o ainda governo provisório promulgara o decreto 119 A, que, entre outras consequências jurídicas, impusera a segregação entre Igreja e Estado, extinguiu o padroado e garantiu a liberdade a diversos cultos e denominações, equiparando-os à Igreja Católica. Essas medidas foram seguidas da obrigatoriedade do casamento civil e da secularização dos cemitérios.²⁴¹

No ano seguinte, a Constituição Republicana consolidaria o processo de laicização do Estado com a ausência de menção ao nome de Deus no texto constitucional e retirando as subvenções estatais à Igreja Católica. Tais circunstâncias geravam sentimentos antagônicos na hierarquia eclesiástica brasileira, pois, de um lado, a Igreja se tornara independente do Estado e poderia atrelar-se à Cúria Romana, mas, de outro, propiciava inquietação e revolta com as supressões de antigos privilégios, fato atribuído à descristianização da sociedade e, por consequência, reputado como vitória do racionalismo e do materialismo sobre a religiosidade.

Nesse período a atenção da Igreja Católica brasileira direcionava-se ao restabelecimento de sua influência junto ao Estado e às elites, buscando interferir

²⁴⁰ VIEIRA, E. O Trabalho: breve visão da concepção de castigo da antiguidade cristã, valor social afirmado na Encíclica *Rerum Novarum* no século XIX e despontar no século XXI como valor Bioético. **Revista Bioethikos** – Centro Universitário São Camilo, v. 4, p. 350-353, 2010. p. 351.

²⁴¹ LUSTOSA, *op. cit.*, p. 17-18.

em todos os níveis da sociedade por meio das estruturas estatais.²⁴² A meta traçada seria de restabelecer os laços com o Estado, porque o Brasil, forjado pela tradição católica, teria na religião um traço característico de seu povo, sendo que a “formação brasileira, ao contrário, está [estaria] ligada à união constante entre as duas Autoridades”, como bem retratam as palavras de um importante intelectual católico do período.²⁴³

Também se deve considerar que o clero brasileiro normalmente era formado por representantes das classes médias urbanas e das elites rurais, o que ajuda a explicar as diversas alianças entre a Igreja Católica local e as oligarquias regionais. Essa origem elitista seria uma das justificativas para a rejeição inicial apresentada à doutrina social católica, conforme restou constatado por um padre no final do século XIX.²⁴⁴

Somava-se a isso o fato de, no País, as críticas anticapitalistas formuladas pelo incipiente movimento sindical ainda não representarem ameaça aos setores conservadores da sociedade. Havia pouco tempo que se abandonara o regime escravocrata e o capitalismo apenas principiava seu desenvolvimento com a industrialização.

Embora existisse no País a “questão social”, como a voz dissonante de um padre insistia em afirmar nos idos de 1900²⁴⁵, o movimento operário não se mostrava suficientemente organizado para desestabilizar a ordem constituída e, portanto, a impor uma reação da Igreja com seu direcionamento às massas.

Para alguns setores vinculados ao catolicismo a questão social era compreendida como algo embrionário, mas que requereria atenção a fim de se evitar

²⁴² ALVES, M. M. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 37.

²⁴³ LIMA, A. A. **Pela Ação Católica**. Rio de Janeiro: Editora da Biblioteca Anchieta, 1935. p. 26.

²⁴⁴ MARIA, J., pseud. de CARNEIRO, J. C. M., [padre]. **A igreja e o povo**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 56.

²⁴⁵ MARIA, J., pseud. de CARNEIRO, J. C. M., [padre]. **A igreja e a república**. Brasília: Ed. UNB, 1981. p. 121.

no País danos similares aos causados pelos movimentos insurgentes europeus. Digna de nota, nesse aspecto, é a observação feita por industrial no Primeiro Congresso Católico, no ano de 1900, que, ao diferenciar a questão operária brasileira da verificada na Europa, assinalou que ela surgia no País “por sintomas vagos, por manifestações isoladas, simples repercussão do que se passa por lá, ou importação indireta que fazemos com os imigrantes, que nos chegam em grande número.”²⁴⁶

De forma gradual houve conscientização, entre bispos e padres, da importância da inserção da Igreja Católica no debate sobre a questão social, notadamente após formação dos bolsões de pobreza, gerados nas grandes cidades pelo contingente de trabalhadores que lá se estabeleceram para tentar escapar da miséria em seus países ou no campo²⁴⁷ e, conseqüentemente, depois dos incômodos ocasionados pelo movimento reivindicatório operário.

Boris FAUSTO apresenta um balanço dos ciclos grevistas entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Nele identifica-se uma ascensão no número de paralisações entre 1905 e 1908, sucedida de redução entre 1909 e 1912. No início de 1913, vislumbra-se rápida retomada, com decréscimo em meados do mesmo ano, em razão de recessão econômica, logo seguida pelo início da guerra.²⁴⁸

Predominava nesse período a corrente anarcossindicalista no movimento sindical brasileiro, especialmente sob a influência de imigrantes europeus, que desempenharam papel preponderante no desenvolvimento dos sindicatos de resistência, como se autoproclamavam, por se oporem ao capitalismo, as entidades de defesa dos operários constituídas na época.

Os transtornos ocasionados pelo anarcossindicalismo podem ser notados na preocupação dispensada pelos aparatos repressivos do Estado ao seu combate,

²⁴⁶ Anais do Primeiro Congresso Católico Brasileiro *apud* MENEZES, C. A. **Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Loyola, 1986. p. 33.

²⁴⁷ LUSTOSA, *op. cit.*, p. 98-99.

²⁴⁸ FAUSTO, *op. cit.*, p. 133-134.

notadamente em relação à perseguição aos líderes do movimento que – a partir da Lei Adolpho Gordo (1907) – poderiam ser expulsos do País por comprometerem “a segurança nacional ou a tranquilidade pública”.²⁴⁹

Pode-se afirmar que entre os anos de 1908 e 1912 houve refluxo no movimento sindical, relacionando-o a uma série de fatores: “repressão contínua, as deportações maciças de 1907 e o desemprego que atinge o Brasil em 1908 [...], somadas às dificuldades para aprofundar os laços de solidariedade efetiva entre o proletariado”. Isso porque os principais líderes eram imigrantes, o que tornava o movimento suscetível às deportações de suas lideranças e às campanhas de xenofobia.²⁵⁰

Vislumbra-se que as medidas repressivas adotadas pelo Estado antecederam a inflexão da Igreja brasileira em relação ao operariado, eis que a questão social não havia sido mencionada nas cartas pastorais coletivas do episcopado brasileiro elaboradas em 1890 e 1900, documentos de importância histórica por refletirem a mentalidade dos principais representantes da Igreja Católica no País.

O primeiro registro da hierarquia católica sobre o assunto ocorreu na carta pastoral coletiva de 1910, que dedicou o capítulo IX para tratar da “Classe operária”. Em poucos parágrafos transparece um pouco da concepção católica sobre o tema, ao se minimizar o sofrimento causado pelo trabalho, ao se condenar as greves e ao se exortar os capitalistas a pagarem salários justos.²⁵¹

Ainda no ano de 1910 resultou, do encontro entre arcebispos e bispos do Sul do País, um documento com apontamentos para a questão social. Na compreensão daqueles representantes da Igreja a solução dos problemas residiria em entendê-la

²⁴⁹ CARVALHO, J. M. O proletariado industrial na Primeira República. In: PINHEIRO, P. S. *et al. História geral da civilização brasileira* (t. 3, v.9). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v. p. 169.

²⁵⁰ CARVALHO, *op. cit.*, p. 170.

²⁵¹ LUSTOSA, *op. cit.*, p. 108.

como algo relacionado à disciplina religiosa, exortando-se ao operariado o dever de obediência aos empresários. Caberia ao clero, segundo os participantes do evento, a tarefa de inculcar no povo a prevenção para não se envolver em “sedições” nem com “sediciosos exploradores”, sendo, nas palavras de um dos bispos presentes no evento, “necessário que os operários se contentem com a vida modesta, cultivem a religião e o temor de Deus”.²⁵²

O conteúdo moral da questão social restou reafirmado na carta pastoral coletiva de 1915, documento extraído do encontro realizado pela hierarquia religiosa brasileira (arcebispos e bispos), ao propor a disciplina religiosa como solução aos males sociais que resultaria numa jornada de trabalho menos extenuante e em salários mais justos. Além disso, propugnava-se às autoridades para que zelassem pela paz pública e pela caridade.²⁵³

Os constantes discursos direcionados a aguçar o sentimento paternal dos empresários podem ser compreendidos como a tônica desse período, porque na perspectiva da hierarquia católica a solução dos problemas sociais repousava na conversão dos representantes do patronato ao catolicismo.²⁵⁴

Em sentido oposto, no cenário político-sindical os trabalhadores demonstravam maior capacidade de organização e de mobilização. Ainda sob o predomínio da orientação anarcossindicalista, no ano de 1917 um movimento grevista iniciado em uma tecelagem em São Paulo rapidamente tomou conta da Cidade e, pouco depois, espalhou-se por várias localidades do País.

A importância desse movimento se desvela na sua força, em seu caráter espontâneo e em suas repercussões por outras cidades. A greve de 1917, como ficou conhecida, demonstrava a “emergência de um movimento social de base

²⁵² BECKER, J., [arcebispo]. **Segunda carta pastoral de D. João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1914. p. 49.

²⁵³ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 126-127.

²⁵⁴ LUSTOSA, *op. cit.*, p. 115.

operária, nos centros urbanos do país”, com manifestações de massa, aumento de sindicalização de trabalhadores e ampliação da imprensa operária.²⁵⁵

A essa altura restara claro que as políticas repressivas do Estado não bastariam para combater anarquistas, socialistas e comunistas, fato evidenciado com a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922. Na visão da hierarquia eclesiástica brasileira a disseminação das ideologias adversárias no meio operário seria resultado da ignorância religiosa do povo por sua falha formação espiritual.

Para conter o avanço dessas correntes mostrava-se primordial a difusão dos valores morais católicos por toda a sociedade, porque somente a Igreja Católica seria a depositária da verdade.

Com essa intenção restaram instituídos, até os anos 1920, sindicatos e associações de caráter confessional e beneficente, organizados sobre os alicerces do catolicismo social, podendo ser citados A União Popular (1909), Liga Brasileira das Senhoras Católicas (1910), Aliança Feminina (1919) e Congregação Mariana (1924). No entanto, como resultado de uma modificação de postura, percebida principalmente a partir dos anos 1920, a Igreja Católica instigara instituições com ênfase na organização do operariado: os Círculos Operários (1932), a Juventude Operária Católica (1932) e a Ação Católica Brasileira (1935).²⁵⁶

A finalidade dessas instituições seria a de alcançar a neocristianização da sociedade brasileira, isto é, a difusão dos valores morais e religiosos da Igreja Católica, especialmente na sociedade civil e no Estado, permitindo sua inserção no aparelho estatal para de forma mais eficaz atingir todos os segmentos sociais.²⁵⁷

Pode-se asseverar que esse modelo surgiu no País a partir de 1916, com a carta pastoral do então arcebispo metropolitano de Olinda, Sebastião Leme; desenvolveu-se durante os anos de 1920, mas se consolidou no período que ele

²⁵⁵ FAUSTO, *op. cit.*, p. 159.

²⁵⁶ MAINWARING, S. **Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 47.

²⁵⁷ BRUNEAU, *op. cit.*, p. 91.

exercera o cardinalato (de 1930 até sua morte em 1942). Nessa época a Igreja estabeleceu uma política religiosa mais agressiva ao pregar “um catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos”, em especial em assuntos relacionados com a “influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo.”²⁵⁸

Os esforços da Igreja brasileira restaram reconhecidos e encorajados pela Cúria Romana, principalmente pelo papa Pio XI. Durante seu pontificado o movimento da Ação Católica tornou-se fundamental para atender as estratégias de neocrisianização da sociedade, tendo cumprido função relevante no Brasil para divulgar os valores caros à hierarquia eclesiástica e também ao Estado, notadamente no tocante à doutrina social católica.

4.1 A AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

Em 1916, na sua carta pastoral de saudação ao clero e aos fiéis de Olinda, o arcebispo D. Sebastião Leme demonstrara um quadro de apatia envolvendo o catolicismo no Brasil, e incitara a organização de todos os católicos (clérigos e leigos) para uma cruzada em favor da religião e contra os seus inimigos, nominados naquele documento como maçons, positivistas, espíritas e socialistas.²⁵⁹

A importância histórica desse documento consiste na inclinação demonstrada pelo arcebispo, que futuramente assumiria o cardinalato, à tomada de uma nova consciência da situação do catolicismo no Brasil, ao mesmo tempo que apresentava estratégias para o enfrentamento dos problemas diagnosticados.²⁶⁰

O plano de luta traçado somente foi levado adiante depois da nomeação de D. Leme, em 1921, como arcebispo coadjutor, no Rio de Janeiro. Naquele mesmo

²⁵⁸ MAINWARING, *op. cit.*, p. 43.

²⁵⁹ LEME, S, [arcebispo]. **Carta Pastoral de dom Sebastião Leme**: arcebispo metropolitano de Olinda. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1916.

²⁶⁰ BEOZZO, *op. cit.*, p. 348.

ano, ele incentivou a criação do Centro Dom Vital e da Revista *A Ordem*, estabelecendo os alicerces sobre os quais se desenvolveu o movimento dos leigos católicos.

No ano seguinte, em 1922, instituiu-se a Confederação Católica, que tinha por finalidade coordenar as inúmeras associações e grupos católicos existentes no Rio de Janeiro, entidade que contou com envolvimento pessoal do arcebispo D. Leme.²⁶¹

A despeito dos esforços nesse sentido pode-se asseverar que as tentativas de uniformização e de centralização dos grupos católicos à hierarquia eclesiástica não foram exitosas, sendo substituídas com a formalização do movimento da Ação Católica Brasileira.

4.1.1 Fundação, finalidade e valores

Para a Cúria Romana o problema central do mundo contemporâneo residia na falta de religiosidade, na descristianização da sociedade. Para alcançar a solução seria necessário um movimento em sentido inverso, que retomasse a espiritualidade na sociedade difundindo os preceitos da doutrina católica por todos os segmentos. Com isso, haveriam de se evangelizar os espaços profanos, com a conversão dos homens à verdadeira religião, o catolicismo.

Para atingir essa finalidade num mundo cada dia mais laico, a estrutura da Igreja Católica não seria suficiente, e como não se podia contar com o auxílio dos aparelhos estatais, eis que estes também deveriam ser objeto da ação evangelizadora, urgia o envolvimento de leigos no movimento. Como advertiu GRAMSCI, para permear o Estado não bastava formar padres, mas seria “necessária uma concentração de cultura católica” somente alcançada com a participação do laicato, como professores universitários e altos funcionários da administração pública²⁶², vinculados ao catolicismo.

²⁶¹ GOMES, *op. cit.*, p. 99.

²⁶² GRAMSCI, *Cadernos do cárcere (v.4)... (op. cit.)*, p. 48.

Em razão disso, no ano de 1922 o papa Pio XI, por meio da encíclica *Ubi Arcano Dei*, enunciava o modelo de Ação Católica “como de um exército espiritual, unificado e pacífico”, tendo por lema “Restaurar tudo em Cristo”.²⁶³ Tratava-se de uma reação da Igreja “contra intensa apostasia de amplas massas”, “isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo.”²⁶⁴

Esse movimento seria estruturado como uma organização militar em luta na cruzada “em prol da civilização e em defesa da fé.”²⁶⁵ Tal fato resta referendado pelas palavras dirigidas, em 1929, por um bispo brasileiro aos seus fiéis e ao clero, quando asseverou que a consagração pela crisma do católico lhe imporia uma obrigação, o “serviço militar do confirmado” que consistiria “no apostolado leigo”, o que faria dele um “cavaleiro da Igreja”.²⁶⁶

Para eclesiologia católica a doutrina do corpo místico de Cristo significaria que Jesus representaria a cabeça e o Espírito Santo a alma, enquanto a Igreja o restante do corpo, do qual cada fiel batizado seria um membro. Haveria, assim, um movimento coordenado em que os membros se articulariam com a cabeça, recebendo “o influxo da Alma Divina, por intermédio dos músculos” que seriam representados pela hierarquia da Igreja.²⁶⁷

De acordo com a perspectiva da teologia católica, a salvação das almas seria uma intenção de Deus, embora não imposta por ele; mas sim, deveria ser aceita pela pessoa com a assimilação da mensagem de Jesus Cristo. Nesse cenário

²⁶³ GOMES, *op. cit.*, p. 99.

²⁶⁴ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere (v. 4)... (op. cit.)*, p. 152.

²⁶⁵ GOMES, *op. cit.*, p. 95.

²⁶⁶ BECKER, J., [arcebispo]. *Décima oitava carta pastoral de D. João Becker*: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Boa imprensa, 1929. p. 17.

²⁶⁷ VILAS-BOAS, *op. cit.*, p. 23.

competiria aos apóstolos criarem os caminhos para permitir a cristianização, pois eles nada seriam senão “uma ‘missão para a salvação do próximo’”.²⁶⁸

A Ação Católica seria, de acordo com a definição de Pio XI, a “participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja”. Haveria dois apostolados: o apostolado sacerdotal, exercido por quem pertencesse à hierarquia eclesiástica, e o apostolado leigo, que deveria ser tomado por todos os católicos depois da confirmação de sua fé com a crisma.²⁶⁹ Não se trataria assim de uma faculdade, mas de uma obrigação do católico, conforme se apreende das palavras dirigidas por um bispo brasileiro aos fiéis de sua diocese, ao afirmar que “todo católico está obrigado a exercer, em certa maneira, o apostolado”.²⁷⁰

Em sentido complementar D. João Becker, arcebispo de Porto Alegre, apresentara sua definição de ação católica como “a participação dos seculares no apostolado da Igreja para a defesa dos princípios religiosos e morais, para desenvolvimento de uma sã e benéfica ação social sob a direção da hierarquia eclesiástica, fora e acima dos partidos políticos, com o fim de instaurar a vida católica na família e na sociedade.”²⁷¹

Apreende-se de seu conceito um ponto importante que reside na subordinação do apostolado leigo à hierarquia católica. Se, de um lado, haveria o dever de todo fiel contribuir para a profusão da mensagem católica, de outro, percebe-se que essa contribuição não deveria ser desordenada e espontânea, mas sim, urgia atender ao comando estabelecido pela estrutura eclesiástica.

Das palavras de D. João Becker, também se depreende como finalidade da Ação Católica a propagação por toda a sociedade dos valores católicos, inclusive exigindo dos apóstolos leigos a luta para “melhorar os costumes públicos, introduzir

²⁶⁸ VILAS-BOAS, *op. cit.*, p. 23.

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 19.

²⁷⁰ D’ELBOUX, M. S., [bispo]. **Carta pastoral de Dom Manuel da Silveira D’Elouboux**: bispo de Ribeirão Preto. São Paulo: Editora Ave Maria, 1946. p. 21.

²⁷¹ BECKER, J., [arcebispo]. **Décima oitava... (op. cit.)**, p. 6.

leis que se enquadrem na moral cristã e se conformem com os preceitos supremos de Deus.”²⁷²

Como mencionado anteriormente, antes da Ação Católica havia inúmeros grupos e associações católicos organizados na sociedade brasileira. Ao abordar o assunto, D. João Becker mostra-se direto, ao diferenciar estas instituições daquele movimento, pois a Ação Católica atuaria indiretamente “sobre o Estado e seus órgãos” ao exercer “influência sobre as organizações políticas e agrupamentos sociais, por meio da instrução, da formação religiosa, cultural e moral”.²⁷³

Evidencia-se que o objetivo final da Ação Católica seria o de alcançar as estruturas estatais, tornando-as objeto de influência da hierarquia eclesiástica. Nesse aspecto a “Cúria Romana pretendeu abarcar todos e cada um dos fiéis católicos com sua reforma conservadora.” Sustentando-se na Teoria dos Círculos Concêntricos, direcionou a recristianização com um rito que principiava no indivíduo, seguindo “desse para a família, dela para a sociedade e da sociedade para o Estado”.²⁷⁴

Com a intenção de servir de instrumento da Igreja Católica para adentrar em todos os espaços e segmentos, tendo por tarefa primordial arregimentar homens e convertê-los ao catolicismo, em julho de 1935 foi formalmente instituída a Ação Católica Brasileira.

O formato da instituição foi inspirado no modelo italiano definido por Pio XI, estabelecendo “uma organização corporativa, hierarquizada, e dirigida não por clérigos, e sim por leigos”.²⁷⁵ Mostrava-se como um modelo centralizado, autoritário

²⁷² BECKER, J., [arcebispo]. **Décima oitava...** (*op. cit.*), p. 7.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ MANOEL, *op. cit.*, p. 209.

²⁷⁵ GOMES, *op. cit.*, p. 103.

e que se estabelecia das dioceses às paróquias, dividindo-se em quatro grupos organizados por idade e por gênero.²⁷⁶

A presidência da entidade brasileira coube ao intelectual católico Alceu Amoroso Lima; no entanto, sendo subordinado à autoridade eclesiástica – no caso, o próprio Cardeal D. Sebastião Leme.

A Ação Católica nasceu como órgão de cúpula que teria por incumbência subordinar e organizar todas as associações e grupos de orientação católica no País. Já no primeiro ano de sua fundação destinou sua atenção a influir em três meios sociais, “entre os operários, entre os estudantes, entre os intelectuais”, conforme na época afirmou seu presidente.²⁷⁷

Segundo Alceu Amoroso LIMA, a importância da conversão dos intelectuais residiria na sua enorme influência e capacidade de formação de opinião, demonstradas na sua contribuição nos danos causados à sociedade moderna no processo de laicização da sociedade e do Estado.²⁷⁸

Vale recordar que nesse período praticamente 90% das escolas de ensino médio do País pertenciam à rede privada e destes aproximadamente a metade era controlada por grupos ligados à Igreja Católica, que conseguia, assim, atingir os filhos dos membros das elites e das classes médias urbanas e rurais. Os jovens mais abastados prosseguiram seus estudos ingressando nas universidades, onde, até a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941, não existia alternativa ao ensino laico, submetendo-se a uma educação, em regra, de caráter “agnóstica, positivista e anticlerical.”²⁷⁹

A Igreja, portanto, com a cristianização dos intelectuais pretendia inibir a contaminação dos jovens católicos por ideias modernistas (leia-se anticlericais) na

²⁷⁶ BRUNEAU, *op. cit.*, p. 89.

²⁷⁷ LIMA, A. A., *op. cit.*, p. 16.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 17.

²⁷⁹ BEOZZO, *op. cit.*, p. 369.

universidade, ao passo que a permitiria forjar novos quadros entre os estudantes, pois essa instituição se constituía “na escola da classe (e do pessoal) dirigente propriamente dito”.²⁸⁰ Idêntica finalidade havia no direcionamento da evangelização de universitários, com a criação da Juventude Universitária Católica, isto é, a Igreja objetivava formar intelectuais organicamente vinculados ao seu projeto de neocristandade.

Por sua vez, a evangelização do operariado tinha por finalidade arrefecer seu ânimo insurrecional, acomodando-o à condição de dominado, sob os postulados da concórdia cristã entre as classes sociais.

No período aqui mencionado o movimento operário católico tentara organizar-se. Ainda na Primeira República haviam sido criados sindicatos de orientação católica que até o ano de 1919 não receberam maior atenção da hierarquia eclesiástica, pois esta privilegiava sua atuação junto às classes dominantes.²⁸¹ Depois disso, algumas iniciativas passaram a contar com receptividade da Igreja local, como a do Centro Operário Metropolitano em São Paulo, da Confederação Católica do Trabalho de Belo Horizonte e da Confederação dos Trabalhadores Católicos do Rio de Janeiro, para citar alguns exemplos.

No entanto, os veículos mais eficazes de difusão da doutrina social católica no meio operário foram os Círculos Operários instituídos com maior envergadura no ano de 1932.²⁸²

4.1.2 A Ação Católica no meio operário: os círculos operários

Na concepção da Cúria Romana a conversão de não católicos ao catolicismo deveria ser buscada por fiéis pertencentes à mesma classe social.

²⁸⁰ GRAMSCI, **Cadernos do cárcere (v.4)...** (*op. cit.*), p. 45.

²⁸¹ FARIAS, *op. cit.*, p. 196.

²⁸² Também no ano de 1932 foi instituída no Brasil a Juventude Operária Católica, que até 1948 não teve grande atuação junto ao seu público-alvo, por se dedicar a questões internas (cf. LUSTOSA, *op. cit.*, p. 136.), não interessando ao período histórico tratado nesta pesquisa.

Assim, ao apóstolo operário competiria disseminar o evangelho com o fito de “salvar as almas” dos não católicos no meio operário.²⁸³ Idêntica incumbência deteriam os católicos da classe burguesa e assim por diante, aplicando-se também esse critério a grupos de ocupação profissional que não eram tidos propriamente como classe social, como os profissionais liberais e estudantes universitários.

Considerando a importância numérica do proletariado e sua capacidade de desestabilização social, como havia se constatado durante a Primeira República, parece indiscutível a relevância conferida pela hierarquia eclesiástica à sua cristianização.

A Lei 1.637, de 1907, que estabeleceu o marco regulatório para a constituição de sindicatos urbanos no País, não continha qualquer impedimento para a fundação de entidades de orientação católica. Bem ao contrário disso. A iniciativa da Lei coube ao Deputado Joaquim Inácio Tosta, a partir de solicitação formulada pela Corporação Operária Cristã de Pernambuco, cujo fundador, o industrial católico Carlos Alberto de Menezes, teve contundente participação na sua elaboração.²⁸⁴

Na vigência da Lei constatou-se a constituição de sindicatos de orientação católica, nas mais variadas denominações, tais como sindicato, união operária, centro operário, federação operária, confederação, círculo operário ou mesmo corporação. O movimento sindical católico tentava se estruturar, mas sofria a concorrência do sindicalismo socialista, que predominava no meio operário com anarcossindicalistas até meados da década de 1920 e, depois disso, com os comunistas.²⁸⁵

Uma das primeiras iniciativas do governo provisório, alçado ao poder depois do golpe militar de 1930, foi criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que,

²⁸³ Ibidem, p. 125.

²⁸⁴ MENEZES, C. A., *op. cit.*, p. 99 *et seq.*

²⁸⁵ ALLAN, N. A. **Direito do Trabalho e corporativismo**: análise sobre as relações coletivas de trabalho no Brasil de 1889 a 1945. Curitiba: Juruá, 2010. p. 102-103.

pouco depois de sua constituição, engendrou o Decreto 19.770, de 1931, estabelecendo as bases legais da nova estrutura sindical brasileira.

Com a nova legislação o Estado pretendia oficializar as organizações constituídas pelos trabalhadores durante a Primeira República, o que se tornaria factível mediante reconhecimento estatal conferido ao sindicato que detivesse dois terços de associados da classe ou, caso isso não acontecesse, ao que possuísse maior número de sócios.²⁸⁶ Instituíam-se com isso o princípio da unicidade sindical. Apesar de a legislação não proibir formalmente a constituição de outras associações de classe, o Estado apenas reconheceria uma.²⁸⁷

Um dos requisitos impostos pela Lei para a oficialização do sindicato centrava-se na “abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso”, conforme dispunha a alínea *f* do artigo 1º do Decreto.²⁸⁸

Parece evidente o interesse estatal em impedir a investidura sindical às entidades influenciadas por anarquistas e por comunistas. No entanto, esse óbice também gerou um efeito colateral ao impedir o reconhecimento oficial do Estado aos

²⁸⁶ RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 81. Referiu-se ao artigo 9º do Decreto: “Cindida uma classe e associada em dois ou mais sindicatos, será reconhecido o que reunir dois terços da mesma classe, e, se isto não se verificar, o que reunir maior número de associados.” BRASIL. Decreto n.º 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. *In*: **Coleção de Leis do Brasil**. Publicação em 31/12/1931, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 324, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm>. Acesso em: 21 jan. 2015.

²⁸⁷ ALLAN, **Direito do Trabalho... (op. cit.)**, p. 154.

²⁸⁸ “Art. 1º Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições: (...) *f*) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações”. BRASIL. Decreto n.º 19.770... (*op. cit.*).

sindicatos católicos²⁸⁹, além de demonstrar a intenção de se estabelecer um sindicalismo controlado exclusivamente pelo aparato estatal.

A Igreja protestou e resistiu a sua exclusão do movimento sindical. Distante de acomodar-se a situação, a hierarquia católica – a essa altura com atenção centrada no meio operário – e os leigos mobilizaram-se contra a unicidade sindical, o que culminou na articulação entre representantes da burguesia liberal e dos católicos, durante a elaboração da Constituição de 1934, para abolir o sistema de monopólio sindical, mediante controle do Estado.

O êxito na constituinte não se mostrou efetivo, pois pouco antes de iniciar a vigência do novo texto constitucional o governo editou o Decreto 24.694, de 1934, que praticamente tornava inócua a pluralidade sindical garantida na Constituição, ao exigir ao menos um terço de associados da profissão para o reconhecimento oficial do sindicato.²⁹⁰

Remanesceu aos católicos a alternativa de inserirem-se no meio dos trabalhadores por meio dos círculos operários. Embora essas organizações existissem no Brasil desde o último quartel do século XIX, as bases de um movimento centralizado pela Igreja, unido e hierarquizado foram lançadas em Pelotas, em março de 1932, por iniciativa do padre Leopoldo Brentano.

No ano de 1933, esse movimento mostrava-se exitoso, contando com mais de três mil sócios e dez sindicatos oficiais filiados, além de receber reconhecimento, pelo Governo Provisório, como entidade de utilidade pública. Em razão do sucesso, o clérigo foi convocado pelo arcebispo D. João Becker para organizar o movimento circulista em Porto Alegre, o que ocorreu a partir do início de 1934.

Com a criação dos círculos, a intenção do arcebispo da capital gaúcha residia em combater junto ao operariado a Federação Operária e o periódico que lhe pertencia (*A Voz do Trabalhador*), ligados aos comunistas. Depois de dois anos a tarefa atingiu sua finalidade, com a extinção da entidade e de seu jornal. Também

²⁸⁹ FARIAS, *op. cit.*, p. 186.

²⁹⁰ ALLAN, *Direito do Trabalho... (op. cit.)*.

rendeu aos católicos a fundação, no final de 1935, da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul.²⁹¹

Nessa época os círculos operários foram constituídos em outras localidades do País, com a tentativa de implantação de modelos idênticos ou similares aos adotados pelos gaúchos. No entanto, o movimento se ressentia de organização centralizada e coordenada pela Igreja Católica brasileira, preocupação partilhada pela hierarquia católica que o subordinou à Ação Católica, quando de sua oficialização no País, em 1935.

Tendo, entre outras, essa intenção, realizou-se em Belo Horizonte, em 1936, o II Congresso Eucarístico que deliberou pela organização de um encontro do movimento circulista com amplitude nacional para o ano seguinte. Realizado às vésperas do golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, a principal consequência desse evento foi fundar, com apoio da hierarquia católica, a Confederação Nacional dos Operários Católicos, tendo como diretor o padre Leopoldo Brentano, que se transferiu ainda naquele ano para o Rio de Janeiro, a convite de D. Sebastião Leme.

O movimento circulista repetia assim o modelo verticalizado da organização sindical brasileira, possuindo no ápice da estrutura a Confederação Nacional dos Operários Católicos, abaixo as federações estaduais, os círculos instituídos nas cidades e nos grandes centros e havendo, ainda, a subdivisão em núcleos situados nos bairros.²⁹²

A criação da confederação, o trabalho do padre Leopoldo Brentano e os estímulos do cardeal brasileiro, D. Sebastião Leme, permitiram ao movimento circulista propagar-se pelo País. Para ilustrar, em 1938 havia em âmbito nacional setenta e dois círculos operários e três federações, contabilizando-se oitenta mil sócios. Uma década depois eram oito federações e duzentos e trinta e dois círculos operários, com mais de duzentos mil sócios.

²⁹¹ FARIAS, *op. cit.*, p. 189-190.

²⁹² LUSTOSA, *op. cit.*, p. 130-131.

Os números da impressionante expansão do circulismo podem ser explicados pela aproximação do pensamento restaurador católico e das práticas desse movimento com o projeto autoritário e corporativo do Estado, o que garantiu o apoio estatal à sua propagação nacional.

Também importaram para desenvolver esse movimento os incentivos conferidos pela hierarquia católica e pelos próprios industriais, que contribuíam financeiramente com suas obras assistenciais, por vislumbrarem no circulismo uma forma de manutenção da ordem e de combate ao comunismo.²⁹³

Nesse sentido, não se pode desprezar a relevância das atividades assistencialistas desenvolvidas pelos círculos operários. Em um período em que o Estado apresentava inúmeras deficiências no atendimento de demandas sociais das camadas populares, a ação assistencial do circulismo destinava-se a suprir essas necessidades. Assim, atuavam nas áreas *do cooperativismo*, com a criação de cooperativas de créditos e de consumo; *de ensino e educação*, constituindo jardins da infância, escolas primária e elementar, escolas de aprendizado e profissionalizantes, de formação social e moral, entre outras; *da saúde*, com fornecimento de assistência médica, odontológica, farmacêutica, hospitais, entre outros; *de lazer*, com colônias de férias e prática de esportes; *de mutualismo*, instituindo seguros sociais, caixa de caridade, agência de colocação e pecúlios; *de moradia*, pois alguns círculos chegaram a constituir vilas operárias; *jurídica*, com a assistência jurídica ao operário sócio, especialmente nas demandas relacionadas ao trabalho.²⁹⁴

Não custa lembrar que os círculos operários somente passaram a sofrer a concorrência dos sindicatos oficiais, nas práticas assistenciais, após a criação da contribuição sindical, em 1940. Até aquela data, a despeito de a política assistencialista constar entre os deveres impostos pela legislação aos sindicatos, não havia recursos financeiros que permitissem sua implantação.

²⁹³ FARIAS, *op. cit.*, p. 194-196.

²⁹⁴ FARIAS, *op. cit.*, p. 210-211.

Importa notar que o assistencialismo dos círculos operários transcendia o mero espírito caridoso e beneficente percebidos na maior parte das associações católicas. Tratava-se, sim, de uma estratégia de aproximação com o operariado, intencionando cooptá-lo ao movimento, com ações efetivas que suplantavam a etérea promessa católica de recompensa com a vida eterna. Pretendia-se com isso acompanhar o operário no seu cotidiano, identificando suas demandas imediatas e retribuindo, com benefícios materiais, sua adesão.²⁹⁵

A política assistencialista adotada pelo circulismo se contrapunha às propostas de construção de uma nova ordem, pela via revolucionária ou por reformas graduais, formuladas por comunistas e socialistas. O movimento apresentava-se como instrumento de concretização de medidas imediatas para melhoria das condições de vida dos operários enquanto apontava para a vagueza, ambiguidade e dissimulação das proposições das “forças do mal”.

O movimento circulista tinha por finalidade a defesa “da fé e dos interesses básicos dos trabalhadores”, pautando-se em preceitos morais extraídos do evangelho, das Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Além disso, em contraposição às ideias de socialistas e comunistas, repudiava a luta de classes, defendia a propriedade privada e a intervenção estatal nas relações de trabalho.²⁹⁶

Os cuidados com a formação espiritual e religiosa dos membros do circulismo competiria ao assistente eclesiástico, nomeado pela hierarquia da Igreja para atuar tanto nos círculos como nas federações ou na confederação. O clérigo assumia o controle da entidade com autoridade máxima em “assuntos doutrinários, de fé e de moral”,²⁹⁷ cabendo-lhe, nos dizeres de Pio XI, as funções de “assistir aos leigos a fim de que a ação destes não se desvie do reto caminho que deverá seguir e respeite sempre, com a fidelidade necessária, as regras e instruções dadas pela

²⁹⁵ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 224; p. 227.

²⁹⁶ BEOZZO, *op. cit.*, p. 388.

²⁹⁷ FARIAS, *op. cit.*, p. 193-194.

hierarquia eclesiástica”.²⁹⁸ Em suma, ele deveria “ser a alma das associações”, como sintetizou um arcebispo em 1943.²⁹⁹

O assistente eclesiástico não detinha mandato, podendo permanecer vitaliciamente a frente de alguma entidade. Em sentido oposto, os militantes leigos (dificilmente membros da classe operária) candidatos à presidência de círculos, federação ou da confederação, deveriam, para poderem participar da eleição, ter seus nomes submetidos e cancelados pelo representante do clero. Dessa maneira, a Igreja Católica conseguia controlar e intervir, de modo disciplinado e organizado, no movimento operário.³⁰⁰

Também caberia ao assistente eclesiástico mediar relações entre o movimento circulista, o patronato e o Estado. No tocante aos empresários o circulismo agia como se estivesse acima do conflito de classes, na condição de mediador, objetivando introduzir nas relações de trabalho “os valores de justiça inspirados na doutrina da caridade.” Pretendia-se, com isso, difundir o catolicismo no mundo do trabalho, recristianizando capitalistas e proletários, além de neles inculcar uma nova cultura pautada na concórdia cristã de colaboração entre as classes sociais.³⁰¹

Devem ser compreendidas sob esse viés as iniciativas do movimento circulista voltadas à educação dos operários e de seus filhos. A Igreja intencionava forjar um tipo ideal de trabalhador que fosse compatível com as exigências da época, de maior preparo e habilidades. No entanto, mostrava-se insuficiente restringir-se à alfabetização ou à formação técnico-profissional, porque seria “necessário propiciar uma formação cultural, social e moral” que permitisse habilitar o trabalhador ao corporativismo, inculcando-lhe o valor social e espiritual (castigo e

²⁹⁸ PIO XI, [papa] *apud* CABRAL, A. S., [arcebispo]. **Carta pastoral de Dom Antonio dos Santos Cabral**: arcebispo de Belo Horizonte. Petrópolis: 1943. p. 12.

²⁹⁹ CABRAL, A. S., *op. cit.*, p. 12.

³⁰⁰ FARIAS, *op. cit.*, p. 230; p. 193-194.

³⁰¹ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 199; p. 225.

redenção) do trabalho e o dever de colaboração com o capital.³⁰² São emblemáticas as palavras de um arcebispo em 1939, quando, em uma de suas cartas pastorais, afirmou que competiria à Igreja inculcar “a observância das leis morais e eternas que devem reger a humanidade, os mandamentos do decálogo, e a obediência à ordem jurídica intentada por Deus.” Para tanto, fazia-se mister que a Igreja exigisse “o tempo necessário e a possibilidade de ministrar o ensino religioso e a educação cristã a todas as classes sociais e, principalmente, à mocidade”.³⁰³

Transparecem os interesses convergentes entre Igreja Católica e Estado brasileiro no período, resultando na utilização do movimento circulista para combater o inimigo comum, o comunismo. Intencionavam incutir no operariado os valores da doutrina social católica com predominância da justiça social e da caridade que conduziriam à colaboração entre as classes sociais. No horizonte circulista também se denotava a visão de uma sociedade orgânica que nutria, portanto, concepção corporativista idêntica à esposada pelos governantes brasileiros.

A luta de classes era combatida com ardor pelos círculos católicos que, em princípio, mantinham uma postura de repúdio às greves. O movimento paredista – quando permitido pelo assistente eclesiástico – era considerado um recurso extremo, sendo apoiado em poucas oportunidades pelo circulismo. A opção tomada pela hierarquia da Igreja era a de instigar nos trabalhadores o comportamento de “mansidão, da concordância e harmonia, do conformismo e resignação”.³⁰⁴

Desde 1932, mas com mais vigor durante o Estado Novo, os círculos operários auxiliaram na constituição de sindicatos oficiais, tendo atuação paralela, em colaboração e sem prestar-lhes concorrência, com as entidades reconhecidas pelo Estado.

³⁰² Ibidem, p. 262-263.

³⁰³ BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima oitava carta pastoral de Dom João Becker:** Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1939. p. 73.

³⁰⁴ FARIAS, *op. cit.*, p. 224-225.

O movimento também contribuiu de forma mais concreta, com os poderes constituídos, no combate ao comunismo, com a aproximação de representantes do circulismo com a polícia, com vistas a fornecer informações sobre militantes, atividades ou propagandas comunistas, podendo ser essa afirmação ilustrada na excelente relação mantida entre o padre Leopoldo Brentano, a esta altura assistente eclesiástico da Confederação Nacional dos Operários Católicos, e Filinto Muller, chefe de polícia da capital do País.

O circulismo articulava-se no Ministério do Trabalho, com estreitamento de suas relações a fim de permitir auxílio mútuo na tarefa de controlar o operariado, como designar um funcionário ministerial em Porto Alegre para ajudar nos diversos sindicatos vinculados aos círculos operários da cidade.³⁰⁵

No mesmo sentido, em 1941, por meio do Decreto nº. 7.164, o Governo Federal – a pedido de Waldemar Falcão, intelectual católico e então Ministro do Trabalho – reconhecia a Confederação Nacional dos Operários Católicos como órgão técnico e consultivo do Ministério do Trabalho – acontecimento que estreitou ainda mais as ligações entre a Igreja Católica, por intermédio do movimento circulista, e os aparatos institucionais do Estado.³⁰⁶

Tal fato também se presta a demonstrar uma prática contumaz do Estado no período, a qual consistia no recrutamento de quadros do movimento circulista ou de outros segmentos relacionados à Ação Católica, para aparelhar suas agências governamentais nas áreas de assistência social e trabalho.³⁰⁷

O movimento circulista foi constituído e estimulado pela hierarquia católica por significar uma maneira estruturada de permitir sua intervenção no meio dos trabalhadores, objetivando difundir sua proposta de salvação pelo trabalho contida em sua doutrina social.

³⁰⁵ GOMES, *op. cit.*, p. 107-108.

³⁰⁶ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 237.

³⁰⁷ GOMES, *op. cit.*, p. 107-108.

Intencionava-se formar um trabalhador que estivesse preparado para as exigências da nova ordem econômica, a fim de atender as expectativas engendradas para o “desenvolvimento econômico e social proposto pelo Estado”, mas que não abdicasse de sua religiosidade e do exercício de sua fé católica. Em razão disso, buscou-se construir uma organização cultural e religiosa que incutisse os valores caros a esta ordem, isto é, do corporativismo católico, especialmente o combate ao comunismo e a colaboração entre as classes sociais.³⁰⁸

A tentativa da aproximação entre as classes sociais por meio da Ação Católica e do movimento circulista era tônica das manifestações da hierarquia católica, como se pode apreender das palavras extraídas da carta pastoral elaborada por um bispo brasileiro: “que patrões e operários se aliem nesta [círculos operários] santa cruzada de patriotismo, de religião e paz social.”³⁰⁹

Essa afirmação também pode ser percebida na carta pastoral de D. João Becker, em 1929, quando, de forma categórica, disse que caberia à “Ação Católica cultivar e propagar os sãos princípios da sociologia, a fim de lançar uma ponte sobre o abismo aberto entre as duas classes, em benefício da ordem social e prosperidade pública.”³¹⁰

Pode-se asseverar que ao negarem a luta de classes, isto é, “a capacidade de organização e ação da classe trabalhadora para obter a emancipação econômica, social e política”³¹¹, e pregarem a harmonia social, os círculos operários assim contribuíram com a conformação e resignação dos trabalhadores, ao passo que procurava mantê-los desmobilizados. O movimento circulista, assim, atuava como intelectual orgânico da sociedade pretendida pelo Estado corporativista.

³⁰⁸ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 275.

³⁰⁹ D’ELBOUX, *op. cit.*, p. 29.

³¹⁰ BECKER, J., [arcebispo]. **Décima oitava... (op. cit.)**, p. 27.

³¹¹ Tradução livre de “la capacidad de organización y de acción de la clase trabajadora para obtener la emancipación económica, social y política”. BAYLOS-GRAU, A. Corporativismo y fascismo en el modelo laboral del primer franquismo. *In*:_____. (Coord.) **Modelos de Derecho del Trabajo y cultura de los juristas**. Albacete – Espanha: Bomarzo, 2013, p. 223-248. p. 226.

4.2 O DISCURSO ANTICOMUNISTA

O anticomunismo, difundido no País por representantes das elites e pela Igreja Católica, não pode ser dissociado do combate ao sindicalismo anarquista e socialista presenciado desde o início do século XX. Recorreu-se, portanto, ao imaginário social já consolidado, com a finalidade de aproveitar os sentidos comuns engendrados na população sobre os riscos da “subversão social” defendida por essas correntes.

O Partido Comunista do Brasil – PCB – fora fundado somente em março de 1922, quando decorridos menos de cinco anos da tomada do poder político na Rússia por Lênin e seus partidários. Importa notar que nesse período o movimento sindical brasileiro encontrava-se razoavelmente organizado sob a orientação anarcossindicalista, sendo responsável por inúmeras atividades que causaram desestabilização temporária na sociedade, como a greve de 1917.

Também se mostra válida menção a uma tentativa frustrada de golpe popular em 1918, no Rio de Janeiro, quando militantes anarquistas planejaram tomar o poder, deflagrando uma greve geral que deveria ser seguida da ocupação do palácio presidencial, da invasão de depósitos de armas e munições e do ataque ao quartel da polícia. O plano restou debelado antes mesmo de ser executado, havendo prisão dos líderes do movimento, denunciados por um espião.³¹²

A classe trabalhadora dos centros urbanos demonstrava sua resistência ao capitalismo com intensa agitação popular até o início dos anos 1920. Greves, manifestações de rua e outros atos públicos de insatisfação com o regime político vigente, embora garantidos pela liberdade de expressão e de manifestação na Carta da República de 1891, eram severamente reprimidos pela polícia. Contra a postura insurgente do operariado o Estado dirigia a violência de seu aparelho repressivo, contando com assentimento das elites econômicas e da Igreja Católica.

³¹² DULLES, J. W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 66-67.

A forte repressão estatal induziu o arrefecimento das manifestações populares e o direcionamento da ação operária à luta parlamentar, especialmente após a fundação do PCB. O agrupamento político – que não abandonara sua veia revolucionária e auxiliara a difusão do comunismo no movimento sindical – participava das eleições cercado de contradições, pois pregava a revolução socialista ao mesmo tempo que legitimava os resultados da democracia burguesa. Para seus dirigentes, a luta parlamentar tinha por finalidade conduzir os representantes da classe trabalhadora para dentro das instituições, utilizando-se assim o espaço político de maneira instrumental para disseminar as ideias comunistas e estimular a agitação operária.³¹³

Desde a fundação do partido o País passava por momentos conturbados na vida política, diante de alguns levantes militares que induziram a decretação de estado de sítio durante, praticamente, todo o Governo Artur Bernardes (1922-1926), período em que o PCB relegou-se à clandestinidade.

No início do mandato presidencial de Washington Luís, com o fim do estado de sítio, por alguns meses o PCB conseguiu propagar as ideias comunistas. Em agosto de 1927, no entanto, restou editada a Lei Celerada (Decreto 5.221), que tinha por foco a repressão ao comunismo e que levou o partido, mais uma vez, à margem da oficialidade.

No ano seguinte, os comunistas se organizam para participar das eleições municipais sob o rótulo do Bloco Operário e Camponês – BOC – que, a despeito da repressão policial durante a campanha, conseguiu eleger dois intendentess para o Conselho Municipal da Capital Federal.

A intolerância das classes dominantes com os representantes do operariado demonstrou-se no exercício de seus mandatos, pois Minervino de Oliveira e Otávio Brandão foram tolhidos em suas ações parlamentares. Suas emendas e propostas legislativas não recebiam encaminhamento, e a publicação de suas intervenções na

³¹³ KAREPOVS, D. **A classe operária vai ao parlamento**: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006. p. 31.

tribuna restou censurada no final de 1929. Em 1930, ambos praticamente viviam no ostracismo, escondendo-se e evitando aparições públicas para evitar suas prisões.

Em 1930, o BOC disputou sua última eleição. Tratava-se da sucessão de Washington Luís na Presidência da República. Durante a campanha houve muita repressão policial às manifestações públicas e aos comícios organizados por seus candidatos.³¹⁴

A frustrada participação nos processos eleitorais não interferiu no âmbito sindical, com a proliferação, no período, de sindicatos de tendência comunista. Desde 1925, os dirigentes comunistas dirigiam seus esforços para reconstruir o movimento operário, àquela altura combalido pela violenta repressão estatal, o que culminou, em 1928, na criação da Confederação Geral dos Trabalhadores, de influência comunista.³¹⁵

As novas forças políticas que assumiram o poder com o golpe militar de 1930 modificaram um pouco o cenário para os comunistas. Se, de um lado, o novo regime não permitiu o retorno do PCB à oficialidade, o que na verdade ocorrerá somente por curto espaço de tempo com o fim do Estado Novo, de outro, interveio diretamente na ação junto ao movimento sindical.

Com o Decreto 19.770, de 1931, o Governo Provisório impôs às entidades sindicais o reconhecimento estatal para permitir o exercício de suas prerrogativas, isto é, para poderem atuar como representantes dos trabalhadores. Com isso, os sindicatos passariam ao exercício de funções delegadas pelo Estado e, assim, estariam sujeitos a interferências e intervenções do poder estatal que poderiam culminar com seu fechamento temporário ou definitivo.³¹⁶ Rompia-se com o formato do sindicalismo oposicionista de resistência ou de adaptação para ingressar-se na

³¹⁴ DULLES, *op. cit.*, p. 333; p. 337.

³¹⁵ CARVALHO, *op. cit.*, p. 190-91.

³¹⁶ BOITO JÚNIOR, A. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991. p. 27.

fase de controle estatal, transformando os sindicatos em órgãos de colaboração com o Estado.³¹⁷

Isso também relegará o movimento sindical comunista e anarquista à clandestinidade, eis que lhes restará somente a possibilidade de atuar à margem da estrutura oficial.

Importa ressaltar que parte dos trabalhadores resistiu à interferência estatal em seus sindicatos. Nos grandes centros industriais, as organizações constituídas sob a influência socialista durante a Primeira República (revolucionários, libertários ou reformistas) resistiam, por meio de greves, a abandonar seus organismos independentes e aderirem às estruturas atreladas ao Estado.³¹⁸

Os frequentes movimentos paredistas e manifestações operárias registrados nos anos subsequentes ao golpe militar de 1930 foram duramente debelados pela polícia. Sindicatos sofreram intervenção, comícios foram proibidos, líderes sindicais opositores presos. Havia necessidade de retomada da ordem.³¹⁹

Entre o final de 1934 e início do ano seguinte articulou-se outro movimento de contestação. Formada, a princípio, por militantes do sindicalismo não oficial, por partidos políticos de oposição e por ex-militantes do tenentismo, de linha progressista e descontentes com o rumo do processo iniciado em 1930, surge a Aliança Nacional Libertadora – ANL. Seus objetivos consistiram na luta contra Ação Integralista Brasileira – AIB – de Plínio Salgado,³²⁰ contra o imperialismo e em

³¹⁷ Adota-se, para o período abrangido por esta pesquisa, a seguinte classificação das fases do sindicalismo: (i) fase de resistência, entre 1889 e 1922; (ii) fase de adaptação, de 1922 a 1934; (iii) fase de controle ministerial, de 1934 a 1945. (cf. ALLAN, **Direito do Trabalho... (op. cit.)**).

³¹⁸ ARAÚJO, A. M. C. Estado e Trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In: _____. (Org.). **Do Corporativismo ao neoliberalismo**: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 29-58. p. 47.

³¹⁹ PINHEIRO, P. S. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 271 *et seq.*

³²⁰ Os enfrentamentos entre, de um lado, militantes comunistas e socialistas, em geral antifascistas, e, de outro, integralistas, eram corriqueiros nesta época. Os integralistas de Plínio Salgado procuraram cumprir uma função ao Estado similar à desempenhada pelos fascistas de Mussolini, antes mesmo da marcha sobre Roma, com atentados e ações paramilitares contra sindicatos e

protesto ao projeto enviado ao Congresso Nacional, em janeiro de 1935, que mais tarde originaria a Lei de Segurança Nacional.³²¹

Em pouco tempo a Aliança congregou as forças democráticas da sociedade brasileira, incluindo sindicatos, associações civis, entidades estudantis, profissionais liberais, militares; contudo, seus principais articuladores foram lideranças tenentistas. Nomeou-se como presidente de honra Luiz Carlos Prestes.³²²

A fundação da ANL interrompeu o crescimento contínuo de sindicatos oficiais, registrado desde 1931. No ano de 1935, comparando-se com o ano anterior, constatou-se decréscimo em 73% nos pedidos de reconhecimento estatal a sindicatos no País.³²³ De igual modo, permitiu retomar as tentativas de organizar-se o operariado em bases horizontais, com a fundação da Confederação Sindical Unitária do Brasil, sob influência comunista.³²⁴

A preocupação com os comunistas havia sido demonstrada no início do Governo Provisório, com a criação do *serviço especial de repressão ao comunismo*. Esse fato, somado à perda da credibilidade social da ANL, com a manobra para identificá-la com os comunistas, concatenada pela classe dirigente, indica a eficiência do discurso anticomunista na sociedade da época, sendo propagado em bases consolidadas junto ao imaginário social. Também serve a demonstrar como as elites adotavam uma definição ampla de *comunista*, a fim de atrair a todos opositores do regime a antipatia e os preconceitos sedimentados na população.³²⁵

grupos comunistas (cf. SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 14. ed. Tradução coordenada de Ismênia Tunes Dantas. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 41).

³²¹ VIANNA, M. A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139.

³²² VIANNA, M. A. G., *op. cit.*, p. 160.

³²³ VIANNA, L. W., *op. cit.*, p. 145.

³²⁴ VIANNA, M. A. G., *op. cit.*, p. 166.

³²⁵ FARIAS, *op. cit.*, p. 34.

Com fundamento na Lei de Segurança Nacional, o governo Vargas determinou a extinção da ANL e de suas atividades, reputadas como subversivas, pouco mais de três meses após sua instituição.³²⁶

Aos comunistas, a repressão desencadeada após a extinção da ANL significou a confirmação da suspeita de que a tomada do poder somente ocorreria pela via revolucionária, parecendo-lhes impossível viabilizar-se por meios eleitorais.³²⁷

No final daquele ano de 1935, fracassou tentativa desastrosa de golpe militar orquestrada pelo PCB, sendo conhecida como Intentona Comunista. Aliás, movimento que restou facilmente debelado pelas forças oficiais e que permitiu a obtenção de declaração de estado de sítio, mantido nos dois anos seguintes, até iniciar a ditadura do Estado Novo.

Naquele período se difundia nos setores conservadores da sociedade a informação de que as atividades dos comunistas brasileiros seriam subvencionadas pela União Soviética, sentimento reforçado com a tentativa fracassada de golpe. Esses fatos potencializaram o receio da ameaça proletária, induzindo apoio da burguesia e da Igreja Católica à repressão estatal dirigida contra sindicalistas oposicionistas e comunistas.

O medo (não justificado, como narra a história) da instauração da ditadura do proletariado chamou atenção da burguesia e da Igreja Católica. Esse foi o fundamento invocado por Getúlio Vargas para, em 10 de novembro de 1937, com um novo golpe, instaurar o Estado Novo.

Em certa medida, para os setores mais progressistas da sociedade a ditadura do Estado Novo iniciara no final de 1935, com a decretação do estado de sítio e com a violência desferida, principalmente, contra os representantes das classes subalternas³²⁸ e contra membros da oposição. Não se deve descurar que

³²⁶ VIANNA, M. A. G, *op. cit.*, p.162 *et seq.*

³²⁷ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 43.

³²⁸ PINHEIRO, *op. cit.*

sindicatos foram fechados, militares acusados de participar do levante tiveram suas patentes cassadas, assim como alguns parlamentares perderam seus mandatos.³²⁹

Com finalidade complementar, recrudescia o discurso anticomunista na sociedade, formulado, notadamente, por representantes da Igreja Católica e da imprensa burguesa, intencionando conquistar hegemonia ao inculcar no imaginário social noções negativas relacionadas ao comunismo e ao difundir o espírito de colaboração entre as classes sociais.

Essa linha discursiva apoiava-se nos elementos, já dissipados na sociedade durante a Primeira República, para combater o socialismo, o anarquismo e o comunismo. Depois de 1935, a partir de quando a ameaça do fantasma do comunismo justificará a grande repressão aos oposicionistas e se consolidará na cultura política brasileira, ele se intensificará.³³⁰

Em relação à Igreja Católica pode-se asseverar que um segmento desse discurso anticomunista se desenvolveu sobre os alicerces do discurso antiliberal e antimoderno forjado ainda no século XIX, notadamente no tocante à condenação da laicização da sociedade e do Estado.³³¹

4.2.1 O discurso anticomunista do episcopado brasileiro

Resulta difícil atribuir uma maneira de pensar, uma mentalidade ou um comportamento a um agrupamento político, religioso ou a uma classe social, pois se incorre no risco de generalizar algo que é particular a determinada fração ou segmento do grupo. Sob esse viés não se mostra impertinente indagar: como se poderia atribuir determinado discurso a uma instituição coletiva e complexa como a Igreja Católica?

³²⁹ GOMES, *op. cit.*, p. 93.

³³⁰ GOMES, *op. cit.*, p. 92.

³³¹ PEREIRA, M. A. M. L., *op. cit.*, p. 206.

Ao abordar o problema das formas de manifestação e ação das classes sociais, BOURDIER introduziu a questão à noção de “classes sociais em representação”, isto é, quando há quem atue como mandatário dos interesses representados.³³²

No caso da Igreja Católica há nuances a abordar. A despeito de não se poder concebê-la como uma instituição monolítica, de pensamento único, não se deve descurar a força de sua hierarquia. Sua estrutura vertical de comando tem sido eficiente ao longo dos séculos, sendo um dos pilares que lhe garantiu o sentido de tradição e remanência. Desse modo, o papa figura no ápice da cadeia de comando em relação aos assuntos da fé e da moral, seguido em ordem decrescente de importância por cardeais, arcebispos, bispos e padres, somente para citar as mais influentes funções.³³³

O bispo, no entanto, transparece como representante do modo de pensar da Igreja, já que no Brasil representava a alta hierarquia, dirigindo-se a padres e fiéis, destino final da mensagem evangelizadora, com autoridade de emissor de uma “fonte de poder, de iniciativa e de verdade”.³³⁴ Além disso, o episcopado constituía o grupo dirigente da Igreja brasileira, razão pela qual parece plenamente factível desvelar a ideologia dessa Instituição por meio da análise do seu discurso.

Nesse sentido, as cartas pastorais, porque elaboradas pelos bispos brasileiros, em conjunto ou individualmente, consolidam-se como documentos institucionais e de importância ímpar para demonstrar a mentalidade ideológica desses representantes da Igreja.

A análise desses documentos conduz à percepção de que, inicialmente, foi pequena a difusão da doutrina social católica entre o episcopado, com modificação a

³³² BOURDIER, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 160.

³³³ Damião Duque de FARIAS demonstra existir uma acentuada divisão do trabalho em relação à administração eclesiástica, a partir da Cúria Metropolitana, com previsão de funções como vigário-geral, provisor, chanceler, promotor, tesoureiro, entre outras (cf. FARIAS, **op. cit.**, p. 150).

³³⁴ ARAÚJO, J. C. S., **op. cit.**, p. 40.

partir da década de 1920, quando passou a se preocupar de modo institucional com a questão social.

As cartas pastorais pretendiam apontar ao clero e aos fiéis, destinatários por excelência desses documentos, os caminhos da fé, corrigindo erros e indicando soluções aos problemas contemporâneos, sempre observando os preceitos morais e religiosos da Igreja Católica.

Pode-se dizer que a intenção do autor (arcebispo ou bispo quando individual; episcopado quando coletiva) residia em inculcar os valores expressos no documento, conforme se apreende da parte final de cada carta pastoral onde constam determinações versando sobre a divulgação, especialmente com mandamento para sua leitura e explicação aos fiéis.

Parece exemplar, nesse sentido, a carta de autoria de D. Sebastião Leme, em 1916, ao determinar que a missiva devesse ser “lida à estação da Missa em todas as matrizes, igrejas e capelas públicas da Arquidiocese”, assim como no “Seminário e em todas as comunidades religiosas.”³³⁵

A preocupação com a divulgação do conteúdo da carta era partilhada pelo episcopado, não se restringindo à posição pessoal de um ou outro bispo. Apreende-se como a hierarquia da Igreja no Brasil pretendia potencializar os resultados das ações propostas nas cartas pastorais, especialmente impondo a leitura, sua repetição e a explicação das mensagens episcopais aos fiéis pelo clero. É emblemática nessa perspectiva a carta pastoral coletiva de 1937 que continha, entre outros, os seguintes mandamentos:

1. No primeiro domingo, após o seu recebimento, esta nossa carta pastoral será lida e explicada aos fiéis, em todas as missas, nas matrizes, igrejas, capelas e comunidades religiosas.
2. Igual leitura, acompanhada de comentários, far-se-á também nas reuniões da Ação Católica, das associações religiosas, etc.
3. É muito de aconselhar que, depois da primeira comunicação de que falam os ns. 1 e 2, voltem os Revdos. Sacerdotes a insistir sobre a mesma matéria de tão oportuna importância.³³⁶

³³⁵ LEME, *op. cit.*, p. 137.

³³⁶ IGREJA CATÓLICA DO BRASIL. **Carta pastoral e mandamental do episcopado brasileiro sobre o comunismo ateu**. Rio de Janeiro: Tipografia do patronato, 1937. p. 11-12.

A hierarquia da Igreja foi recorrente em abordar temas de condenação do socialismo e do comunismo. A insistência com que se referia ao assunto demonstra a importância atribuída pelos bispos ao combate a essas doutrinas e comprova a estratégia de inscrever no imaginário dos católicos o preconceito contra seus postulados e seus seguidores.

O contexto político antes referido mostra-se útil a compreender a resistência vigorosa oposta pela Igreja Católica no Brasil aos anarquistas, aos comunistas e aos socialistas, assim como às forças de oposição ou manifestações de descontentamento popular.³³⁷ É nesse quadro que se destaca o anticomunismo católico.

Pode-se afirmar que o discurso anticomunista produzido pela Igreja brasileira se baseou nas encíclicas papais, sendo suas principais mensagens retomadas nas cartas pastorais, muitas vezes com citação explícita ou de forma subliminar, servindo como fundamento do texto.

Os documentos analisados nesta pesquisa³³⁸ são propícios a contrariar a vertente historiográfica que não identifica o anticomunismo no Brasil antes dos acontecimentos de 1935, isto é, antes da organização da ANL e da tentativa frustrada da Intentona Comunista.

Apreende-se dos textos das cartas pastorais a preocupação dos bispos em disseminar o cristianismo na sociedade e em condenar o excesso de individualismo e materialismo, formulando-se, muitas vezes, críticas explícitas ao socialismo. Isso se desvela ainda em 1911, na terceira missiva de D. João Becker, ao clero e aos fiéis da diocese de Florianópolis, ao asseverar que os socialistas, “para conquistar a liberdade, unem as duas negações: nem Deus, nem Senhor!”. Para ele, a revolução

³³⁷ MAINWARING, *op. cit.*, p. 49.

³³⁸ Analisaram-se as cartas pastorais elaboradas por dez diferentes bispos ou arcebispos entre 1911 e 1948, além da carta pastoral coletiva de 1937, sobre o comunismo ateu; do manifestado do episcopado sobre o momento nacional e internacional de 1945; e da circular apostólica do cardeal D. Leme de 1931.

socialista representaria a usurpação da autoridade e traria consequências similares à da Revolução Francesa. É o que se depreende da passagem em que se refere às execuções de adversários, ao afirmar que onde “a revolução triunfa, ali, a pretexto e sob a árvore da liberdade, levantam-se patíbulo, caem as cabeças decepadas, às centenas, correm os rios de sangue...”³³⁹

Esse posicionamento frente ao socialismo não se caracteriza como algo isolado, eis que um ano antes, em 1910, o episcopado havia se reunido em São Paulo na Conferência Episcopal dos Prelados do Sul do Brasil e elaborado uma carta pastoral em que restara definida ao clero a tarefa de inculcar nos trabalhadores o dever de se “afastar das sedições e dos sediciosos exploradores”.³⁴⁰ Evidentemente que se refere ao movimento sindical de orientação socialista e anarquista.

A carta pastoral elaborada por D. Francisco de Aquino Corrêa, em 1931, direcionada à arquidiocese de Cuiabá, é emblemática porque, ao abordar o comunismo, o arcebispo recorreu à figura sedimentada no imaginário popular do anarquista, associando-a aos comunistas. A pretensão era de atrair para o comunismo aquilo de negativo que já se consolidara em relação ao anarquismo. Para ele, “o bolchevismo russo não é outra coisa senão o anarquismo, isto é, o comunismo mais inflamado e rubro, que não admite direito de propriedade, nem família, nem Estado e nem Deus [...], ou seja, o aniquilamento de toda a ordem social existente.”³⁴¹

No mesmo ano D. João Becker alertara seus fiéis sobre a “concatenação diabólica dos fins do comunismo”, isto é, preparar-se para “a guerra mundial para conseguir o triunfo da revolução comunista com a destruição total da civilização

³³⁹ BECKER, J., [bispo]. **Terceira carta pastoral de Dom João Becker**: Bispo da diocese de Florianópolis. Petrópolis: Typographia das Vozes de Petrópolis, 1911. p. 50.

³⁴⁰ BECKER, J., [arcebispo]. **Segunda carta pastoral... (op. cit.)**, p. 50.

³⁴¹ CORRÊA, F. A., [arcebispo]. **Deus e pátria**: carta pastoral sobre a atual situação política do Brasil. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1931. p. 18.

cristã”³⁴², denotando tratar-se de um problema presente, ao menos na perspectiva dos bispos, na sociedade brasileira da época, especialmente com sua articulação com o movimento operário a partir da Confederação Geral dos Trabalhadores, ainda atuante naquele momento.

A condenação ao comunismo se repetiu em várias das cartas pastorais, com destaque pelos bispos aos efeitos malévolos proporcionados à sociedade por essa doutrina. Sob essa perspectiva retomava-se o eterno conflito espiritual entre o bem e o mal, como reportado nas encíclicas sociais. Nessa disputa o comunismo e os comunistas representariam as trevas, devendo ser combatidos pelas forças da luz, isto é, pela moral, fé, doutrina social da Igreja, enfim, pela religião católica.

Retomava-se, assim, o multimilenar embate entre Deus e o Diabo, existente, na concepção cristã, desde que Adão e Eva teriam sido expulsos do Éden. Tal modo de proceder objetivava causar nos fiéis católicos a associação natural e imediata do comunismo e seus seguidores à imagem diabólica.

Essa posição melhor se evidencia pela carta pastoral coletiva, de 1937, elaborada pelo episcopado e pelo prelado brasileiro, pouco tempo depois da divulgação da encíclica papal *Divini Redemptoris* e ainda sob o impacto da Intentona Comunista. Nela, a hierarquia da Igreja brasileira ressalta que o comunismo, a “doutrina da morte”, intencionaria destruir a família, o Estado e a religião católica, pois almejava combatê-la “sem trégua, e destruí-la, por todos os meios”. Não seria por outro motivo que no final da missiva determinou-se aos reverendos celebrarem missas “*Contra persecutores et males agentes*” (contra os perseguidores e malfeitores), além de no final de cada celebração realizarem a ‘Oração pela Igreja e pela Pátria.’³⁴³

Interessa observar que a incitação ao nacionalismo consistia em uma preocupação recorrente nos textos religiosos ainda durante a Primeira República. Os

³⁴² BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima primeira carta pastoral de D. João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, 1931. p. 108.

³⁴³ IGREJA CATÓLICA DO BRASIL, *op. cit.*, p. 4-5.

representantes da hierarquia católica buscavam incutir a ideia de que a nação brasileira se constituía sob o manto do catolicismo, havendo, assim, coincidência entre termos ao se falar em brasileiro e católico. É o que se apreende das palavras de D. Sebastião Leme quando afirmou que “o Brasil é um país essencialmente católico”, onde tudo proclamaria “as crenças religiosas do povo brasileiro”, que seria “profundamente católico.”³⁴⁴

Esse discurso, que era facilmente identificado ainda na primeira carta pastoral coletiva produzida no País, em 1890 – documento em que o episcopado registrou sua insatisfação com a separação entre Igreja e Estado e as consequentes perdas dos antigos privilégios conferidos pelo Império –, tornou-se mais corriqueiro depois da década de 1920, quando os ventos do nacionalismo autoritário sopraram mais fortemente no País.

Em sentido contrário, o comunismo, com sua pretensão internacionalista, representaria a destruição da pátria e da nação, porque para ele essas noções consistiam em produtos do capitalismo e em razão disso importaria “rejeitar todas as formas desse internacionalismo utópico como inexequíveis e anti-humanas”³⁴⁵. Desse modo, o comunismo negaria duplamente a nação brasileira, pois, além de pregar o internacionalismo, contrapondo-se ao sentimento nacionalista então em voga, rechaçaria a religião católica, a legítima formadora do povo brasileiro.

Também se vislumbra nas cartas pastorais dos bispos brasileiros a preocupação de opor os fundamentos da doutrina social da Igreja às teorias comunistas. Isso se concretiza de forma mais contundente em relação à defesa da propriedade privada, em detrimento da proposta comunista de sua coletivização e da naturalização das desigualdades entre os homens em oposição à pretensão de igualdade material. Adotou-se idêntico procedimento no que concerne à defesa da preservação do Estado contra a proposta comunista de sua extinção, comumente tratada por utópica ou sandice.

³⁴⁴ LEME, *op. cit.*, p. 2-3.

³⁴⁵ BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima oitava carta pastoral de Dom João Becker... (op. cit.)**, p. 134.

Sob essa perspectiva a carta pastoral de D. João Becker, elaborada em 1935, ainda no calor da Aliança Nacional Libertadora, mostra-se paradigmática. Depois de exaltar as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* e abordar com brevidade a visão da Igreja sobre a questão social, o arcebispo de Porto Alegre condenou a concepção materialista da sociedade socialista e apresentou sua perspectiva sobre a desigualdade como algo natural. Seu conteúdo justifica a longa citação:

A distinção entre a elite e a massa do povo é inevitável. De fato, não se podem nivelar todas as individualidades na posse do máximo de qualidades possíveis, nem, de antemão, reduzir todas a um degrau de inferioridade. As diferenças subsistirão sempre, e, com exceção de alguns ambiciosos, a grande maioria dos cidadãos vê as diferenças e compreende que as escolhas para os cargos públicos devem ser feitas judiciosamente. [...]
Ora, na sociedade civil os homens não são iguais. Alguns são sempre superiores aos outros pelo seu talento, pelas suas virtudes.³⁴⁶

A condenação à proposta de coletivização da propriedade e a defesa do direito à propriedade privada mereceu atenção especial do episcopado. Em suas manifestações percebia-se a pretensão de reeditar o tema conforme a maneira abordada pelos papas em suas encíclicas, isto é, tratando da propriedade particular como um direito natural, ou, como ressaltou um estudioso em obra publicada na época, “direito divino e eterno”, independentemente da “vontade dos homens”.³⁴⁷

Nessa linha pronunciou-se, em 1933, o arcebispo de Porto Alegre, ao asseverar que a “propriedade particular constitui um direito natural que o Estado deve garantir em prol da prosperidade pública.” Demonstrando com clareza sua conformidade com o modo de produção capitalista, o arcebispo arremata

³⁴⁶ BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima quinta carta pastoral de dom João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, 1935. p. 110.

³⁴⁷ VICENT, M. **Questão social**: as encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris* em perguntas e respostas. Petrópolis: Editora Vozes, 1938. p. 68.

mencionando que a “socialização das propriedades rurais, da indústria fabril e pecuária seria para o Brasil um grande mal”, pois “entravaria todo o progresso”.³⁴⁸

A problemática também foi objeto da carta pastoral do bispo de Caxias, em 1945, quando condenou o comunismo por, além de outros fundamentos, não reconhecer o direito de propriedade e pretender a “espoliação dos bens particulares, para entregá-los à coletividade do Estado e assim conseguir a justa distribuição das riquezas.”³⁴⁹

A comunicação do bispo de Caxias, assim como outras cartas pastorais elaboradas no período do Estado Novo, comprova que a ditadura instaurada pelo governo Vargas, com forte repressão às entidades vinculadas ao comunismo e aos movimentos populares de contestação, não havia sido suficiente para arrefecer a preocupação episcopal com aquela doutrina. Ao contrário disso, seu espectro ainda rondava a hierarquia católica.

Mostram-se sintomáticas, nesse aspecto, cartas pastorais como as elaboradas pelo arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, em 1939, 1940, 1941, 1943 e 1945, em que a repressão ao comunismo é uma preocupação retratada recorrentemente.

A despeito de o período abrangido nesta pesquisa findar em 1945, cumpre salientar que esse sentimento anticomunista não se dissipou com o fim da Segunda Guerra Mundial ou depois da deposição de Vargas do poder, como atestam a carta pastoral do bispo de Ribeirão Preto que, em 1946, mencionou o combate ao comunismo como uma “santa cruzada” a ser empreendida por empresários e

³⁴⁸ BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima terceira carta pastoral de dom João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, 1933. p. 134.

³⁴⁹ BAREA, J., [bispo]. **Carta pastoral de Dom José Barea sobre o comunismo e o dever dos católicos**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1945. p. 8.

operários³⁵⁰, e a carta pastoral do bispo de Niterói que, em 1948, nominou o comunismo como inimigo da civilização cristã.³⁵¹

Outro flanco de combate ao comunismo, destacado no discurso católico, centrava-se na práxis do regime soviético, que seria ocultada pelos propagandistas da ideologia, em relação ao operariado e à família. De acordo com essa abordagem, os trabalhadores estariam, ao contrário da difundida igualdade material, submetidos a condições miseráveis de vida enquanto o Estado manteria uma classe privilegiada que gozaria de idênticos privilégios aos conferidos à antiga aristocracia deposta pelo regime comunista.³⁵²

Segundo esse raciocínio, o Estado comunista era apresentado nos textos das cartas pastorais como algo pior do que o capitalismo, por, ao explorar o trabalho dos operários sem lhe conceder a justa contrapartida e não permitir qualquer remuneração adicional pelo trabalho suplementar, ser mau empregador.

Além disso, quando se tratava de abordar as características do Estado soviético as menções eram nada elogiosas. O comunismo era assim retratado como um regime totalitário que poderia “sem qualquer forma de processo, prender, condenar, deportar ou fuzilar a quem entender”.³⁵³

Outra forma de abordagem depreciativa do comunismo consistia em identificá-lo como inimigo capital da civilização cristã. Transcendendo o plano teórico, os bispos intencionavam demonstrar a concretude da ameaça comunista ao explicitar, segundo sua concepção, exemplos da barbárie cometida pelo regime comunista, ou por seus simpatizantes, contra católicos na Rússia, na Espanha e no México.

³⁵⁰ D’ELBOUX, *op. cit.*, p. 29.

³⁵¹ AMARAL, J. M. A., [bispo]. **Carta pastoral de saudação aos seus diocesanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. p. 38.

³⁵² BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima quinta carta pastoral...** (*op. cit.*), p. 119-121.

³⁵³ BAREA, *op. cit.*, p. 10-11.

Nesse sentido, D. João Becker pronunciou-se nas cartas pastorais de 1932, 1935, 1939 e 1940. Também com idêntico fim, a carta pastoral e mandamental coletiva de 1937 atribuía ao comunismo e seus militantes a responsabilidade por “incêndio das Igrejas, assassinio dos sacerdotes, desacato e morticínio de religiosas consagradas à oração e à caridade, execução de cidadãos em massa”.³⁵⁴

Para alcançar o intento de inscrever no imaginário do católico a associação do comunismo a algo negativo, relacionado ao mal, às trevas, à destruição, a hierarquia também se valia, além das cartas pastorais, dos pedidos de orações. Conclamar os fiéis para orar em favor de alguma causa pré-estabelecida era prática corrente na Igreja Católica do período. As ordens direcionadas às paróquias e igrejas poderiam originar-se da diocese, da arquidiocese ou até do Vaticano.

Os constantes pedidos de oração, durante os anos de 1931 e 1932, em favor dos católicos perseguidos pelos comunistas, juntamente com as orientações da Santa Sé no sentido de que se orasse pela repressão ao comunismo – que consistiu em uma tônica entre os anos de 1933 e 1937 – aproximaram ainda mais o cotidiano dos fiéis do discurso anticomunista da Igreja, auxiliando a constituir o imaginário popular católico a esse respeito.³⁵⁵

De outro lado, o episcopado assentia com a repressão extrema disparada pelo aparato estatal contra os movimentos de contestação. Nesse contexto, a Aliança Nacional Libertadora era mencionada como um instrumento da Terceira Internacional no País, com a finalidade de propiciar os meios para a futura revolução comunista, motivo pelo qual pareceriam válidas as iniciativas acautelatórias do governo promovidas pela Lei de Segurança Nacional.³⁵⁶

O discurso anticomunista não se restringiu ao espaço propriamente religioso, tendo se difundido em toda a sociedade, mormente pelo trabalho desenvolvido pelos intelectuais católicos e pela imprensa burguesa.

³⁵⁴ IGREJA CATÓLICA DO BRASIL, *op. cit.*, p. 5.

³⁵⁵ FARIAS, *op. cit.*, p. 81-82.

³⁵⁶ BECKER, J., [arcebispo]. *Vigésima quinta..... (op. cit.)*, p. 124.

4.2.2 O discurso anticomunista por intelectuais católicos

Durante a Primeira República a hierarquia da Igreja Católica brasileira posicionava-se como vítima de um processo progressivo de descristianização das elites nacionais. O agnosticismo tributado à classe dirigente do País era reputado como principal responsável pela perda da influência da Igreja junto ao Estado.

O ideário liberal permeava o comportamento dos detentores do poder político e econômico, além de ser professado por intelectuais e pela grande imprensa. Na concepção do episcopado nacional a aproximação entre Igreja e Estado somente se viabilizaria por intermédio das elites que deveriam ser recristianizadas. Se a laicização da sociedade era atribuída ao papel desenvolvido por intelectuais e pela imprensa na difusão do racionalismo liberal, o caminho no sentido inverso se viabilizaria com a evangelização desses setores para que propagassem a doutrina cristã.

O agnosticismo liberal da intelectualidade rechaçava a possibilidade de a Igreja Católica influir na sociedade, diante do receio de que com seu conservadorismo impedisse os ventos modernizantes. Contra isso a hierarquia da Igreja opunha a moral e a fé católicas, preches da promessa de vida eterna e de salvação da alma.

Para o episcopado, a nação brasileira, que nascera sob a égide do catolicismo, deveria ser recristianizada, algo que não poderia ser executado somente pelos membros do clero, cabendo ao laicato participar desse processo.

Bem verdade que o quadro não era tão desolador quanto antes. No Império havia se proibido o ingresso de membros de ordens religiosas no País. Para a Igreja, a República, ao menos, acarretou o fim dessa vedação, o que permitiu a mais de cento e cinquenta congregações e ordens religiosas estabelecerem-se no País em pouco menos de trinta anos, fundando redes de colégios católicos voltados à educação dos filhos das elites e das classes médias.

A europeização da religião trouxe alguns percalços no relacionamento com as classes populares no que concerne aos seus costumes, crenças, entre outras questões atreladas à fé cotidiana. Representou, no entanto, ganho significativo em

relação à cristianização das elites, pois foram alcançados “homens de letras, homens de Estado, diplomatas e cientistas”.³⁵⁷

Assim, o foco da Igreja dirigia-se à formação religiosa das elites nacionais, motivo pelo qual se fundou, em 1929, a Ação Universitária Católica e, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores, pretendendo com isso constituir futuros dirigentes influenciados pelo catolicismo.³⁵⁸

Em igual sentido, a Ação Católica, estruturada por leigos submetidos à hierarquia eclesiástica, buscou difundir a mensagem da religião católica e sua doutrina social a todos os espaços sociais, transpondo, assim, os muros da igreja para alcançar as pessoas em suas ocupações, com atenção especial destinada aos intelectuais e estudantes. Com isso a Igreja não se restringia à tarefa de evangelizar nos locais religiosos, passando a “pescar almas”, para salvação, nos espaços profanos.

Em 1916, D. Sebastião Leme, então arcebispo de Olinda, na sua carta pastoral de saudação aos fiéis e ao clero, manifestara-se sobre a importância de formar-se um laicato católico influente em relação ao Estado para atuar como um grupo de pressão na defesa dos interesses católicos e da Igreja. Ao se transferir ao Rio de Janeiro, em 1921, e ao assumir o cargo de arcebispo coadjutor, D. Leme conseguiu dar seguimento à sua estratégia de estimular o desenvolvimento de um laicato católico atuante.

A primeira iniciativa nesse sentido foi fundar, na capital da República, em 1922, juntamente com o jornalista leigo Jackson de Figueiredo, o Centro Dom Vital. Esse instituto tinha por finalidade espalhar o pensamento católico nos meios intelectuais, ou, nas palavras de um de seus principais membros, “intelectualizar os meios católicos e cristianizar os meios intelectuais [...], no empenho constante de restaurar os laços partidos, no Brasil, e sobretudo nas últimas gerações, entre a

³⁵⁷ BEOZZO, *op. cit.*, p. 345.

³⁵⁸ MARIAE, *op. cit.*, p. 59.

Inteligência e o Espírito e ainda entre o racionalismo arreligioso das classes cultas e o sentimento religioso das classes populares.”³⁵⁹

As atividades desenvolvidas no Centro aumentaram o prestígio da Igreja Católica junto à elite intelectual, atraindo talentos da época como, entre outros, Perilo Gomes, Hamilton Nogueira, Sobral Pinto, Jonatas Serrano, Arlindo Vieira e Alceu Amoroso Lima, todos considerados “pensadores de primeira ordem”, que contribuíram para a expansão do instituto às cidades de São Paulo, Salvador e Recife.³⁶⁰

Para atingir os meios intelectuais o Centro D. Vital criou a revista “A Ordem”, que se constituiu em importante instrumento de divulgação e de defesa das ideias do catolicismo da época. Por seu intermédio os intelectuais católicos pregavam a restauração da ordem social, o que implicaria retorno ao modo religioso de vida e respeito às autoridades constituídas. Também difundiam a doutrina social católica, incluindo os valores de justiça, caridade e harmonia social, e combatiam as ideologias consideradas adversárias da civilização cristã.

Os intelectuais católicos não se restringiam a participar com seus textos da revista do Centro Dom Vital, usando também os periódicos da imprensa secular, além de outros veículos, vinculados a organizações católicas, para disseminar suas ideias ao grande público. Também contribuíam com livros abordando assuntos relacionados à fé católica, muitas vezes resultado da compilação de seus textos publicados em jornais e revistas, sendo, nesse aspecto, Alceu Amoroso Lima um exemplo digno de nota.

Merece menção, de igual modo, um ciclo de palestras promovido pela Corporação dos Trabalhadores Católicos no Rio de Janeiro, no ano de 1919. Dentre os palestrantes figuraram o deputado por Pernambuco, Andrade Bezerra, o advogado Lacerda de Almeida, o jornalista Jackson de Figueiredo e o ministro

³⁵⁹ LIMA, A. A., **Pela Ação Católica...** (*op. cit.*), p. 223-224.

³⁶⁰ BRUNEAU, *op. cit.*, p. 88.

Viveiros de Castro. A finalidade dos eventos era difundir a doutrina social católica entre o operariado ao passo que se combatia o comunismo e o socialismo.³⁶¹

O enfrentamento das teses lançadas pelas ideologias adversárias, especialmente no que toca ao socialismo e ao comunismo, consistiu em prática corrente entre os intelectuais católicos. Com isso estabeleciam com os defensores daquelas doutrinas debate por meio de jornais, revistas, livros, palestras, levando-o também às universidades onde estudavam os filhos da elite.

Mostra-se emblemático nesse sentido o trabalho desenvolvido por Viveiros de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal e professor das faculdades de Direito e de Filosofia e Letras da Universidade do Rio de Janeiro, onde apresentou um minicurso em que, nos seus dizeres, opunha ao programa do socialismo anárquico à sociologia católica. Para ele, o mote socialista seria “absolutamente irrealizável”, sendo que a libertação do operariado da opressão capitalista dependeria da simples correção de alguns excessos do capitalismo, sem necessitar “alterar fundamentalmente a estrutura social”.³⁶²

Dentre os pensadores católicos surgidos no período o de maior destaque foi, sem dúvida, Alceu Amoroso LIMA, sendo considerado pela historiografia especializada como o principal leigo católico brasileiro do século passado. Certamente, seu pensamento é incapaz de representar a plêiade de intelectuais católicos da época; no entanto, figura como significativo. Além da excelência de sua obra, ele era extremamente influente no meio intelectual, em razão da relação estreita mantida com a alta hierarquia da Igreja brasileira, o que lhe rendeu a presidência da Ação Católica, a direção do Centro D. Vital e da revista “A Ordem” e coordenação da Liga Eleitoral Católica.³⁶³ Isso desvela, ao menos, como o trabalho desse intelectual encontrava-se em consonância com os desejos e ambições da cúpula da Igreja no Brasil, o que se reflete em seus escritos.

³⁶¹ GOMES, *op. cit.*, p. 101.

³⁶² VIVEIROS DE CASTRO, A. O. **A questão social**. Rio de Janeiro: Candido de Oliveira, 1920. p. 33.

³⁶³ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 156.

Em suas obras destaca-se a intenção de apresentar uma proposta para construção de uma nova ordem social e política, ao mesmo tempo que formulara críticas à ordem liberal ou, como a denominou, ao catolicismo burguês. Para ele, a dessacralização da civilização moderna, resultado do liberalismo agnóstico ou anticlerical, constituía terreno propício para o desenvolvimento do socialismo e do comunismo. Contra isso haveria de se opor o catolicismo, propugnando por uma estrutura social ajustada, equilibrada e ordeira.

Vislumbra-se, portanto, como absolutamente coerente com seus postulados e visão de mundo sua postura de vigorosa repreensão a tudo que poderia implicar desordem e desequilíbrio social. Suas críticas aos excessos do capitalismo liberal centraram-se exatamente na perspectiva de que ao incrementar a exploração da mão de obra a níveis inaceitáveis se induziria a desestabilização da sociedade e permitiria o recrudescimento dos movimentos de subversão da ordem.

Se o pensamento de Alceu Amoroso LIMA não pode ser adotado como síntese das manifestações dos intelectuais católicos daquele período, o mesmo não se pode afirmar em relação ao seu anticomunismo. Suas manifestações no combate às ideologias adversárias são similares às dos demais expoentes do catolicismo laico da época, não havendo divergências significativas entre elas.

Isso ocorre em razão de que, com maior ou menor brilho, o discurso anticomunista desses intelectuais embebia-se em idênticas fontes, isto é, a doutrina social da Igreja, cartas pastorais, atividades e manifestações do episcopado e do clero, além, claro, de seus próprios textos, gerando a retroalimentação do sistema de informação, com suas obras e artigos inspirando a todos.

Desse modo, o conteúdo do discurso de combate ao comunismo pautado nas atrocidades supostamente cometidas por comunistas na Rússia, Espanha e México era reproduzido pelos intelectuais em seus textos quase sem alterações em relação às cartas pastorais do episcopado.

A pretensão esposada era de associar o comunismo à perseguição aos católicos em vários países, independentemente de se encontrar sob o jugo daquele regime, como era o caso da Espanha. Segundo essa concepção, bastaria existir

algum desenvolvimento de comunismo para que os assassinatos de sacerdotes e incêndio de igrejas se concretizassem. De outro lado, reproduzia-se a tática do Vaticano de associar a violência desferida contra a Igreja Católica pelo governo liberal do México àquela doutrina.³⁶⁴

Outra linha argumentativa identificada era de demonstrar a incompatibilidade grave entre comunismo e cristianismo, estabelecendo-se entre eles um antagonismo dual, pois o primeiro teria a finalidade de exterminar a civilização cristã, além de significar uma “luta armada contra tudo que veio do Cristo”.³⁶⁵

Em outro trecho, Alceu Amoroso LIMA, asseverou que a Igreja Católica e Jesus Cristo significariam a salvação da sociedade contra “as novas invasões bárbaras”.³⁶⁶ Percebe-se o recurso à imagem historicamente sedimentada no meio intelectual, do bárbaro como o destruidor do Império Romano ocidental, aludindo-se idêntica atribuição ao comunista em relação à civilização cristã.

A exposição dos postulados socialistas e comunistas figurava entre os assuntos abordados nos textos dos intelectuais. As propostas de coletivização da propriedade e dos meios de produção, a extinção do Estado, a economia planificada, a igualdade material eram refutadas com a autoridade da doutrina social católica, muitas vezes com reprodução de trechos das encíclicas ou mesmo de versículos bíblicos. Tratava-se de esposar argumentos racionais e espirituais para sustentar a manutenção do direito à propriedade privada e individual, o direito de herança, o direito à fé católica, além de posicionar-se em prol da família e da autoridade.

No ano de 1935, o comunismo no Brasil era identificado com a Aliança Nacional Libertadora, a quem os intelectuais católicos voltaram sua atenção. O ataque a essa organização política surgia frontalmente, já que o inimigo era concreto e se constituiria de uma “aliança de todas as esquerdas, aliança de todas as forças

³⁶⁴ LIMA, A. A., **Pela Ação Católica...** (*op. cit.*), p. 164.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 160.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 165.

contrárias às afirmações morais e sociais, inspiradas nos princípios da tradição histórica, da política nacional e da fé cristã”. Em razão da criação desta “frente única do mal”, nas palavras de LIMA, seria necessário construir uma “frente única do bem”,³⁶⁷ papel que coube à Ação Católica.

O receio do comunismo transparecia em trechos do discurso anticomunista, principalmente quando eram profetizadas as consequências de uma revolução dessa natureza no Brasil. Em uma de suas obras, Alceu Amoroso LIMA assinala que a persistência da alta concentração de renda nas mãos de tão poucos representaria “trabalhar contra a solução cristã”, e, conseqüentemente a favor da “solução comunista, isto é, pela perseguição religiosa, pela tirania do Estado, pela supressão de toda liberdade justa, pela guerra civil, pela materialização compulsória de toda a sociedade.”³⁶⁸ Outro de seus livros foi concluído com uma sentença catastrófica na hipótese de o Brasil se afastar da doutrina da Igreja, o que lhe conduziria à condição de “uma colônia miserável e esquecida do Império Soviético Universal”.³⁶⁹

A recristianização da sociedade brasileira também passava pelo trabalho da imprensa. O cardeal D. Sebastião Leme, ainda em 1931, defendia a evangelização por textos escritos, não se restringindo somente às cartas pastorais e outros documentos eclesiásticos, mas envolvendo a propagação da moral e da fé católica por intermédio de grandes veículos de comunicação.³⁷⁰

³⁶⁷ LIMA, A. A., **Pela Ação Católica...** (*op. cit.*), p. 21.

³⁶⁸ ATHAYDE, T., pseud. de LIMA, A. A. **Contra-revolução espiritual**: ensaios. Cataguazes-MG: Spinola & Fusco Editores, 1933. p. 196.

³⁶⁹ LIMA, A. A., **Pela Ação Católica...** (*op. cit.*), p. 247.

³⁷⁰ LEME, S., [cardeal]. **Circular do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro**: anunciando aos fiéis da arquidiocese a carta apostólica de sua santidade o papa Pio XI, acerca da crise econômica e outros males da hora presente. Rio de Janeiro: Tipografia do Patronato, 1931. p. 6.

4.2.3 O discurso anticomunista na imprensa

O episcopado brasileiro reconhecia a importância da imprensa do País. As manifestações a esse respeito direcionavam-se a acusá-la de ser liberal, anticlerical, promotora da dessacralização da sociedade e, assim, corresponsável pela situação calamitosa presenciada nas primeiras décadas do século XX. Dada sua relevância, os bispos compreendiam que a cristianização da sociedade somente se concretizaria com a utilização da imprensa.

No período pesquisado neste trabalho pode-se afirmar que os principais veículos de comunicação romperam com o anticlericalismo antes demonstrado para ceder espaços em seus jornais para uso da Igreja Católica ou de associações a ela vinculadas. Essa mudança de postura pode ser exemplificada no periódico paulista *O Estado de S. Paulo*, que desde a década de 1900 destinava uma coluna de sua edição diária ao “movimento religioso”, espaço utilizado pela hierarquia católica de São Paulo para a evangelização e divulgação de suas atividades, sendo mantida no encarte principal do jornal durante todo período abrangido por esta pesquisa.

O tabloide também cobriu eventos e atividades de interesse dos católicos, com ênfase na Ação Católica e nos círculos operários. Para ilustrar valem menção: à destacada matéria, em novembro de 1935, de divulgação do congresso dos círculos operários do Rio Grande do Sul³⁷¹; à notícia sobre a fundação da Federação dos Círculos Operários de São Paulo, em julho de 1938³⁷²; à carta de saudação aos fiéis do arcebispo D. Carlos Carmelo, em novembro de 1944.^{373 374}

³⁷¹ O congresso dos círculos operários do Rio Grande do Sul. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 6. Nov. 1935. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19351106-20264-nac-0004-999-4-not>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

³⁷² Notícias diversas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 19. Jul. 1938. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19380719-21100-nac-0005-999-5-not>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

³⁷³ CARMELO, C. Carta pastoral de saudação aos fiéis. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, 19. nov. 1944. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19441119-23059-nac-0004-999-4-not>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

Em 1945, o arcebispo metropolitano de São Paulo concedeu concorrida entrevista à imprensa paulista, demonstrando que em pouco mais de cinquenta anos de república no Brasil a Igreja Católica adquirira prestígio social e político. Na entrevista abordou temas como: Ação Católica e círculos operários; a questão operária; greve e sindicalismo; os “católicos e o comunismo ateu”. Sobre este tema a manifestação do arcebispo, como não poderia deixar de ser, seguiu a linha expressada pelo Vaticano e pelo episcopado brasileiro no sentido de que o católico “não pode pertencer ao Partido Comunista nem prestigiar suas manifestações, pois a Igreja condena o ateísmo comunista, no terreno doutrinário, justamente porque é materialista.”³⁷⁵

A despeito de se perceber no comportamento da imprensa uma modificação em relação à Igreja Católica, exatamente por não se vislumbrar o anticlericalismo relatado a partir da segunda metade do século XIX e que deixou rastros ainda no início do século seguinte, o episcopado mostrava-se relutante em admitir algum avanço nessa relação, formulando queixas contínuas a esse respeito. Certamente, o desejo da hierarquia católica era de manter com a imprensa brasileira uma parceria mais incisiva e compromissada com a cristianização da sociedade.

Pode-se, no entanto, asseverar que no tocante à repressão ao comunismo a grande imprensa brasileira, tradicionalmente vinculada às classes dominantes, cumpriu o papel esperado pela Igreja Católica. Fato, aliás, reconhecido pelo episcopado brasileiro na carta pastoral coletiva de 1937, ao asseverar que a frente de luta contra o comunismo deveria contar com a contribuição da imprensa, o que se verificava concretamente com “atitudes decididas na grande campanha em prol da pátria e da família brasileira.”³⁷⁶

³⁷⁴ O jornal *O Estado de S. Paulo* sofreu intervenção do Governo Federal entre 25 de março de 1940 e 6 de dezembro de 1945. A despeito de o Estadão não reconhecer a autoria das edições desse período, nesse caso específico não se percebe dissonância entre a matéria publicada sob a intervenção e as citadas anteriormente.

³⁷⁵ Entrevista coletiva concedida à imprensa pelo arcebispo D. Carlos Carmelo. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 23. jun. 1945. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19450623-23235-nac-0006-999-6-not/>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

³⁷⁶ IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA, *op. cit.*, p. 7.

O discurso anticomunista e antissocialista nas matérias dos jornais brasileiros pode ser percebido já no final do século XIX, quando o socialismo se restringia a uma ideologia trazida da Europa pelos imigrantes recém-chegados ao País. Digna de nota, nesse sentido, é a matéria publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, em fevereiro de 1893, em que, apoiando-se na obra de um criminalista espanhol, sustentou-se que o comunismo, o anarquismo e o socialismo configurariam crimes contra a ordem social.³⁷⁷

Com o correr dos anos verifica-se aumento significativo de matérias contendo o discurso de repressão ou combate ao comunismo. Para ilustrar, em pesquisa no acervo mantido pelo *O Estado de S. Paulo* os termos “communismo”, “comunismo” e “bolchevismo” somaram os seguintes números de ocorrências: treze, na década de 1870, treze nos anos 1880, seis de 1890 a 1899; seis de 1900 a 1909, noventa e dois entre 1910 e 1919; cento e treze entre 1920 e 1929, quatrocentos e cinquenta e seis nos anos 1930; mil e oitocentos e setenta e nove entre 1940 e 1949.

Sem apelar para a simbologia cristã do conflito entre o bem e o mal, que será apropriada pela imprensa católica, o discurso anticomunista nos jornais pesquisados se estrutura num aspecto racional, objetando os principais fundamentos do socialismo e do comunismo, e em outro simbólico, associando essas doutrinas à desgraça, à destruição da sociedade, sempre a algo negativo.

Cumprir notar que os setores conservadores da sociedade brasileira, incluindo a imprensa, a intelectualidade católica e a Igreja, jamais se preocuparam por segregar socialistas, comunistas e anarquistas, sendo dispensada idêntica hostilidade às doutrinas, referidas muitas vezes como “controversas”, “sectárias”, “sediciosas” ou “subversivas”.

Diante disso, no plano teórico o combate ao comunismo e ao socialismo pela imprensa ocorreu, principalmente, com objeções à proposta de coletivização dos

³⁷⁷ Os delitos da palavra. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7. fev. 1893. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18930207-5352-nac-0001-999-1-not/busca/communismo>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

meios de produção e de extinção do Estado, tratando-as como “utopias absurdas e imorais”.³⁷⁸

Em outro plano de luta repetiu-se a tática católica de desvelar “a verdade sobre o comunismo”, com a pretensão de atacar o regime político e econômico russo transmitindo-se informações, por fontes supostamente confiáveis, que comprovariam a situação calamitosa daquele país. Sob esse viés apresentavam-se ao público matérias que apontavam sua falência econômica, que impunha aos trabalhadores agruras piores que aquelas a que seriam submetidos no modo de produção capitalista, pois, além da miséria, ainda haveria a violência estatal. Nesse aspecto, uma reportagem publicada no *O Paiz*, em julho de 1929, mostra-se modelar, justificando a longa citação:

Berlim; junho – De regresso de uma excursão a vários pontos da Rússia, o jornalista Johan divulgou, em editorial da *Vossisch Zeitung*, as suas impressões sobre o que viu e observou. Por toda a parte evidencia-se o desastre econômico. [...] Deriva o fenômeno dos métodos adotados pelo governo quanto aos agricultores, que se não querem submeter a taxações inábeis e impostos dos preços muito mais elevados do que os pagos pelos seus camaradas estrangeiros enquanto que os salários não seguem a alça daqueles preços. Nos campos, a repulsa aos funcionários bolchevistas é manifesta e por vezes sangrenta, apesar das repressões severas do governo, que não hesita em aplicar a medida extrema do fuzilamento, tal como ocorreu em Kiev, onde, de uma assentada, foram executados cinco camponeses acusados de crimes numa colônia hebraica.³⁷⁹

O discurso anticomunista também almejou alcançar o imaginário popular com a divulgação de reportagens jornalísticas com evidente finalidade de instigar no leitor o sentimento de repulsa, de ódio, de completa aversão ao comunismo e aos comunistas.

³⁷⁸ Matercracia. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21. dez. 1914. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19141221-13149-nac-0008-999-8-not>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

³⁷⁹ O mar de rosas do “paraíso” comunista visto por olhos insuspeitos. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 11. jul. 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=38869&Pesq=>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

Para atingir essa finalidade eram noticiadas desumanidades, muitas vezes contra crianças, o que despertava no leitor a natural compaixão seguida de indignação e cólera. Em matéria publicada no ano de 1930, nos últimos momentos da Primeira República, *O Paiz* confere um título sugestivo ao que se encontraria no seu conteúdo: “As monstruosidades do comunismo”. O texto noticiava, entre outras coisas, que na “Rússia Central, um médico visitou [teria visitado] várias escolas de uma localidade cujas aulas se achavam suspensas, porque todas as crianças de ambos os sexos tinham sido contaminadas de moléstias venéreas e não havia hospitais onde cuidá-las”.³⁸⁰

Também com intuito de atingir o imaginário popular eram corriqueiras as matérias jornalísticas e opiniões veiculadas na imprensa que associavam o comunismo à destruição.

Mostra-se elucidativa transcrição do título e subtítulo de notícia publicada na primeira página pelo *Estado*, em setembro de 1936: “IMPORTANTE COMÍCIO ANTICOMUNISTA REALIZADO EM PORTUGAL – O orador Botelho Moniz, ardoroso nacionalista, concita a multidão a combater tenazmente o comunismo, com sua loucura destruidora, com sua fúria de terror, de luto, de miséria, de ruína e de maldade”.³⁸¹

No subtítulo da reportagem verifica-se ataque direto ao comunismo, com adoção da tática de desqualificação do adversário com o uso de termos pejorativos, transmitindo a ideia de desgraça, de destruição. Pode-se apreender também a tentativa de gerar no leitor outro sentimento antagônico, com a qualificação que apresentava o opositor comunista como “ardoroso nacionalista”. Certamente, busca-se antepor o internacionalismo da “ideologia sectária” ao espírito nacionalista muito valorizado na época.

³⁸⁰ As monstruosidades do comunismo. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 1. out. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_06&pasta=ano%20193&pesq=>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

³⁸¹ Importante comício anticomunista realizado em Portugal. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 4. Set. 1936. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19360904-20522-nac-0001-999-01-not/>>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

Vislumbrou-se outro método importante de enfrentamento ao comunismo aplicado pelo *O Paiz*. O periódico carioca, além de oferecer substancial desconto em seu preço a quem comprovasse ser operário, destinara um espaço diário no jornal para uso pelo sindicalismo colaboracionista ou “amarelo”, vinculado à Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira, do Rio de Janeiro. Por intermédio da coluna “No meio operário” os colaboracionistas disputavam a hegemonia, entre os operários, com o sindicalismo socialista (reformistas e revolucionários), utilizando um veículo de massas para inserir-se entre os trabalhadores.

As matérias produzidas nesse espaço, em sua maioria, tiveram por temário questões internas da Confederação e de sindicatos a ela atrelados, tais como deliberações de diretorias, convocação para reuniões e assembleias, entre outras, e exaltação do trabalho desenvolvido pela Confederação com ênfase à sua importância na conquista de melhorias nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores filiados, em contraposição à falta de respostas concretas do movimento sindical anarquista e comunista.

Em relação ao último tema, o subtítulo da coluna publicada em agosto de 1923 é ilustrativo a esse respeito: “O sindicalismo-cooperativista satisfaz todas as necessidades dos trabalhadores e colabora com as intenções humanitárias do Estado e do capital em prol do advento da equidade e da justiça.”³⁸²

A imprensa católica foi responsável, principalmente, pela reprodução do discurso anticomunista com recurso à simbologia cristã do embate entre o bem e o mal. Os periódicos reconhecidos como católicos pela hierarquia da Igreja reproduziam os discursos elaborados a partir das encíclicas papais e de outras manifestações do Vaticano e disseminados pela estrutura vertical da Igreja Católica.

Tratava-se assim de associar o comunismo à destruição da família, da autoridade, do Estado, da religião, enfim, da civilização cristã, sendo esta a finalidade última do Diabo. Identificava-se o comunismo, portanto, como genuíno

³⁸² No meio operário. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 15. ago. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

representante das forças do mal, legítimo guerreiro das trevas, que deveria ser combatido por seus antagônicos, os católicos.

A revista *A Ordem*, redigida pelo Centro Dom Vital, em seu editorial 666, de outubro de 1931, anunciou a chegada da besta, do Anticristo, aludindo à passagem bíblica, no livro de Apocalipse, da precipitação do final do mundo. No texto, provavelmente de autoria de Alceu Amoroso Lima, os comunistas são retratados como os novos bárbaros, sendo referidos expressamente como Anticristos.

O texto editorial inspirou-se num poema de autoria de Augusto Frederico Schmidt, lido no Congresso do Cristo Redentor realizado em 1931, e publicado naquela edição da Revista. O trecho abaixo transcrito demonstra a comparação formulada por seu autor entre o comunismo e o Anticristo do livro de Apocalipse:

O inimigo é falso e porque é falso procura usar o que é verdadeiro.
O inimigo é medíocre e porque é medíocre procura usar do que é elevado.
O inimigo é odioso e anda na sombra.
E porque anda na sombra se diz perseguido.
Se diz maltratado e se queixa de que fala em nome de um ideal.
Diz que fala em nome da lógica e que fará prodígios.
Que fala em nome do Direito e da Justiça e que distribuirá a todos o que é de todos.
E acabará com a fome e com o frio.
Mas é preciso repetir que o inimigo é a besta que tem o número seiscentos e sessenta e seis. E que tem este número porque é o exagero da trindade, o Anticristo.³⁸³

Os comunistas consistiriam no grande adversário do catolicismo, nos representantes das trevas, e, em razão disso, deveriam ser combatidos e vencidos pelas forças do bem. Para livrar a civilização deste mal se requereria concentração de esforços, com engajamento de todos os católicos nessa luta.

Se a postura católica nesse ponto era de enfrentamento e conclamação dos fiéis à guerra contra o comunismo, em outra perspectiva, no plano das relações de trabalho, instigava-se a resignação individual e a conformação coletiva do operariado.

³⁸³ Revista *A Ordem*. Rio de Janeiro, out. 1931, *apud* FARIAS, *op. cit.*, p. 72.

4.3 O DISCURSO DE NEGAÇÃO À LUTA DE CLASSES E DE HARMONIA SOCIAL

No modelo de sociedade concebido pela Igreja Católica não existia espaço para confronto entre operários e industriais, entre capital e trabalho. Retomando a linha argumentativa das encíclicas e demais pronunciamentos de Leão XIII e de Pio XI, o episcopado brasileiro elaborou o discurso de enfrentamento e oposição ao comunismo pautando-se também na condenação à luta de classes e na preservação da harmonia social.

Nas cartas pastorais do episcopado brasileiro analisadas nesta pesquisa vislumbra-se a preocupação recorrente dos bispos com a crise de autoridade que, segundo sua ótica, afetava a sociedade nacional, pois o “desrespeito à autoridade” seria “a doença mortal da sociedade moderna”, sendo “o machado que fere e lacera o cerne do organismo social”, na eloquente metáfora de D. João Becker.³⁸⁴

Sob essa perspectiva, para os bispos brasileiros os males sociais vivenciados na época resultariam do contínuo desrespeito, pelas classes sociais, à autoridade civil e religiosa constituídas, assim como se originariam da ausência de uma concepção orgânica da sociedade.

Os capitalistas estariam encerrados nos seus interesses egoísticos de classe e visariam somente à acumulação de riqueza, mesmo que ao custo da inanição proletária. Agindo desse modo, enfraqueceriam o funcionamento do corpo social o qual integravam. Os operários, ao assimilarem os postulados do socialismo, com sua ambição pela igualdade material e pela coletivização dos meios de produção, também corromperiam a ordem. Para os católicos, portanto, a luta de classes entre capitalistas e proletários induzia à debilidade contínua do corpo social, o que poderia acarretar sua morte.

Como solução aos problemas constatados no País, propulsores da luta de classes, a Igreja Católica brasileira contrapunha a harmonia social, resultado da colaboração entre as classes sociais que deveria ser alcançada pela obediência do operário ao empregador e à autoridade civil.

³⁸⁴ BECKER, J., [bispo]. **Terceira carta pastoral... (op. cit.)**, p. 34.

4.3.1 A obediência do trabalhador: resignação pessoal

A ética do trabalho formulada pela Igreja Católica a aproximou do Estado, pois ambos convergiam na intenção de incutir nas classes subalternas a obrigação moral de trabalhar, mediante recompensa com o sentimento de dignidade pelo esforço despendido.

Sob a ótica católica o trabalho decorreria da própria natureza, constituindo-se em um mandamento divino. A despeito de a Bíblia referir-se à existência de trabalho ainda no Éden, somente depois do pecado original, e da expulsão de Adão e de Eva do paraíso, ele adquirira conotação fatigante, caracterizando-se como expiação do castigo eterno.

A dor e o sofrimento ocasionados pelo trabalho deveriam ser compreendidos como algo necessário à salvação da alma, pois representariam a repercussão do castigo na vida do trabalhador, cabendo aceitá-los pela recompensa de vida eterna.

A hierarquia católica no País retomou o discurso formulado nas encíclicas papais de sacralização do trabalho com menção ao exemplo do Cristo trabalhador. Isso se exterioriza de maneira paradigmática na manifestação coletiva do episcopado, em 1945, ao asseverar que seria “grande para o cristão a nobreza do trabalho, que Jesus, Senhor nosso, quis consagrar com a santidade do seu exemplo.”³⁸⁵ O trabalho, portanto, não representaria somente o eterno castigo, mas indicaria um caminho para purificação e santificação do cristão.

Como mencionado anteriormente, de acordo com a doutrina social católica, as desigualdades econômicas e sociais entre os homens seriam naturais, constituindo-se resultado das distintas habilidades a eles conferidas por Deus. Para os católicos, em razão da lei natural, isto é, da vontade divina, alguns homens deteriam a propriedade dos meios de produção, enquanto a outros restaria alternativa de vender sua força de trabalho.

³⁸⁵ IGREJA CATÓLICA DO BRASIL. Carta pastoral e mandamental do episcopado brasileiro sobre o momento internacional e nacional. Rio de Janeiro: INP, 1945. p. 9.

Como consequência, segundo esse modo de pensar o mundo, os trabalhadores deveriam se conformar com a condição econômica a eles imposta, não devendo invejar a riqueza do capitalista. Como afirmou o então bispo de Florianópolis, que, ao compreenderem a doutrina católica, “os pobres não acharão dificuldade em explicar a dureza da própria condição, nem se lamentarão, porque a fé os fortalece e dirige.”³⁸⁶

Em idêntico sentido, o trabalhador deveria aceitar a posição inferior em que era colocado perante o capitalista em razão do princípio cristão de respeito à autoridade, uma vez que, afinal, haveria uma desigualdade decorrente da natureza. Assim, a autoridade do capitalista diante de seus contratados não seria simples produto da relação contratual mercantil de compra e venda da força de trabalho, mas resultado da vontade divina. Nessa linha de raciocínio mostra-se válido citar trecho extraído da carta pastoral do arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, ao afirmar que “o poder social deriva primariamente da própria divindade”.³⁸⁷

Com a pretensão de evidenciar a origem da autoridade, D. João Becker foi bem persuasivo ao asseverar que ela representaria “um motor moral e Deus” seria a “causa universal de todos os movimentos”. A fim de não restar dúvida sobre o sentido de sua mensagem, complementou dizendo que sob “qualquer aspecto, a autoridade não pode ter outra fonte senão a Deus.”³⁸⁸

O discurso católico não se resumia a incitar o respeito à autoridade pública. Conforme a concepção esposada na época, todas as modalidades de autoridade emanariam de Deus, o que incluiria as relações entre pais e filhos, maridos e mulheres, operários e patrões.

Essa afirmação resta contemplada na carta pastoral, de 1937, do bispo D. Hugo Bressane de Araújo. Ao analisar os problemas vivenciados naquela época ele concluiu que a maior chaga da sociedade brasileira seria a crise ampliada de

³⁸⁶ BECKER, J., [bispo]. **Terceira carta pastoral...** (*op. cit.*), p. 32.

³⁸⁷ CORRÊA, F. A., [arcebispo], *op. cit.*, p. 25.

³⁸⁸ BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima quinta carta pastoral...** (*op. cit.*), p. 33.

autoridade, sendo que, de acordo com suas palavras, a “autoridade paterna deixou de ser respeitada” e “patrões e servos” se relacionariam como inimigos.³⁸⁹

A doutrina social católica sempre adotou um discurso paternal em relação ao operariado. A Cúria Romana jamais almejou sua emancipação política, econômica ou social, dispensando aos trabalhadores a comiseração historicamente destinada aos pobres.

Em âmbito nacional, o tratamento conferido pelo episcopado brasileiro ao proletariado não haveria de ser distinto, uma vez que o espírito caridoso do cristianismo pautava o discurso da hierarquia católica nacional. Sob essa ótica o trabalhador era compreendido não como cidadão, sujeito de direitos, mas como alvo da compaixão cristã.

Em sentido complementar, a relação constituída entre o trabalhador e o empresário, comprador de sua força de trabalho, teria natureza de um vínculo afetivo-familiar, significando uma forma de paternidade do capitalista. A seguinte passagem de carta pastoral de autoria do bispo de Niterói mostra-se elucidativa a esse respeito:

“O que Deus uniu, o homem não separe” – falam as Sagradas Letras do Sacramento do Matrimônio. Desejamos, também, um consórcio indissolúvel entre os patrões e os operários da nossa Diocese, pelos laços da Justiça Social e da Caridade Cristã. Nem Comunismo ateu, nem Capitalismo individualista, mas, sim, Cristianismo. [...] Compreensão mútua entre patrões e operários. Formem, juntos, uma grande família em que o patrão tenha a autoridade, o amor, a solicitude de pai para com os seus operários, aqueles que multiplicam os seus haveres terrenos; enquanto estes, os operários, tenham aos seus patrões a obediência cristã de filhos, que veem, no progresso da Empresa, o seu bem estar material e a garantia do futuro dos seus próprios descendentes. Que sejam uma só família cristã!³⁹⁰

Conforme se evidencia do texto, a pretensão de abordar a relação contratual como um vínculo entre pai e filho resultaria ao capitalista a condição de depositário de autoridade sobre o trabalhador. Autoridade esta que lhe seria conferida por Deus.

³⁸⁹ ARAÚJO, H. B., [bispo]. **Segunda carta pastoral de D. Hugo Bressane de Araújo**: bispo de Bomfim. Petrópolis: Vozes, 1937. p. 8.

³⁹⁰ AMARAL, J. M. A., [bispo], *op. cit.*, p. 39-40.

Os capitalistas brasileiros não divergiam desse ponto de vista, sendo inclusive sustentado de forma explícita, notadamente pelos setores próximos ao catolicismo. É o que se vislumbra da fala de um industrial católico, no início do século passado, quando assentiu: “nós temos cargo de almas; nós temos que responder perante Deus por essas almas, como temos de responder pelas almas de nossos filhos”; e, arrematou: o “patronato é uma segunda paternidade.”³⁹¹

Em contrapartida, o dever do operário em relação ao capitalista transcenderia o contrato de trabalho, consubstanciando-se em um dever moral de respeito à autoridade outorgada por Deus.

O sentido católico de obediência pode ser apreendido nas palavras do arcebispo de Porto Alegre, para quem consistiria em “reconhecer a um superior, aceitar sua direção em tal ou qual ordem de atividade e abandonar, conseqüentemente, nossas preferências, nossas inclinações e os pendores da nossa vontade.”³⁹²

Haveria, portanto, por parte do trabalhador, o dever de obedecer ao seu superior, sem desrespeitá-lo ou desautorizá-lo. Imperaria nessa relação uma obrigação moral, uma vez que não seria “pela violência, pela opressão que os homens” se submeteriam ao jugo da autoridade, “mas pelo impulso da obrigação moral.”³⁹³

Em outra carta pastoral D. João Becker discorreu sobre o necessário cumprimento do dever moral de obediência, restando assentado seu entendimento de que essa obrigação resultaria da origem divina da autoridade, como se apreende de suas palavras: “Eis porque todos os cidadãos devem obediência e respeito

³⁹¹ Primeiro Congresso Católico Brasileiro *apud* MENEZES, C. A, *op. cit.*, p. 42.

³⁹² BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima quinta carta pastoral...** (*op. cit.*), p. 172.

³⁹³ BECKER, J., [bispo]. **Terceira carta pastoral...** (*op. cit.*), p. 39.

àqueles que têm a honra e a incumbência de representar uma parcela da autoridade divina diante dos homens, no que for justo e equitativo.”³⁹⁴

A inobservância da obrigação moral de obedecer não seria punível somente no plano da relação jurídica, mas também representaria um pecado praticado pelo trabalhador contra Deus. Isso se desvela de modo cristalino nas palavras proferidas pelo Bispo de Florianópolis, no ano de 1911:

Por isso, aqueles que resistem ao poder opõem-se à ordem que Deus estabeleceu, e atraem sobre si a condenação da autoridade contra a qual se rebelam, como também de Deus, que a ela os submete.

Como os príncipes e os magistrados recebem de Deus o poder de reprimir o mal e de promover o bem, assiste-lhes o direito de cominar penas e de punir os infratores da lei, e bem assim o dever de induzir os seus súditos à prática do bem, louvando-os e premiando-os, quando o merecerem. O depositário do poder é ministro de Deus a bem dos jurisdicionados, mas traz o gládio da justiça, para dele servir-se contra quem perturbe a ordem e pratique o mal.

Razões tão elevadas impõem que os súditos estejam submetidos ao poder, tanto pelo temor do castigo, como por motivos de consciência, espontaneamente e com ânimo satisfeito.³⁹⁵

Na forma de compreender do episcopado não existiria distinção entre a autoridade pública, de que seriam investidos os governantes, em comparação com a outorgada por Deus ao pai, ao marido ou ao comprador da força de trabalho no âmbito das relações particulares. Todas implicariam hierarquia e, por consequência, obediência.

Há evidente remissão ao contexto bíblico, de onde podem ser retiradas inúmeras mensagens em que o filho resta submetido ao pátrio poder, incumbindo-lhe o dever de obediência.³⁹⁶ Isso melhor se vislumbra na passagem contida na

³⁹⁴ BECKER, J., [arcebispo]. **Décima oitava carta pastoral...** (*op. cit.*), p. 57.

³⁹⁵ BECKER, J., [bispo], *op. cit.*, p. 40.

³⁹⁶ Não parece existir dúvida de que essa visão reflete o multimilenar patriarcalismo que vem sendo transmitido por centenas de gerações, tendo encontrado na cultura cristã, assim como em outras religiões, terreno propício ao seu desenvolvimento. Não se pode esquecer que o patriarcalismo é considerado por autores como Sérgio Buarque de HOLANDA (cf. HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006) e Raymundo FAORO (cf. FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.) como um traço característico da cultura brasileira.

epístola do apóstolo Paulo, destinada aos membros da igreja primitiva de Éfeso, a quem asseverou: “Filhos, obedecem a vossos pais segundo o Senhor, porque isto é justo”, atribuindo uma recompensa ao comportamento obediente, como se vislumbra de suas palavras quando afirmou: “para que sejas feliz e tenhas longa vida sobre a terra (Dt. 5, 16)”.³⁹⁷

A resistência à autoridade do capitalista no ambiente de trabalho seria, portanto, reputada como pecado praticado pelo operário contra Deus, o que poderia lhe acarretar punição em vida, como a infelicidade e a morte, além de comprometer a salvação de sua alma e a vida eterna.

Na concepção da Igreja Católica, ao operário cristão incumbiria acomodar-se à sua inferioridade econômica e social porque isso resultava da vontade divina. Assim, qualquer resistência apresentada aos poderes constituídos, na sua família, na sociedade ou no seu trabalho, representaria pecado contra Deus, exatamente por ocasionar o desequilíbrio da ordem, com o desrespeito à autoridade por Ele conferida.

Sem dúvida, a hierarquia católica buscou incutir no proletariado o sentimento de aceitação de sua condição, ou melhor, a resignação de cada trabalhador com sua submissão ao capitalista – comprador de sua força de trabalho – e ao Estado, que naquela época preocupava-se em regulamentar a exploração da mão de obra em contrapartida à conformação social das classes subalternas.

No âmbito das relações dos trabalhadores com seus sindicatos a inquietação do episcopado nacional se direcionou em idêntico sentido à manifestada pelo aparato estatal, isto é, a condenar a luta de classes, pretendendo inculcar na classe trabalhadora um comportamento colaborativo com o capital.

³⁹⁷ EFÉSIOS. *In*: BÍBLIA. Cap. 6. 180. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008. p. 1.502-1.503.

4.3.2 A obediência da classe trabalhadora: conformação social

Para o episcopado brasileiro não bastava resignar o trabalhador à sua condição econômica e social, pois ainda restariam os riscos de sua contaminação pelas ditas ideias subversivas que eram fomentadas pelo movimento sindical socialista. Cumpre recordar a indiferença da hierarquia católica em relação ao tratamento dispensado às tendências anarquistas, comunistas ou socialistas, já que todas representariam o terror da luta de classes.

Parecia imprescindível combater as ideologias que incitavam os conflitos sociais e ocasionavam a conturbação da ordem. Socialistas, anarquistas e comunistas eram acusados de instigar o ódio na sociedade ao apregoar a existência de uma luta de classes que oporia o trabalho ao capital.

Isso se evidencia também entre os intelectuais católicos, como se percebe da observação de Alceu Amoroso LIMA, a quem o comunismo incitaria “luta entre as classes e as raças” ao passo que a doutrina da Igreja induziria “harmonia e a colaboração entre elas”. Assim, os agentes comunistas provocariam o ódio “por uma campanha sistemática de intriga e difamações”, o que levaria à guerra civil.³⁹⁸

Em oposição à luta de classes, os representantes do clero brasileiro apresentavam a proposta de salvação da alma e de vida eterna, com o respeito às autoridades (pública e do capitalista) conferidas por Deus, de onde adviria o dever de obediência e a necessidade de colaboração mútua.

O arcebispo de Porto Alegre conclamou a união de esforços entre capital e trabalho, em sua carta pastoral de 1931, de onde se extraiu o trecho abaixo, por mostrar-se exemplar:

O trabalho, sobretudo o contratado, deve considerar-se não só relativamente aos indivíduos, mas também em função da sociedade. Pois, se a sociedade não forma, realmente, um corpo organizado, se a ordem social e jurídica não protege, devidamente, o exercício da atividade, se as várias artes, dependentes como são entre si, não trabalham de concerto e não se ajudam mutuamente, e se, enfim, mais ainda, não se associam e

³⁹⁸ LIMA, A. A. **Pela Ação Católica...** (*op. cit.*), p. 236.

colaboram juntos a inteligência, o capital e o trabalho, não pode a atividade humana produzir os frutos esperados.³⁹⁹

Em igual sentido, manifestou-se Alceu Amoroso LIMA. Em texto sobre o sindicalismo cristão, afirmou que sua prerrogativa seria a de organizar-se “não para a luta de classes, mas para a defesa contra os abusos dos mais fortes, e para a cooperação entre as várias classes sociais, segundo os princípios da doutrina social católica”.⁴⁰⁰

A preocupação da hierarquia residia na tentativa de inculcar na classe trabalhadora o dever de não se sublevar contra o Estado capitalista. Essa tarefa restara compreendida pelo episcopado nacional como primordial à manutenção da ordem social.

A vida dos católicos se pautaria no respeito ao dogma da autoridade, conforme observara na época um bispo.⁴⁰¹ A assimilação deste dogma pelos fiéis teria por consequência natural e imediata a sua docilidade diante dos poderes constituídos, algo de valor inestimável às classes dirigentes, conforme asseverou D. João Becker ao tecer seus comentários sobre os históricos eventos da Comuna de Paris:

O povo cristão, que mais facilmente do que os exaltados de Paris poderia destruir tronos e cátedras presidenciais, cala-se, paga os seus tributos e obedece: porque a Igreja, por boca dos sacerdotes, na escola, no púlpito, como na praça pública, ensina aos fiéis a docilidade e a sujeição aos poderes públicos.

As classes dirigentes subsistem graças ao exemplo e pregação da Igreja, que sem cessar, repete e comenta as palavras de Cristo: “Dai a César o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus” e as do Apóstolo: “Todo o poder vem de Deus”.⁴⁰²

³⁹⁹ BECKER, J., [arcebispo]. **Vigésima primeira carta pastoral...** (*op. cit.*), p. 86-87.

⁴⁰⁰ LIMA, A. A. **A igreja e o novo mundo**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943. p. 164.

⁴⁰¹ ARAÚJO, H. B., [bispo], *op. cit.*, p. 25.

⁴⁰² BECKER, J., [bispo], *op. cit.*, p. 46.

A Igreja intencionava exaltar um modelo de sociedade forjado no respeito à autoridade civil e religiosa, em que “a lógica interna” se assemelharia ao “funcionamento do corpo humano”.⁴⁰³ Os cidadãos, cristãos, formariam um corpo único, sendo que cada um assumiria a responsabilidade por desempenhar um papel ou função, a fim de preservar o equilíbrio, mantendo-se a harmonia.

O recurso metafórico produzido retomava uma passagem bíblica na qual o apóstolo Paulo, na epístola escrita aos membros da igreja primitiva de Corinto, comparava a organização da Igreja a um corpo humano, que representaria o corpo de Cristo.⁴⁰⁴

Não custa recordar que essa passagem da Bíblia se mostrou útil à teologia cristã na elaboração da teoria do corpo místico de Cristo, assim como serviu de fundamento religioso à doutrina corporativista da sociedade orgânica – hegemônica no medievo, mas revitalizada a partir da segunda metade do século XIX, com ampla aceitação na época pela Cúria Romana e episcopado nacional.

Os bispos brasileiros, seguindo a linha do Vaticano, pretendiam construir um novo modelo de sociedade orgânica, similar à estamental, mas adaptado à realidade contemporânea. Nessa estrutura social – que por certo seria católica – não haveria espaço para o fratricídio gerado pela luta entre capital e trabalho, compreendida como defesa de interesses egoísticos de classe, mas sim, restaria aberto o campo à mútua cooperação para se atingir o bem público, compreendido como a riqueza nacional.

A alusão às classes sociais como órgãos do corpo humano que, apesar das diferenças entre si, teriam funcionalidades complementares e indispensáveis à manutenção da vida, aparecia correntemente no discurso católico da época. Essa tática argumentativa não se restringia ao uso dos sacerdotes religiosos, pois

⁴⁰³ CÔRTEZ, N. Católicos e autoritários: breves considerações sobre a sociologia de Alceu Amoroso Lima. **Revista Intellectus**, Ano I, n. 1, 2007.

⁴⁰⁴ I CORINTIOS. BÍBLIA. Cap. 12, vers. 12-27. 180. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008. p. 1.476-1.477.

também restara adotada reiteradamente por intelectuais e industriais vinculados ao catolicismo.

O combate ao princípio marxista da luta de classes não poderia se restringir ao ambiente sacerdotal, devendo ser conduzido também aos locais de trabalho e aos lares dos operários. Na visão da hierarquia católica o momento requeria a propagação da solução da Igreja para a questão social, isto é, a difusão da moral religiosa católica a todos os lugares e pessoas.

Não foi com outra finalidade que se pretendeu, inicialmente, desenvolver o sindicalismo católico e, depois de 1931, ante a impossibilidade de manutenção de sindicatos confessionais com a legislação sindical, instigou-se o surgimento de círculos operários.

A pretensão precípua do episcopado consistiu em levar até o operariado a proposta católica de reforma das condições de trabalho, com sua inclusão social, em compasso com o Estado e sem desestabilizar a ordem capitalista. Isso seria possível com assimilação da doutrina católica de mútua colaboração entre capital e trabalho.⁴⁰⁵

Para que o corpo social cumprisse seu objetivo seria necessário manter equilíbrio nas relações de produção e, para tanto, a Igreja constrangia os trabalhadores a não criarem sobressaltos nos ambientes de trabalho; constrangiam-se, especialmente, as paralisações de suas atividades. Assim, as greves eram reputadas como um recurso ilegítimo, porque desagregador da harmonia social, e sua adoção era amplamente condenada pelo episcopado.

A respeito desse tema figura como modelar a recomendação de D. João Becker aos sacerdotes de sua arquidiocese, para que recordassem às “classes inferiores, que se abstenham desses conluíus para em hora determinada cessarem todos de trabalhar, dando prejuízos enormes aos patrões [...] e ameaçando a tranquilidade pública.”⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 276.

⁴⁰⁶ BECKER, J., [arcebispo]. **Segunda carta pastoral...** (*op. cit.*), p. 52.

Os movimentos paredistas, portanto, representavam um perigo à manutenção da ordem social apregoada pela Igreja, não somente por causar prejuízos econômicos à outra parte, indispondo-a contra os operários, mas por servirem como cimento à formação de consciência de classe proletária. Nesse aspecto, um representante do clero demonstrava sua preocupação com a agitação das classes proletárias, sendo emblemáticas suas palavras:

Ao comunismo interessa, acima de tudo, perturbar e desagregar a vida e a ordem sociais, por meio de greves frequentes e periódicas, que desorganizam a produção e a economia das nações. É mister que o operário viva na miséria, no desconforto e perene agitação das reclamações diárias. É assim que se prepara a greve geral predecessora da revolta e da revolução.⁴⁰⁷

Em contraposição aos comunistas, o episcopado brasileiro primou por inculcar no operariado, pela repetição, os valores inerentes à moral católica de construção de uma ordem social com concórdia e harmonia, por meio da colaboração entre capital e trabalho. Para tanto, os bispos dispuseram-se a mobilizar os trabalhadores somente quando se tratava de defender os interesses da Igreja, mantendo-os inertes diante do Estado capitalista.⁴⁰⁸

Os representantes do clero, intelectuais e a imprensa conseguiram, mediante intensa repetição do discurso anticomunista nos meios disponíveis, permear no imaginário social a associação do comunismo e dos comunistas a algo negativo, relacionado ao mal, ao terror, à destruição, à miséria, à barbárie, às trevas, enfim, ao Diabo.

Isso se mostrou útil aos membros das classes dominantes, detentores do poder político e econômico, que procuraram ampliar acentuadamente o conceito de “comunista”, assim taxando os opositores do regime vigente, independentemente de serem partidários do comunismo, a fim de atrair os preconceitos nutridos pela população em relação ao termo.

⁴⁰⁷ CABRAL, J., [padre], *op. cit.*, p. 46.

⁴⁰⁸ FARIAS, *op. cit.*, p. 158.

Não há dúvida de que a doutrina social católica auxiliou na formação de uma consciência de classe do proletariado pautada no princípio católico de conciliação e de mútua cooperação entre capital e trabalho. Essa tarefa de manutenção da ordem social fora exercida com maestria pela Igreja Católica brasileira, servindo a desvelar o caráter conservador de sua ideologia.

Para Antonio GRAMSCI, todo “grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, [...] uma camada de intelectuais” que lhe confere “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”; esses seriam os intelectuais orgânicos.⁴⁰⁹

Ao contrário disso, “todo grupo social essencial” se depararia com uma categoria de intelectuais preexistentes representando a continuidade histórica e vinculando-se ao modelo econômico ou de sociedade superado. A esses intelectuais GRAMSCI denominou tradicionais. Interessa notar que para esse autor os eclesiásticos atuavam como intelectuais tradicionais da sociedade capitalista burguesa, mas seriam intelectuais orgânicos da aristocracia fundiária na sociedade estamental.⁴¹⁰

Tomando esse instrumental teórico, pode-se asseverar que o episcopado brasileiro, os intelectuais católicos, a imprensa e o movimento circulista, ao oferecerem elementos para preservação do modo de produção capitalista, a partir do arrefecimento do ímpeto transformador do operariado com a transmissão dos valores católicos de manutenção da ordem social pela concórdia e harmonia entre capital e trabalho, funcionaram como intelectuais orgânicos não do capitalismo liberal burguês, mas sim, de um novo modelo de sociedade orgânica impulsionado pelo autoritarismo estatal.

A proposta de construção de um modelo de sociedade onde a luta de classes seria sufocada pela hegemonização do pensamento social católico de

⁴⁰⁹ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere (v. 2)...** (*op. cit.*), p. 15.

⁴¹⁰ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere (v. 2)...** (*op. cit.*), p. 16.

harmonia e conciliação entre capital e trabalho, com auxílio do direito do trabalho e do aparato repressivo estatal, resultou no enlace entre Igreja Católica e Estado em favor da implantação do corporativismo no País.

Essa convergência de interesses entre a elite política e a hierarquia da Igreja brasileira refletiu-se na elaboração do direito do trabalho no País, notadamente pela sua essência autoritária.

5 A INFLUÊNCIA DA DOUTRINA SOCIAL CATÓLICA NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO

No início da década de 1940, muito havia se passado desde a separação oficial entre Estado e Igreja, decretada em janeiro de 1890 e consolidada no ano seguinte com a primeira Constituição republicana. A hierarquia da Igreja brasileira aproximara-se do Estado, como retratava a excelente relação nutrida entre suas figuras mais proeminentes, o cardeal D. Leme e o presidente Getúlio Vargas.

A Igreja Católica também avançara sobre a sociedade civil, rompendo com o agnosticismo e anticlericalismo das elites brasileiras e, enfim, reconquistando-as. Isso se propiciara, entre outras razões, pela convergência entre os interesses da elite política, da econômica e do episcopado brasileiro – nesse período entoando o catolicismo social elaborado pela Cúria Romana –, que partilhavam a pretensão de equacionar os problemas sociais a partir do controle do operariado e de seus sindicatos.

Outro ponto de contato entre esses setores residia na contundência das críticas tecidas aos Estados democrático-liberais e ao sufrágio universal, a quem creditavam os males sociais verificados pela massificação da miséria e pela intensificação do socialismo e do comunismo.

Para combater essas ideologias, Estado e Igreja buscaram cooperar mutuamente no intento de arquitetarem um “projeto de reordenamento da totalidade da sociedade, visando solucionar a crise nacional, em especial a questão operária ou social, controlando-a”, assim como para difundirem a concepção de um Estado forte propulsor do desenvolvimento econômico e da expansão de mercado com atuação em todas as esferas sociais.⁴¹¹

Isso, segundo Bolívar LAMOUNIER, refletiria uma visão peculiar, presente no pensamento intelectual e político do final do século XIX e da primeira metade do seguinte, quando se constatou uma “reação filosófica ao iluminismo e ao

⁴¹¹ FARIAS, *op. cit.*, p. 36-37.

utilitarismo”. Se o liberalismo teria no centro de sua doutrina a liberdade de mercado, a “ideologia de Estado” implicaria controle estatal sobre ele, deslocando, assim, o princípio tutelar da sociedade, da liberdade do indivíduo para autoridade do Estado.⁴¹²

Como restou mencionado anteriormente, desde a década de 1920 o episcopado brasileiro procurara constituir uma camada de intelectuais comprometidos com a doutrina e interesses da Igreja, recrutando-os junto às classes médias e às elites nacionais. Distante de se tratar de cooptação pelo Estado de figuras de destaque do movimento católico, a convocação desses intelectuais para servirem no aparato estatal significou, em verdade, a concretização do plano orquestrado, duas décadas antes, pela hierarquia da Igreja Católica no Brasil.

Com isso pretendia-se viabilizar o projeto de cristianização da sociedade civil com assimilação, pelo Estado, de quadros preparados pelo movimento católico para ocupar espaços na burocracia estatal, sendo alguns de efetivo relevo nas estruturas do poder político, como Francisco Campos, Gustavo Capanema, Oliveira Vianna, Waldemar Falcão, entre outros.

No início de 1937, Waldemar Falcão, reconhecido intelectual católico e influente membro da Ação Católica, restou nomeado como Ministro do Trabalho, em substituição a Agamenon Magalhães. Ao assumir a pasta, sua intenção era de transformar o Ministério em “instrumento da restauração cristã”, e, para isso, concedeu maior espaço a jovens juristas recrutados do movimento católico nas gestões anteriores, além de conferir mais destaque ao Departamento Nacional do Trabalho – DNT.⁴¹³

Para a chefia deste Departamento restou nomeado Luís Augusto do Rêgo Monteiro – militante católico desde a década de 1920, amigo de Alceu Amoroso Lima – que havia sido conduzido ao Ministério do Trabalho por Oliveira Vianna. Sua

⁴¹² LAMOUNIER, B. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. *In*: PINHEIRO, P. S. *et al. História geral da civilização brasileira* (t. 3, v.9). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v. p. 384-385.

⁴¹³ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 212.

indicação “para a direção geral do DNT reafirmava a orientação católica do ministro Falcão, que o encarregou da reorganização do sistema sindical brasileiro, conforme os postulados da Carta de 1937.”⁴¹⁴ Atribui-se a Luís Augusto do Rêgo Monteiro a autoria do Decreto 1.402, de 1939, responsável por adequar a legislação sindical brasileira aos postulados corporativistas da Constituição de 1937, assim como do Decreto 2.381, de 1940, que estabeleceu os alicerces do enquadramento sindical.⁴¹⁵

O papel desempenhado pelos intelectuais católicos no comando da burocracia ministerial repousava em combater o comunismo a partir da desmobilização e repressão a qualquer movimento ou entidade sindical que não estivesse em compasso com a política do Estado Novo.

Em sentido mais amplo, a estratégia adotada pelo Ministério do Trabalho na gestão de Waldemar Falcão não se restringia ao controle do sindicalismo oficial, pois voltava-se também a: selecionar, dentre os militantes católicos, funcionários para o ministério e dirigentes sindicais; implantar o projeto corporativista com a difusão do princípio de colaboração entre as classes sociais e do valor moral do trabalho na perspectiva cristã; propugnar pelo cumprimento da legislação trabalhista com a criação da Justiça do Trabalho.⁴¹⁶

A finalidade da ação ministerial desvelava-se em propagar os valores cristãos, estampados na doutrina social católica, e, concomitantemente, impedir a disseminação do princípio da luta de classes.

A essa altura a hierarquia católica alcançara o intento de influenciar a sociedade por meio do Estado, a partir do aparelhamento de sua burocracia com egressos do movimento de leigos católicos. Todavia, a ação da Igreja não se limitava a isso, eis que, em complemento às iniciativas estatais, inúmeros intelectuais vinculados ao catolicismo social contribuíam com a elaboração e com a

⁴¹⁴ GOMES, Silêncio e orações... (*op. cit.*), p. 96.

⁴¹⁵ *Idem.*

⁴¹⁶ *Ibidem*, p. 97.

divulgação de um modelo orgânico de sociedade de traços nitidamente corporativistas.

Um grupo de juristas católicos, liderados por Antonio Ferreira Cesarino Júnior, fundou, em 15 de maio de 1939, o Instituto de Direito Social, tendo por escopo, nas palavras insuspeitas de seu fundador, “promover o estudo e atuação do direito social, de acordo com os princípios da doutrina social católica”. Para atingir o fim colimado organizou-se em maio de 1941 o Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, compondo o calendário oficial de comemoração do quinquagésimo aniversário de publicação da festejada encíclica de Leão XIII.⁴¹⁷

O evento reuniu centenas de juristas, médicos, economistas, clérigos e representantes do Ministério do Trabalho, que apresentaram cento e quinze teses sobre os mais variados assuntos com pertinência ao novo ramo do direito que almejavam construir.

Naquela época ganhava força no País o plano de elaboração de um código contendo a regulamentação estatal das relações de trabalho. Não se deve descuidar que a pretensão dos idealizadores do Congresso era de reunir, além de juristas, intelectuais atrelados ao catolicismo, a fim de influir, com suas teses e deliberações, na futura codificação. É o que se infere do discurso de abertura proferido pelo ministro Waldemar Falcão, que asseverou que:

O objetivo que transparece do exame dessas teses é o de se trazer ao poder público um contingente valioso de colaboração para o aprimoramento de nosso Direito Social, integrando-o num todo orgânico e sistemático que mais e mais o consolide e articule na consciência nacional, por forma a ter o Brasil um Código de Trabalho que exsurja da própria realidade jurídica, como coroamento natural de uma variedade criadora, que cresceu, floruiu e frutificou.⁴¹⁸

⁴¹⁷ CEZARINO JUNIOR, A. F. Discurso na sessão solene de encerramento. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 112.

⁴¹⁸ FALCÃO, W. Discurso de inauguração. *In*: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1) ... (*op. cit.*) p. 59.

A importância do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social restou referendada, décadas mais tarde, por Arnaldo SÜSSEKIND, um dos membros da comissão que sistematizou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, ao reputá-lo como uma das fontes materiais da nova legislação.⁴¹⁹

A influência da doutrina social da Igreja Católica no ramo do direito, então em gestação, repousava em impregnar na sua gênese o combate ao comunismo e à luta de classes, opondo-lhes os postulados de colaboração entre capital e trabalho, a obrigação moral do trabalho e o respeito à autoridade constituída.

A importância dos preceitos católicos para constituição do direito do trabalho era externada por agentes políticos do Governo Vargas, assim como por integrantes do clero e por juristas. Isso pode se evidenciar também pela edição, pelo Estado Novo, do Decreto 3.270/41, alusivo à comemoração do quinquagésimo aniversário da publicação da encíclica *Rerum Novarum*.

Na cerimônia de abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, em 1941, o Ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, no discurso inaugural, depois de referir-se sobre a influência do catolicismo na formação da consciência moral na Nação, abordou a relação entre a doutrina social católica e o novo direito:

O que afirmo, porém, é que a inspiração do sistema [direito do trabalho] nos veio da *Rerum Novarum* e que, à parte o aspecto puramente moral e religioso da questão, e à parte uma que outra solução prática, já aludidas, – o que se encontra no direito social do Brasil de modo geral, é o que pregou, aconselhou e indicou Leão XIII, na sua encíclica imortal.⁴²⁰

Essa linha de abordagem também é constatada nos trabalhos apresentados no Congresso por dois clérigos, integrantes do Instituto de Direito Social. Para o padre Eduardo M. LUSTOSA, o direito cristão, centrado na dignidade da pessoa humana e em suas necessidades, seria o alicerce do novo direito, tendo a Igreja a tarefa de reerguer “o edifício da justiça social” e preparar “os moldes ao Direito

⁴¹⁹ BIAVASCHI, *op. cit.*

⁴²⁰ FALCÃO, *op. cit.*, p. 63.

Social nas linhas majestosas das encíclicas”.⁴²¹ Em igual sentido, o padre Roberto Saboia de MEDEIROS asseverou que “em nossa legislação social se divisa a influência das Encíclicas pontifícias”.⁴²²

Ao ingressar no debate sobre qual seria a denominação mais apropriada a aquele novo ramo do direito, Péricles MANSO, juiz da Segunda Vara Cível de Belo Horizonte, asseverou que “a ciência que se organizou para solucionar o problema surgido e cuja sistematização se encontra na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, é *Um Direito Novo*, cuja denominação *Direito Social* não poderia ser melhor escolhida, porque procura dirimir a questão social”.⁴²³

Por sua vez, CARVALHO BORGES, também integrante do Instituto de Direito Social, aborda em sua tese a questão de forma mais enfática, ao sustentar que o “Direito Trabalhista, primeira vergôntea do Direito Social moderno, deve ser considerado como reivindicação do cristianismo”.⁴²⁴

Essas manifestações de integrantes do Governo Federal, do clero e de juslaboralistas reconhecendo a contribuição da doutrina social católica no direito do trabalho foi sendo reproduzida irrefletidamente ao longo dos anos, a ponto de formar-se um “senso comum teórico dos juristas”⁴²⁵ a esse respeito, passível de constatação por um rápido apanhado nos manuais de direito do trabalho, e que foi incorporado à cultura jurídica trabalhista brasileira.

⁴²¹ LUSTOSA, E. M., [padre]. Conceito de direito social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 110.

⁴²² MEDEIROS, R. S., [padre]. Realidade e eficiência do direito social. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2) ... (*op. cit.*), p. 163.

⁴²³ MANSO, P. S. Conceito de direito social. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2) ... (*op. cit.*), p. 217.

⁴²⁴ CARVALHO BORGES, E. M. Conceito de direito social. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2) ... (*op. cit.*), p. 154.

⁴²⁵ WARAT, *op. cit.*

Outra questão central nas obras jurídicas do período, notadamente nas comunicações e teses que compõem os anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, repousa na importância do princípio de colaboração e harmonia entre as classes sociais para a consolidação do modelo corporativista.

O corporativismo, ressurgido na segunda metade do século XIX, e desenvolvido principalmente entre as duas guerras mundiais como negação à democracia e como reação capitalista autoritária contrária ao crescimento do socialismo, norteará o direito do trabalho brasileiro, dotando-o, por consequência, de um acento católico, autoritário e antidemocrático.

5.1 A DOUTRINA CORPORATIVISTA

Em meio ao receio da Cúria Romana e da elite dominante com o crescimento do socialismo, foi difundida a doutrina do corporativismo. Inicialmente, restou elaborada no século XVIII pelos setores mais conservadores do catolicismo, na perspectiva de restauração da ordem medieval, com o movimento “igreja e rei”, de conotação monarquista, mas sem grande repercussão.⁴²⁶

Na segunda metade do século XIX, com a intensificação das mazelas sociais do liberalismo econômico e o crescimento acentuado do socialismo na Europa, apresentou-se o corporativismo como via alternativa ao liberalismo e ao socialismo. Aquele era indicado pelos corporativistas como propulsor de desigualdades que acirravam a luta de classes. Já o socialismo era criticado por “impor pela força o que seria uma falsa igualdade social, por pregar o materialismo e, ainda, por negar valores tradicionais das culturas e das religiões de cada país”.⁴²⁷

⁴²⁶ GOLOB, E. O. **Os “ismos”**: história e interpretação. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ipanema, 1958. p. 539.

⁴²⁷ D’ARAUJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu ao Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil republicano; v.2). p. 217.

Tornara-se indispensável armar um modelo que corrigisse os problemas sociais causados pelo individualismo liberal exacerbado, sem recorrer ao sistema socialista e permitindo o controle sobre as classes subalternas. Ansiava-se por um Estado mais forte, mais atuante, mas também se reivindicava a reestruturação da sociedade em bases orgânicas, em associações corporativas, como evidenciado na encíclica *Rerum Novarum*.

Adverte-se que, ao contrário do sustentado por alguns autores, os corporativistas não pretendiam (e nem assumiam interessar-lhes) a superação do regime capitalista com sua substituição pelo corporativismo. De acordo com os principais teóricos desta doutrina, seu escopo residiria na promoção de melhorias ao capitalismo, por medidas estatais que visassem à minoração dos lucros e, consequentemente, atenuassem a exploração da classe operária. Afinal, o corporativismo permitiria a manutenção do sistema capitalista a partir da supressão de suas primordiais vicissitudes, no entanto, preservando-se as desigualdades entre os homens, a mais-valia e a propriedade privada individual.

Nesse sentido, mostra-se válido citar um autor português da época. Ao abordar a relação entre capitalismo e corporativismo, Luís Cunha GONÇALVES afirmou, em 1935, que se verificava “que o capitalismo, como sistema econômico”, não poderia “ser suprimido”. Para ele, os teóricos que sustentavam a “*falência do capitalismo*” cometiam um “exagero”, porque “a falência e até a morte” seria “do liberalismo capitalista”. E arrematou ao afirmar que no “sistema corporativo trata-se, apenas, de eliminar os defeitos do capitalismo individualista ou socialista.”⁴²⁸

A pretensão dos teóricos do corporativismo era a de elaborar uma doutrina de caráter universal, garantindo elasticidade suficiente a fim de não impor “aos povos senão certos princípios gerais” que não implicassem “aplicação uniforme do sistema”.⁴²⁹ Logo, o corporativismo mostrou-se maleável e pôde ser adaptado às

⁴²⁸ GONÇALVES, L. C. **Princípios de Direito Corporativo**. Lisboa: Livraria Teixeira, 1935. p. 46, destaque no original. Em idêntico sentido pode ser citado CHIARELLI, G. **Lo stato corporativo**. Padova: CEDAM, 1936. p. 57.

⁴²⁹ MANOÏLESCO, M. **O século do corporativismo**: doutrina do corporativismo integral e puro. Tradução de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. XI.

condições dos países onde foi implantado, com variações nas “mais diversas e contraditórias crenças políticas”.⁴³⁰

Dentre as diversas formas de classificar essa doutrina, a mais corriqueira e importante a segrega em dois matizes – corporativismo de Estado e corporativismo de associação.

5.1.1 Algumas notas sobre o corporativismo de Estado

Pode-se definir o corporativismo estatal como

sistema de representação de interesses no qual as unidades componentes são organizadas num número limitado de categorias singulares, compulsórias, não competitivas, ordenadas hierarquicamente e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou licenciadas (se não criadas) pelo estado e providas de um monopólio representativo deliberado dentro de suas respectivas categorias observando em troca certos controles em sua escolha dos líderes e articulação de exigências e apoios.⁴³¹

Por essa razão o corporativismo caracteriza-se por ser uma forma vertical (de cima para baixo) de organização, em que se considera cada indivíduo uma fração do Estado, pois compõe uma estrutura pertencente à máquina estatal. Nele não há lugar para os interesses individuais ou coletivos, disputas políticas ou classistas, porque tudo isto deve ser sobreposto pelos interesses nacionais.⁴³² Sua finalidade, portanto, resta evidenciada na promoção de harmonia e colaboração entre as classes sociais, em nome de valores superiores identificados com a nação.⁴³³

⁴³⁰ GOLOB, *op. cit.*, p. 535.

⁴³¹ SCHMITTER, P. C., *apud* STEPAN, A. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Tradução de Mariana Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Paz e Terra, 1980. p. 92.

⁴³² D'ARAUJO, *op. cit.*, p. 220.

⁴³³ SÁ, M. A. **O corporativismo no campo da Economia**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. p. 46.

Nesse sistema “a cultura e as instituições políticas refletem uma visão histórica autoritária, hierárquica e orgânica do homem, da sociedade e da administração”, havendo o controle e direção governamental sobre todas as associações e corporações, sujeitando-as, inclusive, à necessidade de reconhecimento jurídico para lhes permitir sua participação no esforço para o desenvolvimento nacional.⁴³⁴

Os regimes corporativos foram adotados por governos nacionalistas, autoritários e fortes que costumavam governar de cima para baixo, muitas vezes renegando também a democracia eleitoral.⁴³⁵ Para eles, não havia espaço para o antagonismo entre classes sociais. Restaria premente harmonizar os objetivos de trabalhadores e capitalistas em prol de interesses gerais da nação, sendo esta personificada no Estado, a quem incumbiria arbitrar os interesses nacionais.⁴³⁶

Cumprir mencionar as imbricações nas relações mantidas entre indivíduo, corporações e ente estatal. Este se impõe como representante dos objetivos gerais da sociedade, estabelecendo a “coordenação e a limitação dos interesses particulares”.⁴³⁷ Cabe a ele submeter pretensões individuais e coletivas às gerais, que significariam o desenvolvimento e a proteção da produção nacional.

Os corporativistas negavam a noção atinente ao contrato social de que os indivíduos seriam preexistentes à sociedade, contratando livremente o Estado. Com uma forma de pensar peculiar, afirmavam que “a sociedade é um fato histórico e psíquico nitidamente ligado à própria estrutura do indivíduo”. Assim, o “Estado é, pois, a expressão suprema da coletividade nacional e aparece como um

⁴³⁴ WIARDA, H. J. O modelo corporativo na América Latina e a latino-americanização dos Estados Unidos. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 31.

⁴³⁵ HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos...** (*op. cit.*), p.118.

⁴³⁶ BARASSI, L. **Diritto Sindicale e Corporativo**. 2. ed. Milano: D. A. Giuffrè, 1934. p. 58.

⁴³⁷ Tradução livre de: “(...) nel coordinamento e nella limitazione degli interessi particolari.” (cf. CHIARELLI, *op. cit.*, p. 94.)

instrumento, não ao serviço do indivíduo, mas ao de uma finalidade, que o ultrapassa”.⁴³⁸

As corporações seriam as instituições onde se estabeleceria a conciliação social, propiciada pela supremacia dos interesses gerais. Se os direitos (ou interesses) individuais não deveriam ser anulados isso não significava sua equiparação aos coletivos e gerais. Ao contrário. Estabelecia-se hierarquia entre os interesses, formando-se uma pirâmide onde no vértice repousa o Estado, seguido das corporações, dos sindicatos e, na base, dos indivíduos.⁴³⁹

A supremacia dos interesses gerais sobre os coletivos e particulares deveria ser concretizada de duas formas. A primeira consistiria na formação da consciência corporativa, afinal, seria necessário que o indivíduo ou grupos abdicassem de seus objetivos em proveito daqueles delineados pelo Estado. Isso somente tornar-se-ia factível pela “elevação moral” dos membros de uma corporação, com a formação da “ética funcional”.⁴⁴⁰

Os doutrinadores corporativistas aproveitaram o espírito nacionalista em efervescência na Europa do período entre guerras para apresentar a pacificação entre as classes sociais como algo também essencial ao nacionalismo. Sustentando que a luta de classes o enfraquecia, concebia-se o sentimento nacionalista como imprescindível à colaboração entre as classes a fim de que, unidas, contribuíssem com a formação do Estado Nacional.⁴⁴¹

Sem negar a existência de contradições econômicas indutoras do antagonismo entre capitalistas e proletários, os corporativistas propunham a

⁴³⁸ MANOÏLESCO, *op. cit.*, p. 44-45.

⁴³⁹ Ibidem, p. 49.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 139-144.

⁴⁴¹ BELLOMO, P. B. *Dallo stato liberale alla politica corporativa*. Padova: CEDAM, 1936. p.110.

supremacia da vontade nacional a partir de um Estado dissimuladamente neutro e não classista, que submeteria as ambições das classes aos interesses da nação.⁴⁴²

A outra forma de submissão de indivíduos, sindicatos e corporações aos interesses gerais ou nacionais tornou-se viável pelo direito, a partir de um ordenamento jurídico corporativo que regulamentara a economia coletiva, organizando-a juridicamente.⁴⁴³

A doutrina jurídica italiana elaborou preciso conceito de princípio jurídico corporativo, entendendo-o como “o princípio da representação dos interesses coletivos da categoria, objetivando sua organização e proteção jurídica, além de perseguir os interesses superiores da produção nacional”.⁴⁴⁴ Do conceito extraem-se seus aspectos, identificando-os como a finalidade de organizar e reger a economia, considerando-a como de interesse público (i), mediante a tutela jurídica dos interesses coletivos constituídos nas relações econômicas e de trabalho (ii), a partir de instrumentos jurídicos a permitir a ação direta ou indireta do Estado nas relações produtivas (iii).⁴⁴⁵

Esse princípio corporativo possibilitou a intervenção estatal, pelas corporações, nas relações jurídicas privadas.⁴⁴⁶ Mais pretensiosamente, asseverou Giuseppe CHIARELLI que esta premissa fora incorporada às fontes de direito, somando-se a outros princípios gerais a fim de interferir nas relações privadas, por restringir a autonomia da vontade contratual.⁴⁴⁷ Assim, o ordenamento jurídico

⁴⁴² BELLOMO, *op. cit.*, p. 109.

⁴⁴³ CHIARELLI, *op. cit.*, *passim*.

⁴⁴⁴ Tradução livre de: “il principio della rappresentanza degli interessi collettivi di categoria, diretta alla organizzazione e alla protezione giuridica degli interessi medesimi, e al contemporaneo perseguimento degli interessi superiori della produzione nazionale”. *In*: Ibidem, p. 101.

⁴⁴⁵ MAZZONI, G. **Il principio corporativo**: nell’ordinamento giuridico italiano. Padova: CEDAM, 1940. p. 12.

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 17.

⁴⁴⁷ CHIARELLI, *op. cit.*, p. 116-117.

corporativo teria como características fundamentais “a representação dos interesses coletivos da categoria; a eficácia substitutiva do ato coletivo; administração coletiva dos interesses da produção nacional”.⁴⁴⁸

Para facilitar o cumprimento dessa finalidade estatal os sindicatos se transformariam, de órgãos privados de luta de classe, em instituições de direito público, com dever de colaborar com o Estado em seus fins. Assim, a pacificação social seria alcançada nas corporações.⁴⁴⁹

A imperiosa harmonia entre as classes somente se obteria por um Estado não classista que se impusesse como neutro e pacificador dos conflitos sociais. Um Estado que permitisse o desenvolvimento econômico ao passo que inibiria a exploração do proletariado. Evidentemente que se tratava de um poder constituído dissimulado, ocultando seu caráter classista.

O corporativismo estatal deve ser compreendido como um modelo de preservação da estrutura tradicional ao passo que permitia algumas reformas graduais, normalmente com cooptação de novos grupos sociais ao aparato estatal. Na medida em que possibilitava a assimilação de novas correntes mediante concessões que não comprometiam o exercício hegemônico do poder político e econômico, esta doutrina propiciou a modernização das estruturas sociais, ao mesmo tempo que conteve movimentos de ruptura e de revolução, porventura engendrados nas camadas inferiores da população.⁴⁵⁰

A partir desses patamares pode-se classificar o corporativismo estatal a partir da distinção entre inclusivo e exclusivo. Antes de explicá-los cabem duas advertências. As espécies constituem formas analíticas referentes à linha predominante adotada pela elite do Estado, sendo possível a constatação de

⁴⁴⁸ Tradução livre de: “a) rapresentanza degli interessi collettivi di categoria; b) efficacia sostitutiva dell’atto collettivo; c) amministrazione collettiva degli interessi della produzione nazionale.” *In*: CHIARELLI, *op. cit.*, p. 99.

⁴⁴⁹ CABANELLAS, G. **Derecho sindical e corporativo**. Buenos Aires: Atalaya, 1946. p. 159.

⁴⁵⁰ WIARDA, *op. cit.*, p. 34.

características entrelaçadas. Trata-se de classificação que indica predominância e não exclusividade. O vocábulo inclusivo não se relaciona a políticas democráticas, liberais ou socialistas, pois esta forma de corporativismo remanesce como tipicamente autoritária.

O corporativismo inclusivo caracteriza-se pela tentativa de a elite estatal equilibrar a sociedade a partir de “políticas destinadas a incorporar grupos importantes da classe trabalhadora no novo modelo político e econômico”. Ocorreu com maior frequência quando a mobilização das classes subalternas se encontrava em crescimento, mas ainda contida, em uma sociedade em processo de industrialização, ao tempo em que a oligarquia dominante demonstrava fraqueza. A reação das elites aspiraria à manutenção da hegemonia com a extensão de frações estratégicas das classes subjugadas à cidadania.⁴⁵¹

As condições de implantação do corporativismo exclusivo residem na maior mobilização e autonomia popular com traços ideológicos definidos. A finalidade das elites seria de excluir da arena política “as estruturas institucionais relativamente autônomas” de parte da classe operária para incluí-las a partir de novas instituições criadas e controladas pelo Estado. Esse processo torna-se viável a partir da repressão estatal às classes subalternas com a consequente ampliação “do campo e da penetração do aparelho do Estado”. Tais situações são prováveis nos movimentos de estagnação econômica, após iniciada a fase de industrialização, quando a intensificação do embate político e econômico demonstra proximidade de um equilíbrio de forças.⁴⁵²

Outra classificação comumente adotada por autores brasileiros, notadamente entre aqueles que se dedicaram ao tema no período aqui estudado, é a proposta por MAÏNOLESCO. Para o autor romeno, o modelo de Estado corporativo em que não há participação de partidos políticos e tampouco o sufrágio denomina-se *corporativismo puro*.

⁴⁵¹ STEPAN, **op. cit.**, p. 101 *et seq.*

⁴⁵² Ibidem, p. 106-107.

Nas situações em que o Poder Legislativo fraciona-se entre um parlamento corporativo e um parlamento constituído pelo voto universal ou por um partido político constitucionalmente definido, constata-se o *corporativismo misto*.

Também se pode identificar a formação de corporações como órgãos auxiliares ao Estado, submetidas ao controle de um partido político único que desempenhará a função legislativa dominando todo o sistema corporativo. Nesse caso refere-se ao *corporativismo subordinado*.⁴⁵³

Independentemente do modelo corporativista adotado em determinado país, certamente o princípio de harmonia entre as classes sociais desempenhou papel primordial no funcionamento do sistema. Para atender a essa perspectiva mostrava-se como indispensável negar o exercício de autotutela pelas classes sociais na ocorrência de um conflito coletivo de trabalho.

O ordenamento jurídico corporativo não poderia, portanto, reconhecer a greve e o locaute como meios juridicamente válidos de solução de conflitos coletivos. Ao contrário, a preservação de harmonia e colaboração nas relações de produção interessava ao Estado e se constituía em dever dos trabalhadores e dos capitalistas. Logo, tratava-se de “dever de trabalhar”, “dever de colaborar” com o Estado, abstendo-se de realizar a greve.⁴⁵⁴

As entidades sindicais detinham poder para celebrar instrumentos coletivos de trabalho, criando regras com eficácia *erga omnes*, ou seja, com extensão aos representados, entendendo-os como os pertencentes às categorias, independentemente de serem associados ou não às entidades de classe. Na existência de um conflito coletivo causado pelo dissenso entre os sindicatos, para seu encerramento, sem prolongar o enfrentamento, seria necessária decisão jurisdicional ou corporativa com a mesma eficácia.⁴⁵⁵

⁴⁵³ MANOÏLESCO, *op. cit.*, p. 108-109.

⁴⁵⁴ BARASSI, *op. cit.*, p. 66.

⁴⁵⁵ CHIARELLI, *op. cit.*, p. 88-89.

Nas ocasiões em que o conflito fosse inevitável cabia ao Estado resolvê-lo. Em alguns países as corporações alcançavam a solução do conflito pelo direito que lhes era conferido de criar normas impessoais, abstratas, gerais, de eficácia *erga omnes* e com força coercitiva para conciliar os interesses de capital e trabalho. Em outros países, como Itália e Brasil, esse poder restou outorgado à Magistratura do Trabalho.⁴⁵⁶

Não se pode olvidar que tanto as corporações como o Poder Judiciário tinham a finalidade precípua de sobrepor os interesses nacionais aos dos litigantes,⁴⁵⁷ ou melhor, deveriam visar ao desenvolvimento da produção nacional. Para tanto, a solução residia na imposição autoritária da vontade estatal pelo poder normativo concedido às corporações ou à Justiça do Trabalho.

Revela-se, portanto, a necessidade de o Estado submeter os sindicatos ao seu controle. A atuação como órgãos de representação de classe apenas seria permitida às entidades que obtivessem reconhecimento jurídico pelo poder estatal. Poderiam participar das corporações somente os sindicatos oficiais, pois nelas exerceriam função pública, agindo como organismos auxiliares do Estado. Para que a subserviência se garantisse, parecia essencial impedir o reconhecimento de mais de um sindicato ou corporação com a finalidade de representar as mesmas atividades profissionais ou econômicas.⁴⁵⁸

Independentemente dos distintos matizes corporativistas notados no mundo, cumpre observar que todos adotavam como essência do modelo o princípio da colaboração entre as classes sociais, difundido e sustentado por várias décadas pela doutrina social católica.

⁴⁵⁶ BARASSI, *op. cit.*, p. 81 *et seq.*

⁴⁵⁷ MILANI, F. **Il diritto sindacale nel sistema del diritto**. Milano: D. A. Giuffré, 1940. p. 204.

⁴⁵⁸ BARASSI, *op. cit.*, p. 79 *et seq.*

5.1.2 Algumas notas sobre o corporativismo católico

O corporativismo de associação ou corporativismo social pode ser compreendido como o formato mais brando da doutrina, por possuir um caráter menos austero, sendo o corporativismo católico a forma mais corriqueira. Isso, contudo, não quer significar tratar-se de um modelo liberal, democrático ou socialista. Bem ao contrário. Refere-se também a um sistema autoritário.

Pode-se asseverar que essa modalidade da doutrina corporativista reproduz os principais caracteres do corporativismo estatal reportados anteriormente. Nesse formato, todavia, verifica-se que as corporações, sindicatos ou “grupos são independentes do estado e na verdade penetram neste”.⁴⁵⁹ Apesar de necessitar de chancela estatal, a partir da outorga de reconhecimento, para que existam e exerçam suas funções, esses órgãos não possuem natureza de direito público nem incorporam o aparato estatal.⁴⁶⁰

O corporativismo católico desenvolveu-se mais vigorosamente com a doutrina social da Igreja a partir da constatação da necessidade de reação ao crescimento do socialismo e do comunismo.

Vislumbrava-se que o liberalismo econômico causara inúmeros transtornos sociais, permitindo a proliferação do movimento e das ideologias “sectárias”, como se referiam os representantes das classes conservadoras, por meio da imprensa, ao anarquismo, socialismo e comunismo. Carecia de propor-se uma alternativa que conduzisse à solução dos problemas econômicos do proletariado, mas com preservação da ordem social.

Retomou-se, portanto, uma instituição forjada no medievo para tentar equacionar os conflitos entre capital e trabalho. Isso não quis significar a mera reprodução do modelo vigente na Idade Média, pois a proposta católica previa adaptação daquele modelo ao modo de produção capitalista.

⁴⁵⁹ STEPAN, *op. cit.*, p. 100.

⁴⁶⁰ SÁ, *op. cit.*, p. 29-30.

A construção teórica repousava na contraposição, à luta de classes propugnada pelos marxistas, com o princípio de harmonia e colaboração entre capital e trabalho em prol do bem comum, tendo a obediência, a caridade e a justiça social funções essenciais na formação da concórdia entre as classes sociais.

Na perspectiva católica as desigualdades sociais e econômicas decorreriam das distintas habilidades naturais – logo, concedidas por Deus. Cada ser humano possuiria um conjunto de capacidades que o dotavam para o exercício de determinada atividade no corpo social que se assemelharia ao funcionamento do corpo humano, onde cada órgão executaria uma função.

Para evitar o adoecimento ou a morte do corpo social tornava-se essencial a cada um de seus membros compreender seu lugar, suas responsabilidades e, principalmente, os limites de seus direitos, a fim de não criar desarmonia.

Tal foi o sucesso na propagação dessa teoria que nos anos 1930 a “imagem organicista da sociedade na qual esta era pensada como uma metáfora do corpo humano estava plenamente disseminada pelo corporativismo”.⁴⁶¹

Se o nacionalismo foi adotado pelos teóricos do corporativismo de Estado como fundamento ético desta doutrina, no corporativismo católico a perspectiva ética residiria no predomínio do amor ao próximo e do bem comum sobre os interesses individuais ou classistas, a fim de se obter a pacificação da sociedade com a colaboração entre capital e trabalho.⁴⁶²

Mais do que propriamente estruturar hierarquicamente a economia ou o Estado, a utopia do corporativismo católico repousava em estabelecer, a partir dos vínculos de solidariedade cristã, a organização harmônica da sociedade.⁴⁶³

Para a Igreja essa reconstrução social se viabilizaria com as associações profissionais ou corporações confessionais, implicando seu controle sobre as

⁴⁶¹ SOUZA, J. J. V., *op. cit.*, p. 148.

⁴⁶² *Ibidem*, p. 164.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 175.

classes subalternas. Vislumbra-se, nesse contexto, como essencial ao projeto católico de inserção e domínio do proletariado, a inexistência de monopólio estatal sobre as organizações de trabalhadores. Esse, aliás, será um ponto dissonante da hierarquia da Igreja Católica com o Estado brasileiro.

O corporativismo (estatal ou católico) deve ser compreendido como uma reação conservadora da elite política e da Igreja Católica à conturbação da ordem provocada pela ascensão do socialismo e do comunismo.

Em igual sentido essa doutrina deve ser concebida “não como um fenômeno que esteja presente ou ausente”, mas sim, como “uma série de características” que podem ser encontradas em maior ou menor grau em determinada estrutura.⁴⁶⁴

Vale dizer que no modelo brasileiro, embora constassem na Constituição de 1937 alguns dispositivos indicativos de que a economia se organizaria em bases corporativas, a presença de caracteres do corporativismo restringiu-se à estrutura sindical.

No caso brasileiro adotou-se o corporativismo como modelo tanto pelos ideólogos de Estado, formuladores do pensamento organicista autoritário, quanto por intelectuais católicos, especialmente aqueles que aparelharam, a partir da década de 1930, a burocracia estatal. Constituiu-se da conciliação de interesses entre Estado e Igreja como forma de combater o comunismo no País.

5.2 O PRINCÍPIO DA COLABORAÇÃO ENTRE AS CLASSES NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO

A partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, com o golpe militar de 1930, o Estado brasileiro rompeu com os postulados liberais de não intervenção estatal nas relações de produção e, gradualmente, foi implantando o corporativismo estatal, o que resultou, ao menos para a classe trabalhadora, na instituição de mecanismos de controle sobre suas organizações sindicais.

⁴⁶⁴ STEPAN, *op. cit.*, p. 95.

A despeito de pregar a autonomia dos sindicatos e o livre direito de associação, o que permitiria a disseminação de sua influência no meio proletário por meio dos círculos operários, a hierarquia da Igreja Católica brasileira abdicou de suas convicções em favor da liberdade sindical, ao concluir que os sindicatos se mantinham controlados e vinculados ao aparato estatal, que também combatia fervorosamente o comunismo.

As agitações vivenciadas no ano de 1935, com a fundação da Aliança Nacional Libertadora e a precipitada tentativa de golpe de estado capitaneada pelos comunistas, induziram o arrefecimento da ortodoxia liberal da burguesia industrial e sua adesão ao projeto corporativista engendrado pelo Estado. Verificava-se na ação estatal a possibilidade de controlar os movimentos de contestação, especialmente pela submissão dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e pelo ferrenho combate ao comunismo, de forma mais acentuada após a Lei de Segurança Nacional.

Esses fatos levaram a Igreja Católica a rever seu plano de controlar o operariado por intermédio de sindicatos confessionais, abdicando da pluralidade sindical em prol do controle estatal sobre as organizações dos trabalhadores.

As dificuldades daquele momento político favoreceram o enlace entre Estado, Igreja Católica e burguesia em benefício do corporativismo, com sua proposta de pacificação da sociedade por meio da harmonia entre as classes sociais.

No capítulo anterior demonstrou-se como o episcopado brasileiro combateu o comunismo e a luta de classes, e, em sentido contraposto, exaltou a harmonia e concórdia cristãs entre as classes sociais, como fator de estabilização da sociedade e de perseguição ao bem comum. Esse discurso propagava-se por toda sociedade, sendo difundido por altos representantes do Estado e circulando com desenvoltura no meio jurídico.

A produção de textos, pronunciamentos, manifestações públicas, por intelectuais, juristas, agentes políticos, clérigos, em combate ao comunismo e em exortação à harmonia social, não cessou com o golpe de estado, em 1937, mas, ao contrário, intensificou-se no Estado Novo.

Deve-se observar, no entanto, que não se tratava de um discurso original, recém-elaborado, mas sim, consistia na retomada de preceitos da *Rerum Novarum*, difundidos pelo episcopado brasileiro, com maior vigor a partir da década de 1920.

No âmbito político, a intervenção estatal para impor a conciliação entre as classes sociais fizera parte da plataforma eleitoral da Aliança Liberal, do então candidato à presidência da República, Getúlio Vargas. Depois do golpe militar de 1930, para intervir nas relações de produção com foco prioritário no meio operário, criou-se o Ministério do Trabalho, a quem o Presidente da República atribuía a função precípua de “substituir a luta de classes negativista e estéril, pelo conceito orgânico e justo da colaboração entre as classes, com a severa atenção às condições econômicas do país e aos reclamos da justiça social”⁴⁶⁵, como declarou em discurso proferido em 1931.

Em 1944, a caminho de encerrar seu primeiro ciclo à frente do País, Vargas mantinha-se fiel ao princípio de colaboração entre as classes, como se apreende de trecho de pronunciamento feito na cidade de Belo Horizonte. Inicialmente, dirigindo-se ao operariado referiu-se à importância de sua colaboração com as demais classes, conforme se depreende de suas palavras, afirmando que em “vez de ser de polícia, como diziam nos governos passados, os problemas do operariado brasileiro são de integração social, de cooperação com as outras classes, mas sentindo e usufruindo todos os direitos e garantias que a sociedade moderna assegura ao indivíduo”.⁴⁶⁶

Nessa oportunidade, ao direcionar-se a burguesia, seccionando-a em classe comercial e classe industrial, Vargas revelou-se mais enfático ao abordar a necessidade de concórdia entre capital e trabalho:

Contudo, o que mais agrada ao meu espírito é constatar que essas três classes [trabalho, comércio e indústria] comungam nos mesmos sentimentos, visam ao mesmo objetivo e, portanto, atingem esse grau de

⁴⁶⁵ VARGAS, G. Discurso proferido em 3 out. 1931 *apud* BARROS, A. Conferência de encerramento. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1) ... (*op. cit.*), p. 107.

⁴⁶⁶ VARGAS, G. Discurso proferido em 1 jul. 1944. In: SILVA, H. **Vargas: uma biografia política**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004. p. 143.

íntima cooperação, que foi sempre um dos intuitos do meu governo. Nunca pretendi fomentar a luta de classes, mas, ao contrário, a paz, a harmonia e a colaboração entre elas.⁴⁶⁷

As aspirações de apaziguar a sociedade a partir do refreamento do ânimo insurrecional eventualmente latente na classe trabalhadora também eram partilhadas por outros integrantes do governo. Em seu discurso de abertura do Primeiro Congresso de Direito Social, em 1941, o intelectual católico Waldemar Falcão, titular da pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ressaltou a importância da harmonia entre capital e trabalho:

Vem consagrar, por forma expressiva e eficiente, o coroamento da evolução que compreende todo um fecundo ciclo de atividade jurídica, na esfera das leis e regulamentos que dizem de perto com os interesses e as garantias do Trabalho, amortecendo e eliminando seus conflitos com o Capital, dando a cada um desses elementos da produção o ritmo e o equilíbrio necessários para que se não entremchoquem e enfraqueçam reciprocamente, antes, se harmonizem e completem entre si, integrando verdadeiramente o panorama da harmonia e da paz sociais, condição primária do desenvolvimento econômico das Nações.⁴⁶⁸

Em contrapartida a isso, para o referido ministro os marxistas haviam fracassado ao tentarem “eternizar na Sociedade aquela atmosfera de luta de classes, aquele torvo prognóstico do empobrecimento gradual das massas e do perpétuo antagonismo entre os depositários da riqueza e os que os serviam com seu braço e a sua inteligência”⁴⁶⁹, conforme suas palavras.

Pode-se afirmar que o ambiente jurídico foi contaminado por essa campanha da Igreja Católica brasileira e dos representantes do Estado, pois também os juristas do período reproduziram em parte os alicerces do discurso da doutrina social católica, introduzindo esses preceitos na formação da cultura jurídica trabalhista e, por que não dizer, influenciando em alguns aspectos o direito do trabalho brasileiro.

⁴⁶⁷ VARGAS, G. Discurso proferido em 1 jul. 1944. In: SILVA, H. **Vargas**: uma biografia política. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004. p. 143.

⁴⁶⁸ FALCÃO, *op. cit.*, p. 57.

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 58.

5.2.1 O princípio da colaboração entre as classes sociais no pensamento jurídico brasileiro

O Congresso Brasileiro de Direito Social foi realizado em maio de 1941, compondo o calendário estatal oficial de comemoração do quinquagésimo aniversário da *Rerum Novarum*. O evento contou com a presença de juristas, médicos, políticos, clérigos, acadêmicos, funcionários da burocracia estatal, entre outros, de vinte e um estados da Federação.

As primeiras sessões plenárias indicam a tônica do conteúdo das discussões que seriam travadas no Congresso, pois se prestam a identificar a militância católica dos participantes. Dois fatos mostram-se emblemáticos nesse aspecto.

O primeiro deles reside na aprovação de moção de congratulação à “imprensa de todo país, pelo seu esclarecido concurso à grande conquista obtida pelo Estado Nacional, irmanando patrões e trabalhadores para o estabelecimento de uma situação jurídica do trabalho, compatível com as condições econômicas do Brasil e com as nossas necessidades sociais”.⁴⁷⁰

Dessa moção transparece a importância do papel desempenhado pela imprensa burguesa na disputa do imaginário social, ao exaltar os preceitos de harmonia e conciliação entre as classes sociais e ao condenar a luta de classes, socialistas e comunistas.

Na sessão seguinte, realizada no dia 21 de maio de 1941, foi submetida e aprovada proposta apresentada pelo congressista Henrique de Brito Viana, com a finalidade de o Congresso solicitar ao Presidente da República a alteração da data comemorativa do dia do trabalho, para o dia 15 de maio.

Os fundamentos de sua justificativa merecem ser reproduzidos, mormente porque, repita-se, a pretensão foi acolhida pelo plenário:

1. A comemoração do dia do trabalho a 1º de maio é tradição oriunda de um movimento revolucionário antagônico à ordem social vigente no Brasil, que

⁴⁷⁰ Relatório terceira sessão plenária. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1) ... (**op. cit.**), p. 88.

o socialismo, se pudesse, destruiria, para substituí-la por um estado de classe.

2. A nova ordem social brasileira não é consequência direta da luta de classes, nem do materialismo histórico, que no Brasil mal se esboçaram, mas da inspiração da doutrina social católica e da iniciativa livremente tomada pelo governo brasileiro como responsável pelo bem comum.

3. Na estrutura do regime corporativo brasileiro predominam não as vértebras do materialismo socialista, mas as linhas mestras do pensamento de Leão XIII, expresso na memorável encíclica *Rerum Novarum*, adaptado às peculiaridades locais do Brasil, pela prudência e sabedoria do Presidente Getúlio Vargas.

4. Considera-se, pois, que sendo este documento o pontifício fruto da experiência milenar da Igreja Católica Apostólica Romana, de cuja inspiração católico-social o Brasil é beneficiário, como demonstrado está pelo 1º Congresso de Direito Social Brasileiro, a data de 1º de maio, no Brasil não tem sentido histórico.⁴⁷¹

No Brasil, a simbologia envolvendo o dia 1º de maio há muito seguia como objeto de disputa entre as autoridades públicas e o sindicalismo revolucionário. O tema havia resultado de deliberação do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de orientação anarcossindicalista, realizado em 1906, quando se recomendou a utilização dessa data para protestos e reivindicações de caráter geral.⁴⁷²

O perfil oposicionista dessas manifestações foi percebido pelas autoridades policiais que, em muitas vezes, proibiram sua realização.⁴⁷³ A partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – o 1º de maio passou a ser apropriado pelo Estado, como data em que o Presidente da República, postando-se simbolicamente como “pai” dos trabalhadores, anunciava-lhes um novo direito, uma nova conquista, ou melhor, mais um presente.

A partir da década de 1920, mas com maior frequência depois da proliferação dos círculos operários, a Igreja Católica também passou a integrar as comemorações do 1º de maio, com realização de missas em celebração da data,

⁴⁷¹ Relatório quarta sessão plenária. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1) ... (**op. cit.**), p. 90-91.

⁴⁷² Resoluções do I Congresso Operário Brasileiro efetuado de 15 a 20 abr. 1906, *apud* HALL, M. M.; PINHEIRO, P. S. **A classe operária no Brasil (v.1): documentos (1889-1930)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 52-53.

⁴⁷³ RODRIGUES, J. A., **op. cit.**, p. 39.

além de organizar outras atividades de lazer, destinadas aos trabalhadores e seus familiares.

A proposta aprovada no Congresso Brasileiro de Direito Social expunha a intenção de disputar-se o imaginário social da classe trabalhadora, transferindo a data comemorativa do dia do trabalhador, lá referido como “dia do trabalho”, para a celebração de aniversário da encíclica *Rerum Novarum*. Com isso se permitiria cultivar a doutrina social da Igreja Católica como origem da melhoria das condições de trabalho da classe trabalhadora e ocultar ainda mais a importância histórica dos movimentos de resistência ao capitalismo, organizados pelas entidades sindicais com maior intensidade durante a Primeira República.

Da justificativa da proposta aprovada no referido evento depreende-se também a condenação às ideologias críticas ao capitalismo, entre outras razões, por sustentarem existir antagonismo entre capital e trabalho, ocasionando a luta de classes. Além disso, denota-se a supervalorização conferida à manutenção da harmonia entre trabalhadores e capitalistas.

Essa linha argumentativa é realçada na conferência de Luís Augusto do Rêgo MONTEIRO, na época diretor de importante departamento do Ministério do Trabalho e a quem se atribui a autoria da Lei Orgânica de Sindicalização (Decreto 1.402/1939). Em seu pronunciamento na abertura do Congresso de Direito Social, o jurista católico asseverou que “uma sociedade que se entrega à luta de classes é uma sociedade que se desgoverna, uma sociedade que não encontra em si razão suficiente de afirmação do ser social.”⁴⁷⁴

Da análise das teses apresentadas no referido Congresso vislumbra-se a preocupação dos autores em demonstrar os resultados negativos da luta de classes engendrada pelo sindicalismo distanciado da moral cristã. Advertia um congressista o risco acentuado assumido pelos sindicatos de trabalhadores ao afastarem-se “dos princípios da fé e da moral cristã”, pois poderiam tornar-se “centros de discórdia

⁴⁷⁴ MONTEIRO, L. A. R. A função social do Estado e a “*Rerum Novarum*”. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1) ... (*op. cit.*), p. 154.

entre as classes, elementos de desagregação da sociedade”, passando “a constituir, voluntária ou involuntariamente, verdadeiras células de doutrinas extremistas”.⁴⁷⁵

Para evitar isso urgia controlar-se os sindicatos a fim de que mantivessem suas ações dentro dos moldes da doutrina social católica, pois, afinal, como sintetizou outro congressista, “o que a Igreja combate é o sindicalismo revolucionário, de luta de classes”.⁴⁷⁶

O discurso anticomunista e antissocialista também circulava com fecundidade no meio jurídico. Dos mais de cem textos que compõem os anais do Primeiro Congresso de Direito Social podem ser mencionadas inúmeras passagens em que se vislumbra a assimilação e reprodução da linha argumentativa trazida nas encíclicas *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris*, a respeito da “verdade sobre os comunistas”.

Nesse aspecto, o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Luís Augusto do Rêgo MONTEIRO, relatou a visita de um sindicalista inglês à Rússia, onde haveria constatado, “com todas as credenciais que lhe autorizavam uma investigação penetrante”, existir uma “miséria tão dolorosa”, jamais vista.⁴⁷⁷

Perseguindo a finalidade de incutir em sua plateia a imagem dos comunistas associada ao horror, MONTEIRO também passou a discorrer sobre as condições de trabalho impostas aos operários no regime soviético. Mais uma vez, citando o testemunho de um observador – portanto, por fonte de conhecimento indireto, mencionou que o desenvolvimento da economia soviética estaria atrelado à “dominação do braço escravizado dos velhos e pobres ‘mujiks’”. Em arremate, o

⁴⁷⁵ PACHECO, J. A. A. A organização sindical brasileira e a doutrina social da igreja. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 215.

⁴⁷⁶ SANTOS, L. J. O corporativismo: sua natureza e seu passado. Necessidade, possibilidade e vantagens de sua restauração, adaptada às condições morais, políticas e econômicas da sociedade contemporânea. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 146.

⁴⁷⁷ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 160.

burocrata do Ministério do Trabalho asseverou que sobre “o sangue operário não se pode edificar a riqueza nem a paz social”.⁴⁷⁸

Idêntica abordagem repete-se no texto do congressista mineiro Lucio José dos SANTOS, a quem a “obrigatoriedade do trabalho e a supremacia do Estado, no comunismo, conduzem à morte de todo estímulo e à completa escravização do indivíduo”.⁴⁷⁹

O discurso anticomunista era dirigido primordialmente contra o sindicalismo revolucionário que havia propiciado “no seio da sociedade brasileira uma certa prevenção” ao ouvir falar-se em “assuntos sindicais”, eis que, geralmente, se associava o sindicato a “qualquer coisa que esconde em si teorias socialistas e comunistas”, como afirmou ASSIS PACHECO.⁴⁸⁰ Aliás, esse discurso mostra-se útil a demonstrar a associação direta incrustada no imaginário social do movimento sindical às “teorias subversivas” ou “exóticas”, como se dizia na época, além de servir a desmentir discurso hegemônico de que não havia luta de classes no Brasil.

Nessa esteira, Sebastião PAGANO discorreu longamente sobre os malefícios proporcionados pelo movimento sindical de orientação revolucionária, sustentando, em síntese, que estas organizações: (i) se pautariam na luta de classes; (ii) pregariam a liberdade absoluta dos trabalhadores, constituindo-se no “egoísmo feroz em favor das últimas consequências da Revolução; (iii) atentariam contra o Estado, o parlamento e a democracia; (iv) adotariam as táticas de ação direta contra os empregadores; (v) ao triunfarem, estabeleceriam os “soviets” que significariam o fim da família e dos interesses individuais; (vi) aniquilariam a ordem burguesa e suas instituições; (viii) seriam organismos “antirreligiosos, antimilitaristas,

⁴⁷⁸ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 160.

⁴⁷⁹ SANTOS, L. J., *op. cit.*, p. 153.

⁴⁸⁰ PACHECO, *op. cit.*, p. 212.

antidinásticos e antiburgueses”, sendo que seu caráter pacifista seria dissimulado para ocultar a “ação totalitária decisiva sobre o mundo”.⁴⁸¹

Em sentido antagônico os juristas assentiam com a necessidade de construção de uma ordem social pautada nos valores e princípios cristãos que permitissem a conciliação entre os interesses do capital e do trabalho.

CEZARINO JÚNIOR, em conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realçara a importância dos valores cristãos de justiça e de caridade para a política social do período.⁴⁸² Em outra passagem do pronunciamento destacou a importância da harmonia, entre capital e trabalho, ao equilíbrio social, transparecendo a assimilação da cultura da doutrina social católica:

Aí se contempla harmonia entre ricos e pobres, conformados estes, provisoriamente, com a sua sorte, pela certeza de que o seu trabalho honesto e os seus hábitos virtuosos, os conduzirão mais cedo ou mais tarde a melhorarem a sua situação; e tranquiliza aqueles no gozo justo das economias acumuladas à custa de seu suor, pela segurança de que os primeiros compreendem ser a desigualdade remediável, mercê não somente do próprio esforço dos por ela atingidos como também pela ajuda desinteressada e bem intencionada do poder público, lealmente coadjuvado pela classe mais favorecida pelos bens de fortuna.⁴⁸³

Denota-se o acento conferido à conformação social dos pobres, com sua condição econômica resultado da caridade a eles dispensada pelo poder público e pelos capitalistas. Isso permitiria à burguesia usufruir dos benefícios resultantes do acúmulo de capital.

Trata-se de manifestação ressaltando a relevância de cada classe possuir consciência de sua função no corpo social, sem divergências entre si. É o que melhor se nota em outro trecho do discurso proferido por CEZARINO JÚNIOR, em que afirmou: “Não é este exatamente o princípio da colaboração entre as classes

⁴⁸¹ PAGANO, S. Tradição e realidade no sindicalismo e no corporativismo brasileiro. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 197.

⁴⁸² CEZARINO JÚNIOR, A. F. A influência da encíclica “Rerum Novarum” na legislação social brasileira. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1), p. 164.

⁴⁸³ Ibidem, p. 166.

dos empregadores e dos empregados, expressamente estabelecido pela nossa Lei sindical, como requisito a constar dos próprios estatutos do sindicato? Não proíbe o art. 139 da Constituição, tanto a greve, como o lock-out?”⁴⁸⁴

Perspectiva similar apresentou o Presidente da Federação das Associações de Classe de Minas Gerais, em 1936, cuja conferência constou dos anais do Primeiro Congresso de Direito Social. Em sua comunicação ressaltou a importância da caridade para conquista da pacificação social, asseverando que “se se tem um pouco de bom senso, pode-se ainda ouvir a voz incansável e serena da Igreja Católica, na sua milenária missão social, a ensinar aos homens aturdidos, o caminho da justiça, da caridade e do amor ao próximo, por onde se chega ao reino da paz social.”⁴⁸⁵

Outro integrante do Instituto de Direito Social, Ruy SODRÉ, discorreu sobre a contribuição do cristianismo à elaboração da noção de dignidade da pessoa humana e do restabelecimento do equilíbrio entre o individual e o social, entre “o material e o espiritual”; nesse caso, com auxílio do direito do trabalho, ou direito social, conforme se expressava na época.⁴⁸⁶

Para esse autor, a “construção do edifício do direito social” teria por alicerce a solidariedade, constituindo-se no primeiro dever decorrente do exercício profissional. A esta obrigação deveria ser acrescida a caridade. Ambas deveriam ser compreendidas não como dever individual, mas coletivo.⁴⁸⁷

Nos textos dos participantes do Congresso de Direito Social pode-se identificar, igualmente, a incorporação e conseqüente propagação da visão exposta nas encíclicas sociais a respeito da importância do trabalho. Sob esse enfoque o ato

⁴⁸⁴ CEZARINO JÚNIOR, A. F. A influência da encíclica “Rerum Novarum” ... (*op. cit.*), p. 168.

⁴⁸⁵ SCOTT, A. Conferência pronunciada na Sociedade Mineira de Agricultura em 12 ago. 1936. *In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social* (v.4) ... (*op. cit.*), p. 164.

⁴⁸⁶ SODRÉ, R. Direito social: seu conceito filosófico, sociológico e jurídico, conteúdo e definição. *In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social* (v.2) ... (*op. cit.*), p. 42; p. 53.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, p. 47.

de trabalhar é compreendido como “produto da vontade e da natureza” para servir de ligação com Deus, apresentando-se como “uma lei eterna”, “uma obrigação” divina.⁴⁸⁸

A perspectiva do trabalho como fadiga ou sacrifício não deixou de ser recordada nas teses enviadas ao Congresso, podendo ser ilustrada nas palavras de José Colombo de SOUZA a quem “o trabalho, apesar de ser uma necessidade, era, contudo, um sacrifício”. Em contraposição, o trabalho havia deixado de ser uma necessidade, para se “tornar um dever social para todos, como estabelecem todas as constituições modernas”.⁴⁸⁹

No caso brasileiro, a Constituição de 1937 considerava o trabalho como dever social. Por sua vez, a doutrina social católica interpretava o trabalho como modo de redenção dos pecados, de expiação do eterno castigo e de salvação da alma. Assim, o católico estaria, ao trabalhar, mais próximo de Deus.

Havia, portanto, mais uma convergência de interesses entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica em torno da construção de uma nova ética do trabalho, colocando-o no centro da sociedade e como obrigação moral (religiosa e política) de todo católico e cidadão. Não foi com outro intuito que CARVALHO BORGES⁴⁹⁰ recorreu em sua tese a um trecho da Bíblia, em que o apóstolo Paulo advertia uma das primitivas comunidades cristãs que “quem não quiser trabalhar, não tem o direito de comer”.⁴⁹¹

⁴⁸⁸ LYRA, *op. cit.*, p. 105-106.

⁴⁸⁹ SOUZA, J. C., *op. cit.*, p. 230-231.

⁴⁹⁰ CARVALHO BORGES, *op. cit.*, p. 154.

⁴⁹¹ Mostra-se válida a leitura dos versículos 10 a 12 do terceiro capítulo da Segunda Carta aos Tessalonicenses: “10 Aliás, quando estávamos convosco, nós vos dizíamos formalmente: Quem não quiser trabalhar, não tem o direito de comer. 11 Entretanto, soubemos que entre vós há alguns desordeiros, vadios, que só se preocupam em intrometer-se em assuntos alheios. 12 A esses indivíduos ordenamos e exortamos a que se dediquem tranquilamente ao trabalho para merecerem ganhar o que comer”. II TESSALONICENSES. BÍBLIA. Cap. 3, vers. 10-12. 180. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008. p. 1.516.

O princípio da colaboração também deve ser apreendido sob esse viés, isto é, a partir da obrigação do indivíduo de contribuir com o trabalho para o benefício do todo social. Isso representaria a base do direito social, a integração, isto é, a “pessoa humana integrada no seu grupo natural, cooperando para o bem comum do agrupamento” ⁴⁹², na concepção de Ruy SODRÉ, ou, “o todo, em exercício de regular as partes, de fazê-las colaborar e competir, em vista de um fim comum particular, de harmonizá-las e, portanto, de dar-lhes seu inteiro valor”⁴⁹³, como asseverou o padre Roberto Saboia de MEDEIROS. Mais do que simples faculdade, para ambos os autores a integração se constituiria em um dever do empregado.

O trabalhador em sua residência se integraria à família. No ambiente de trabalho ele comporia, juntamente com os demais trabalhadores e trabalhadoras, o agrupamento da empresa. Deveriam, assim, contribuir para o desenvolvimento do todo, afinal teriam em comum “a igualdade de objetivos, de trabalhos, até a uniformidade exterior de gestos, de horários, às vezes de vestuário, sobretudo de corresponsabilidade de dirigentes e dirigidos ante a obra comum”. Isso permitiria formar um “espírito de corpo” que consistiria “em algo de comum a realizar, a obra comum, sem a qual tudo pereceria, as famílias ficariam sem pão, o descanso desapareceria, a paz seria sucedida pelo ódio”⁴⁹⁴, sendo fundamental, para tanto, o respeito à autoridade.

A origem divina da autoridade tão claramente referida nas encíclicas sociais foi recuperada nas teses elaboradas para fundamentar, juntamente com a integração, o dever moral de obediência do trabalhador ao poder de comando do capitalista e ao Estado, como bem retrata o texto do padre Roberto Saboia de MEDEIROS, apresentado ao Congresso de Direito Social:

É na autoridade divina que enfim se funda a autoridade humana.
Obedecendo, o homem não só se sujeita a uma anônima ordem jurídica;

⁴⁹² SODRÉ, *op. cit.*, p. 53.

⁴⁹³ MEDEIROS, R. S. Direito social e grupo social. *In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social* (v.2) ... (*op. cit.*), p. 100.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 92.

sujeita-se por esta a Deus. A autoridade vem de Deus: é pessoal; a pessoa humana não cai debaixo de uma força cósmica, debaixo de uma iniludível mas cega lei natural; submete-se à Pessoa Divina, representada pela autoridade humana.⁴⁹⁵

Por sua vez, Lucio José dos SANTOS, em sua tese, discorreu com ênfase sobre a origem da autoridade. Para o jurista mineiro todo “poder vem de Deus” e “só Deus é o verdadeiro e soberano senhor das coisas; e todo aquele que tem o direito de governar, não recebe esse direito senão de Deus”.⁴⁹⁶

As palavras de Luís Augusto do Rêgo MONTEIRO reforçam o acento conferido ao respeito à autoridade, pois ela seria “a causa formal da sociedade”, constituindo-se em “princípio essencial aos seres sociais, como a vida é um princípio intrínseco de unidade e de conservação dos corpos organizados”.⁴⁹⁷

O princípio de respeito à autoridade deveria ser observado por todo cristão, não sendo restrito à esfera do poder público, pois a transcendia, invadindo o âmbito das relações privadas de produção ao obrigar o trabalhador a respeitar a autoridade do capitalista.

Em sentido complementar, ao detentor dos meios de produção seriam concedidas prerrogativas para organizar a produção e para disciplinar o ambiente de trabalho a fim de melhor atender ao bem comum. Esse poder de subordinar os trabalhadores resultaria da vontade de Deus, que concedera aos homens diferentes habilidades, daí derivando a natural desigualdade econômica e social entre capitalistas e proletários.

Essa concepção transparece em uma das teses apresentadas no Congresso de Direito Social, em que seu autor ressalta que

a autoridade é um serviço prestado a todos os homens, essencialmente iguais e cristãmente irmãos, para o bem comum de todos. De modo que as

⁴⁹⁵ MEDEIROS, R. S., [padre]. Natureza e caminho da autoridade. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1) ... (*op. cit.*), p. 145.

⁴⁹⁶ SANTOS, L. J., *op. cit.*, p.155.

⁴⁹⁷ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 158-159.

desigualdades naturais forçam uma diferença de funções e de trabalhos, a dignidade da pessoa e do filho de Deus quer a harmonização, a união das classes e a possibilidade de que todos participem do bem comum.⁴⁹⁸

O dever de obediência do trabalhador às ordens emanadas pelo empregador representaria, nessa perspectiva, respeitar a autoridade por Deus concedida ao empregador, porque, afinal, a divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção resultaria, em última análise, do desejo divino.

Em outro trecho da tese do padre Roberto Saboia de MEDEIROS evidencia-se a relevância à função do detentor de autoridade, eis que esta não se revelaria como uma dádiva, mas sim, como um “fardo excepcional”, igual ao carregado pelo “sacerdote”, cujo exercício visaria ao bem comum.⁴⁹⁹ O empregador, assim, teria autoridade similar à do padre.

Como advertiu Ricardo Marcelo FONSECA “não foi o direito que inventou a relação de trabalho subordinado”⁵⁰⁰, já que o dever de obediência do trabalhador ao comprador de sua força de trabalho antecede o surgimento do direito do trabalho.

Idêntico raciocínio pode-se adotar ao se referir à perspectiva apresentada pelos juristas no Congresso de Direito Social sobre a subordinação do empregado ao empregador, cuja importância se revela na fundamentação teórica adotada a explicá-la, ou seja, compreendendo-a também como uma obrigação moral de respeito à autoridade estabelecida por Deus.

Isso quer significar que seria arriscado afirmar existirem reflexos diretos e imediatos, dessa construção teórica sobre a subordinação, no ordenamento jurídico brasileiro. Até porque, vale dizer, desde o surgimento do direito do trabalho foram

⁴⁹⁸ MEDEIROS, Natureza e caminho... *op. cit.*, p. 140.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 144.

⁵⁰⁰ FONSECA, **Modernidade e contrato de trabalho...** (*op. cit.*), p. 138.

engendradas algumas teorias que tentam explicar a subordinação, mas sem que alguma tenha alcançado consenso doutrinário.⁵⁰¹

A relevância da abordagem revelada nos anais do Primeiro Congresso de Direito Social reside no fato de, até o momento, manter-se silenciada pelos doutrinadores de direito do trabalho, esquecida com o tempo. Independentemente de não lhe poder tributar influência imediata nas regras de direito do trabalho brasileiro, pode-se, ao menos, asseverar que auxiliou na construção de um direito sem espaços para resistência do trabalhador. Retirá-la do passado parece fundamental, em especial porque essa construção teórica contribuiu de algum modo nas formulações do conceito de subordinação e, por conseguinte, na cultura jurídica trabalhista brasileira.

Autoridade, subordinação, integração, colaboração. Esses conceitos foram adotados pelos juristas para fundamentar um modelo político-jurídico que permitisse a harmonia no corpo social por meio da estabilização nas relações de produção. Na concepção deles, o modelo ideal seria corporativista.

5.2.2 O corporativismo dos juristas brasileiros

O corporativismo mostrava-se como modelo alternativo ao comunismo, ao socialismo e ao liberalismo, sendo os dois primeiros considerados como “intrinsecamente maus” na expressão eternizada por Pio XI na encíclica *Divini Redemptoris*. Esses sistemas eram reputados como incitadores da luta de classes. A opção pelo corporativismo justificava-se exatamente por permitir a harmonia entre as classes sociais, com a eliminação ou atenuação dos conflitos nas relações de produção.

⁵⁰¹ Desde os primeiros passos dados pelo direito do trabalho na direção de sua autonomia científica surgiram algumas teses preocupadas em justificar teoricamente a subordinação constatada no cotidiano das relações de trabalho. Em estudo sobre o tema, Aldacy Rachid COUTINHO menciona existirem as teorias contratualista, da propriedade privada e institucionalista (cf. COUTINHO, A. R. **Poder punitivo trabalhista**. São Paulo: LTr, 1999). Por sua vez, Wilson RAMOS FILHO acrescenta-lhes a teoria contratualista complexa e a subordinação como exercício do poder disciplinar (cf. RAMOS FILHO, **Direito Capitalista... op. cit.**, p. 98 *et seq.*).

A propagação da doutrina corporativista e dos preceitos de harmonia e colaboração entre as classes sociais podem ser encontrados, no Brasil, no principiar do século XX; no entanto, com muita timidez, diante da predominância do pensamento liberal das elites e da pequena divulgação da doutrina social católica até aquele momento histórico.

A inflexão da hierarquia da Igreja Católica brasileira em direção aos trabalhadores, a partir dos anos 1920, e o gradual rompimento entre as classes dominantes e o liberalismo, em favor de um modelo de Estado centralizador e autoritário, favoreceram a disseminação do ideário corporativista no País.

Associavam-se diretamente às oligarquias da Primeira República “as eleições, os partidos políticos, o poder legislativo”, identificando-os como resultado da supremacia do individualismo egocêntrico e como fatores de inibição à modernização do País. Caberia o fortalecimento do Estado para dirigir e executar os interesses nacionais. Formulou-se, portanto, o termo “democracia autoritária” em substituição ao regime anterior, no qual, embora se concedesse o direito ao voto, não se praticara justiça social. A democracia se caracterizaria como social e não como política, o que impediria o paradoxo entre um Estado que se assumia antiliberal, forte e autoritário, porém – porque seria socialmente justo – democrático.⁵⁰²

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e com os agravamentos econômicos e sociais causados pela crise de 1929, o caminho apresentava-se propício à instituição do corporativismo, a fim de se conduzir o País ao desenvolvimento econômico e à industrialização, o que seria viabilizado pelo apoio das forças armadas e da burguesia industrial e pela pouca resistência da classe trabalhadora.⁵⁰³

⁵⁰² GOMES, A. M. C. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. In: MARTINHO, F. C.; PINTO, A. C. (Org.). **O corporativismo em português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 85 et seq.

⁵⁰³ FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 327.

A despeito de “a opção e hegemonia de um projeto corporativista e ditatorial” afirmar-se somente com o Estado Novo, pode-se asseverar que desde o início do Governo Vargas havia um “fio condutor” unindo o “esforço de industrialização a um centralismo autoritário”.⁵⁰⁴ Nesse aspecto, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a reestruturação da organização sindical brasileira em novas bases, com o Decreto 19.770, de março de 1931, representam dois exemplos emblemáticos disso.

Para constituir o novo regime tornara-se imprescindível elaborar um conjunto teórico para sua implantação. Isso ocorreria apenas com adoção gradual dos preceitos corporativistas, sendo aplicados na tentativa de sua adaptação à realidade nacional.⁵⁰⁵

A tese elaborada por OLIVEIRA VIANNA para o Congresso de Direito Social, em 1941, mostra-se exemplar nesse aspecto. A preocupação do antigo consultor jurídico do Ministério do Trabalho repousava em demonstrar “as diferenças de estrutura social e econômica” entre o Brasil e a Itália, a fim de justificar a impossibilidade de transportar-se simplesmente o corporativismo italiano para a realidade nacional. Isso ocorreria em razão das grandes distâncias geográficas entre as cidades, decorrentes da extensão territorial do Brasil, o que resultaria em baixa densidade populacional e, por consequência, na falta de solidariedade social do brasileiro.⁵⁰⁶

Importava ao Estado impor a conciliação entre os interesses do capital e do trabalho, com a finalidade última de permitir o desenvolvimento econômico pela harmonização das relações de produção. Para tanto, tornara-se primordial a

⁵⁰⁴ SILVA, S. G. C. L. **Relações coletivas de trabalho**: configurações institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: LTr, 2008. p. 141.

⁵⁰⁵ VIEIRA, E. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**: Oliveira Vianna & companhia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981. p. 30.

⁵⁰⁶ OLIVEIRA VIANNA, F. J. Condições antropogeográficas e estrutura sindical. *In*: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 50; p. 31.

superação dos interesses egoísticos de classe em prol dos interesses da Nação, esta identificada com o Estado.⁵⁰⁷

A função estatal consistia em controlar a vontade dos trabalhadores, impondo-lhes os valores caros ao Estado e às elites, ou seja, o crescimento econômico com ordem, paz social, além do “nacionalismo [e a] valorização do trabalho”.⁵⁰⁸ Nesse ponto, vislumbra-se convergência de interesses entre Igreja Católica e Estado brasileiro, pois ambos buscavam a pacificação da sociedade a partir da colaboração entre as classes sociais e da hegemonização de seu pensamento.

Nem tudo era consenso, no entanto. Para viabilizar o plano de cristianização dos espaços profanos, o que incluía a inserção, no meio operário, da hierarquia católica, almejou-se um salvo-conduto para levar sua mensagem de construção de uma nova ordem social a partir da fé e dos valores católicos. Os sindicatos confessionais, assim, seriam instrumento à salvação das almas de operários e operárias; contudo, isso somente se concretizaria com a abdicação do Estado em controlar exclusivamente o movimento sindical, modelo vigente desde o Decreto 19.770, de 1931.

A pretensão da hierarquia eclesiástica brasileira residia em instituir no País o corporativismo de associação ou corporativismo católico, sendo os sindicatos a base das futuras corporações. Sob esse viés devem ser interpretadas as postulações da Igreja brasileira em favor da pluralidade sindical, sendo a mais contundente, embora inócua, constatada nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1934.

As pequenas divergências entre a Igreja Católica e o Estado em relação ao movimento sindical foram abandonadas depois dos acontecimentos de 1935, quando o sentimento anticomunista falou mais alto, induzindo a hierarquia católica a concentrar sua inserção junto às classes subalternas por meio dos círculos operários

⁵⁰⁷ D'ARAUJO, *op. cit.*, p. 219.

⁵⁰⁸ FAUSTO, B. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 117.

e a abrir mão do corporativismo de associação em favor do corporativismo estatal, delineado com maior clareza a partir do Estado Novo.

De outro lado, o Estado permaneceu recrutando, para sua estrutura burocrática, intelectuais católicos, que aparelharam principalmente o Ministério do Trabalho, onde ocupavam cargos no primeiro escalão, a ilustrar os próprios titulares da pasta, como Waldemar Falcão e Alexandre Marcondes Filho.

Revela-se importante também recordar que o corporativismo, inicialmente apresentado como resultado da previdente e oportuna ação estatal, passa a ser abordado como um modelo original, tendo uma dimensão espiritualista dada a influência da *Rerum Novarum*, conforme ressaltava Alexandre Marcondes Filho, na época Ministro do Trabalho, em seus pronunciamentos direcionados aos trabalhadores, pelo rádio, no programa *A hora do Brasil*.⁵⁰⁹ Sem sombra de dúvida, a tática objetivou descolar o corporativismo dos regimes autoritários europeus que eram combatidos durante a Segunda Guerra Mundial e cuja derrocada era iminente.

Não resta dúvida sobre o caráter corporativista da Constituição de 1937 – elaborada por Francisco Campos, um dos expoentes do pensamento jurídico autoritário-católico – que estabelecia no art. 140 a organização da economia em corporações, “colocadas sob a assistência e proteção do Estado”. Esses organismos exerceriam “funções delegadas do Poder Público”.⁵¹⁰ De igual modo, o artigo 61, alínea “a”, definia como atribuição do Conselho da Economia Nacional “promover a organização corporativa da economia nacional”.^{511 512}

⁵⁰⁹ GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 257.

⁵¹⁰ Estabelece o Art. 140 da Constituição de 1937: “A economia da população será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos destes e exercem funções delegadas de Poder Público.” BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 24 maio 2015.

⁵¹¹ Diz o art. 61 da Constituição de 1937: “São atribuições do Conselho da Economia Nacional: a) promover a organização corporativa da economia nacional; b) estabelecer normas relativas à assistência prestada pelas associações, sindicatos ou institutos; c) editar normas reguladoras dos contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias; d) emitir parecer sobre todos os projetos, de iniciativa do Governo ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional; e) organizar, por iniciativa própria ou proposta do Governo, inquérito sobre as condições do trabalho,

A despeito do texto constitucional, não se adotaram no País as corporações propriamente ditas, mas sim, promoveu-se a divisão das forças produtivas, em ramos de atividade econômica, entre empregados e empregadores, a fim de que se observasse simetria na representação entre os vendedores de sua força de trabalho e seus compradores.⁵¹³

Pode-se asseverar que o dirigismo estatal sobre a economia, assim como o maior controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos patronais, não se verificou efetivamente. O corporativismo brasileiro restringiu-se a criar instrumentos de desmobilização da classe trabalhadora.

O projeto corporativista, gestado desde 1931 com o Decreto 19.770, será aperfeiçoado com a Lei Orgânica de Sindicalização Nacional (Decreto 1.402/39), que será à base do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, versando sobre a organização dos sindicatos, e com a contribuição sindical, sob nome de imposto, instituída pelo Decreto 2.377/1940.⁵¹⁴

Independentemente de no Brasil não serem criadas propriamente as corporações e, por consequência, o “que seria a estrutura corporativa autêntica, imaginada por seus teóricos”, na esteira do assinalado por Sayonara Grillo Coutinho

da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional; f) preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas que, atendendo à diversidade das condições econômicas, geográficas e sociais do País, tenham por objeto: I - racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria; II - estudar os problemas do crédito, da distribuição e da venda, e os relativos à organização do trabalho; g) emitir parecer sobre todas as questões relativas à organização e reconhecimento de sindicatos ou associações profissionais; h) propor ao Governo a criação de corporação de categoria;” BRASIL, Constituição de 1937...*op. cit.*, acesso em: 25 maio 2015.

⁵¹² Ambos os dispositivos sofreram modificação na redação instituída pela Lei Constitucional n. 9, de fevereiro de 1945. No caso do art. 61 a nova redação suprimiu as duas referências às corporações previstas nas alíneas “a” e “h”. Idêntico procedimento ocorreu em relação ao art. 140, cujo texto foi alterado para constar a organização da economia em entidades representativas dos fatores de produção, em vez de corporações, como constava anteriormente.

⁵¹³ RODRIGUES, J. A, *op. cit.*, p. 102.

⁵¹⁴ SILVA, S. G. C. L., *op. cit.*, p. 160.

Leonardo da SILVA, “não há como deixar de reconhecer como corporativista a estrutura jurídica do sindicalismo brasileiro de então”.⁵¹⁵

Em 1941, o corporativismo estava consolidado no ambiente intelectual brasileiro, como se desvela do teor das teses propostas ao Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social. Neste evento destinou-se à Sétima Subcomissão, referente à Organização Corporativa no Estado, a tarefa de coordenar os trabalhos apresentados sobre a temática.

Nenhum dos treze trabalhos exibidos à referida Subcomissão formulou crítica à manutenção das bases corporativas do regime. Uma ou outra irresignação residiu no modelo de corporativismo de Estado, como identificado na época, apontando o corporativismo católico como alternativa; ou, repousou no caráter eminentemente “opinativo” conferido aos conselhos técnicos, a quem pretendia-se ver atribuídas verdadeiramente as funções de corporações econômicas, como ressaltou COTRIM NETO.⁵¹⁶

De modo geral, os textos dos juristas demonstram sua conformação e contentamento com o modelo vigente, provavelmente por permitir a pacificação das relações de produção, com a acomodação da classe trabalhadora propiciada pelo controle estatal sobre seus sindicatos.

No relatório da Sétima Subcomissão constou um resumo dos pontos de convergência entre as teses elaboradas para o Congresso. A adesão dos juristas ao corporativismo se evidencia explicitamente no quarto item, em que restou assentado que para “realizar a atividade teológica que lhe foi reconhecida [promoção do bem comum aos seus membros, como constara no primeiro item], deve o Estado integrar as forças vivas da Nação, organizando a sociedade em forma sindical-corporativa.”⁵¹⁷

⁵¹⁵ Ibidem, p. 162.

⁵¹⁶ COTRIM NETO, A. B. Bases para organização corporativa do Estado Brasileiro. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 178.

⁵¹⁷ Relatório da Sétima Subcomissão. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 15.

Essa organização não deveria se restringir às classes econômicas, mas também deveria se estender às culturais, efetivando-se, nos dois casos, por intermédio de Câmaras Consultivas, em âmbito municipal, estadual e nacional, compostas paritariamente por membros de todas as classes, eleitos dentre os sindicatos e as corporações.

A relação entre sindicato e corporações se daria com reconhecimento da autonomia e liberdade aos sindicatos, “os quais serão os órgãos constituidores das corporações, que serão, na verdade, os órgãos representativos da profissão, como aqueles o são dos seus membros componentes”.⁵¹⁸

Um dos participantes do Congresso, Sebastião PAGANO, sustentou como prerrogativa das corporações zelar “pelo bem comum dentro da profissão, e para isso é a Corporação que fixa as condições da concorrência leal, regulando-a e impedindo a concorrência desenfreada que é nociva”.⁵¹⁹

A leitura dos textos apresentados à Sétima Subcomissão permite identificar grande influência teórica da doutrina social católica exercida sobre as concepções de corporativismo dos juristas, o que transparece nos itens 20 a 22 abaixo transcritos:

20 – A representação do pensamento cultural, nas suas múltiplas manifestações, deve excluir a Igreja, porque esta não constitui uma classe, mas é um Estado que exerce a sua soberania em um plano diverso.

21 – Sendo a Nação Brasileira, na sua quase unanimidade, católica, os problemas que interessam à Igreja, Estado espiritual, e ao Brasil, Estado temporal, devem ser resolvidos mediante mútuo entendimento, por meio de uma concordata a ser firmada, na qual serão salvaguardados os pontos de vista da Igreja, nas chamadas questões mistas.

22 – Para a realização, no Brasil, da organização corporativa da sociedade, se impõe a educação das massas, e, mesmo, das elites, formando-se um novo espírito, que deve presidir o pensamento nacional, sendo, por isso, necessária a difusão de tais princípios, condizentes com a realidade brasileira.⁵²⁰

⁵¹⁸ Ibidem, p. 16.

⁵¹⁹ PAGANO, *op. cit.*, p. 194.

⁵²⁰ Relatório da Sétima Subcomissão. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 17.

Depreende-se do texto a preocupação em excluir a Igreja Católica da organização das corporações culturais, tendo em vista que, se mantida, elas se submeteriam ao Estado. Em sentido complementar, reproduziu-se a doutrina teológica cristã da divisão divina do poder na terra em dois gládios, sendo um o poder espiritual, exercido pela Igreja Católica, e outro o poder temporal, pertinente ao Estado.

Embora não represente a posição da maioria, mostra-se emblemática a opinião manifestada por um dos participantes do referido congresso ao objetar a inclusão da Igreja Católica entre as corporações culturais. Para o pernambucano Arnóbio GRAÇA, não seria apropriada a submissão da Igreja ao Estado, eis que a “cidade temporal” seria “um todo moral” possuindo “deveres para com o espiritual”. Nesta relação haveria, na concepção do referido jurista, o predomínio do espiritual sobre o temporal, ou seja, a Igreja teria “supremacia sobre os poderes terrestres”,⁵²¹ o que recuperava a doutrina teológica da *Civitas Dei*, elaborada por santo Agostinho, que fora abandonada por Leão XIII.

Raciocínio similar se apreende da tese de Silvino LYRA, ao abordar a hierarquia entre os interesses, típica do ordenamento jurídico corporativo. Ocorre, no entanto, que, acima dos interesses nacionais, que figurariam no topo da pirâmide do corporativismo estatal, o referido jurista sustentava haver “uma hierarquia de valores, onde o espiritual paira acima do moral, o moral está sobre o social, o social sobre o nacional e este sobre o particular”. Sendo assim, haveria a “transcendência dos interesses da religião” católica e, sendo ela uma “sociedade perfeita e sobrenatural”, estaria “acima do Estado”.⁵²²

Em outro aspecto, a referência à educação das massas e das elites para se formar um “novo espírito”, referida no item 22 reproduzido acima, indica, implicitamente, retomar a proposta de Pio XI de restauração da ordem social a partir

⁵²¹ GRAÇA, A. Devem ser organizadas corporativamente as entidades não econômicas? In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 95.

⁵²² LYRA, S. O Brasil e a sua melhor forma de organização corporativa. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 120.

da reforma dos costumes e das instituições para permitir a propagação dos valores cristãos. Pode-se citar em idêntico sentido a tese do jurista Lucio José dos SANTOS, a quem o corporativismo seria o antídoto contra a luta de classes e a forma de promover a reforma das instituições.⁵²³

Em sentido complementar, a reforma dos costumes seria imprescindível para plena instituição do corporativismo no País, pois este somente se estabeleceria “por uma necessidade moral acima de tudo”. Como a “única entidade idônea para arbitrar sobre moral” seria a Igreja, caberia ao Estado conceder “todas a liberdades à Igreja Católica e reconhecê-la como única entidade idônea para a reforma das consciências”, como retratou um dos participantes do Congresso.⁵²⁴

Deve-se recordar ainda que o primeiro dos princípios elencados no relatório da Subcomissão foi de que ao Estado incumbiria a promoção do bem comum dos cidadãos. O termo “bem comum” restou apropriado das encíclicas sociais elaboradas pela Cúria Romana, diferindo daquele comumente adotado pelos teóricos do corporativismo estatal e repetido por integrantes do regime brasileiro para identificar a finalidade do Estado, isto é, promover os interesses superiores da nação.

Vislumbra-se a influência teórica exercida sobre os juristas por autores estrangeiros corporativistas, como François PERROUX, Ugo SPIRITO, Benito MUSSOLINI, Giuliano MANZONI, Georges VIANE, Roger BONARD e, o mais citado, Mihail MAÏNOLESCO.

O pensamento desses autores era apropriado, comumente, para discorrer sobre a teoria da doutrina corporativista ou como referência aos modelos instituídos na Itália, Espanha ou Portugal. Na tese do congressista cearense Djacir MENEZES encontra-se um trecho ilustrativo disso, pois utilizou-se da obra de Ugo SPIRITO para definir o que seria a característica essencial do corporativismo, isto é,

⁵²³ SANTOS, L. J., *op. cit.*, p. 135-138.

⁵²⁴ PAGANO, *op. cit.*, p. 195.

“organizar no interior do sistema econômico, a colaboração efetiva entre capital e o trabalho, para fazer desaparecer todos os vestígios de classes”.⁵²⁵

Dentre os autores nacionais foram referidos teóricos do pensamento autoritário-católico como Alberto TORRES e Miguel REALE, além de Francisco José OLIVEIRA VIANNA e Luís Augusto do Rêgo MONTEIRO, cujos textos contribuíram para a formação da cultura corporativa dos juristas na época, sendo citados com frequência nas abordagens sobre a estrutura sindical brasileira.

Para os juristas brasileiros não restavam dúvidas sobre a conveniência e utilidade da manutenção do modelo corporativo para organização dos trabalhadores por meio dos sindicatos. Isso porque, como retratou um participante do Congresso, “o sentido humano de nossas instituições, a ausência de antagonismos irreconciliáveis” teria tornado “o sindicato um elemento de colaboração e arregimentação das massas, ao invés de ser um elemento de combate e luta”. Fato que, na visão desse autor, resultaria da “concepção de vida do brasileiro, toda sua história e educação, seus hábitos, suas tradições e ideais”⁵²⁶, enfim, algo que reflete o ‘mito da índole pacífica e ordeira da classe trabalhadora’ brasileira, repetido incessantemente no decorrer das décadas.⁵²⁷

O princípio católico da colaboração entre as classes sociais, além de fincar raízes na cultura jurídica trabalhista do período, repercutiu no ordenamento jurídico brasileiro. Alguns desses reflexos serão analisados a seguir.

⁵²⁵ MENEZES, D. A economia corporativa e o meio social brasileiro. *In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social* (v.4) ... (*op. cit.*), p. 22.

⁵²⁶ SOUZA, J. C. Traços do sindicalismo no Brasil. *In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social* (v.4) ... (*op. cit.*), p. 234.

⁵²⁷ RAMOS FILHO, *Direito capitalista do trabalho...* *op. cit.*, p. 121.

5.2.3 Algumas notas sobre os reflexos do princípio da colaboração entre as classes sociais no ordenamento jurídico trabalhista

Ao longo da Primeira República as greves atormentaram capitalistas e autoridades públicas. Os trabalhadores, organizados nos seus sindicatos de resistência ao capitalismo, tanto no período de predomínio do anarcossindicalismo quanto durante a hegemonia comunista no movimento sindical, criaram transtornos nas relações de produção, comprometendo a maior acumulação de capital e causando alguma desestabilização social.

Inicialmente, considerou-se a greve como ilícito penal. O tipo se caracterizaria com o aliciamento de operários a aderirem a movimento paredista ou com a suspensão de trabalho.⁵²⁸ Contudo, com o Decreto n.º 1.162, de 1890, alterou-se a redação do Código Penal para restringir o tipo à hipótese de prática de constrangimento mediante ameaças, fraude ou violência, de que resultasse a paralisação do trabalho. Logo, se não restara reconhecido o direito de greve, ao menos, seu simples exercício não seria imputável como crime.⁵²⁹

A ausência de tipicidade penal da greve, entretanto, não quis significar respeito à sua prática. Vale recordar que o País atravessou inúmeros períodos de estado de sítio, em que as garantias individuais não eram observadas.

O vácuo normativo em relação às greves permaneceu mesmo após o golpe militar de 1930, eis que o novo regime não se preocupou em regulamentar de imediato a matéria. Embora não houvesse impedimento legal para as greves, seu exercício não era bem recebido por capitalistas, pelo Estado e pela Igreja Católica, pois, afinal, tais movimentos mostravam-se incompatíveis com o princípio

⁵²⁸ “Art. 205. Seduzir ou aliciar operários ou trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa ou ameaça de algum mal: Penas: de prisão celular por um a três meses e multa de 200\$ a 500\$000. Art. 206. Causar ou provocar cessação ou suspensão do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário: Pena: de prisão celular por um a três meses.” *In*: Decreto n. 847, de 11 de out. 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em: 25 maio 2015.

⁵²⁹ MORAES, E. **Apontamentos de direito operário**. 3. ed. São Paulo: LTr, 1986. p. 64.

corporativista da colaboração entre as classes sociais em benefício dos superiores interesses da Nação, na concepção estatal, ou em favor do bem comum, na visão da hierarquia eclesiástica. Certo é que em ambos os casos se buscava a preservação da produção.

Muitas vezes as greves eram combatidas pelo aparato repressivo do Estado, colocado à disposição dos capitalistas para desbaratá-las com uso da força policial. Em outras situações, os grevistas eram punidos com a perda do emprego ou outras sanções disciplinares. Nessas circunstâncias poderia ocorrer de o conflito coletivo ser levado ao Poder Judiciário.

Revela-se interessante citar uma greve realizada em São Paulo, no ano de 1933, quando um grupo de trabalhadores paralisou suas atividades por trinta dias em solidariedade a um operário despedido injustamente pelo empregador. Os trabalhadores sofriam com o não pagamento de salários e ingressaram com ação judicial visando à cobrança dos valores correspondentes aos dias paralisados.

A demanda foi julgada pela 9ª Vara Cível da Comarca da Capital paulista, sendo julgada improcedente. Na fundamentação da sentença o magistrado recorreu às disposições do Código Civil, então vigente, para afirmar que o contrato de locação de serviços não previa possibilidade de greve pelos prestadores de trabalho. Assim, não sendo lícita a suspensão individual ou coletiva das atividades, as sanções aplicadas pelo tomador dos serviços seriam adequadas.⁵³⁰

Parece evidente que a referida decisão reflete a insuficiência normativa para solução de conflitos individuais ou coletivos de trabalho, não somente em relação à greve. Nota-se, por primeiro, que a ação judicial foi proposta na Justiça Comum, exatamente porque, em 1933, não havia esfera especializada do Judiciário para apreciar e julgar conflitos coletivos. Em sentido contíguo, a fundamentação baseada nas regras de direito comum demonstra inexistir, na época, direito do trabalho e uma cultura jurídica propriamente trabalhista.

⁵³⁰ CAMPOS, N. P. Antagonismo dos interesses. In: CEZARINO JÚNIOR, A. F. (Org.). **Seminário de legislação social**: trabalhos de 1941 e 1942. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944. p. 431-432.

A Constituição de 1934 não apresentou qualquer modificação no quadro legislativo em relação à greve, eis que não incluiu esse direito entre aqueles destinados aos trabalhadores, consoante previsão do parágrafo primeiro do art. 121⁵³¹. Mas, também, não tornou ilícito o seu exercício.

O quadro sofrerá alteração somente com a Lei de Segurança Nacional, de 1935, medida legislativa que contou com apoio da Igreja Católica brasileira, das forças armadas e da burguesia. A partir dela o Estado passou a considerar crime contra a ordem social a “cessação ou suspensão do trabalho por motivos estranhos às condições do mesmo”⁵³². De igual modo, seria reputado como crime incitar “diretamente o ódio entre as classes sociais”, possuindo ambos os tipos previsão de pena de 6 meses a 2 anos de prisão⁵³³.

As pretensões da referida Lei se conformavam ao autoritarismo da Constituição elaborada por Francisco Campos para o regime ditatorial do Estado Novo. Pode-se dizer que em relação à greve e ao locaute manteve-se sua proibição, declarando-os como “recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”, na clara dicção

⁵³¹ Estabelece o art. 121 § 1º - “A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador; c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei; d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres; e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos; f) férias anuais remuneradas; g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; i) regulamentação do exercício de todas as profissões; j) reconhecimento das convenções coletivas, de trabalho.” BRASIL. Constituição da República nos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acesso em: 25 maio 2015.

⁵³² “Art. 19. Induzir empregadores ou empregados à cessação ou suspensão do trabalho por motivos estranhos às condições do mesmo. Pena – De 6 meses a 2 anos de prisão celular”. BRASIL. Lei n. 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1930-1949/L0038.htm, acesso em: 25 maio 2015.

⁵³³ “Art. 14. Incitar diretamente o ódio entre as classes sociais. Pena – De 6 meses a 2 anos de prisão celular”. BRASIL. Lei n. 38, de 4 de abril de 1935... *op. cit.*

do art. 139⁵³⁴; afinal, ambos significavam exercício de autotutela por parte de capitalistas e de trabalhadores, colidindo com o interesse pacificador e harmonioso do Estado.⁵³⁵

Com a edição do Decreto 1.237, de 1939, que instituiu a Justiça do Trabalho, vislumbrou-se alteração em relação à greve, pois sua realização passou a depender de prévia autorização dos Tribunais do Trabalho, o que inviabilizou seu exercício na prática. Havendo por parte dos trabalhadores “abandono do serviço”, sem prévia autorização ou em descumprimento das decisões do Tribunal do Trabalho, a Lei ainda regravava severas penalidades⁵³⁶, incorporadas pela Comissão de Sistematização da CLT na redação do art. 723,⁵³⁷ além de considerar a suspensão do ato de trabalhar como um abandono.⁵³⁸

A matéria foi, igualmente, disciplinada pela legislação criminal. O Código Penal de 1940 trazia no Título IV os crimes contra a organização do trabalho. Nesse

⁵³⁴ “Art 139 - Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum. A greve e o *lock-out* são declarados recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional.” BRASIL. Constituição de 1937... *op. cit.*

⁵³⁵ MORAES FILHO, E. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 252.

⁵³⁶ O artigo 81 estabelecia: “Os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente abandonarem o serviço, ou desobedecerem a decisão de tribunal do trabalho, serão punidos com penas de suspensão até seis meses, ou dispensa, além das perdas de cargo de representação profissional e incompatibilidade para exercê-lo durante o prazo de dois a cinco anos.” BRASIL. Decreto n. 1.237, de 2 maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1237.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

⁵³⁷ “Art. 723 - Os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades: a) suspensão do emprego até seis meses, ou dispensa do mesmo; b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem; c) suspensão, pelo prazo de dois anos a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargo de representação profissional.” BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

⁵³⁸ SILVA, S. G. C. L., *op. cit.*, p. 171.

sentido considerou-se tipo penal constranger alguém “mediante grave ameaça” ou violência a “participar de parede”⁵³⁹, sendo prevista pena de detenção de três meses a um ano, mais multa pecuniária. A regra era diferente quando a paralisação impedisse a execução de obra pública ou “serviço de interesse coletivo”, sendo a conduta tipificada e punível com pena de detenção de seis meses a dois anos, além de multa.⁵⁴⁰

O Estado brasileiro, ao impedir a realização de greves, convergia com os postulados da doutrina social católica, apresentados desde a encíclica *Rerum Novarum*, quando Leão XIII incitou a intervenção estatal para assegurar a propriedade privada e condenou o expediente de movimentos paredistas como instrumentos de pressão contra o empresariado.⁵⁴¹

A exigência de uma sociedade harmoniosa, onde a concórdia entre as classes sociais suplantaria a “odiosa” luta de classes, circulava amplamente entre os juristas trabalhistas do período, fortemente influenciados pela cultura social católica. Nessa linha, a greve seria um transtorno, uma aberração, como se pode perceber do trecho de uma das teses apresentadas ao Congresso Brasileiro do Direito Social:

A intervenção estatal ocorre, em primeiro lugar, para proteger a propriedade, isto é, para pôr freio à excitação dos agitadores, para garantir os obreiros contra os artifícios da corrupção e a propriedade legítima contra o perigo da rapina. Em segundo lugar, para proteger o trabalho. A autoridade das leis deve prevenir o mal das greves. Impedir que venham a produzir-se, graças à eliminação das causas capazes de excitar conflitos entre patrões e operários.⁵⁴²

⁵³⁹ “Art. 197 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça: I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência; II - a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de parede ou paralisação de atividade econômica: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência”. BRASIL. Decreto 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

⁵⁴⁰ “Art. 201 - Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.” BRASIL. Decreto 2.848 ... *op. cit.*

⁵⁴¹ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 29.

⁵⁴² BEZERRA DE FREITAS. Evolução do direito social brasileiro. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2) ... (*op. cit.*), p. 186.

Como sustentara Leão XIII, simplesmente reprimir os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores não solucionaria a questão social, mas, ao contrário, agravá-la-ia, diante da inexistência de freios à acumulação capitalista. Para tanto, propôs a organização dos trabalhadores em sindicatos que viessem a regulamentar as condições mínimas de trabalho, tal como o preço da mão de obra.

Dentro das corporações, nas situações em que houvesse impasses na conciliação de interesses entre capital e trabalho, Leão XIII sugeriu, como forma de pacificação do conflito, a utilização de árbitros,⁵⁴³ fato assentido pelo Estado brasileiro, eis que se tornara necessário apaziguar as relações coletivas de trabalho, evitando os sobressaltos na produção ocasionados pelas greves.

No momento mostrava-se necessário criarem-se instrumentos para dirimir os conflitos sociais ocasionados pelo antagonismo entre interesses nas relações de produção. Ao mesmo tempo esses mecanismos contribuiriam para pacificar a sociedade, sobrepondo o princípio da colaboração à combatida luta de classes.

O primeiro dos remédios para pacificação social privilegiava a autocomposição resultante da conciliação entre as forças produtivas. As convenções coletivas de trabalho, nos dizeres de OLIVEIRA VIANNA, teriam como “função essencial [...] dirimir os conflitos coletivos do trabalho”, a partir da “capacidade normativa e regulamentadora” conferida pela legislação infraconstitucional.⁵⁴⁴

Esses instrumentos de negociação coletiva foram, inicialmente, mencionados no Decreto 19.770, de 1931⁵⁴⁵, que estabeleceu a capacidade de os sindicatos firmarem convenções ou contratos de trabalho de seus associados. Sua regulamentação, contudo, ocorreu somente no ano seguinte, por meio de outro decreto de iniciativa do Poder Executivo, sendo definida a convenção coletiva de

⁵⁴³ BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé** (*op. cit.*), p. 39.

⁵⁴⁴ OLIVEIRA VIANNA. **Problemas de direito corporativo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 143.

⁵⁴⁵ BRASIL. Decreto 19.770... (*op. cit.*)

trabalho como “ajuste relativo às condições do trabalho, concluído entre um ou vários empregadores e seus empregados, ou entre sindicatos ou qualquer outro agrupamento de empregadores e sindicatos, ou qualquer outro agrupamento de empregados”.⁵⁴⁶

Com isso se conferiam mecanismos legais para que os sindicatos exercessem as funções públicas delegadas pelo Estado, ao lhes facultar a capacidade de criar normas aplicáveis às relações de trabalho de seus associados.

O intuito de se alcançar a pacificação social em uma coletividade ou região socioeconômica transparece na possibilidade, conferida ao Ministério do Trabalho, de estender os efeitos das convenções coletivas de trabalho para atingir empregadores, sindicatos ou empregados estranhos ao ajuste inicial, sendo, para tanto, necessária a iniciativa de um dos convenientes.⁵⁴⁷

A justificativa repousava em estabelecer igualdade de condições de concorrência entre os capitalistas, assim como, ao aplicar aos demais trabalhadores as condições negociadas, permitir a prevenção de eventuais conflitos de trabalho, evitando-se movimentos grevistas de reivindicação de tratamento isonômico.

A Carta Política de 1934 reconheceu as convenções coletivas de trabalho, recepcionando, portanto, o decreto que as instituiu. Já a Constituição de 1937 modificou a nomenclatura do instituto para contratos coletivos de trabalho, além de determinar que eles deveriam conter obrigatoriamente, entre suas disposições,

⁵⁴⁶ BRASIL. Decreto 21.761, de 23 de agosto de 1932. Institui a convenção coletiva de trabalho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21761-23-agosto-1932-526768-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁵⁴⁷ Diz o art. Art. 11 do Decreto 21.761, de 1932: “Quando uma convenção coletiva houver sido celebrada em um ou mais Estados ou Municípios por três quartos de empregadores ou empregados do mesmo ramo de atividade profissional, poderá o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvida a competente Comissão de Conciliação, tornar o cumprimento da Convenção obrigatório, naqueles Estados ou Municípios, para os demais empregadores e empregados do mesmo ramo de atividade profissional e em equivalência de condições, se assim o requerer um dos convenientes”. BRASIL. Decreto 21.761... (*op. cit.*).

regras sobre “a importância e as modalidades do salário, a disciplina interior e o horário do trabalho”⁵⁴⁸.

Em relação a isso, a Lei Orgânica de Sindicalização Nacional (Decreto-lei 1.402, de 1939) não apresentou modificação substancial. Adotando a nomenclatura do texto constitucional, então em vigor, estabeleceu-se que firmar contratos coletivos de trabalho seria prerrogativa dos sindicatos.⁵⁴⁹

Na sistematização da matéria promovida pela comissão de juristas responsáveis pela CLT, os contratos coletivos de trabalho⁵⁵⁰ encontraram-se disciplinados no Título VI, podendo-se afirmar, de certo modo, que restaram mantidas as principais regras estabelecidas no Decreto 21.761, de 1932, agregando-se as disposições previstas na alínea “b” do art. 137 da Constituição de 1937.⁵⁵¹

A perspectiva conciliadora e colaboracionista conferida aos sindicatos de trabalhadores pela legislação trabalhista se revela, igualmente, nas disposições legais que versam sobre os deveres das entidades sindicais. Importa recordar que desde 1931, com o Decreto 19.770, o Governo Vargas havia definido os sindicatos

⁵⁴⁸ Estabelecem as alíneas “a” e “b” do art. 137: “a) os contratos coletivos de trabalho concluídos pelas associações, legalmente reconhecidas, de empregadores, trabalhadores, artistas e especialistas, serão aplicados a todos os empregados, trabalhadores, artistas e especialistas que elas representam; b) os contratos coletivos de trabalho deverão estipular obrigatoriamente a sua duração, a importância e as modalidades do salário, a disciplina interior e o horário do trabalho;” BRASIL. Constituição ... de 1937... (*op. cit.*).

⁵⁴⁹ BRASIL. Decreto-lei 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1402.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁵⁵⁰ A nomenclatura foi mantida no texto consolidado até o Decreto-lei 229, de 1967, quando se restaurou o termo original, isto é, convenção coletiva de trabalho.

⁵⁵¹ É o que se pode inferir da redação original do art. 619 da CLT: “Os contratos coletivos devem conter, obrigatoriamente: a) designação precisa dos sindicatos convenientes; b) serviço ou serviços a serem prestados, e a categoria profissional a que se aplica, ou, estritamente, as profissões ou funções abrangidas; c) a categoria econômica a que se aplica, ou estritamente as empresas ou estabelecimentos abrangidos; d) local ou locais de trabalho; e) seu prazo de vigência; f) importância e modalidades dos salários; g) horário de trabalho; h) direitos e deveres de empregadores e empregados. Parágrafo único. Além das cláusulas prescritas neste artigo poderão ser, nos contratos coletivos, incluídas outras atinentes às normas para a solução pacífica das divergências surgidas entre os convenientes ou a quaisquer assuntos de seu interesse.” BRASIL. Decreto 5.452... (*op. cit.*).

como órgãos de colaboração com o Poder Público”,⁵⁵² expressão mantida no Decreto que o sucedeu.

A Lei Orgânica de Sindicalização Nacional apresentou em um de seus artigos, que serviu de base ao texto original do art. 514 da CLT, um rol de atribuições que configurariam os deveres dos sindicatos. Além de preservar a exigência de colaboração destes organismos com o Estado, colocava-se como uma das obrigações das entidades a de “promover a conciliação nos dissídios de trabalho”.⁵⁵³

A despeito de o sistema indicar a conciliação como alternativa desejada para os conflitos coletivos de trabalho, haveriam de se prever situações em que as negociações seriam infrutíferas, carecendo da intervenção estatal para preservação da harmonia nos ambientes de trabalho, para não acarretar prejuízos aos interesses nacionais, coincidentes, evidentemente, com os dos capitalistas.

A primeira iniciativa estatal nesse sentido foi a criação das Comissões Mistas de Conciliação, compostas paritariamente por representantes dos empregados e dos empregadores e presididas por um integrante indicado pelo Ministério do Trabalho, teoricamente neutro ao litígio. A função essencial desses órgãos consistia em alcançar-se a conciliação entre empregados e empregadores em um conflito coletivo de trabalho. Na sua impossibilidade, a Comissão poderia exercer, por eleição das partes envolvidas, o papel de uma instância arbitral, cuja decisão seria de cumprimento obrigatório. Havendo recusa na arbitragem, a

⁵⁵² O texto completo do artigo 6º do Decreto: “Ainda como órgãos de colaboração com o Poder Público, deverão cooperar os sindicatos, as federações e confederações, por conselhos mistos e permanentes de conciliação e de julgamento, na aplicação das leis que regulam os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões, operários ou empregados.” BRASIL. Decreto 19.770 ... (*op. cit.*).

⁵⁵³ Art. 4º São deveres dos sindicatos: a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das profissões; b) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; c) manter serviços de assistência judiciária para os associados; d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social; e) promover a conciliação nos dissídios de trabalho. BRASIL. Decreto-lei 1.402 ... (*op. cit.*).

demanda deveria ser direcionada ao Ministro do Trabalho, a quem se facultava nomear uma comissão para elaboração de um laudo arbitral.⁵⁵⁴

Evidencia-se, portanto, a pretensão do Estado de solucionar, de todo modo, o conflito coletivo de trabalho, impondo uma alternativa à indesejada paralisação das atividades pelos trabalhadores, que era concebida como reflexo da luta de classes.

A composição tripartite da Justiça do Trabalho foi observada no texto do art. 122 da Constituição de 1934,⁵⁵⁵ que previu sua instituição e organização em Tribunais do Trabalho e Comissões de Conciliação, ambos com representação das classes sociais pela indicação de integrantes, sob a presidência de um membro escolhido pelo Estado.

Para um dos ideólogos do regime, a constituição da Justiça do Trabalho (a essa altura ainda sem integrar o Poder Judiciário, o que somente passaria a ocorrer com a Constituição de 1946), com a representação classista e sob a coordenação do Estado, indicava claramente as bases corporativistas do texto constitucional.⁵⁵⁶

A competência material atribuída à Justiça do Trabalho envolvia a conciliação e o julgamento de conflitos individuais e coletivos de trabalho, cabendo à legislação infraconstitucional regulamentar seu funcionamento. Com essa finalidade o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio enviou ao Congresso Nacional um anteprojeto em que, entre outras regras, atribuía capacidade à Justiça do Trabalho para criar normas por meio de suas decisões nos conflitos coletivos.

⁵⁵⁴ BRASIL. Decreto 21.396, de 12 de maio de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21396-12-maio-1932-526753-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁵⁵⁵ “Art. 122 - Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho, à qual não se aplica o disposto no Capítulo IV do Título I. Parágrafo único - A constituição dos Tribunais do Trabalho e das Comissões de Conciliação obedecerá sempre ao princípio da eleição de membros, metade pelas associações representativas dos empregados, e metade pelas dos empregadores, sendo o presidente de livre nomeação do Governo, escolhido entre pessoas de experiência e notória capacidade moral e intelectual.” BRASIL. Constituição ... de 1934... (*op. cit.*).

⁵⁵⁶ OLIVEIRA VIANNA, **Problemas...** (*op. cit.*), p. 30.

Pelo anteprojeto se delegaria aos Tribunais do Trabalho poder normativo, isto é, competência para “editar normas gerais, reguladoras das condições de trabalho das coletividades econômicas, subordinadas à sua jurisdição”.⁵⁵⁷

Interessa notar que a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados concluiu pela inconstitucionalidade do anteprojeto, acarretando objeção de OLIVEIRA VIANNA, que debateu publicamente a questão com o relator da medida, deputado Waldemar Ferreira.

A discussão entre os juristas permitiu que OLIVEIRA VIANNA expusesse com clareza os principais fundamentos da proposta de conceder um poder normativo à Justiça do Trabalho. Entre as razões apontadas se evidenciam aquelas que clamam pela necessidade de se atribuir à instituição a prerrogativa de resolver os conflitos coletivos do trabalho que possuiriam, na quase totalidade das vezes, natureza econômica, cujo caráter jurídico-legal quase não se perceberia.

Para o então consultor do Ministério do Trabalho seria imperioso conferir poder normativo aos tribunais do trabalho, pois assim se instituiria “um aparelho judiciário capaz de resolver e efetivamente dirimir os conflitos coletivos de trabalho, impedindo a sua generalização e multiplicação”.⁵⁵⁸

Desse modo, esse órgão administrativo, ainda vinculado ao Poder Executivo, poderia exercer sua verdadeira vocação, que consistiria em solucionar as conturbações entre capitalistas e trabalhadores, propiciando concórdia nas relações de produção.

Para atingir a pacificação social mostrava-se primordial que a sentença normativa – decisão proferida pelos tribunais do trabalho, criando normas regulamentadoras das condições de trabalho de determinada categoria em dado lugar – não fosse dotada de efeitos restritos aos litigantes. Sendo assim, a sentença normativa, assim como as convenções coletivas de trabalho, poderia ter eficácia

⁵⁵⁷ Ibidem, p. 34.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 94.

erga omnes, para alcançar todos os empregados e empregadores de determinada categoria e região:

Eis a razão por que as sentenças coletivas dos tribunais do trabalho, quando proferidas sobre condições de trabalho (justamente o objeto das convenções coletivas), são assimiladas a estas nos seus efeitos. O Estado, intervindo na luta ou no dissídio, formula, com seu poder de império, a convenção coletiva, que ele presume que as partes teriam estipulado se, em vez de desacordarem-se, tivessem entrado em acordo. Daí vem que o modo pelo qual o tribunal ou o juiz do trabalho decide, formulando uma sentença coletiva, é o mesmo que teriam empregado as duas partes para a elaboração de uma convenção coletiva. Não há nenhuma aplicação de preceitos de lei ou de nenhuma norma preestabelecida; mas, sim, a ponderação de dados concretos: condições de vida do trabalhador, condições financeiras da empresa, mercado de trabalho, mercado de preços, etc.⁵⁵⁹

As controvérsias em torno dessa questão impediram que o anteprojeto tramitasse regularmente no Congresso. Essa era uma das contingências de um modelo pretensamente democrático em que deveriam ser respeitadas as funções delegadas constitucionalmente a cada um dos Poderes, o que não seria mais necessário com o regime inaugurado pela Constituição de 1937.

Com o Estado Novo e o fechamento do Congresso Nacional adotou-se, para regulamentar a organização da Justiça do Trabalho, o instrumento constitucionalmente previsto, isto é, o Decreto-lei, próprio dos regimes autoritários.

A organização legislativa da Justiça do Trabalho ocorreu em maio de 1939, sofrendo algumas modificações, pelo Decreto 2.851, um ano depois. Sua instalação efetivou-se somente em maio de 1941.

O Decreto regulamentar dividiu-a em três instâncias: (i) Juntas de Conciliação e Julgamento; (ii) Conselhos Regionais do Trabalho; (iii) Conselho Nacional do Trabalho. Em relação às juntas manteve-se a composição tripartite, com a representação classista de capitalistas e empregadores, sob a presidência de um integrante que seria indicado pelo Presidente da República para um mandato de dois anos, sem restrições à sua recondução. Os vogais seriam investidos no cargo por dois anos e sua escolha incumbiria à presidência do conselho regional.

⁵⁵⁹ OLIVEIRA VIANNA, **Problemas...** (*op. cit.*), p. 156.

Os conselhos regionais eram compostos por dois representantes das classes sociais (um dos empregados e um dos empregadores) e outros dois vogais, desvinculados de interesses classistas, além de um presidente. A escolha de todos os integrantes competiria ao Presidente da República.

Os mecanismos utilizados para nomeação às Juntas e Conselhos, aliados ao fato de que a Justiça do Trabalho se vinculava ao Poder Executivo e não ao Judiciário, facilitaram o controle ministerial sobre sua atuação.⁵⁶⁰ Também se revelam úteis a verificar a remanência de traços do patrimonialismo na cultura brasileira, mormente pelo tratamento da coisa pública por critérios e conceitos tipicamente privados, com a nomeação de juízes e vogais pautada em laços de confiança política e a partir de interesses dos agentes políticos.⁵⁶¹

As bases corporativistas da Justiça do Trabalho estavam estabelecidas, formando a estrutura apropriada para promover a conciliação entre os interesses do capital e do trabalho em prol da harmonia social. Se o modelo proposto na Constituição de 1934 havia sido restabelecido e se aprimorado, restava conferir-lhe competência normativa, como desejava OLIVEIRA VIANNA.

A doutrina clássica do corporativismo, tanto na modalidade católica quanto na estatal, atribuía às corporações econômicas a função de estabelecer regras fundamentais para o funcionamento de qualquer ofício, profissão ou atividade. Esses organismos seriam compostos por representantes das classes sociais, em paridade, sob a coordenação do Estado. Havendo conflitos ocasionados por divergências entre os interesses classistas, caberia aos representantes estatais dirimi-los, a fim de prevalecerem os interesses da nação ou o bem comum, conforme dispunha o pensamento católico no período.

No Brasil, diante da ausência das corporações propriamente ditas, a estrutura sindical brasileira foi organizada simetricamente entre representantes do

⁵⁶⁰ BRASIL. Decreto n.º 1.237, de 2 de maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1237.htm. Acesso em: 26 maio 2015.

⁵⁶¹ SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007. p. 11.

capital e do trabalho, em seus respectivos sindicatos. Para solucionar os conflitos coletivos nas relações de produção conferiu-se a uma instituição formada em pilares corporativistas o poder normativo.

A composição tripartite e a competência normativa da Justiça do Trabalho não devem ser compreendidas fora desse contexto, isto é, alienando-as da tentativa de estabelecer instrumentos corporativistas para resolução de conflitos nas relações de produção passíveis de recrudescer a luta de classes e ocasionar distúrbios na ordem social.

Atribuiu-se, portanto, à Justiça do Trabalho, a competência para apreciar os dissídios coletivos, como foram denominadas as ações judiciais que demandavam o apaziguamento de conflitos metaindividuais, que poderiam ser suscitados por empregadores, empregados⁵⁶², seus sindicatos ou, de ofício, pela presidência do tribunal ou procuradoria do trabalho, em caso de greve.⁵⁶³

No julgamento dos dissídios de natureza econômica, os quais representavam quase que a totalidade dos conflitos levados à Justiça do Trabalho, os conselhos regionais deveriam se preocupar em garantir “justo salários aos trabalhadores”, mas, igualmente, permitir a “justa retribuição às empresas interessadas”.⁵⁶⁴ Fato, aliás, que reflete pensamento disseminado pela doutrina social católica, de que os salários não poderiam ser excessivos, pois, assim, se correria o risco de induzir o trabalhador ao ócio e o capitalista à ruína, como frisou um dos participantes do Congresso de Direito Social, em 1941.⁵⁶⁵

⁵⁶² A partir do Decreto-lei 7.321, de 1945, restringiu-se a legitimidade para propor os dissídios coletivos aos sindicatos de trabalhadores (cf. SILVA, S. G. C. L., *op. cit.*, p. 170).

⁵⁶³ Texto do artigo 56 do Decreto 1.237, de 1939: “Nos dissídios coletivos são competentes para provocar a conciliação os empregadores ou seus sindicatos, os sindicatos de empregados e, ex-officio, sempre que ocorrer suspensão ao trabalho, o presidente do tribunal ou a Procuradoria do Trabalho.” BRASIL. Decreto 1.237... (*op. cit.*).

⁵⁶⁴ Diz o parágrafo segundo do art. 94: “Tratando-se de conflito sobre questões de salário, serão estabelecidas condições que, assegurando justo salário aos trabalhadores, permitam, também, justa retribuição às empresas interessadas”. BRASIL. Decreto 1.237... (*op. cit.*). A essência do artigo será reproduzida no art. 766 da CLT.

⁵⁶⁵ SANTOS, L. J., *op. cit.*, p. 136.

Conceder o poder normativo a esse órgão não representava abdicar da solução conciliadora, em que as partes litigantes alcançariam o consenso para colocar fim as controvérsias, sem a necessidade de decisão judicial. Ao contrário disso. Deve-se recordar que no horizonte encontrava-se o princípio da colaboração entre as classes, devendo ser esse o norte dos atores sociais. Não será por outra razão que, para instauração do dissídio coletivo, a parte suscitante deveria apresentar “as bases para a conciliação”.⁵⁶⁶

Com o ingresso do País na Segunda Guerra Mundial a possibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo foi limitada pelo Decreto 5.821, de 1943, passando-se a exigir a prévia autorização do Ministério do Trabalho para o prosseguimento da medida. Mesmo com essa restrição foram registrados, entre 1941 e 1945, cento e noventa dissídios coletivos julgados pela Justiça do Trabalho.⁵⁶⁷

No pensamento jurídico então corrente a função normativa da Justiça do Trabalho justificaria o impedimento dos trabalhadores a adotarem as greves como instrumento de pressão contra o patronato, como se observa nas palavras de três importantes juristas do período, dois dos quais membros da Comissão de Sistematização da CLT:

Sendo a greve e o “lock-out” considerados pela Constituição brasileira como recursos antissociais, nocivos ao capital e ao trabalho e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional, foram certas situações relativas àqueles procedimentos previstos como crimes por nossa legislação penal. E isto se justifica, conforme frisamos alhures, porque “instituinto a Justiça do Trabalho, o Estado Novo brasileiro posa ao alcance das classes representativas do Capital e do Trabalho um aparelhamento jurisdicional especial capaz de resolver rapidamente qualquer controvérsia entre os dois grupos”.⁵⁶⁸

⁵⁶⁶ Estabelece o Art. 57: “A instância será instaurada mediante representação escrita ao presidente do tribunal, ou por ato deste, sempre que ocorrer suspensão do trabalho. § 1º A representação deverá conter: a) a designação e qualificação dos reclamantes e a natureza do estabelecimento ou do serviço; b) os motivos do dissídio e as bases da conciliação; c) a indicação do representante ou representantes dos dissidentes. No caso do parágrafo único do artigo anterior, a representação poderá ser feita verbalmente ao presidente do tribunal ou à Procuradoria do trabalho, sendo reduzida a termo”. BRASIL. Decreto 1.237... (*op. cit.*).

⁵⁶⁷ SILVA, S. G. C. L., *op. cit.*, p. 174.

⁵⁶⁸ SÜSSEKIND, A.; LACERDA, D.; SEGADAS VIANA, J. **Direito brasileiro do trabalho (v.1)**. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1943. p. 75.

A negação à autotutela como forma de solução de conflitos e a opção pela resolução jurisdicional, com a atribuição de competência normativa à Justiça do Trabalho, constituiu-se num dos pilares permissivos do controle das classes dominantes sobre a classe trabalhadora. Nesse sentido, o papel dos tribunais como mediadores ou árbitros dos conflitos “teria impedido a formação de uma classe trabalhadora mais enérgica no enfrentamento das pressões e das imposições patronais”, como reporta Maria Celina D’ARAÚJO.⁵⁶⁹

Em sentido contrário, o ordenamento jurídico brasileiro engessava a capacidade de resistência da classe trabalhadora, colocando-a sob jugo do poder estatal por meio da competência normativa da Justiça do Trabalho. Desse modo, esses mecanismos objetivaram constranger a ação dos trabalhadores no cenário político contra o Estado capitalista ou, nas relações de trabalho, em relação aos detentores dos meios de produção, por intermédio de sua consciência de classe, o que MARX chamou de classe social para si.⁵⁷⁰

As pretensões conciliatórias não se limitaram ao campo dos dissídios coletivos, avançando também sobre as demandas individuais. Desse modo, a conciliação deveria ser tentada incessantemente pelas juntas de conciliação e julgamento e pelos conselhos regionais, como constou expressamente no texto do Decreto regulamentador da Justiça do Trabalho, a quem incumbiria empregar “os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”.⁵⁷¹

⁵⁶⁹ D’ARAÚJO, *op. cit.*, p. 232.

⁵⁷⁰ MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. *passim*.

⁵⁷¹ Estabelece o parágrafo primeiro do art. 94: “§ 1º os juízos e tribunais do trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”. BRASIL. Decreto 1.237... (*op. cit.*). Esse texto será quase que integralmente repetido no parágrafo primeiro do art. 764 da CLT.

Deve-se recordar que a intenção de resolver os conflitos individuais, preferencialmente, pela via da conciliação de interesses das partes já se encontrava estampada no Decreto 22.132, de 1932, que criou as Comissões de Conciliação e Julgamento.

Tais organismos apresentavam composição tripartite (um representante dos empregados, um dos empregadores e um do Ministério do Trabalho), servindo para acolher as reclamações dos trabalhadores sindicalizados em face do comprador da sua força de trabalho. Não havendo acordo, a comissão instituía-se em câmara de arbitragem, para emitir laudo arbitral e colocar fim ao conflito.⁵⁷²

Em vários artigos do texto original da CLT podem-se vislumbrar os privilégios conferidos pelo ordenamento à conciliação, mesmo nos dissídios individuais.

A antiga redação do art. 847⁵⁷³ previa que após a apresentação de defesa oral o juiz presidente deveria propor a conciliação entre as partes. No encerramento da instrução processual, antes de se iniciar o julgamento, haveria nova tentativa conciliatória, conforme previsto no art. 850.⁵⁷⁴

A existência de uma cultura conciliatória na gênese do direito processual do trabalho, sendo uma de suas “vigas mestras”⁵⁷⁵, é atestada pela regra do art. 764 da CLT, ao dispor que todos os dissídios, individuais ou coletivos, “serão sempre

⁵⁷² BRASIL. Decreto 22.132, de 25 de novembro de 1932. Institui Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta suas funções. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22132-25-novembro-1932-526777-publicacaooriginal-82731-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁵⁷³ “Art. 847. Terminada a defesa, o juiz ou presidente proporá a conciliação”. BRASIL. Decreto 5.452 ... (*op. cit.*).

⁵⁷⁴ “Art. 850 - Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão”. BRASIL. Decreto 5.452 ... (*op. cit.*).

⁵⁷⁵ BRUGINSKI, M. K. O espírito conciliatório da Justiça do Trabalho. In: GUNTHER, L. E; PIMPÃO, R. D., *op. cit.*, p. 55.

sujeitos à conciliação”⁵⁷⁶. Este dispositivo possibilitou a processualistas contemporâneos sustentarem existir no ordenamento jurídico trabalhista um princípio da conciliação.⁵⁷⁷

A “vocação conciliatória” da Justiça do Trabalho incitou (e ainda incita) aos envolvidos em ações trabalhistas, advogados, partes e juízes a busca incansável pela conciliação antes de iniciada a instrução processual⁵⁷⁸, o que justifica os elevados índices de conciliação em demandas judiciais, como se pôde constatar no primeiro capítulo.

As regras jurídicas que instigavam a conciliação em litígios individuais, assim como o impedimento legal   realização de greves e os caminhos oferecidos para a solução jurisdicional dos conflitos coletivos, com a atribuição de competência normativa   Justiça do Trabalho, são apreendidas como formas de expressão do princípio da colaboração entre as classes sociais no ordenamento jurídico.

Vislumbra-se, igualmente, no período abrangido por esta pesquisa, com maior ênfase a partir da segunda metade da década de 1930, a formação de uma cultura juslaboralista fortemente influenciada pela doutrina social católica e, por consequência, norteadas pelo princípio da colaboração entre as classes em benefício do bem comum, valorizando a harmonia e a concórdia nas relações de trabalho   medida que negava aos trabalhadores o direito de resistir ao capitalismo e aos capitalistas.

Afinal, a “organização sindical brasileira é orientada no sentido da solidariedade das atividades econômicas e das aspirações profissionais, em oposição ao princípio da luta de classes”⁵⁷⁹, como bem sintetizou um dos

⁵⁷⁶ “Art. 764 - Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho são sempre sujeitos   conciliação”. BRASIL. Decreto 5.452 ... (*op. cit.*).

⁵⁷⁷ LEITE, C. H. B. **Curso de direito processual do trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr. 2011. p. 86.

⁵⁷⁸ MACHADO, A. de P. Extinção do processo por acordo: vontade das partes ou necessidade do Judiciário? In: GUNTHER, L. E.; PIMPÃO, R. D., **op. cit.**, p. 51.

⁵⁷⁹ MONTEIRO, L. A. R. Proposições fundamentais de direito sindical brasileiro. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4) ... (*op. cit.*), p. 242.

idealizadores da estrutura sindical do País em texto apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, em 1941.

6 CONCLUSÃO

A inflexão da Igreja Católica à questão social não deve ser interpretada como expressão da mera comiseração em favor dos pobres. Também o é, mas, certamente, os motivos da Cúria Romana transcendiam à caridade cristã.

Tampouco há de se considerá-la como resultado de um estratagema previamente concebido pelo Vaticano para manutenção da dominação capitalista. Deve-se recordar que a Igreja se contrapunha à modernidade e ao liberalismo da sociedade burguesa e, por consequência, ao modo de produção capitalista que permitiu a ambas surgirem e se desenvolverem sobre as ruínas da sociedade estamental do medievo.

Os papas Leão XIII e Pio XI pretendiam recuperar a supremacia dos valores de lealdade e de solidariedade que eram identificados com a sociedade feudal, onde cada estamento detinha consciência da função a ser exercida dentro de um corpo orgânico e onde a Igreja e religião católicas exerciam enorme influência.

Na visão dos representantes da Cúria Romana o liberalismo seria indutor das conturbações sociais emergentes na época, principalmente por afastar o homem de Deus, sendo o processo de laicização da sociedade burguesa o protagonista de sua crise moral. Para a Igreja a solução residiria na recuperação de princípios como solidariedade, caridade, respeito à autoridade. Apenas assim se impediria o trágico fim da civilização ocidental, que seria a consequência direta da possível supremacia do socialismo ou do comunismo.

No período histórico objeto deste estudo, a doutrina social católica deve ser compreendida como tentativa de restaurar alguns preceitos da ordem social medieval, adaptando-os ao capitalismo. Colocava-se, no horizonte capitalista, o corporativismo católico como alternativa ao liberalismo e, fundamentalmente, ao socialismo e ao comunismo. Ao mesmo tempo que a Igreja resistia ao crescimento das ideologias sectárias ou exóticas, nas expressões da época, pretendia-se a recristianização da sociedade civil, com sua conversão ao catolicismo.

No Brasil, o episcopado iniciou a repercussão da doutrina social católica nos anos 1910, mas com maior profundidade e frequência a partir da década seguinte. De forma contemporânea foram dados os primeiros passos no sentido da Ação Católica Brasileira, que consistia na organização de um movimento de leigos, submetido à hierarquia da Igreja, com a finalidade de conduzir o catolicismo aos espaços profanos.

No período histórico pesquisado, a organização do laicato católico direcionou-se, primordialmente, à cristianização de intelectuais e de operários. Parecia premente à hierarquia eclesiástica retomar sua influência como verdadeira religião dos brasileiros. Haveria, para tanto, de se ocupar a estrutura estatal com agentes políticos e burocratas católicos a serem formados nas instituições de ensino superior por professores com idêntica fé.

Igualmente, deveria se investir no meio operário. Diante da proibição legal de se instituir sindicatos confessionais, a Igreja orquestrou sua intervenção pelos círculos operários, intencionando difundir aos trabalhadores a moral da ordem social cristã, em especial o princípio de colaboração entre as classes sociais.

Nessa concepção, apreendida dos documentos eclesiásticos consultados nesta pesquisa, a sociedade representaria um corpo orgânico em que cada classe social desempenharia uma função atribuída por Deus, sendo Ele, portanto, responsável pela segregação entre capitalistas e operários. As diferenças sociais e econômicas resultariam da natural distinção de habilidades natas entre os homens; logo, originar-se-iam da vontade divina. Sendo assim, capital e trabalho deveriam se irmanar para alcançarem o bem comum.

As cartas pastorais e demais documentos elaborados pela hierarquia da Igreja Católica brasileira indicam que, no modo de entender do episcopado nacional, o princípio da colaboração entre as classes sociais importaria aos trabalhadores a necessária cooperação com os capitalistas, detentores dos meios de produção por desejo de Deus, em prol do enriquecimento da Nação.

É nessa ótica que se insere a modificação da concepção católica em relação ao ato de trabalhar, isto é, como uma obrigação derivada do princípio da

colaboração, deixando de ser moralmente indiferente, como compreendido na Idade Média, para se configurar em um dever ético de duplo caráter: como punição pelo pecado original e ao mesmo tempo representando uma maneira de propiciar a santificação do homem, constituindo um modo de obter a salvação de sua alma pelo trabalho.

Desse princípio também resultaria a obrigação moral do católico em respeitar os poderes constituídos, pois a autoridade civil teria sua origem em Deus. Qualquer sublevação dos operários contra o Estado capitalista, mais do que desobediência civil ou criminal, representaria um pecado ou transgressão perante a religião. Idêntico raciocínio se adotava para justificar a autoridade do capitalista no ambiente de trabalho, onde exerceria uma atribuição destinada por Deus, sendo a desobediência do operário considerada como um pecado. Em contrapartida caberia o pagamento de um salário justo, suficiente à subsistência do trabalhador e de sua família. Buscava-se com isso conter os ímpetos reivindicatórios e, em especial, insurrecionais da classe trabalhadora, almejando sua conformação social por meio da acomodação de seus sindicatos à ordem capitalista; e, na esfera individual das relações de produção, pretendia-se alcançar a resignação pessoal do trabalhador ao comprador de sua força de trabalho.

Para complementar esse quadro a hierarquia católica brasileira ocupou-se de reproduzir com eficiência o sentimento de anticomunismo e de antissocialismo apreendido das encíclicas sociais. Vislumbra-se do discurso católico dirigido pelo episcopado ao clero e aos fiéis a intenção de incutir na sociedade a imagem do comunismo como algo aterrorizante, relacionado ao mal, às trevas, à destruição, associando-o de forma direta e contundente ao Diabo. De igual modo, a Igreja combatia com fervor os principais preceitos das ditas ideologias sectárias, opondo-lhes as bases da doutrina social católica a partir da defesa da propriedade privada e da desigualdade como algo natural, logo, resultado da vontade divina.

A convergência de interesses entre a hierarquia da Igreja Católica no Brasil e o governo brasileiro residiu na propagação dos valores decorrentes do princípio da colaboração entre as classes sociais e no enfrentamento do comunismo no País. Com a tentativa frustrada de golpe de Estado pelos comunistas no final de 1935, a

pretensão até então manifestada pela Igreja, de organizar o operariado por sindicatos confessionais, em um modelo orgânico de sociedade característico do corporativismo católico, foi abandonada em favor do corporativismo estatal e do consequente controle ministerial sobre as entidades sindicais de trabalhadores.

Em contrapartida, o Estado abriu espaços, no primeiro escalão de seu aparelho burocrático, aos intelectuais católicos, notadamente no Ministério do Trabalho. Diferentemente da interpretação conferida por alguns autores, esse movimento não deve ser compreendido como cooptação pelo Estado de setores vinculados à Igreja, mas sim, como a concretização do projeto traçado pelo cardinalato católico, ainda no final dos anos 1910 e início da década seguinte, com a finalidade de recristianizar a sociedade a partir da esfera estatal, com a ocupação de posições, dentro do Estado, por quadros católicos.

A essa altura, o pensamento social católico estava difundido pela Igreja por toda a sociedade: ao meio operário, por meio dos círculos operários; nos demais segmentos, por intermédio dos intelectuais católicos, tanto aqueles que ocuparam o aparelho burocrático do Estado quanto aqueles que se dedicaram a disputar hegemonia ao buscarem consolidar a visão católica de mundo pela incessante publicação de artigos em jornais e revistas e de livros. Nesses ambientes circulava com desenvoltura o princípio da colaboração entre as classes sociais, contrapondo-se diretamente à luta de classes e ao comunismo. Isso não haveria de ser diferente no meio jurídico, que naquele período também sofreu influência do pensamento social católico.

A cultura jurídica, esse “conjunto de práticas, saberes, ritos, crenças, imaginários e técnicas de configuração jurídica”, como fenômeno complexo que é, recebe inferências dos demais elementos da sociedade, não se restringindo às práticas tipicamente jurídicas.⁵⁸⁰ Nada mais natural, portanto, que a cultura jurídica trabalhista forjada, principalmente, nas décadas de 1930 e 1940, fosse fortemente tocada pelos valores propagados pelos católicos, em especial, pela necessária convivência harmônica entre as classes sociais, acompanhada do anticomunismo.

⁵⁸⁰ PEREIRA, L. F. L., A circularidade da cultura jurídica... *op. cit.*, p. 42 *et seq.*

Os textos jurídicos, elaborados no período histórico pesquisado por juristas de diferentes regiões do País, demonstram a contribuição dos preceitos inseridos pela doutrina social da Igreja e disseminados no Brasil pelo episcopado e por intelectuais católicos na cultura jurídica da época.

Evidentemente que o fato de intelectuais católicos como Waldemar Falcão e Alexandre Marcondes Filho assumirem a pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio contribuiu para revigorar a vertente corporativista destinada à organização sindical brasileira. Em igual sentido, permitiu a nomeação a importantes cargos na estrutura ministerial de juristas católicos como Oliveira Vianna e Luís Augusto do Rêgo Monteiro, a quem se atribui a autoria da Lei Orgânica de Sindicalização Nacional, praticamente repisada na CLT.

As teses apresentadas por juristas de vários estados do Brasil ao Primeiro Congresso de Direito Social, realizado em 1941, por iniciativa do Instituto de Direito Social, e citado por Arnaldo SÜSSEKIND como uma das fontes materiais da CLT, comprovam a influência da doutrina social católica no pensamento jurídico do período. Cumpre mencionar que esse fato é admitido na maior parte dos textos, de onde se sobressaem exaltações às encíclicas sociais, inclusive com citações de várias de suas passagens.

Da análise dos anais do Congresso apreende-se a assimilação, pelos juristas, do corporativismo como forma de organizar economicamente a produção e de controlar os sindicatos de trabalhadores. Mais do que isso. Vislumbra-se nos textos jurídicos a reprodução dos preceitos introduzidos pelo princípio católico de colaboração entre as classes sociais, originando a obrigação dos trabalhadores a contribuir com os capitalistas para pacificação social.

A valorização do trabalho tão presente na doutrina social católica também foi abordada nos textos jurídicos, ressaltando-se uma conciliação entre a visão religiosa sobre o ato de trabalhar – como obrigação moral de todo católico a expiar com o sofrimento o pecado original e, concomitantemente, permitir a salvação de sua alma – e o texto da Constituição de 1937, que o apontava como um dever social.

Nessa perspectiva, há muito sentido na intransigente defesa, por parte dos juristas, do respeito às autoridades constituídas, tanto em relação ao poder civil estatal quanto no tocante ao dever de obediência ao empregador. Não deve causar surpresa a linha argumentativa baseada na origem divina dessa autoridade.

Também não pode surpreender o fato de serem encontradas, nos anais do Congresso, teses jurídicas pretendendo justificar a subordinação do empregado ao empregador a partir dos princípios de colaboração entre as classes sociais e de respeito à autoridade, impondo um aspecto moral ao ato de subordinar, ou melhor, ao dever de obedecer.

Dentre os possíveis reflexos da contribuição da doutrina social católica no ordenamento jurídico elaborado no período foram destacados, nesta pesquisa, a opção pela organização corporativa dos sindicatos, mas, principalmente, a proibição das greves e a concessão do poder normativo à Justiça do Trabalho. Afinal, não se poderia permitir a luta de classes, cabendo ao Estado dirimir os conflitos coletivos e com isso apaziguando as relações de produção.

No âmbito do direito processual do trabalho a obsessão pela conciliação entre as partes em litígios individuais ou coletivos, mais do que política de administração judiciária, reflete a vocação conciliatória da Justiça do Trabalho e, por que não dizer, traduz sua razão de existir – a pacificação social por meio da colaboração entre as classes com preservação da ordem vigente.

Diferentemente da idealização engendrada em torno das encíclicas sociais e difundida ao longo das décadas, caracterizando um verdadeiro senso comum teórico dos juristas, a doutrina social da Igreja buscou pacificar a sociedade por intermédio da estabilização nas relações de produção. Para isso, almejou-se a instauração de uma nova ordem cristã, uma nova cristandade, com a propagação da fé e moral católicas e a conquista de fiéis pela evangelização nos espaços profanos, ao passo que implantava uma frente de enfrentamento ao comunismo e ao socialismo.

Como mencionado, os principais valores católicos foram amplamente difundidos no País, sendo apropriados pelos juslaboralistas do período, e contribuíram na formação de uma cultura jurídica trabalhista que realça as noções

de colaboração entre as classes sociais e de respeito à autoridade e, em sentido oposto, detrata a luta de classe e o conflito.

Essa cultura jurídica trabalhista, aliada à consciência de classe dos trabalhadores – forjada a partir dos princípios católicos de colaboração e de respeito à autoridade –, permitiu, além da sempre útil repressão estatal, conferir ao direito do trabalho um caráter autoritário, ao impedir, aos trabalhadores, a consolidação de espaços democráticos de resistência. Modelo conquistado pela aliança entre coerção e consenso; enfim, pela hegemonia.

FONTES

1 DOCUMENTOS ECLESIASTICOS

AMARAL, J. M. A., [bispo]. **Carta pastoral de saudação aos seus diocesanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

APOCALIPSE. In: **BÍBLIA**. Cap. 13. 180. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008. p. 1.567-1.568.

ARAÚJO, H. B., [bispo]. **Segunda carta pastoral de dom Hugo Bressane de Araújo**: bispo de Bonfim. Petrópolis: Vozes, 1937.

BAREA, J., [bispo]. **Carta pastoral de dom José Barea sobre o comunismo e o dever dos católicos**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1945.

BECKER, J., [arcebispo]. **Décima oitava carta pastoral de dom João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Boa imprensa, 1929.

_____. **Segunda carta pastoral de dom João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1914.

_____. **Vigésima oitava carta pastoral de dom João Becker**: arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1939.

_____. **Vigésima primeira carta pastoral de dom João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, 1931.

_____. **Vigésima quinta carta pastoral de dom João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, 1935.

_____. **Vigésima terceira carta pastoral de dom João Becker**: arcebispo metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, 1933.

BECKER, J., [bispo]. **Terceira carta pastoral de dom João Becker**: bispo da diocese de Florianópolis. Petrópolis: Typographia das Vozes de Petropolis, 1911.

BRASIL. Congresso Nacional. **A Santa Sé e a ordem social**: encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII; e *Quadragesimo anno*, de Pio XI. Brasília: Coordenação de Publicações, 1981.

CABRAL, A. S., [arcebispo]. **Carta pastoral de dom Antonio dos Santos Cabral:** arcebispo de Belo Horizonte. Petrópolis: 1943.

CÂMARA, J. B., [cardeal]. **Sétima carta pastoral de dom Jaime de Barros Câmara:** cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1947.

CARMELO, C. Carta pastoral de saudação aos fiéis. **Estado de S. Paulo.** São Paulo, 19 nov. 1944. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19441119-23059-nac-0004-999-4-not>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

CORRÊA, F. A., [arcebispo]. **Deus e pátria:** carta pastoral sobre a atual situação política do Brasil. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1931.

D'ELBOUX, M. S. [bispo]. **Carta pastoral de dom Manuel da Silveira D'Eloboux:** bispo de Ribeirão Preto. São Paulo: Editora Ave Maria, 1946.

EFÉSIOS. *In*: **BÍBLIA.** Cap. 6. 180. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008. p. 1.502-1.503.

I CORINTIOS. **BÍBLIA.** Cap. 12, vers. 12-27. 180. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008. p. 1.476-1.477.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. **Concílio Vaticano I, 1870.** Disponível em: <<http://www.universocatolico.com.br/index.php/?concilio-vaticano-i-1869-1870.html>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

IGREJA CATÓLICA DO BRASIL. **Carta pastoral e mandamental do episcopado brasileiro sobre o comunismo ateu.** Rio de Janeiro: Tipografia do patronato, 1937.

_____. **Carta pastoral e mandamental do episcopado brasileiro sobre o momento internacional e nacional.** Rio de Janeiro: INP, 1945.

II TESSALONICENSES. **BÍBLIA.** Cap. 3, vers. 10-12. 180. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008. p. 1.516.

LEÃO XIII, [Papa]. **Immortale Dei:** carta encíclica de sua santidade o Papa Leão XIII sobre a constituição dos Estados. São Paulo: Paulinas, 1946.

LEME, S. [arcebispo]. **Carta Pastoral de dom Sebastião Leme:** arcebispo metropolitano de Olinda. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1916.

LEME, S. [cardeal]. **Circular do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro:** anunciando aos fiéis da arquidiocese a carta apostólica de sua santidade o papa Pio XI, acerca da crise econômica e outros males da hora presente. Rio de Janeiro: Tipografia do Patronato, 1931.

PIO XI, [Papa]. **Divini Redemptoris:** carta encíclica de sua santidade o Papa Pio XI sobre o comunismo ateu. São Paulo: Edições Paulinas, 1937.

VILAS-BÔAS, M. M. **Primeira carta pastoral**: da Ação Católica. Salvador-BA: Escola Tipográfica Salesiana, 1938.

2 TEXTOS E OBRAS DA ÉPOCA

Anais do Primeiro Congresso Católico Brasileiro (1900) *apud* MENEZES, C. A. **Ação social católica no Brasil**: corporativismo e sindicalismo. São Paulo: Loyola, 1986.

ATHAYDE, T.; pseud. de LIMA, A. A. **Contra-revolução espiritual**: ensaios. Cataguazes-MG: Spinola & Fusco Editores, 1933.

BARASSI, L. **Diritto Sindicale e Corporativo**. 2. ed. Milano: D. A. Giuffrè, 1934.

BARROS, A. Conferência de encerramento. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.1). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 109-114.

BELLOMO, P. B. **Dallo stato liberale alla politica corporativa**. Padova: CEDAM, 1936.

BEJA, F, [monsenhor]. **A igreja, o operário e o corporativismo**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [1940?].

BEZERRA DE FREITAS. Evolução do direito social brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 181-201.

CABANELLAS, G. **Derecho sindical e corporativo**. Buenos Aires: Atalaya, 1946.

CABRAL, J. [padre]. **A Igreja e o marxismo**. São Paulo: Companhia Editora Panorama, 1949.

CAMPOS, N. P. Antagonismo dos interesses. *In*: CEZARINO JÚNIOR, A. F. (Org.). **Seminário de legislação social**: trabalhos de 1941 e 1942. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

CARVALHO BORGES, E. M. Conceito de direito social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 133-162.

CEZARINO JUNIOR, A. F. A influência da encíclica “Rerum Novarum” na legislação social brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 163-171.

_____. Discurso na sessão solene de encerramento. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.1). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 109-114.

CHIARELLI, G. **Lo stato corporativo**. Padova: CEDAM, 1936.

COTRIM NETO, A. B. Bases para organização corporativa do Estado Brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 171-186.

FALCÃO, W. Discurso de inauguração. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais...** (v.1). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 57-60.

GOLOB, E. O. **Os “ismos”**: história e interpretação. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ipanema, 1958.

GONÇALVES, L. C. **Princípios de Direito Corporativo**. Lisboa: Livraria Teixeira, 1935.

GRAÇA, A. Devem ser organizadas corporativamente as entidades não econômicas? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 81-99.

LIMA, A. A. **A igreja e o novo mundo**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943.

_____. **Pela Ação Católica**. Rio de Janeiro: Editora da Biblioteca Anchieta, 1935. LUSTOSA, E. M. [padre]. Conceito de direito social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 105-115.

LYRA, S. O Brasil e a sua melhor forma de organização corporativa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 101-125.

MANOÏLESCO, M. **O século do corporativismo**: doutrina do corporativismo integral e puro. Tradução de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MANSO, P. S. Conceito de direito social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 215-223.

MARIA, J., pseud. de CARNEIRO, J. C. M. [padre]. **A igreja e a república**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

_____. **A igreja e o povo**. São Paulo: Loyola, 1983.

MAZZONI, G. **Il principio corporativo**: nell'ordinamento giuridico italiano. Padova: CEDAM, 1940.

MEDEIROS, R. S. [padre]. Direito social e grupo social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 85-100.

_____. Realidade e eficiência do direito social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 163-175.

MENEZES, D. A economia corporativa e o meio social brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p.19-25.

MENEZES, G. B. **Direito Social e Direito do Trabalho**. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1953.

_____. **Dissídios Coletivos do Trabalho**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950. MILANI, F. **Il diritto sindacale nel sistema del diritto**. Milano: D. A. Giuffré, 1940.

MONTEIRO, L. A. R. A função social do Estado e a "Rerum Novarum". *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.1). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 149-161.

_____. Proposições fundamentais de direito sindical brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL. CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 237-242.

MORAES, E. **Apontamentos de direito operário**. 3. ed. São Paulo: LTr, 1986. (A primeira edição é de 1905).

OLIVEIRA VIANNA, F. J. Condições antropogeográficas e estrutura sindical. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 29-51.

_____. **Problemas de direito corporativo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

PACHECO, J. A. A. A organização sindical brasileira e a doutrina social da igreja. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social**. (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 203-221.

PAGANO, S. Tradição e realidade no sindicalismo e no corporativismo brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social**. (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p.187-201.

Relatório da Sétima Subcomissão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 7-17.

Relatório quarta sessão plenária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.1). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p.89-91.

Relatório terceira sessão plenária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso de Direito Social** (v.1). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 87-89. Resoluções do I Congresso Operário Brasileiro efetuado de 15 a 20 abr. 1906, *apud* HALL, M. M.; PINHEIRO, P. S. **A classe operária no Brasil (v.1)**: documentos (1889-1930). São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 52-53.

SÁ, M. A. **O corporativismo no campo da Economia**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

SANTOS, L. J. O corporativismo: sua natureza e seu passado. Necessidade, possibilidade e vantagens de sua restauração, adaptada às condições morais, políticas e econômicas da sociedade contemporânea. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 132-158.

SCOTT, A. Conferência pronunciada na Sociedade Mineira de Agricultura em 12 ago. 1936. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.4). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 159-186.

SODRÉ, R. Direito social: seu conceito filosófico, sociológico e jurídico, conteúdo e definição. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 35-83.

SOUZA, J. C. Traços do sindicalismo no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social** (v.2). Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. p. 229-235

STORNI, H. J. **El parlamentarismo y la representacion corporativa**. Buenos Aires: Valerio Abeledo, 1943.

SÜSSEKIND, A; LACERDA, D.; SEGADAS VIANA, J. **Direito brasileiro do trabalho (v.1)**. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1943.

TANNENBAUM, F. **A filosofia do trabalho**. Tradução de Guido Coaracy. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [19--].

VICENT, M. **Questão social**: as encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris* em perguntas e respostas. Petrópolis: Editora Vozes, 1938.

VIVEIROS DE CASTRO, A. O. **A questão social**. Rio de Janeiro: Candido de Oliveira, 1920.

3 ARTIGOS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

As monstruosidades do comunismo. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 1. out. 1930. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_06&pasta=ano%20193&pesq=>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

Entrevista coletiva concedida à imprensa pelo arcebispo D. Carlos Carmelo. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 23 jun. 1945. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19450623-23235-nac-0006-999-6-not/>>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

Importante comício anticomunista realizado em Portugal. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 4 set. 1936. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19360904-20522-nac-0001-999-01-not/>>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

Matercracia. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 21 dez. 1914. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19141221-13149-nac-0008-999-8-not/>>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

No meio operário. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 15 ago. 1923. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

Notícias diversas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 19 jul. 1938. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19380719-21100-nac-0005-999-5-not>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

O congresso dos círculos operários do Rio Grande do Sul. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 6 nov. 1935. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19351106-20264-nac-0004-999-4-not>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

O mar de rosas do “paraíso” comunista visto por olhos insuspeitos. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 11 jul. 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=38869&Pesq=>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

Os delitos da palavra. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 7 fev. 1893. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18930207-5352-nac-0001-999-1-not/busca/communismo>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

4 LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. Constituição da República nos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16/07/1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10/11/1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. Decreto 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31/12/1940, retificado em 3/01/1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. Decreto 21.396, de 12 de maio de 1932. Institui Comissões Mistas de Conciliação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16/05/1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21396-12-maio-1932-526753-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. Decreto 21.761, de 23 de agosto de 1932. Institui a convenção coletiva de trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 25/08/1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21761-23-agosto-1932-526768-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. Decreto 22.132, de 25 de novembro de 1932. Institui Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta suas funções. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 26/11/1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22132-25-novembro-1932-526777-publicacaooriginal-82731-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. Decreto n. 1.237, de 2 maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 31/12/1939. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1237.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Decreto n.º 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. **Coleção de Leis do Brasil** Rio de Janeiro, 31/12/1931, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 324. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm>. Acesso em: 21 jan. 2015.

REFERÊNCIAS

- ALLAN, N. A. **Direito do Trabalho e corporativismo**: análise sobre as relações coletivas de trabalho no Brasil de 1889 a 1945. Curitiba: Juruá, 2010.
- ALVES, M. M. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AMARAL, D. G. Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica pra o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 56-74, jun. 2007.
- ARAÚJO, A. M. C. Estado e Trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. _____. *In*: (Org.). **Do Corporativismo ao neoliberalismo**: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 29-58.
- ARAÚJO, J. C. S. **Igreja Católica no Brasil**: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986.
- AZEVEDO, A. J. A encíclica Rerum Novarum. *In*: GUNTHER, L. E.; VILLATORE, M. A. C. (Coord.). **Rerum Novarum**: estudos em homenagem aos 120 anos de encíclica papal. Curitiba: Juruá, 2011.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BARROS, A. M. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAYLOS-GRAU, A. Corporativismo y fascismo en el modelo laboral del primer franquismo. *In*: _____. (Coord.) **Modelos de Derecho del Trabajo y cultura de los juristas**. Albacete – Espanha: Bomarzo, 2013. p. 223-248.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BEOZZO, J. O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. *In*: PIERUCCI, A. F. O. *et al.* **História geral da civilização brasileira (t. 3, v.11)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 11v, p. 337-421.

BIAVASCHI, M. B. **O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOITO JÚNIOR, A. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOURDIER, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRUGINSKI, M. K. O espírito conciliatório da Justiça do Trabalho. *In*: GUNTHER, L. E.; PIMPÃO, R. D. **Conciliação um caminho para a paz social**. Curitiba: Juruá, 2013.

BRUNEAU, T. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O proletariado industrial na Primeira República. *In*: PINHEIRO, P. S. *et al.* **História geral da civilização brasileira (t. 3, v.9)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynaud. Revisão técnica Luis Roberto Salinas Fortes. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHARAUDEAU, P.; MANIGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

CISCATI, M. R. **Malandros da terra do trabalho**: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950). São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 2001.

CÔRTEZ, N. Católicos e autoritários: breves considerações sobre a sociologia de Alceu Amoroso Lima. **Revista Intellectus**, Ano I, n. 1, 2007.

COSTA, P. **O conhecimento do passado**: dilemas e instrumentos da historiografia. Curitiba: Juruá, 2007.

COUTINHO, A. R. **Poder punitivo trabalhista**. São Paulo: LTr, 1999.

D'ARAUJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu ao Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil republicano; v.2). p. 213-239.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.

DELGADO, G. N. A CLT aos 70 anos – Rumo a um direito do trabalho constitucionalizado. *In*: **Revista TST**, Brasília, v. 79, abr./jun 2013. p. 268-294.

DULLES, J. W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DURAND, G. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução René Eve Levié. 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução Rogério Fernandes. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, D. D. **Em defesa da ordem**: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: HUCITEC, 1998.

FARIAS, L. P. Uma conversa com Leão XIII: a encíclica *Rerum Novarum* e o direito contemporâneo. **Revista JurES**, v. 4, n. 6, 2012.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FONSECA, R. M. **Introdução teórica à história do direito**. 1.ed. 3. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. Os juristas e a cultura jurídica na segunda metade do século XIX. *In*: **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Milano, Giuffrè editore, n. 35, a. 2006, p. 339-371.

_____. A noção de imaginário jurídico e a história do direito. *In*: _____. (Org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GEMIGNANI, T. A. A. A conciliação e a função promocional do direito: uma leitura constitucional. *In*: GUNTHER, L. E.; PIMPÃO, R. D. **Conciliação um caminho para a paz social**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 125-133.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso. Revisão técnica Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, A. M. C. Silêncio e orações: as relações Estado, Igreja e classe trabalhadora no pós-34. **Religião e Sociedade, Rio de Janeiro**, ano 14, n. 2, p. 89-110, 1987.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. *In*: MARTINHO, F. C.; PINTO, A. C. (Org.) **O corporativismo em português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, O.; GOTTSCHALK, E. **Curso de direito do trabalho**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere (v. 2)**. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho *et al.* 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere (v. 4)**. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho *et al.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GROSSI, P. A ordem jurídica medieval. Tradução Denise Rossato Agostinetti. Revisão Técnica Ricardo Marcelo Fonseca. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. **História da propriedade e outros ensaios**. Tradução Luiz Ernani Fritoli; Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. GUNTHER, L. E. A encíclica *Rerum Novarum* e o princípio da subsidiariedade. *In*: _____.; VILLATORE, M. A. C. (Coord.). **Rerum Novarum**: estudos em homenagem aos 120 anos de encíclica papal. Curitiba: Juruá, 2011.

HESPAÑA, A. M. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Mem Martins-Por.: Publicações Europa-América, 2003.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos**: O breve século XX: 1914-1991. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A era dos impérios**: 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KANOTOROWICZ, E. H. **Los dos cuerpos del Rey**: un estudio de teoría política medieval. Tradução Susana Aikin Araluce; Rafael Blázquez Godoy. Madri-Espanha: Akal, 2012.

KAREPOVS, D. **A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)**. São Paulo: Alameda, 2006.

LAMARCA, A. **Curso normativo de direito do trabalho**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

LAMOUNIER, B. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. *In*: PINHEIRO, P. S. *et al.* **História geral da civilização brasileira (t. 3, v.9)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 11v. p. 371-404.

LEITE, C. H. B. **Curso de direito processual do trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr. 2011.

LUSTOSA, O. F. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACHADO, A. de P. Extinção do processo por acordo: vontade das partes ou necessidade do Judiciário? *In*: GUNTHER, L. E; PIMPÃO, R. D. **Conciliação um caminho para a paz social**. Curitiba: Juruá, 2013.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANOEL, I. A. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 21, p. 207-215, 2008.

MANUS, P. P. T. **Direito do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINEZ, L. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2003. MARX, K. Ideologia Alemã. *In*: **O leitor de Marx** (organização José Paulo Netto). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORAES FILHO, E. Suplemento. *In*: **Tratado elementar de direito do trabalho (v.1)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1965.

_____. **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MOURA, M. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 11. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2013.

PARANHOS, A. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

PEREIRA, L. F. L. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e método. *In*: FONSECA, R. M. (Org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012. p. 31-53.

_____. Súditos del-Rey na América Portuguesa: monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Villa de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, no século XVIII. *In*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 172, n. 452, jul./set. 2011. p. 51-86.

PEREIRA, M. A. M. L. O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade privada e a desconstrução do “paraíso soviético”. **Cadernos de História**, p. 203-217, 2008.

PINHEIRO, P. S. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PINTO, J. A. R. **Curso de direito individual do trabalho**: noções fundamentais de direito do trabalho, sujeitos e institutos do direito individual. 4. ed. São Paulo: LTr, 2000.

PRADO, R. B. **Direito do trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

RAMOS FILHO, W. **Direito Capitalista do Trabalho**: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

_____; ALLAN, N. A. A doutrina social da Igreja Católica, o direito do trabalho e os movimentos sociais insurgentes contemporâneos: a paz como resultado de um processo de lutas. *In*: RAMOS FILHO, W.; WANDELLI, L. V.; ALLAN, N. A. (Coord.). **Trabalho e Regulação no Estado Constitucional (v.4)**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 316-317.

_____. A doutrina social da igreja e o corporativismo: a Encíclica Rerum Novarum e a regulação do trabalho no Brasil. *In*: GUNTHER, L. E.; VILLATORE, M. A. C.; ALMEIDA, R. S.; SANTOS, W. F. L. (Org.). **RERUM NOVARUM**: estudos em homenagem aos 120 de encíclica papal. Curitiba: Juruá, 2011. p. 25-51.

RODEGHERO, C. S. Viva o Comunismo X Viva Cristo Rei: um estudo de recepção do anticomunismo católico a partir de fontes orais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, n. 1, p. 157-173, 2006.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979.

ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado** (crítica ao populismo católico). 1. ed. São Paulo: Kairós, 1979.

RUSSOMANO, M. V. **Curso de direito do trabalho**. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2000.

SCHIO, A. C. S. A questão social e o trabalho na encíclica *Rerum Novarum* e seus reflexos. In: GUNTHER, L. E.; VILLATORE, M. A. C. (Coord.). **Rerum Novarum: estudos em homenagem aos 120 anos de encíclica papal**. Curitiba: Juruá, 2011.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

Semana da Conciliação 2015. **Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: <<http://www.csjt.jus.br/conciliacao-na-jt>>. Acesso em: 18 maio 2015.

SENNET, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, H. **Vargas**: uma biografia política. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004.

SILVA, S. G. C. L. **Relações coletivas de trabalho**: configurações institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: LTr, 2008.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 14. ed. Tradução coordenada de Ismênia Tunes Dantas. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SOUZA, A. P. Uma historiografia para a cultura jurídica brasileira. In: FONSECA, R. M. (Org.). **Nova história brasileira do direito**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 55-82.

SOUZA, J. J. V. **Círculos operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

STEPAN, A. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Tradução de Mariana Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Paz e Terra, 1980.

SÜSSEKIND, A. **Curso de direito do trabalho**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

_____.; MARANHÃO, D.; SEGADAS VIANNA, J.; LIMA TEIXEIRA, J. **Instituições de direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores (v.3). 3. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores (v.2). 4. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 117-151.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, M. A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, E. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**: Oliveira Vianna & companhia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. O Trabalho: breve visão da concepção de castigo da antiguidade cristã, valor social afirmado na Encíclica Rerum Novarum no século XIX e despontar no século XXI como valor Bioético. **Revista Bioethikos** – Centro Universitário São Camilo, v.4, p. 350-353, 2010.

VIEIRA, M. M. A mulher e a família nas práticas discursivas de Dom Antônio Mazzarotto: primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-PR. **HORIZONTE**: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 11, n. 30, 2013.

WARAT, L. A. **Introdução geral ao direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Edição de Antônio Flávio Pierucci. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WIARDA, H. J. **O modelo corporativo na América Latina e a latino-americanização dos Estados Unidos**. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1983.